



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Recife (PE), março de 2017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n.º 63/2010, da Decisão Normativa n.º 154/2016 e da Portaria n.º 59/2017, todas do Tribunal de Contas da União.

Recife (PE), março de 2017

LISTA DE DIRIGENTES DO TRT6
(Biênio 2015-2017)

PRESIDENTE

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO¹

VICE-PRESIDENTE

VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO²

CORREGEDOR

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES³

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Eneida Melo Correia de Araújo
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Dione Nunes Furtado da Silva
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Maria do Socorro Silva Emerenciano
Sérgio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Dias de Alcântara
Maria das Graças de Arruda França
José Luciano Alexo da Silva
Carlos Eduardo Gomes Pugliesi

¹ Exerceu o cargo de presidente do TRT6 até 03/02/2017.

² Exerceu o cargo de vice-presidente do TRT6 até 03/02/2017.

³ Exerceu o cargo de corregedor do TRT6 até 03/02/2017.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AATP – Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AH – Análise Horizontal
AR – Aviso de Recebimento
art. – artigo
A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
AV – Análise Vertical
BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BSC – Balanced Scorecard
CAP – Coordenadoria de Administração de Pessoal
CC – Coordenadoria de Contabilidade
CCONT – Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União
CEMA – Coordenadoria de Engenharia de Manutenção
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFIN – Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT
CGE – Coordenadoria de Gestão Estratégica
CGovTIC – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGRPJe – Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CLC – Coordenadoria de Licitações e Contratos
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CP – Cessão de Pessoal
CP – Curto Prazo
CPAC – Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Funções e Aposentadorias
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLAN – Coordenadoria de Planejamento Físico
CPR – Contas a Pagar e a Receber
CPS – Comissão Permanente de Sindicância
CPSI – Comissão Permanente de Sistematização
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRT – Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
CSC – Carta de Serviços ao Cidadão
CSI – Coordenadoria de Segurança Institucional
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DE – Determinação
DEA – Despesas de Exercícios Anteriores
DETRAN-PE – Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DJU – Diário de Justiça da União
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD – Educação a Distância
EAP – Estrutura Analítica de Projeto
e-Gestão – Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho
EJ – Escola Judicial
ENTIC-JUD – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
FAJBA – Fórum Advogado José Barbosa de Araújo
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNPRESP-JUD – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
GND – Grupo de Natureza de Despesa
GP – Gabinete da Presidência
GPS – Guia da Previdência Social
GRU – Guia de Recolhimento da União
GT Custos – Grupo de Trabalho de Custos
IE – Índice de Execução
IN – Instrução Normativa
INFOJUD – Informações ao Judiciário
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IOB – Informações Objetivas, Publicações Jurídicas Ltda.
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPJ – Índice de Processos Julgados
JT – Justiça do Trabalho
JUCEPE – Junta Comercial de Pernambuco
LOA – Lei Orçamentária Anual
LP – Longo Prazo
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade no Sistema PJe-JT
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
NBR – Norma Brasileira (aprovada pela ABNT)
NC – Nota de Crédito
NDP – Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal
NL – Nota de Lançamento
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCI – Órgão de Controle Interno
OD – Ordenadoria da Despesa
OI – Orçamento de Investimento
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA – Plano Anual de Auditoria
PAB – Posto de Atendimento Bancário
PAC-STI – Plano Anual de Capacitação dos Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAE – Parcela Autônoma de Equivalência

PAJT – Posto Avançado da Justiça do Trabalho
PALP – Plano de Auditoria de Longo Prazo
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE – Pernambuco
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PETIC – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJe-JT – Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho
PL – Patrimônio Líquido
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNRSJT – Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PROAD – Processo Administrativo Eletrônico
PROGECOM – Programa de Gestão por Competências
PSSS – Plano de Seguridade, Social do Servidor
RA – Resolução Administrativa
RA – Relatório de Auditoria
RAE – Reunião de Avaliação Estratégica
RAP – Restos a Pagar
RE – Recomendação
RG – Relatório de Gestão
RH – Recursos Humanos
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RMR – Região Metropolitana do Recife
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPV – Requisição de Pequeno Valor
R\$ – Reais
SA – Secretaria Administrativa
S/A – Sociedade Anônima
SACI – Secretaria de Auditoria e Controle Interno
SAF – Seção de Aperfeiçoamento Funcional
SCCOFP – Seção de Controle Contábil, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial
SCDP – Seção de Controle de Despesa com Pessoal
SCLC – Seção de Controle de Licitações e Contratos
Secex – Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
SEFIS – Seção de Fiscalização Administrativa de Contratos
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SGCN – Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio
SGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGFM – Sistema de Gestão Funcional de Magistrados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAJ – Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau
SIAJ2 – Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau
SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal
SIC-JT – Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho
SICOND – Sistema de Consulta de Dados Operacionais
SIGEO – Sistema de Gestão Orçamentária
SIGEP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas

SIGEST – Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho
SISAC – Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG
SMAAAG – Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Superintendência do Patrimônio da União
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TC – Tomada de Contas
TCE-PE – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
TRE-PE – Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
TRF5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TRT6 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
URFPE – Universidade Rural Federal de Pernambuco
URV – Unidade Real de Valor
VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas
VT – Vara do Trabalho

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

1 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	19
2 Correlação entre os macrodesafios e os seus objetivos.....	25
3 Dotação orçamentária inicial para 2016.....	29
4 Ações orçamentárias descentralizadas (Provisões)	30
5 Descentralizações recebidas para cumprimento de sentenças judiciais	30
6 Discriminação do total geral das dotações em 2016	31
7 Execução orçamentária por ação.....	31
8 Ações/Subtítulos – OFSS (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade)	34
9 Alterações orçamentárias (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade).....	35
10 Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis)	36
11 Alterações orçamentárias (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis).....	37
12 Ações/Subtítulos – OFSS (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais).....	38
13 Alterações orçamentárias (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais).....	39
14 Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Pessoal Ativo da União)	40
15 Alterações orçamentárias (Pagamento de Pessoal Ativo da União).....	41
16 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes).....	42
17 Alterações orçamentárias (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes).....	43
18 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares)	44
19 Alterações orçamentárias (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares)	45
20 Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares)	46
21 Alterações orçamentárias (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares)	47
22 Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)	48
23 Alterações orçamentárias (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)	49
24 Ações/Subtítulos – OFSS (Comunicação e Divulgação Institucional).....	50
25 Alterações orçamentárias (Comunicação e Divulgação Institucional)	51
26 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes).....	52
27 Alterações orçamentárias (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes)	53
28 Ações/Subtítulos – OFSS (Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho).....	54
29 Demonstrativo do corte orçamentário na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	55
30 Alterações orçamentárias (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho).....	57
31 Execução orçamentária da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	57
32 Orçamento da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho por Grupo de Despesa.....	58
33 Planos Orçamentários	58
34 Ações/Subtítulos – OFSS (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos).....	61
35 Alterações orçamentárias (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos)	62
36 Ações/Subtítulos – OFSS (Reserva de Contingência – Financeira).....	63
37 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões)..	64
38 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região)	65
39 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Obrigações Trabalhistas a Pagar – CP).....	66
40 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Outros Encargos Sociais – Intra)	68
41 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Obrigações Trabalhistas a Pagar – LP)	68
42 Passivos com pessoal	74
43 Detalhamento da conta contábil 22.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar - LP	74
44 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	75
45 Variação percentual de RAP entre períodos.....	75
46 Execução de Restos a Pagar não Processados por Ação Orçamentária.....	76
47 Evolução das despesas inscritas em Restos a Pagar	78
48 Programação de despesas	79
49 Dotações orçamentárias	80
50 Alterações Orçamentárias para despesas com Pessoal e Encargos – 2016	81
51 Autorizações de Créditos Adicionais dos GNDs 3 e 4.....	83

52 Despesas mais relevantes executadas no GND-4.....	84
53 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	86
54 Ações Orçamentárias – Descentralizadas (Provisões)	87
55 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Ação 2C73 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - PTRES 084847).....	88
56 Descentralização de recursos referente ao Processo Administrativo TST n.º 501.457/2016-5.....	89
57 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Ação 151Y - Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe na Justiça do Trabalho - PTRES 085124)	89
58 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Serviço de Suporte ao Servidor de Aplicação JAVA JBOSS)	90
59 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Serviço de Suporte ao Sistema Operacional LINUX para o PJe-JT).....	90
60 Descentralização de recursos referente ao Processo Administrativo TST n.º 501.635/2016-0	90
61 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Suporte à Solução de Monitoramento de Aplicações PJe-JT).....	91
62 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por natureza da despesa (Ação 2C73 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - PTRES 084847)	91
63 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por natureza da despesa (Ação 151Y - Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe na Justiça do Trabalho - PTRES 085124).....	91
64 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	92
65 Descentralizações Externas de Crédito Recebidas para Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	92
66 Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total	93
67 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	95
68 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	97
69 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	98
70 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação	99
71 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários de Movimentação – Despesas Correntes	100
72 Concessão de suprimento de fundos	103
73 Utilização de suprimento de fundos	103
74 Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	104
75 Índice de Processos Julgados – IPJ no 1º Grau	106
76 Índice de Processos Julgados – IPJ no 2º Grau	107
77 Índice de Execução – IE.....	108
78 Força de trabalho.....	125
79 Distribuição da lotação efetiva.....	125
80 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	125
81 Quantidade de servidores do TRT6 por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016	127
82 Dados das ações de capacitação em 2016	130
83 Quantitativo de cursos por área.....	130
84 Percentual de cursos por área	131
85 Quantitativo de servidores capacitados por área	131
86 Percentual de servidores capacitados por área	132
87 Indicador IGovPessoas.....	133
88 Indicador Alcance das Ações de Treinamento em Governança na Administração Pública	133
89 Indicador Alcance das Ações de Treinamento em Excelência no Atendimento	133
90 Indicador Alcance das Ações de Treinamento em Programa de Desenvolvimento Gerencial.....	133
91 Despesas com pessoal nos exercícios de 2014 e 2015	135
92 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do TRT6	139
93 Composição do quadro de estagiários – Exercício de 2016	141
94 Evolução do quantitativo e das despesas totais com a contratação de estagiários nos últimos três anos	141
95 Quantidade de veículos próprios	143
96 Média anual de quilometragem dos veículos próprios	143
97 Idade média da frota de veículos próprios	143
98 Cenário 1: Aquisição de veículos.....	144
99 Cenário 2: Locação de veículos	145
100 Aquisição versus Locação.....	145
101 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	148
102 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	149
103 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	150
104 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	151
105 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	152
106 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	153

107 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	154
108 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	155
109 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	156
110 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	157
111 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	158
112 Despesas com a locação de imóveis no ano de 2015	158
113 Processo Judicial Eletrônico - PJe/JT	159
114 Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau – SIAJ	159
115 Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau – SIAJ2	160
116 Sistemas de Consulta Processual e de Acórdãos	160
117 Sistema de Registro no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas	160
118 Sistema Extrator de Dados para o e-Gestão	160
119 PROAD - Processo Administrativo Eletrônico	161
120 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Resultado, Objetivo e Indicadores de Desempenho	163
121 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Atuação Institucional, Objetivo e Indicador de Desempenho	163
122 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Processos Internos, Objetivos e Indicadores de Desempenho	164
123 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Recursos, Objetivos e Indicadores de Desempenho	165
124 Painel de indicadores do PETIC	166
125 Apuração dos indicadores do PETIC relativos a 2016/Perspectiva Resultado	166
126 Apuração dos indicadores do PETIC relativos a 2016/Perspectiva Processos Internos	167
127 Apuração dos indicadores do PETIC relativos a 2016/Perspectiva Recursos	168
128 Cadastramento de novas demandas de TIC no portfólio - Fluxograma	170
129 Apreciação do portfólio de novas demandas de TIC - Fluxograma	171
130 Critérios de classificação de demandas de TIC	171
131 Datas de Implantação do PJe	172
132 Resumo das capacitações em TI no ano de 2016	174
133 Ações de capacitação do pessoal de TI realizadas em 2016	174
134 Projeto: Sistema de Gestão de Magistrados	176
135 Projeto: Sistema para Registro de Atividades Docentes dos Magistrados	176
136 Projeto: Certidão de Feitos Trabalhistas	176
137 Projeto: Painel de Audiências	176
138 Projeto: SIGECOM	176
139 Projeto: Integração do SOC ao sistema de RH	177
140 Projeto: Sistema de Geração de Identificador de Pagamento de Alvará (SIGIDENT)	177
141 Projeto: Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos	177
142 Projeto: Sistema de Execuções Reunidas	177
143 Projeto: Processo Administrativo Eletrônico (PROAD)	177
144 Projeto: Aquisição de Certificados Digitais A1 para Servidor Web	178
145 Projeto: Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do FAJBA no bairro da Imbiribeira	178
146 Projeto: Solução de Firewall	178
147 Projeto: Contratação de equipamentos servidores e multiplexadores	178
148 Projeto: Expansão da capacidade de equipamentos de armazenamento	179
149 Projeto: Contratação de equipamentos e softwares para aprimoramento da infraestrutura do sistema PJe	179
150 Projeto: Contratação de suporte especializado ao banco de dados Oracle	179
151 Canais de acesso à Ouvidoria	185
152 Tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria	185
153 Comparativo de dados registrados em exercícios anteriores	185
154 Contas contábeis	191
155 Arrecadação por tipo de receita	195
156 Arrecadação das Varas do Trabalho	196
157 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil do Caixa e Equivalentes de Caixa	197
158 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil dos Estoques em 31/12/2015 e 31/12/2016	199
159 Ativo Não Circulante – Comparativo do Imobilizado	200
160 Ativo Não Circulante – Alterações em Bens Imóveis - Reavaliação e Desvalorização	201
161 Ativo Não Circulante – Saldo dos Bens Móveis em 31/12/2015 e 31/12/2016 por Conta Contábil	202
162 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2016 por Conta Contábil	204
163 Ativo Não Circulante – Saldo da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado em 31/12/2016 por Conta Contábil	206
164 Ativo Não Circulante – Comparativo dos Bens Imóveis	207
165 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2016 por Conta Contábil	207
166 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação em 31/12/2016 por Conta Contábil	208
167 Passivo Circulante – Saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31/12/2016	209
168 Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo – Saldo das Demais Obrigações em 31/12/2016	209

169 Patrimônio Líquido – Comparativo da Composição do Patrimônio Líquido em 31/12/2015 e 31/12/2016	210
170 Requisições e precatórios – Administração Direta.....	221
171 Requisições e precatórios – Administração Indireta	221
172 Despesas com publicidade	223

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Organograma do TRT6.....	225
Anexo II - Mapa Estratégico do TRT6 2015-2020	226
Anexo III - Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6 2015-2020.....	227
Anexo IV - Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos do TRT6	228
Anexo V - Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho.....	229
Anexo VI - Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD.....	230
Anexo VII - Detalhamento das Iniciativas do PDTIC 2015-2016	231
Anexo VIII - Índices de Adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho	235
Anexo IX - Metas de Acessibilidade Atingidas pelo TRT6.....	236
Anexo X - Demonstrações Contábeis	238

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO I	18
VISÃO GERAL DO TRT6.....	18
1 Finalidade e competência institucionais	18
1.1 Finalidade institucional	18
1.2 Competência institucional.....	18
2 Organograma.....	18
3 Macroprocesso finalístico	20
CAPÍTULO II	22
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	22
1 Planejamento organizacional	22
1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	23
1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	25
1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	27
3 Desempenho orçamentário.....	27
3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do TRT6 e resultados alcançados.....	27
3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade do TRT6.....	32
3.2.1 Ações do OFSS	33
3.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS.....	34
3.2.3 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	64
3.2.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	66
3.2.5 Análise situacional	66
3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	66
3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	66
3.4.1 Análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	73
3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores	75
3.5.1 Análise crítica sobre a gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	75
3.6 Informações sobre a execução das despesas	79
3.6.1 Programação das despesas	79
3.6.1.1 Análise crítica da programação das despesas	80
3.6.2 Movimentação de créditos interna e externa	86
3.6.3 Realização da despesa.....	93
3.6.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Total	93
3.6.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC	94
3.6.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total	95
3.6.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC	96
3.6.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação.....	97
3.6.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação.....	98
3.6.3.7 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação	99
3.6.3.8 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas Correntes.....	100
3.6.3.9 Análise crítica da realização da despesa	101
3.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	102

3.7.1 Concessão de suprimento de fundos	103
3.7.2 Utilização de suprimento de fundos.....	103
3.7.3 Classificação dos gastos com suprimento de fundos	104
3.7.4 Análise crítica sobre a gestão dos recursos.....	104
4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	105
CAPÍTULO III.....	110
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	110
1 Descrição das estruturas de governança	110
1.1 Unidade de auditoria interna ou de controle interno.....	110
1.2 Comitês de apoio à governança (gestão de tecnologia da informação)	111
1.2.1 Base normativa, atribuições e forma de atuação dos comitês relacionados às atividades de governança de TI no TRT6	111
1.3 Comitês de apoio à governança (gestão política e orçamentária).....	116
1.4 Sistema de correição	116
1.5 Comissão Permanente de Sindicância	117
2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	118
3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	119
3.1 Atividades de correição executadas no âmbito do TRT6	119
3.2 Principais eventos apurados pela Corregedoria Regional.....	119
3.3 Providências adotadas pela Corregedoria Regional.....	120
3.4 Disseminação de boas práticas pela Corregedoria Regional	122
3.5 Sistemática de apuração de ilícitos administrativos e providências adotadas pela CPS.....	122
4 Gestão de riscos e controles internos	123
CAPÍTULO IV.....	124
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	124
1 Gestão de pessoas	124
1.1 Estrutura de pessoal do TRT6.....	124
1.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição do TRT6.....	124
1.1.2 Relação entre servidores efetivos e temporários.....	126
1.1.3 Análise crítica sobre a situação da força de trabalho do TRT6	126
1.1.4 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim	126
1.1.5 Qualificação da força de trabalho do TRT6 por nível de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria e idade.....	127
1.1.6 Política de capacitação e treinamento de pessoal	127
1.1.7 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas	132
1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	135
1.2.1 Análise crítica sobre as despesas com pessoal.....	136
1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	136
1.3.1 Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades na acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e na terceirização de cargos	136
1.3.2 Medidas adotadas para tratar as irregularidades identificadas.....	136
1.3.3 Riscos identificados na gestão de pessoas e as providências adotadas para mitigá-los.....	137
1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	138
1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	138
1.4.2 Contratação de estagiários	140
2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	141
2.1 Gestão da frota de veículos	141
2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	141
2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRT6	142

2.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do TRT6, discriminados por grupos, segundo a sua classificação, e a totalização por grupo e geral	142
2.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a sua classificação	143
2.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos	143
2.1.6 Despesas associadas à manutenção da frota de veículos próprios	143
2.1.7 Plano de substituição da frota de veículos próprios	144
2.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	144
2.1.9 Estrutura de controles de que o TRT6 dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte	145
2.1.9.1 Sistema de abastecimento	146
2.1.9.2 Sistema de manutenção	146
2.1.9.3 Relatórios inteligentes	146
2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	147
2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	147
2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	149
2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	157
3. Gestão da tecnologia da informação	159
3.1 Principais sistemas de informações	159
3.1.1 Avaliação de riscos relacionados à continuidade e à disponibilidade dos principais sistemas de informações e as medidas adotadas para mitigar eventuais riscos	161
3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	161
3.2.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	161
3.2.1.1 Monitoramento das metas e dos indicadores do PETIC	165
3.2.1.2 Apuração dos indicadores do PETIC relativos ao ano de 2016	166
3.2.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	168
3.2.2.1 Tratamento de novas demandas de tecnologia da informação e comunicação	169
3.2.2.1.1 Cadastramento das novas demandas no portfólio	170
3.2.2.1.2 Apreciação do portfólio de demandas	170
3.2.2.2 Critérios de classificação de demandas de tecnologia da informação e comunicação	171
3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)	171
3.4 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	173
3.5 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	173
3.6 Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI	175
3.7 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI	175
3.8 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no exercício de 2016	176
3.9 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o TRT6	179
4. Gestão ambiental e sustentabilidade	179
4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	183
CAPÍTULO V	184
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	184
1 Canais de acesso do cidadão	184
2 Carta de Serviços ao Cidadão	186
3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	186
4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do TRT6	187
5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	187
CAPÍTULO VI	189
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	189

1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	189
1.1 Disponibilidades	189
1.2 Créditos e dívidas.....	189
1.3 Estoques.....	189
1.4 Imobilizado	190
1.5 Intangível	191
2 Sistemática de apuração de custos no âmbito do TRT6	192
3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/1964 e notas explicativas.....	194
3.1 Composição dos principais itens das demonstrações.....	194
3.1.1 Balanço Financeiro	194
3.1.2 Balanço Patrimonial.....	197
3.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais	211
3.1.4 Balanço Orçamentário	213
3.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	216
CAPÍTULO VII	218
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	218
1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	218
2. Tratamento de recomendações do OCI.....	218
2.1 Auditoria de avaliação da implantação da gestão sustentável	218
2.2 Auditoria de conformidade na composição da planilha de custos e formação de preços.....	219
2.3 Auditoria nos processos de doação de bens	219
2.4 Auditoria nos processos de contratação direta.....	219
2.5 Auditoria nos procedimentos licitatórios	219
3 Medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	220
4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993.....	220
5 Gestão de precatórios	220
5.1 Requisições e precatórios da Administração Direta e Indireta	220
5.2 Análise crítica sobre a gestão de precatórios sob responsabilidade do TRT6	222
6 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	222
7 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	223

APRESENTAÇÃO

Em consonância com as prescrições insertas na IN TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010 – que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da Administração Pública Federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 8.443/1992 –, na DN TCU n.º 154, de 19 de outubro de 2016 – que dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão e informações suplementares referentes à prestação de contas do exercício de 2016, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do artigo 3º da IN n.º 63/2010 –, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE apresenta o RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, na forma individual.

O RG 2016 contempla a estrutura geral de conteúdos estabelecida no Anexo II da DN n.º 154/2016, observando, ainda, a estrutura e os requisitos previstos no sistema e-Contas e na Portaria TCU n.º 59, de 17 de janeiro de 2017.

Além das informações de cunho obrigatório, oportuno citar as principais realizações da gestão no exercício de 2016: **i)** obtenção de taxa de atendimento da demanda na ordem de 103,72%, superando em 3,72% o número de casos novos distribuídos no ano, resultado merecedor de destaque, porquanto, desde a implantação do Índice de Processos Julgados, em 2010, foi a primeira vez que o 1º grau de jurisdição do TRT6 superou a marca dos 100% de resolução do número das novas demandas; **ii)** promoção da campanha 6ª Semana Nacional da Execução Trabalhista com o propósito de solucionar os conflitos trabalhistas de modo rápido e justo, com encerramento de 318 processos, que se encontravam pendentes de execução, e arrecadação de aproximadamente R\$ 7 milhões; **iii)** recebimento do Selo Diamante 2016, a mais alta condecoração do Conselho Nacional de Justiça para destacar as instituições com o melhor desempenho na administração de dados estatísticos; **iv)** criação de uma agenda de pautas extras pelo Núcleo de Conciliação do TRT6 para tentativa de acordo, visando resolver com mais celeridade as demandas trabalhistas; **v)** continuidade da implantação do plano estratégico institucional, com a execução dos programas e projetos estratégicos, iniciativas e melhorias nos processos organizacionais; **vi)** elaboração e aprovação da revisão do PETIC e do PDTIC; **vii)** reabertura do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, no bairro da Imbiribeira, para onde foram transferidas as 23 Varas do Trabalho do Recife e as unidades de apoio, que estavam funcionando provisoriamente, de forma compartilhada, no Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes desde a interdição do Edifício Sudene; **viii)** aprovação do Plano de Logística Sustentável do TRT6, que traça as diretrizes e as metas referentes ao assunto para o período de 2016 a 2018, com o estabelecimento de ações, prazos de execução e mecanismos de avaliação e monitoramento; **ix)** celebração de termo de cooperação com a ONG Moradia e Cidadania para implantar a coleta seletiva de papel, destinando o material inservível produzido pelo TRT6 para a referida organização, com vistas à realização de projetos sociais em todo o Estado de Pernambuco.

Entre as principais dificuldades encontradas para consecução dos objetivos institucionais no ano de referência, certamente a que vale menção foi ter que administrar os parcos recursos financeiros após o significativo corte no orçamento em 2016 promovido pelo governo federal, que inicialmente alcançou o patamar de 29,41%, circunstância que obrigou este órgão a estabelecer uma série de medidas para redução de despesas, a exemplo de rescisão de contratos de prestação dos serviços de ascensorista, copeiragem e assessoria de comunicação social; redução dos quantitativos dos postos de trabalho de garçonaria, vigilância armada, auxiliar de portaria, digitalização eletrônica

de documentos, limpeza e conservação; suspensão do contrato de manutenção predial das unidades judiciárias do interior do estado; negociação com os proprietários dos imóveis locados por este órgão para redução do valor dos contratos de aluguel; economia dos gastos com a manutenção de veículos e com o consumo de combustível; priorização da capacitação de pessoal a distância e da realização de palestras e reuniões em ambiente virtual; alteração do horário de funcionamento das unidades administrativas e judiciárias, bem como o de atendimento ao público; e suspensão do desenvolvimento do Programa de Melhoria de Infraestrutura, vinculado aos projetos estratégicos “Construção do Fórum Trabalhista de Goiana” e “Construção do Fórum Trabalhista de Igarassu”, bem como do Programa de Gestão Documental e Memória, ligado aos projetos estratégicos “Preservar a Memória do Acervo Documental Eletrônico” e “Preservar e Divulgar a Memória Fotográfica do TRT6”.

Saliente-se que, ao adotar tais medidas, o TRT6 conseguiu, muito embora com dificuldades, *“fazer mais com menos”*, adaptando as suas atividades ao mencionado corte orçamentário, sem, todavia, deixar de oferecer à sociedade a adequada prestação jurisdicional, em cumprimento à missão organizacional de *“Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social”*.

Finalmente, cumpre destacar que o RG foi elaborado de modo a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão do TRT6 no exercício de 2016, na medida em que, além de ser um instrumento para os órgãos de controle e de autorreflexão sobre a gestão, trata-se de uma forma de prestar contas à sociedade.

CAPÍTULO I

VISÃO GERAL DO TRT6

1 Finalidade e competência institucionais

1.1 Finalidade institucional

A finalidade institucional do TRT6 consiste em atender a sociedade no âmbito do Estado de Pernambuco, solucionando, de forma rápida e eficaz, os conflitos decorrentes das relações de trabalho.

1.2 Competência institucional

A competência institucional corresponde às atribuições da UPC, definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

A competência da Justiça do Trabalho é atribuída pelo artigo 114 da Constituição Federal e pela legislação ordinária que disciplina a formação e o funcionamento de seus órgãos e serviços.

Dessa forma, compete ao TRT6 processar e julgar, no âmbito do Estado de Pernambuco:

- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no artigo 102, inciso I, alínea 'o';
- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, 'a', e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; e
- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

2 Organograma

A estrutura organizacional da segunda instância do TRT6 conta com os gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria Regional, 19 (dezenove) Gabinetes de Desembargadores Federais do Trabalho, 04 (quatro) Turmas e o Tribunal Pleno, ao passo que, na primeira instância, este

órgão possui um total de 70 (setenta) Varas do Trabalho e 02 (dois) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

A seguir, consta quadro relativo às informações sobre as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão deste órgão, detalhando as principais competências, os titulares responsáveis com os respectivos períodos de atuação.

1 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Dirigir o serviço judiciário e administrativo do Tribunal, executando as suas decisões e as proferidas pelo Tribunal Pleno.	Gisane Barbosa de Araújo	Desembargadora do Trabalho	2016
Vice-Presidência	Substituir o Presidente nos afastamentos e praticar os atos, como também exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente (No período: recursos de competência hierarquicamente superior, precatórios e requisições de pequeno valor da União).	Virgínia Malta Canavarro	Desembargadora do Trabalho	2016
Corregedoria Regional	Realizar correição nas Varas do Trabalho em Pernambuco, como também deliberar quanto às designações dos juízes do trabalho substitutos para funcionar nas diversas Varas, observando o zoneamento fixado pelo TRT6 e as normas que presidem a movimentação dos magistrados.	Ivan de Souza Valença Alves	Desembargador do Trabalho	2016
Tribunal Pleno	Julgar as ações originárias.	19 Desembargadores	Desembargadores do Trabalho	2016
Turmas	Julgar as ações em grau de recurso e as ações originárias.	4 Turmas com 4 Desembargadores cada	Desembargadores do Trabalho	2016
Gabinetes dos Desembargadores	Julgar as ações em grau de recurso e as ações originárias.	19 Desembargadores	Desembargador do Trabalho	2016
Varas do Trabalho	Julgar as ações trabalhistas no primeiro grau.	70 Juízes do Trabalho	Juiz do Trabalho	2016

Fonte: CGE

Cumpra esclarecer que o organograma do TRT6, alterado em 2016, consta do Anexo I deste relatório de gestão.

3 Macroprocesso finalístico

O macroprocesso finalístico do TRT6, qual seja o processo de reclamação trabalhista, engloba um conjunto de atividades que possibilita a esta UPC a geração de valor à sociedade ao realizar a missão institucional, que é a sua razão de ser.

Em geral, ele tem início com o ajuizamento da ação trabalhista e, após a prática dos atos próprios da fase de conhecimento, tem-se a prolação da sentença. Em seguida, dá-se início à fase de execução do julgado. A tramitação do macroprocesso envolve unidades de primeiro grau (Varas Trabalhistas) e segundo grau (Gabinetes de Desembargadores e Tribunal Pleno).

Por meio da Resolução Administrativa TRT n.º 20/2010, esta Corte implementou o Manual de Rotinas e Procedimentos para a fase cognitiva, nas reclamações trabalhistas, contendo os fluxos dos principais conjuntos de atividades e descrição dos respectivos procedimentos.

Em 2014, este Regional totalizou a instalação do Processo Judicial Eletrônico – PJe nos primeiro e segundo graus de jurisdição.

A implantação do PJe no TRT6 foi alvo de ações de treinamento e divulgação de informações, a fim de proporcionar ao público interno e externo condições de utilizar essa moderna plataforma de acesso à Justiça.

Encontra-se disponibilizado no portal do TRT6 (<http://www.trt6.jus.br/portal/pje>) informações sobre o Processo Judicial Eletrônico de 1º e 2º graus, atos, fluxos, vídeos demonstrativos, bem como todos os manuais de utilização às diferentes categorias de usuários do sistema. Tal material, desenvolvido pela Escola Judicial deste Tribunal e pela Secretaria de Tecnologia da Informação, tem sido constantemente atualizado e aprimorado.

O principal produto gerado pelo macroprocesso finalístico do TRT6 é a prestação jurisdicional, buscando solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho no Estado de Pernambuco, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social. Destacam-se como principais clientes: empregado, empregador, Ministério Público do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sindicatos e associações.

Com a finalidade precípua de atender ao jurisdicionado frente às demandas das relações de trabalho, esta Especializada vem utilizando sistemas e/ou bancos de dados de alguns parceiros externos, órgãos/autarquias, a fim de obter informações ou meios que auxiliem a efetividade da prestação jurisdicional.

Para tanto, o TRT6 mantém Termos de Cooperação Técnica com o Departamento de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE e com a Junta Comercial de Pernambuco – JUCEPE. Além desses convênios, tem renovado o contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, cujo sistema permite acesso a alguns dados da Receita Federal por meio de consulta ao CPF e/ou CNPJ das partes.

O TRT6 também tem mantido a adesão aos convênios firmados pelo TST com o Banco Central (Sistema BACENJUD) e ao celebrado com a Secretaria da Receita Federal (Sistema INFOJUD); bem como ao convênio firmado entre o TRT6 e a IOB – Informações Objetivas, Publicações Jurídicas Ltda.

Além dos órgãos elencados como parceiros, peritos, bancos (dados do FGTS, folhas de pagamento) e o INSS também atuam como fornecedores de informações e dados para execução dos processos.

O TRT6 conta, ainda, com parceria com instituições bancárias oficiais para depósito de alvarás e precatórios.

Vale registrar que o TRT6 empreendeu esforços para realização de campanhas para solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, a exemplo de semanas nacionais de conciliação e de execução, obtendo resultados satisfatórios.

Destaca-se, também, a criação do Núcleo Permanente de Soluções de Conflitos – que atende ao primeiro grau de jurisdição – e da Central de Conciliação da 2ª Instância.

Assim, as parcerias firmadas pelo TRT6, bem como as iniciativas descritas, entre outras, certamente concorreram para a melhoria da efetividade da prestação jurisdicional, contribuindo para o resultado obtido de 100% do Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-JUS, medida de eficiência do Tribunal.

O macroprocesso finalístico do TRT6 recebe o apoio de outros macroprocessos, os quais têm como objetivo oferecer as condições para realização efetiva do conjunto de ações mais importantes da organização. Daí serem denominados macroprocessos de suporte ou apoio, podendo ser elencados a gestão de pessoas, a gestão de logística e infraestrutura, a gestão orçamentária e financeira, a gestão de tecnologia da informação e comunicação, a gestão estratégica, a auditoria e o controle interno, bem como a gestão de comunicação.

Desses macroprocessos, destacam-se algumas entregas importantes para a realização da atividade-fim: os equipamentos de informática, os sistemas de TIC, as máquinas e os equipamentos, os serviços e sistemas de acesso à rede mundial de computadores e da rede corporativa, as atividades de treinamento e capacitação, as instalações e o quadro de pessoal.

O Tribunal tem dado continuidade ao trabalho de mapeamento dos processos de apoio, iniciado em 2012, cujos fluxos encontram-se disponibilizados em seu portal (internet e intranet), nos seguintes endereços: <http://novaintranet.trt6.jus.br/cge/secao-de-processos-organizacionais> e <http://novaintranet.trt6.jus.br/sti/processosdeti>. Ressalte-se que consta no planejamento estratégico em vigência projeto estratégico intitulado Programa de Otimização de Processos Críticos.

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

1 Planejamento organizacional

Em 2015, o TRT6 iniciou a execução de seu plano estratégico com abrangência de seis anos (período de 2015 a 2020), instituído na Resolução Administrativa n.º 25/2014, de 16 de dezembro de 2014. O referido plano foi elaborado, no decorrer do ano de 2014, em um processo participativo envolvendo representantes de todas as unidades judiciais e administrativas do Tribunal, buscando o alinhamento com as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Considerando a necessidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução n.º 70/2009, o CNJ, por meio da Resolução n.º 198, de 1º de julho de 2014, definiu o desdobramento da estratégia do Poder Judiciário por segmento de justiça e a obrigatoriedade dos tribunais regionais alinharem seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, com a possibilidade de revisões periódicas. Desse modo, foi antecipada a elaboração do novo Planejamento Estratégico do TRT6 com abrangência de seis anos (2015-2020).

O Planejamento Estratégico no âmbito da Justiça do Trabalho foi coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e com a participação de todos os regionais trabalhistas. O Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho teve como objetivo a implementação de ações estratégicas que nortearão o Judiciário trabalhista pelo período de 2015 a 2020.

A vinculação entre o Planejamento Estratégico do TRT6 e a sua finalidade institucional é demonstrada na metodologia de gestão *Balanced Scorecard* – BSC adotada e adequada pelo TRT6. A estratégia do TRT6 é composta pelas perspectivas sociedade, processos internos e recursos, com temas e objetivos que visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, estando em total consonância com a missão do TRT6 – “*Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social*” –, bem como com a visão e os valores institucionais.

Em termos constitucionais, destaca-se o objetivo “*Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho*”. Todavia, todos os objetivos estratégicos do TRT6 visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, fortalecendo os processos de governança, estabelecendo políticas de gestão de pessoas, aprimorando a infraestrutura que facilitem o acesso à Justiça do Trabalho.

A estratégia do TRT6 foi definida e descrita visualmente por meio do Mapa Estratégico do TRT6 (Anexo II), sintetizando a estratégia adotada e expressando os objetivos estratégicos nas perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Recursos, com a finalidade de cumprir a missão e alcançar a visão institucional.

No Planejamento Estratégico do TRT6 para o período de 2015-2020, foram definidos 12 indicadores e metas e 17 projetos estratégicos. Alinhado com o Plano Estratégico da Justiça do

Trabalho, o Planejamento Estratégico deste Tribunal adotou 10 dos indicadores nacionais e incluiu outros dois indicadores considerados importantes para a sua estratégia.

Em 2016, o TRT6 deu continuidade à implantação de seu plano estratégico com a execução dos programas e projetos estratégicos, iniciativas e melhorias nos processos organizacionais.

Destaca-se que, no referido exercício financeiro, a implantação do plano estratégico deste órgão sofreu grandes dificuldades, em decorrência da restrição orçamentária estabelecida à Justiça do Trabalho. Por conseguinte, dois programas (“Melhoria de Infraestrutura” e “Gestão Documental e Memória”), com os seus quatro projetos estratégicos (“Construção do Fórum Trabalhista de Goiana” e “Construção do Fórum Trabalhista de Igarassu”, relacionados ao primeiro programa, e “Preservar a Memória do Acervo Documental Eletrônico” e “Preservar e Divulgar a Memória Fotográfica do TRT6”, vinculados ao segundo programa), tiveram seu desenvolvimento suspenso.

No ano em referência, foi elaborada e aprovada a revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para o período 2015-2020, em atendimento ao disposto na Resolução CNJ n.º 211/2015, que determina a obrigatoriedade de alinhamento do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário. Do mesmo modo, houve a aprovação da revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o interregno 2015-2016, considerando a necessidade de alinhamento do PDTIC com a nova versão do PETIC.

1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Planejamento Estratégico do TRT6 para o período de 2015-2020 foi aprovado pelo Tribunal Pleno em 16 de dezembro de 2014, contendo todos os objetivos e projetos estratégicos a serem desenvolvidos pela instituição nos próximos exercícios, estando disponibilizado na internet e na intranet.

O Plano Estratégico do TRT6 descreve a sua estratégia a partir da visão da organização, alinhando objetivos, indicadores e metas, de forma que as unidades organizacionais planejem as iniciativas de maneira coordenada.

Para o TRT6 foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho;
- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo;
- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida;
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial;
- Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; e
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia.

O referido plano estratégico do TRT6 2015-2020 possui 12 (doze) indicadores e 17 (dezessete) projetos estratégicos. Destaca-se que a diretriz atual dá ênfase para resultados e efetividade. E, para a busca do alcance desses objetivos, foram definidos os seguintes projetos estratégicos:

- Programa de excelência das atividades;
- Promover a governança colaborativa;
- Programa de otimização do processo de execução;
- Programa de produtividade inovadora;
- Programa de fomento à conciliação;
- Implantar política de comunicação;
- Implantar gestão sustentável;
- Estabelecer parcerias visando prevenir a ocorrência das demandas repetitivas dos litigantes contumazes;
- Promover política de qualidade de vida;
- Programa de otimização de processos críticos;
- Programa de consolidação da cultura organizacional em segurança da informação;
- Implantar gestão de riscos;
- Promover política de gestão de pessoas;
- Programa de adequação e manutenção da infraestrutura de TI;
- Implantar governança de TI de forma sistemática;
- Programa de melhorias de infraestrutura; e
- Programa de gestão documental e memória.

O processo de planejamento do TRT6 teve como ponto de partida a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário Nacional 2015-2020 pelo CNJ, onde o glossário expressa as diretrizes e os macrodesafios (objetivos) a serem alcançados pelos segmentos de justiça.

O alinhamento ocorreu em três níveis: o plano nacional, o plano da Justiça do Trabalho e o plano do TRT6. No quadro a seguir, apresenta-se a correlação entre os macrodesafios e os seus objetivos:

2 Correlação entre os macrodesafios e os seus objetivos

	Nacional	Justiça do Trabalho	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Macrodesafios/Objetivos	Efetividade na prestação jurisdicional	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania	Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho
	Garantia dos direitos de cidadania	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania	Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional
	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional
	Adoção de soluções alternativas de conflito	Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito	Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo
	Melhoria da gestão de pessoas	Promover a melhoria de gestão de pessoas e da qualidade de vida	Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida
	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Aperfeiçoar a gestão de custos	Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia
	Instituição da governança judiciária	Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção	Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária
	Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TI	Aprimorar a governança de TIC

Fonte: CGE

O alinhamento também ocorre, em um caso mais específico, entre o Programa de Excelência das Atividades, dividido em dois projetos: Implantar Padrão de Excelência nas Atividades Fins e Implantar Padrão de Excelência nas Atividades de Apoio, vinculados a uma atividade permanente do PPA.

1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico do TRT6 para o período de 2015-2020 descreveu a sua estratégia a partir da visão da organização, alinhando objetivos, indicadores e metas a longo prazo.

Após o desenvolvimento do plano estratégico, foi iniciada a execução da estratégia por meio da implementação de iniciativas e melhoria dos processos, em busca do alcance das metas estabelecidas.

No decorrer de 2016, o Tribunal desenvolveu ações vinculadas a sua estratégia, com o intuito de alcançar a sua visão de futuro: “*Ser um tribunal de referência na qualidade, agilidade, efetividade na prestação dos serviços e valorizado pelo seu quadro funcional*”.

E, com o fito de monitorar, controlar e promover ajustes na estratégia para alcançar os objetivos estabelecidos, foram realizadas as Reuniões de Avaliação da Estratégia, em que houve análise dos resultados e avaliação dos indicadores, metas e projetos estratégicos.

As RAEs foram realizadas nos meses de abril, setembro e dezembro, ocasião em que foram apresentados os resultados obtidos no planejamento estratégico.

Destaca-se, na execução do plano estratégico, o desenvolvimento dos projetos estratégicos e os seus resultados, como descrito a seguir:

O Programa de Excelência das Atividades é constituído dos projetos estratégicos: Implantar Padrão de Excelência nas Atividades Fins e Implantar Padrão de Excelência nas Atividades de Apoio. O escopo deste programa tem grande impacto nos objetivos estratégicos, em razão de que os resultados esperados terem influência em grande parte dos objetivos estratégicos.

O projeto Promover a Governança Colaborativa teve como resultado, em 2016, a realização de diagnóstico institucional das ações e dos itens de controles constantes do Levantamento de Governança realizado pelo TCU, que possibilitará, com essa análise, a adoção, no âmbito deste Tribunal, de boas práticas referentes aos mecanismos Liderança, Estratégia e Controle que compõem o levantamento.

Por oportuno, vale esclarecer que a implementação de boas práticas/itens de controle relativos ao sistema de gestão de riscos, apesar de constituir uma das diretrizes da governança institucional, está sendo desenvolvido por meio do projeto estratégico Implantar Gestão de Riscos.

Nessa mesma linha, o projeto estratégico Implantar Governança de TI de Forma Sistemática tem como objetivo principal o desenvolvimento e a implantação das iniciativas estratégicas para a sistematização da governança de TI no âmbito do TRT6.

O Programa de Otimização de Processos Críticos impacta os objetivos de “Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária” e “Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional”. Os resultados desta iniciativa auxiliam diretamente na inserção da governança e da gestão de risco, como também na implantação iniciada do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico. Em 2016, foi dada continuidade à racionalização dos processos do TRT6.

O projeto estratégico Implantar Gestão Sustentável é uma iniciativa que visa atingir o objetivo “Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional” e atender ao disposto na Resolução CNJ n.º 201/2015. Assim sendo, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável – PLS, o qual foi aprovado pelo Ato TRT-GP n.º 50/2016, de 18 de fevereiro de 2016.

Os projetos estratégicos Programa de Produtividade Inovadora, Promover Política de Qualidade de Vida e Promover Política de Gestão de Pessoas têm forte impacto nos objetivos: “Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho”; “Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional”; “Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária”; “Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo”; e “Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento de competências e na qualidade de vida”. Para vislumbrar o alcance dos efeitos desses projetos, é importante ressaltar seus objetivos específicos: inovação e meritocracia, clima organizacional e motivação, transparência e governança institucional, respectivamente.

Quanto aos projetos Programa de Otimização do Processo de Execução e Programa de Fomento à Conciliação, eles têm o escopo direcionado à área fim com forte impacto nos objetivos estratégicos: “Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões,

assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho”; “Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo” e “Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional”, visando obter maior celeridade e efetividade na resolução de causas trabalhistas.

1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A vinculação entre o Planejamento Estratégico do TRT6 e a sua finalidade institucional é demonstrada na metodologia de gestão *Balanced Scorecard* – BSC adotada e adequada pelo TRT6. A estratégia do TRT6 é composta pelas perspectivas sociedade, processos internos e recursos, com temas e objetivos que visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, estando em total consonância com a missão do TRT6 – “*Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito de Estado de Pernambuco, de forma rápida e eficaz, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da paz social*” –, bem como com a visão e os valores institucionais.

Em termos constitucionais, importa destacar o objetivo “*Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho*”. Entretanto, todos os objetivos estratégicos do TRT6 visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, otimizando os processos de trabalho, capacitando os servidores, disponibilizando recursos e novas idéias que facilitem o acesso à Justiça do Trabalho.

2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Plano Estratégico do TRT6 2015-2020, alinhado ao Plano Nacional do Poder Judiciário e ao Plano da Justiça do Trabalho, traz indicadores nacionais para fins de monitoramento e controle da execução da estratégia, os quais são diretamente relacionados às metas nacionais e específicas da Justiça do Trabalho e aos objetivos estratégicos constantes no Plano deste Tribunal.

O acompanhamento e a comunicação dos resultados do desenvolvimento dos projetos estratégicos, dos indicadores e das metas são realizados através de relatórios de análise crítica, metodologia de gestão de projetos e pelo Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST, onde se verifica a evolução das iniciativas na Estrutura Analítica de Projeto – EAP e o alcance institucional nos objetivos e nas metas.

A análise e a comunicação do desempenho institucional referente ao alcance das metas, acompanhamento de indicadores e desenvolvimento de projetos e iniciativas são realizadas na Reunião de Avaliação Estratégica – RAE, evento de periodicidade quadrimestral.

Os dados e as informações referentes ao desenvolvimento operacional são obtidos a partir do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, ferramenta que tem como objetivo fornecer à Justiça do Trabalho informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e à atividade judicante de primeiro e segundo graus.

3 Desempenho orçamentário

3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do TRT6 e resultados alcançados

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 (PPA 2016-2019), instituído pela Lei n.º 13.249, de 13 de janeiro de 2016, trata-se de instrumento de planejamento governamental, previsto no art. 165 da CF, destinado a refletir as políticas públicas e organizar a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

- Programa Temático: expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e
- Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

De acordo com o Anexo II da lei que instituiu o PPA 2016-2019, os programas 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, executados pela Justiça do Trabalho, inserem-se no tipo de Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, estando expressos na lei orçamentária anual e nas leis de crédito adicional.

De caráter finalístico, o Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista aglutina ações que concorrem diretamente para a garantia plena do direito à Justiça, representada pela missão de conciliar e julgar os dissídios trabalhistas.

O Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União, por sua vez, objetiva atender ao pagamento de aposentadorias e pensões.

Esses programas estão segregados em ações, que, neste Tribunal, foram compostas, em 2016, por Atividades, Projetos, Operações Especiais e Reserva de Contingência.

O orçamento do TRT6 para o exercício de 2016, aprovado mediante a publicação da Lei n.º 13.255 de 14 de janeiro de 2016, apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 685.620.351,00, distribuída por ações da seguinte forma:

3 Dotação orçamentária inicial para 2016

PROGRAMA PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	Ação Orçamentária	Lei Orçamentária de 2016	Créditos * Suplementares	Créditos Extraordinários	Lei Orçamentária Atualizada
	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	146.234.969,00	20.562.345,00	0,00	166.797.314,00
	Pagamento de Pessoal Ativo da União	385.460.339,00	7.881.691,00	0,00	393.342.030,00
	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	15.753.480,00	-20.000,00	0,00	15.733.480,00
	Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores e empregados	2.675.736,00	418.762,00	0,00	3.094.498,00
	Auxílio-Transporte aos servidores e empregados	316.260,00	41.620,00	0,00	357.880,00
	Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados	19.560.000,00	2.021.820,00	0,00	21.581.820,00
	Comunicação e Divulgação Institucional	879.550,00	-719.093,00	0,00	160.457,00
	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	52.533,00	386.913,00	7.353.352,00	7.792.798,00
	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	3.000.000,00	900.000,00	0,00	3.900.000,00
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	42.088.789,00	1.105.059,00	4.537.515,00	47.731.363,00
	Total de Atividades	539.118.871,00	14.204.827,00	11.890.867,00	565.214.565,00
	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	219.156,00	80.000,00	0,00	299.156,00
	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	69.113.028,00	2.108.055,00	0,00	71.221.083,00
	Total de Operações Especiais	69.332.184,00	2.188.055,00	-	71.520.239,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva de Contingência	266.511,00	-266.511,00	0,00	0,00
TOTAL DO ORÇAMENTO DE 2016		685.620.351,00	34.500.661,00	11.890.867,00	732.011.879,00

Fonte: LOA n.º 13.255 de 14/01/2016

Nota: *suplementações (-) cancelamentos.

Verifica-se, ainda, do quadro “Dotação orçamentária inicial para 2016”, que, no decorrer do exercício de referência, o TRT6 obteve aporte orçamentário oriundo de créditos suplementares, no montante de R\$ 34.500.661,00 e de créditos extraordinários no montante de R\$ 11.890.867,00.

O resultado do montante dos créditos suplementares em cada ação refere-se à movimentação líquida no exercício, ou seja, consiste na suplementação deduzida dos cancelamentos de dotações em cada ação orçamentária, não computadas as descentralizações de créditos.

O TRT6 também obteve acréscimos originados de provisões recebidas do TST e do CSJT, totalizadas em R\$3.084.828,44, para execução das Ações Orçamentárias de *Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico*, *Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, *Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor*, conforme detalhamento a seguir.

4 Ações orçamentárias descentralizadas (Provisões)

Ações Orçamentárias - Descentralizadas (Provisões)	Descentralização Recebida (R\$)
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico	682.910,27
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.520.381,78
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	23.650,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	857.886,39
TOTAL	3.084.828,44

Fonte: SIAFI 2016

As descentralizações recebidas dos órgãos da Administração Direta e Indireta destinadas ao atendimento das sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios) totalizaram R\$ 2.568.289,98, distribuídas da seguinte forma:

5 Descentralizações recebidas para cumprimento de sentenças judiciais

Cumprimento de Sentenças Judiciais	Descentralização Recebida (R\$)
Precatórios	2.568.289,98

Fonte: SIAFI 2016

Dessa forma, o orçamento total disponibilizado ao TRT6 importou em R\$ 737.664.997,42, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais e as descentralizações recebidas (provisões e destaques), conforme discriminado a seguir.

6 Discriminação do total geral das dotações em 2016

Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei n.º 13.255/2016)	
Orçamento Inicial aprovado = (A)	685.620.351,00
Créditos Suplementares e Extraordinários, inclusive cancelamentos = (B)	46.391.528,00
Dotação Atualizada = (A) + (B)	732.011.879,00
Provisões recebidas, inclusive RPV = (C)	3.084.828,44
Destaque recebido para Precatórios = (D)	2.568.289,98
Total Geral Disponibilizado (E) = (A) + (B) + (C) + (D)	737.664.997,42

Fonte: SIAFI 2016

Nota: Valores em R\$ (reais).

A execução das ações destinadas a este Tribunal está disposta, de forma sintética, no quadro a seguir, refletindo uma utilização de 99,31% do total disponibilizado.

7 Execução orçamentária por ação

Descrição das Ações Orçamentárias			Dotação Autorizada (1)	Orçamento Utilizado (2)	Execução do Orçamento
PESSOAL	Pagamento de Pessoal Ativo da União		393.342.030,00	393.342.030,00	100,00%
	Pagamento de Aposentadorias e Pensões		166.797.314,00	166.797.302,65	99,69%
	Contribuição da União Custeio do Regime de Previdência		71.221.083,00	70.767.606,01	99,36%
ATIVIDADES	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (3)		47.731.363,00	43.098.738,82	90,29%
	Planos Orçamentários	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	46.443.246,00	41.813.310,38	90,05%
		Capacitação de Recursos Humanos	885.775,00	884.309,96	99,83%
		Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	386.342,00	386.342,00	100,00%
		Programa Trabalho Seguro	8.000,00	7.825,78	97,82%
		Programa de Combate ao Trabalho Infantil	8.000,00	6.950,70	86,88%
	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		3.900.000,00	3.900.000,00	100,00%
	Comunicação e Divulgação Institucional		160.457,00	151.537,58	94,44%
	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		7.792.798,00	7.792.798,00	100,00%
	PROVISÕES	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação		1.520.381,78	1.520.381,78

	Desenvolvimento e Instalação do Processo Judicial Eletrônico	682.910,27	682.910,27	100,00%
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	23.650,00	23.650,00	100,00%
BENEFÍCIOS	Assistência Médica e Odontológica	15.733.480,00	15.733.480,00	100,00%
	Assistência Pré-Escolar	3.094.498,00	3.094.498,00	100,00%
	Auxílio-Transporte	357.880,00	357.880,00	100,00%
	Auxílio-Alimentação	21.581.820,00	21.581.820,00	100,00%
	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	299.156,00	299.156,00	100,00%
SENTENÇAS	Cumprimento de Sentença Judicial – Precatórios	2.578.905,00	2.568.289,98	99,59%
	Cumprimento de Sentença Judicial – SPV	857.886,39	857.886,39	100,00%
TOTAL		737.675.612,44	732.569.965,48	99,31%

Fonte: SIAFI 2016

Notas:

- (1) (Dotação Autorizada = créditos iniciais (+) créditos adicionais (-) cancelamentos);
- (2) (Orçamento Utilizado = Despesa Empenhada);
- (3) Créditos iniciais: Incluso, no crédito utilizado empenhado da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, o montante de R\$69.792,10, descentralizado à Sudene, visando ao pagamento do ressarcimento das despesas orçamentárias comuns (água, energia elétrica, manutenção, limpeza e outras), decorrentes do rateio da despesa proporcional à área ocupada por este Tribunal no Edifício Sudene, onde funcionava as Varas do Trabalho do Recife.

Outrossim, cumpre informar que o TRT6 não possui programa temático, mas apenas encontra-se inserido no Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Considerando que o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado não está associado, na lei do PPA, a indicadores, objetivos e metas, não necessita ser consignado, de forma expressa, neste relatório de gestão.

Pelas mesmas razões, esta UPC deixa de apresentar uma visão gerencial de como foi a execução dos programas temáticos e dos objetivos do PPA 2016-2019.

3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade do TRT6

As ações consignadas na LOA 2016, incluídas as oriundas de créditos adicionais, no âmbito das esferas fiscal e da seguridade social (OFSS), autorizadas para serem executadas por este Tribunal são as seguintes:

Atividades

- Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;
- Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos;

- Assistência Médica e Odontológica dos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis, Empregados e Militares;
- Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares;
- Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares;
- Comunicação e Divulgação Institucional;
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

Projetos

- Não se aplica pela inexistência de projetos.

Operações Especiais

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões;
- Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Reserva de Contingência

- Reserva de Contingência.

3.2.1 Ações do OFSS

As informações sobre as ações orçamentárias sob a responsabilidade do TRT6 são apresentadas nos subitens 3.2.2 (Ações/Subtítulos – OFSS) e 3.2.3 (Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS) deste Capítulo II.

3.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS

8 Ações/Subtítulos – OFSS (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade)

Identificação da Ação							
Código			00M1			Tipo:	Operações Especiais
Descrição			Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade				
Programa			Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária			Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária			() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	219.156,00	299.156,00	299.156,00	280.135,74	280.135,74		19.020,26
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	59.915,37	1.773,96	39.482,18				

Fonte: SIAFI

Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade

Finalidade

A ação de Auxílio Funeral e Natalidade visa proporcionar o pagamento de Auxílio Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral de ex-servidor ou ex-militar, bem como o pagamento de Auxílio Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro de servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

Metodologia Aplicada

O critério utilizado para arbitrar o montante da despesa da ação orçamentária é realizado tomando-se por base a execução orçamentária do exercício anterior.

Meta

A dotação orçamentária autorizada foi utilizada para custear as despesas com o pagamento de auxílio funeral e natalidade, no montante de R\$299.156,00.

Alterações Orçamentárias

O TRT6 pleiteou remanejamento de crédito para reforço da dotação da ação no montante de R\$50.000,00, tendo como fonte a anulação parcial da ação Assistência Médica e Odontológica, por meio do Ofício TRT-GP n.º 614/2016, no segundo período de alterações orçamentárias. A solicitação foi atendida por meio do Ato n.º 193 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, publicado no DOU em 16 de setembro de 2016.

Houve pedido de remanejamento de crédito para reforço da dotação da ação, no montante de R\$30.000,00, tendo como fonte a anulação parcial da ação Auxílio Alimentação, por meio do Ofício TRT-GP n.º 844/2016, no quarto período de alterações orçamentárias. A solicitação foi atendida por meio do Ato Conjunto TST/CSJT n.º 34, publicado no DOU em 29 de novembro de 2016.

9 Alterações orçamentárias (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade)			
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
219.156,00	80.000,00	0,00	299.156,00
219.156,00	80.000,00	-	299.156,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

A dotação autorizada da ação (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de **R\$299.156,00**, valor que foi integralmente empenhado. Foi liquidado e pago o montante de **R\$280.135,74**, o que corresponde a **93,64%** do crédito empenhado, restando inscrito em Restos a Pagar o saldo de **R\$19.020,26**.

A inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2016, no montante de R\$19.020,026, teve impacto pouco significativo na execução desta ação, com percentual de 6,3% em relação ao total da despesa empenhada.

10 Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis)

Identificação da Ação							
Código	181					Tipo:	Operações Especiais
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código	089	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026 Pernambuco	146.234.969,00	166.797.314,00	166.797.302,65	166.279.377,85	166.279.377,85		517.924,80
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026 Pernambuco	402.491,71	219.493,96	49.218,54				

Fonte: SIAFI

Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Finalidade

A ação orçamentária Pagamento de Aposentadorias e Pensões tem a finalidade de garantir remuneração aos servidores civis inativos e pensionistas deste Tribunal, conforme as regras do regime previdenciário próprio. Inclui o pagamento de aposentadorias, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e outros.

Metodologia Aplicada

A metodologia utilizada para fixação da despesa na LOA 2016 para Pagamento de Aposentadorias e Pensões foi realizada mediante a aplicação do art. 93 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, estabelecendo que o Poder Judiciário terá como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2016, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos artigos 99, 101 e 102, ou outro limite que vier a ser estabelecido por lei superveniente.

Metas

A Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016) não prevê meta física para a ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões, que foi contemplada com crédito inicial na LOA no valor de R\$146.234.969,00 e aporte orçamentário, por intermédio de créditos suplementares, no montante de R\$ 20.562.345,00, representando acréscimo de 14,06% em relação à dotação orçamentária inicial.

Alterações Orçamentárias

Houve publicação do Ato n.º 254 do CSJT, de 10 de novembro de 2016, concedendo a este Regional crédito suplementar para a ação no valor de R\$9.126.726,00.

Na mesma direção, foi publicado o Ato n.º 287 do CSJT, de 13 de dezembro de 2016, concedendo a este Regional crédito suplementar para a ação no valor de R\$11.435.619,00.

11 Alterações orçamentárias (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis)

Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
7.947.503,00	20.562.345,00	0,00	28.509.848,00
53.601.197,00	0,00	0,00	53.601.197,00
84.686.269,00	0,00	0,00	84.686.269,00
146.234.969,00	20.562.345,00	-	166.797.314,00

Fonte: SOF

Avaliação de resultados

A dotação autorizada da ação (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$166.797.314,00, sendo empenhado o valor de R\$166.797.302,65. Foi liquidado e pago o montante de R\$166.279.377,85, o que corresponde a 99,69% do crédito empenhado, restando inscrito em Restos a Pagar o saldo de R\$517.924,80.

A inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2016, no montante de R\$517.924,80, teve impacto pouco significativo na execução desta ação, com percentual de 0,311% em relação ao total da despesa empenhada.

Quanto aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, no montante de R\$402.491,71, foram cancelados 12,23% do valor existente em 1º/01/2016, e executados 54,53%, no montante de R\$ 219.493,96, proporcionando o pagamento das despesas de diversos protocolos deferidos administrativamente. As demais despesas reinscritas e não pagas correspondem a 33,24% (R\$133.779,21).

12 Ações/Subtítulos – OFSS (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais)

Identificação da Ação							
Código	09HB					Tipo:	Operações Especiais
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	69.113.028,00	71.221.083,00	70.767.606,01	70.767.606,01	70.767.606,01		0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0026	949.387,58	316.227,93	633.159,65				

Fonte: SIAFI

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Finalidade

A ação visa assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.

Metodologia aplicada

O valor consignado na ação, bem como seus acréscimos, guarda direta correlação com o montante aplicado no pagamento das despesas com o grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Metas

A Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016), não prevê meta física para a indigitada ação.

Alterações Orçamentárias

Do montante inicial consignado na LOA para essa ação (R\$69.113.028,00), houve aporte orçamentário, por intermédio de créditos suplementares, no montante de R\$2.108.055,00, mediante os Atos n.º 254 e n.º 287, ambos do CSJT, de 10 de novembro de 2016 e de 13 de dezembro de 2016, nos valores de R\$1.093.542,00 e R\$1.014.513,00, respectivamente.

13 Alterações orçamentárias (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais)

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
69.113.028,00	2.108.055,00	0,00	71.221.083,00
69.113.028,00	2.108.055,00	-	71.221.083,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

O montante autorizado para esta ação, de R\$71.221.083,00, atingiu a execução de 99,36% dos créditos disponibilizados. Não houve a inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2016.

No tocante aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, no montante de R\$949.387,58, foram cancelados 66,69% do valor existente em 1º/01/2016, e executados 33,31%, no montante de R\$ R\$ 316.227,93, proporcionando o pagamento das despesas de diversos protocolos deferidos administrativamente.

14 Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Pessoal Ativo da União)

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo:	Atividade
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	571		Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	385.460.339,00	393.342.030,00	393.342.030,00	393.139.276,74	393.139.276,74		202.753,26
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	277.721.98	144.690.79	41.421.78				

Fonte: SIAFI

Pagamento de Pessoal Ativo da União

Finalidade

A ação tem a finalidade de garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

Metodologia aplicada

A metodologia utilizada para fixação da despesa na LOA 2016, para pagamento de pessoal ativo, foi realizada mediante a aplicação do art. 93 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, estabelecendo que o Poder Judiciário terá como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2016, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos artigos 99, 101 e 102, ou outro limite que vier a ser estabelecido por lei superveniente.

Metas

A Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016), não prevê meta física para a ação.

Alterações Orçamentárias

Do montante inicial consignado na LOA para essa ação (R\$385.460.339,00), houve aporte orçamentário, por intermédio de créditos suplementares, no montante de R\$7.881.691,00, mediante o Ato n.º 287 do CSJT, de 13 de dezembro de 2016, perfazendo o montante autorizado para a ação de R\$393.342.030,00.

15 Alterações orçamentárias (Pagamento de Pessoal Ativo da União)

Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
385.460.339,00	7.881.691,00	0,00	393.342.030,00
385.460.339,00	7.881.691,00	-	393.342.030,00

Fonte: SOF

Avaliação dos Resultados

A execução alcançou 100% dos recursos disponibilizados, incluso o percentual de 0,05% referente à inscrição de Restos a Pagar no exercício.

A inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2016, no montante de R\$202.753,26, teve impacto pouco significativo na execução desta ação, com percentual de 0,05% em relação ao total da despesa empenhada.

Quanto aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, no montante de R\$277.721,98, foram cancelados 14,91% do valor existente em 1º/01/2016, e executados 52,10%, no montante de R\$ 144.690,79, proporcionando o pagamento das despesas de diversos protocolos deferidos administrativamente.

As demais despesas remanescentes do valor registrado em 1º de janeiro de 2016 correspondem a R\$91.609,41, valor que foi reinscrito.

16 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes)

Identificação da Ação							
Código	2004					Tipo:	Atividade
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	15.753.480,00	15.733.480,00	15.733.480,00	15.651.076,15	15.651.076,15		82.403,85
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
0026	Pessoa Beneficiada			unidade	6.145		6.244
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	2.080.451,94	1.856.855,28	66.180,33				

Fonte: SIAFI

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Finalidade

A ação visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993).

Reveste-se de concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993).

A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos, hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio ou serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, auxílio-saúde, por meio de ressarcimento.

Metodologia aplicada

A metodologia utilizada para fixação da despesa com assistência médica e odontológica neste órgão foi realizada mediante a aplicação do art. 107 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de

2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente à assistência médica e odontológica, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

Metas

A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos, hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio ou serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

A meta física prevista na LOA para esta ação foi de 6.145 pessoas beneficiadas, ao passo que a realizada, no exercício de 2016, foi de 6.244 pessoas beneficiadas.

Alterações Orçamentárias

Houve solicitação do remanejamento de crédito tendo como fonte a anulação parcial de dotação da ação para reforço da dotação reservada ao pagamento das despesas com auxílio funeral e natalidade, no montante de R\$50.000,00, por meio do Ofício TRT-GP n.º 614/2016, no segundo período de alterações orçamentárias. O pedido foi atendido mediante o Ato n.º 193, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, publicado no DOU em 16 de setembro de 2016.

Foi solicitada alteração orçamentária para reforço da dotação da ação, no montante de R\$30.000,00, tendo como fonte a anulação parcial da ação Auxílio Alimentação, por meio do Ofício TRT-GP n.º 844/2016, no quarto período de alterações orçamentárias. O requerimento foi atendido mediante o Ato Conjunto TST/CSJT n.º 34, publicado no DOU em 29 de novembro de 2016.

17 Alterações orçamentárias (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes)

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
15.753.480,00	30.000,00	50.000,00	15.733.480,00
15.753.480,00	30.000,00	50.000,00	15.733.480,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

O montante inicial consignado para essa ação foi de R\$15.753.480,00, sendo utilizados 100% dos recursos totais disponibilizados, inclusos os valores inscritos em Restos a Pagar. Houve inscrição em RAP, no exercício em referência, no montante de R\$82.403,85, correspondendo a 0,524% do valor total empenhado.

No que respeita aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 3% do valor existente em 1º/01/2016, e executados 89%, no montante de R\$1.856.855,28, proporcionando o pagamento das despesas com o plano de saúde dos magistrados e servidores, com competência no mês de dezembro de 2015, e pagos em janeiro de 2016. As demais despesas remanescentes do valor registrado em 1º de janeiro de 2016 correspondem a 7,57% (R\$157.416,33).

18 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo:	Atividade
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	571		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	2.675.736,00	3.094.498,00	3.094.498,00	3.076.708,86	3.076.708,86		17.789,14
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		unidade	361			373
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	36.568,21	1.251,36	23.365,53				

Fonte: SIAFI

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

Finalidade

A ação visa oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

A concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contracheque, ocorre a partir de requerimento efetivado pelos servidores e magistrados que tenham filhos em idade pré-escolar.

Metodologia Aplicada

A metodologia utilizada para fixação da despesa de assistência pré-escolar no TRT6 foi realizada mediante a aplicação do art. 107 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente à assistência pré-escolar, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A Portaria Conjunta do Conselho Nacional de Justiça n.º 1, de 18 de fevereiro de 2016, reajustou o valor mensal do mencionado benefício para R\$669,00, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016.

Metas

A meta física programada corresponde à quantidade estimada de crianças com idade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de filhos de magistrados e servidores deste órgão.

A meta inicial foi de 361 crianças, obtendo-se, ao final do exercício, 373 crianças atendidas.

Alterações orçamentárias

Por meio do Ato Conjunto TST/CSJT.GP n.º 6, de 8 de março de 2016, houve suplementação orçamentária no valor de R\$ 290.244,00 para este Regional, para pagamento dos valores devidos nos termos da Portaria Conjunta citada alhures.

No segundo período de alterações orçamentárias, houve apresentação do pedido de suplementação, no valor de R\$86.608,00, conforme Ofício TRT-GP n.º 614/2016, de 24 de agosto de 2016. A solicitação foi atendida por meio do Ato n.º 193 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, publicado no DOU em 16 de setembro de 2016.

No terceiro período de alterações orçamentárias, foi apresentado o pedido de suplementação orçamentária no valor de R\$41.910,00, conforme Ofício TRT-GP n.º 782/2016, de 24 de outubro de 2016, sendo a solicitação atendida por meio do Ato Conjunto TST/CSJT n.º 34, publicada no DOU em 30 de novembro de 2016.

19 Alterações orçamentárias (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
2.675.736,00	418.762,00	0,00	3.094.498,00
2.675.736,00	418.762,00	-	3.094.498,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

O montante inicial consignado para essa ação foi de R\$2.675.736,00, havendo suplementação no decorrer do exercício, no valor total de R\$418.762,00, conforme autorizações referenciadas acima.

Para o alcance dessa meta, houve a utilização do montante de R\$3.094.498,00, obtendo-se um percentual de 100% de utilização dos recursos disponibilizados, computados os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no valor de R\$17.789,14, correspondentes a 0,57% do montante empenhado.

Quanto aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 63,90%, no montante de R\$23.365,53 do valor existente em 1º/01/2016.

20 Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo:	Atividade
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	571		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	316.260,00	357.880,00	357.880,00	335.744,94	335.744,94		22.135,06
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		unidade	96			87
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	21.762.11	228.63	6.402.77				

Fonte: SIAFI

Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Finalidade

A ação tem a finalidade de atender ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A concessão do benefício por intermédio dessa ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.

Metodologia Aplicada

A metodologia utilizada para fixação da despesa de auxílio-transporte neste Tribunal foi realizada mediante a aplicação do art. 107 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente ao auxílio-transporte, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

Meta

A meta física para a ação corresponde à quantidade estimada de servidores favorecidos, nos termos de lei específica, para percepção deste benefício em pecúnia.

Dessa forma, a ação buscou contemplar 96 servidores, obtendo-se, ao final do período, 87 servidores beneficiados.

Alterações Orçamentárias

No segundo período de alterações orçamentárias, foi apresentado o pedido de suplementação orçamentária no valor de R\$16.420,00, conforme Ofício TRT-GP n.º 614/2016, de 24 de agosto de 2016, sendo a solicitação atendida por meio do Ato n.º 193, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, publicada no DOU em 16 de setembro de 2016.

Na mesma linha, no terceiro período de alterações orçamentárias, foi apresentado o pedido de suplementação orçamentária no valor de R\$25.200,00, conforme Ofício TRT-GP n.º 782/2016, de 24 de outubro de 2016, sendo a solicitação atendida por meio do Ato Conjunto TST/CSJT n.º 34, publicada no DOU em 30 de novembro de 2016.

21 Alterações orçamentárias (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares)			
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
316.260,00	41.620,00	0,00	357.880,00
316.260,00	41.620,00	-	357.880,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

Para o alcance da meta de 87 pessoas beneficiadas, houve a utilização do montante de R\$357.880,00, obtendo-se um percentual de 100% de utilização dos recursos autorizados, computados os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no valor de R\$22.135,06 correspondentes a 6,18% do montante empenhado da despesa.

No tocante aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 29,42%, no montante de R\$21.762,11 do valor existente em 1º/01/2016.

22 Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo:	Atividade
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	19.560.000,00	21.581.820,00	21.581.820,00	21.574.111,93	21.574.111,93		7.708,07
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		Unidade	2.053		2.057	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	164.289,73	82.260,17	22.963,28				

Fonte: SIAFI

Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Finalidade

A ação visa proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.

Metodologia Aplicada

A metodologia utilizada para fixação da despesa de auxílio-alimentação no TRT6 foi realizada mediante a aplicação do art. 107 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente ao auxílio-alimentação, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A Portaria Conjunta do Conselho Nacional de Justiça n.º 1, de 18 de fevereiro de 2016, reajustou o valor mensal do benefício para R\$884,00, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016.

Metas

A meta física para a ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores favorecidos com a concessão em pecúnia do benefício, que buscou contemplar inicialmente 2.053 pessoas, encerrando o exercício com a realização de 2.057 beneficiados.

Alterações Orçamentárias

Por meio do Ato Conjunto TST.CSJT.GO n.º 6, de 8 de março de 2016, houve suplementação orçamentária no valor de R\$2.081.820,00 para este Regional, visando ao pagamento dos valores devidos, nos termos da Portaria Conjunta referida anteriormente.

Houve solicitação de remanejamento de crédito, tendo como fonte a anulação parcial de dotação da ação para reforço da dotação reservada ao pagamento das despesas com auxílio funeral e natalidade, no montante de R\$30.000,00, e reforço da dotação reservada ao pagamento das despesas com assistência médica e odontológica, no montante de R\$30.000,00, totalizado o valor de R\$60.000,00, por meio do Ofício TRT-GP n.º 844/2016, no quarto período de alterações orçamentárias. A solicitação foi atendida por meio do Ato Conjunto TST/CSJT n.º 34, publicado no DOU em 29 de novembro de 2016.

23 Alterações orçamentárias (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)			
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
19.560.000,00	2.081.820,00	60.000,00	21.581.820,00
19.560.000,00	2.081.820,00	60.000,00	21.581.820,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

Para o alcance da meta de 2.057 pessoas beneficiadas, houve a utilização do montante de R\$21.581.820,00, obtendo-se um percentual de 100% de utilização dos recursos autorizados, computados os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no valor de R\$7.708,07, correspondentes a 0,03% do montante empenhado da despesa.

Relativamente aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 13,98% do valor existente em 1º/01/2016, no montante de R\$ 22.963,28

24 Ações/Subtítulos – OFSS (Comunicação e Divulgação Institucional)

Identificação da Ação							
Código	2549				Tipo:	Atividade	
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional						
Objetivo				Código			
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	879.550,00	160.457,00	151.537,58	133.352,09	133.352,09		18.185,49
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Matéria Veiculada		Unidade	260	260		24
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	
0026	221.869,91	132.474,44	89.395,47	Matéria Veiculada		Unidade	16

Fonte: SIAFI

Comunicação e Divulgação Institucional

Finalidade

A ação tem a finalidade de informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão mediante a realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.

Metodologia Aplicada

Considerando as iniciativas da área de comunicação social contempladas no planejamento estratégico deste Regional, a proposta orçamentária foi elaborada com a finalidade de atender as diretrizes delineadas para o ano de 2016, na importância de R\$1.759.100,00.

Todavia, esta ação orçamentária foi prejudicada durante a tramitação do projeto de lei orçamentária realizado pelo Congresso Nacional, pois teve um corte orçamentário de 50%, correspondente ao montante de R\$879.550,00, inviabilizando as metas previstas.

Metas

A meta para a ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas por este Regional.

A meta física prevista na LOA 2016, de 260 matérias veiculadas, foi reprogramada no decorrer do exercício de referência, obtendo-se, ao final do ano, a meta realizada de 24 matérias veiculadas.

Alterações Orçamentárias

A ação foi profundamente atingida pelo corte orçamentário incidente sobre os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual da Justiça do Trabalho durante a tramitação no Congresso Nacional. O montante de R\$1.790.000,00, constante do PLOA, foi reduzido em 50%, resultando na autorização da dotação inicial de R\$879.500,00.

Considerando que o referido corte orçamentário atingiu as demais ações orçamentárias do TRT6 – entre as quais a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, cuja dotação responde pelo pagamento da maior parte das despesas necessárias à manutenção das condições regulares de funcionamento das atividades –, houve necessidade de realizar o remanejamento de R\$728.012,42 da ação Comunicação e Divulgação Institucional para o custeio de outras despesas que restaram prejudicadas em virtude do corte legislativo.

É importante destacar que a redução orçamentária que atingiu a ação em tela resultou no cancelamento de todos os contratos mantidos pelo Núcleo de Comunicação Social deste órgão, que tinham por objeto inserções de informações programadas em rádio, publicação de matérias nos jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco e a contratação de profissionais da área de comunicação, a exemplo de jornalistas e fotógrafos.

25 Alterações orçamentárias (Comunicação e Divulgação Institucional)

Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
879.550,00	0,00	719.093,00	160.457,00
879.550,00	-	719.093,00	160.457,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

Para o alcance da meta definida para a ação, foi consignada, na LOA 2016, a importância inicial de R\$879.550,00, havendo cancelamento no valor de R\$728.012,42, perfazendo o montante disponibilizado de R\$160.457,00. Foram empenhados 94% da dotação autorizada, após os remanejamentos, havendo a inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$18.185,49, representando 12% da dotação empenhada.

Foram executados 59,71% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e cancelados 40,29% do valor existente em 1º/01/2016, não restando saldo a ser reinscrito.

26 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes)

Identificação da Ação							
Código	4224					Tipo:	Atividade
Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	3.000.000,00	3.900.000,00	3.900.000,00	3.886.184,63	3.886.184,63		13.815,37
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
0026	Pessoa Assistida			Unidade	2.500		5.863
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	7.198,73	5.495,81	1.702,92	Pessoa Assistida		Unidade	16

Fonte: SIAFI

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Finalidade

A ação visa assegurar o direito constitucional da assistência integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos, mediante o pagamento de honorários periciais para os casos de sucumbência das partes beneficiárias da justiça gratuita, proporcionando o pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente.

Metodologia Aplicada

Por oportuno, vale ressaltar que cabe ao juiz arbitrar o montante a ser pago por perícia, em face da complexidade da perícia a ser executada, podendo fixar valor inferior ao limite de R\$1.000,00, caso em que haverá atendimento de maior número de beneficiários, com a manutenção da dotação existente.

Por isso, estima-se a quantidade de perícias a partir da base histórica associada com as alterações inerentes à situação econômica do país, indicando maior procura pela prestação jurisdicional trabalhista.

Meta

A meta prevista para essa ação foi de 2.500 pessoas assistidas e corresponde à quantidade estimada de pessoas assistidas pela justiça gratuita, no que se refere aos pagamentos, pela União, de peritos indicados em ações trabalhistas, de acordo com a legislação vigente.

A dotação orçamentária autorizada foi utilizada para o atendimento de 5.863 pessoas assistidas pela justiça gratuita, representando um acréscimo de 135% em relação à meta prevista.

Alterações Orçamentárias

A ação recebeu suplementação orçamentária no valor de R\$900.000,00, por meio do Ato n.º 274, autorizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em 29 de novembro de 2016.

27 Alterações orçamentárias (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes)

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
3.000.000,00	900.000,00	0,00	3.900.000,00
3.000.000,00	900.000,00	-	3.900.000,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

Para o alcance da meta definida para a ação, foi consignado inicialmente o montante de R\$3.000.000,00. Porém, a grande realização de perícias para auxiliar na busca pela verdade processual ocasionou o aumento da despesa, repercutindo na necessidade de mais recursos para atender a crescente demanda para pagamento de honorários periciais. Assim, houve suplementação de crédito, no valor de R\$900.000,00.

Da correspondência entre a execução das metas física e financeira realizadas, verifica-se a utilização integral da dotação orçamentária autorizada, bem como o atendimento das necessidades sociais existentes. Houve inscrição em restos a pagar não processados no exercício de 2016, no montante de R\$13.815,37, correspondente a 0,35%.

Foram executados 76% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores do valor existente em 1º/01/2016, não restando saldo a ser reinscrito.

28 Ações/Subtítulos – OFSS (Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho)

Identificação da Ação							
Código	4256					Tipo:	Atividade
Descrição	Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	42.088.789,00	43.193.848,00	38.659.335,00	33.545.452,00	33.531.998,00	13.454,31	5.113.882,00
6506	0	4.537.515,00	4.509.196,00	3.225.019,00	3.225.019,00	0	1.284.178,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Processo Julgado		unidade	135.000			139.482
6506	Processo Julgado		unidade	0		0	12.234
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	7.985.371,35	6.463.965,96	1.165.141,65				

Fonte: SIAFI

Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho

Finalidade

A ação visa solucionar e julgar dissídios individuais e coletivos, entre trabalhadores e empregadores, regidos pela CLT.

Metodologia Aplicada

Meta

O PLOA referente à ação orçamentária Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho foi consolidado neste Tribunal levando-se em consideração os limites referenciais estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no montante de R\$59.025.509,00, para o exercício de 2016, visando ao alcance da meta prevista de 135.000 processos julgados.

Todavia, durante o processo de tramitação no Congresso Nacional, a ação foi contemplada com corte orçamentário no montante de R\$16.936.729,00, representando uma redução de 29%, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

29 Demonstrativo do corte orçamentário na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
Corte Orçamentário na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						R\$ 1,00
Ação	Plano Orçamentário	Grupo de Despesa	Fonte	Projeto de Lei	Corte Orçamentário	Dotação Inicial
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas	3 - Outras Despesas Correntes	100 - Recursos Ordinários	40.456.074,00	-15.782.708,00	24.673.366,00
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas	3 - Outras Despesas Correntes	127 - Custas Judiciais	5.723.967,00	0,00	5.723.967,00
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas	3 - Outras Despesas Correntes	150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.063.050,00	0,00	3.063.050,00
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas	3 - Outras Despesas Correntes	181 - Recursos de Convênios	4.981.655,00	0,00	4.981.655,00
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas	4 - Investimentos	181 - Recursos de Convênios	2.518.345,00	-266.511,00	2.251.834,00
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0002 - Capacitação de Recursos Humanos	3 - Outras Despesas Correntes	100 - Recursos Ordinários	1.651.391,00	-642.816,00	1.008.575,00
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	3 - Outras Despesas Correntes	100 - Recursos Ordinários	631.027,00	-244.685,00	386.342,00
TOTAL				59.025.509,00	-16.936.720,00	42.088.789,00

Fonte: SIAFI 2016

O planejamento orçamentário do TRT6 foi afetado significativamente após o corte orçamentário, trazendo o desafio de adequar o conjunto de iniciativas da Administração à nova realidade restritiva de recursos.

Do montante consignado inicialmente na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (R\$42.088.789,00), R\$31.792.250,00 foram originários da fonte tesouro e R\$10.296.539,00, de outras fontes (150 e 181).

No GND-3, denominadas Outras Despesas Correntes, estão associadas as despesas relacionadas com a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa do governo, tais como: aquisição de pessoal, material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica independente da forma contratual, e outras não classificadas nos demais grupos de despesas correntes. As despesas do GND-4 são classificadas agregando

elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto inerente a investimentos.

Após o corte de 29%, a dotação inicial para esta ação desceu ao patamar de R\$42.088.789,00, sendo distribuída no quadro de detalhamento da despesa com R\$39.836.955,00 destinados a outras despesas de custeio (GND-3) e R\$ 2.251.834,00 para as despesas de investimentos (GND-4).

Alterações Orçamentárias

A ação foi a mais atingida, em volume de recursos, pelo corte orçamentário incidente sobre os valores constantes do PLOA da Justiça do Trabalho durante a tramitação no Congresso Nacional.

O montante alocado para a ação no PLOA foi de R\$59.025.509,00, segundo limites referenciais estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Todavia, após o corte orçamentário determinado no Congresso Nacional, a dotação inicial da ação sofreu redução de 29%, o que resultou no montante de R\$42.088.789,00.

Vale destacar, ainda, que a despesa relacionada ao pagamento do auxílio-moradia aos magistrados, até então executada na ação de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, passou a ser executada em ação própria. Para tanto foi aberto crédito extraordinário, por meio da Medida Provisória n.º 711/2016, publicada no DOU em 19/01/2016, para remanejamento do montante de R\$7.353.352,00.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do Ato n.º 71, de 18 de março de 2016, realizou o remanejamento orçamentário do GND-4 para o GND-3, no valor de R\$733.489,00, conforme solicitado.

A ação foi contemplada com o montante de R\$4.014.511,00, por meio de crédito extraordinário autorizado pela MP n.º 740, de 13 de junho de 2016, tendo como fonte para abertura o superávit financeiro de 2015, no valor de R\$3.748.000,00, e reserva de contingência no valor de R\$266.511,00.

O Plano Orçamentário 006 – Trabalho Seguro recebeu suplementação orçamentária no montante de R\$8.000,00, por meio do Ato CSJT n.º 165, de 16 de agosto de 2016.

O Plano Orçamentário 007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem recebeu suplementação orçamentária no montante de R\$8.000,00, por meio do Ato CSJT n.º 200, de 22 de setembro de 2016.

Em decorrência do Ato n.º 272, de 29 de novembro de 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho atendeu a solicitação do TRT6 e promoveu o remanejamento orçamentário, do GND-3 do Plano Orçamentário Capacitação de Recursos Humanos para o GND-4 do Plano Orçamentário Apreciação de Causas, no valor de R\$122.800,00.

E, mediante o Ato CSJT n.º 275, de 29 de novembro de 2016, houve o remanejamento orçamentário do GND-3 para o GND-4, no valor de R\$3.407.200,00.

Por fim, houve alteração orçamentária da ação, mediante a MP n.º 750, de 1º de novembro de 2016, recebendo crédito extraordinário, no valor de R\$523.004,00, para custear despesas

com o projeto de melhoria da eficiência energética e de climatização das instalações do Anexo I do Edifício Sede deste Regional.

30 Alterações orçamentárias (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho)

Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
26.068.283,00	348.180,00	7.476.152,00	18.940.311,00
5.723.967,00	0,00	0,00	5.723.967,00
3.063.050,00	3.400.000,00	0,00	6.463.050,00
4.981.655,00	5.443.720,00	3.407.200,00	7.018.175,00
0,00	122.800,00	0,00	122.800,00
2.251.834,00	3.407.200,00	733.489,00	4.925.545,00
0,00	789.515,00	0,00	789.515,00
0,00	1.411.000,00	0,00	1.411.000,00
0,00	2.337.000,00	0,00	2.337.000,00
42.088.789,00	17.259.415,00	11.616.841,00	47.731.363,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

31 Execução orçamentária da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Execução Orçamentária da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
						R\$ 1,00
Grupo de Despesa	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Alterações Orçamentárias	Dotação Atual	Empenhado	Pago
3 - Outras Despesas Correntes	56.507.164,00	39.836.955,00	2.846.063,00	42.683.018,00	38.348.537,16	34.762.995,83
4- Investimentos	2.518.345,00	2.251.834,00	2.796.511,00	5.048.345,00	4.819.993,00	1.994.020,81
TOTAL	59.025.509,00	42.088.789,00	5.642.574,00	47.731.363,00	43.168.530,16	36.757.016,64

Fonte: SIAFI 2016

A execução orçamentária da ação verificou, no exercício de 2016, uma situação desafiadora, em decorrência do corte orçamentário da ordem de 29%, promovido pelo Congresso Nacional.

Destaque-se que esta ação responde pelas atividades de manutenção da máquina administrativa do TRT6, ressaltando, assim, as despesas com pessoal e encargos sociais.

Depreende-se, pelo quadro demonstrativo dos créditos adicionais, que a ação recebeu uma movimentação intensa de acréscimos e decréscimos de créditos, em grande medida para equilibrar o quadro de programação da despesa, que enfrentou graves dificuldades de recursos, evitando-se prejuízo na prestação jurisdicional trabalhista.

32 Orçamento da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho por Grupo de Despesa

Orçamento da ação 4256 por Grupo de Despesa				R\$ 1,00
Grupo de Despesa	Projeto de Lei	Corte Legislativo	Dotação Inicial	
3 - Outras Despesas Correntes	56.507.164,00	16.670.209,00	39.836.955,00	
4 – Investimentos (1)	2.518.345,00	266.511,00	2.251.834,00	
TOTAL	59.025.509,00	16.936.720,00	42.088.789,00	

Fonte: SIAFI 2016

Os comentários analíticos a seguir serão abordados por PO.

No exercício de 2016, a ação orçamentária Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (4256) contemplou os seguintes planos orçamentários:

33 Planos Orçamentários

Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Alterações Orçamentárias	Dotação Final
0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	40.693.872,00	5.749.374,00	46.443.246,00
0002 - Capacitação de Recursos Humanos	1.008.575,00	-122.800,00	885.775,00
0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	386.342,00	0,00	386.342,00
0006 – Trabalho Seguro	0,00	8.000,00	8.000,00
0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	0,00	8.000,00	8.000,00
Total da ação orçamentária Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	42.088.789,00	5.642.574,00	47.731.363,00

Fonte: SIAFI 2016

Plano Orçamentário 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

O valor da dotação orçamentária inicial foi de R\$40.693.872,00, sendo destinado para as atividades que visam à solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: diárias, viagens e locomoção para o interior do estado para prestação jurisdicional trabalhista; indenizações e restituições; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguel, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios

da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos tribunais trabalhistas, compreendendo: aluguéis, despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão de obra para vigilância e limpeza; conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água e esgoto, energia elétrica e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; entre outros.

A dotação autorizada do referido plano orçamentário (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$46.443.246,00, sendo empenhado o valor de R\$41.883.102,48. Foi liquidado e pago o montante de R\$35.557.003,07, o que corresponde a 84,90% do crédito empenhado.

Plano Orçamentário 0002 – Capacitação de Recursos Humanos

O valor inicialmente orçado totalizou R\$1.565.355,00, com a finalidade de proporcionar aos servidores integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando, assim, pela transparência e objetividade das informações prestadas aos cidadãos, além do oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao órgão, curso de pós-graduação, cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas à melhoria do desempenho das atividades com maior eficácia.

A dotação autorizada desse plano (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$885.775,00, sendo empenhado o valor de R\$ 884.309,96. Foi liquidado e pago o montante de R\$800.929,54, o que corresponde a 90,57% do crédito empenhado

Plano Orçamentário 0005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

A administração deste plano ficou a cargo da Escola Judicial do TRT6, sendo consignada dotação inicial de R\$386.342,00, visando à capacitação de magistrados. Durante o exercício de 2016, não houve necessidade de alteração orçamentária do valor consignado inicialmente.

A dotação autorizada desse plano (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$386.342,00, que foi integralmente empenhado. Foi liquidado e pago o montante de R\$384.307,55, o que corresponde a 99,47% do crédito empenhado

Plano Orçamentário 0006 – Trabalho Seguro

O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e à execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, contribuindo para diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil.

O TST e o CSJT disponibilizaram recursos que têm por objetivo viabilizar o desenvolvimento, em caráter permanente, mediante aplicação na contratação de bens e serviços, de ações e projetos direcionados ao I – público externo, visando à Promoção da Saúde do Trabalhador, à

Prevenção de Acidente de Trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho; II – público interno, visando à promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionadas ao labor, de magistrados e servidores desta Justiça Especializada, assim como relacionadas à ocorrência de acidentes de trabalho.

O plano orçamentário recebeu o montante de R\$8.000,00 para a realização de suas atividades no exercício de 2016, em decorrência da crise no orçamento da Justiça do Trabalho.

A dotação autorizada desse plano (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$8.000,00, sendo empenhado o valor de R\$7.825,78. Foi liquidado e pago o montante de R\$7.825,00, o que corresponde a 98% do crédito empenhado

Plano Orçamentário 0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

O engajamento da Justiça do Trabalho na luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil acentuou-se em 2012, com a instituição de uma comissão de trabalho específica, a "Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil na Justiça do Trabalho". Uma das tarefas propostas pela Comissão, o I Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, foi realizada em outubro daquele ano, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, e teve como tema central: "Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho".

No ano de 2016, o programa institucional teve seu nome modificado para "Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem", tendo incentivado e participado de audiências públicas em 22 estados-membros da federação brasileira, esclarecendo empresas, trabalhadores e sociedade sobre a importância de efetivar a aprendizagem de jovens, a partir dos 14 anos, como prevê o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição da República.

O plano orçamentário recebeu o montante de R\$8.000,00 para a realização de suas atividades no exercício de 2016, em decorrência da crise no orçamento da Justiça do Trabalho.

A dotação autorizada desse plano (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$8.000,00, sendo empenhado o valor de R\$6.950,00. Foi liquidado e pago o montante de R\$6.950,00, o que corresponde a 86,88% do crédito empenhado

34 Ações/Subtítulos – OFSS (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos)

Identificação da Ação							
Código	216H					Tipo:	Atividade
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	52.533,00	439.446,00	439.446,00	432.879,00	432.879,00	0	6.567,43
6512	0	0	7.353.352,00	7.353.352,00	7.353.352,00	0	0
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Agente Público Beneficiado		unidade	0	0	150	
6512	Agente Público Beneficiado		unidade	0	0	150	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	0.00	0.00	0.00				

Fonte: SIAFI

Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Finalidade

A ação visa assegurar o direito à percepção de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.

Metodologia Aplicada

A ação foi concebida durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional.

Meta

A ação foi contemplada na LOA para o exercício 2016 com o montante de R\$52.533,00.

Alterações Orçamentárias

Em 18 de janeiro de 2016, foi publicada a MP n.º 711, com a abertura de crédito extraordinário, no valor de R\$7.353.352,00, para a ação Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos, tendo como fonte para abertura a anulação parcial da dotação destinada à ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Apurada a insuficiência orçamentária para o custeio das despesas com o auxílio-moradia até o encerramento do exercício, este Regional solicitou, no segundo período de alterações orçamentárias, por meio do Ofício TRT-GP n.º 115/2016, de 24 de fevereiro de 2016, suplementação no montante de R\$367.820,00, sendo indicado, como fonte para o referido pedido, o crédito decorrente da ação Comunicação e Divulgação Institucional. A solicitação foi atendida por meio da Lei n.º 13.355, de 7 de novembro de 2016.

No mês de agosto do ano de referência, o acompanhamento e a projeção das despesas indicaram insuficiência orçamentária para pagamento integral da referida despesa até o encerramento do exercício. Assim, no segundo período de alterações orçamentárias, o TRT6 solicitou, por meio do Ofício TRT-GP n.º 614/2016, de 24 de agosto de 2016, a suplementação do montante de R\$19.093,00, indicando como fonte a anulação parcial da dotação autorizada para a ação Comunicação e Divulgação Institucional. O pedido foi atendido por meio do Ato CSJT n.º 207, de 28 de setembro de 2016.

35 Alterações orçamentárias (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos)

Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco			
Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada
	Acréscimos	Decréscimos	
A	B	C	D=A+B-C
52.533,00	386.913,00	0,00	439.446,00
0,00	7.353.352,00	0,00	7.353.352,00
52.533,00	7.740.265,00	-	7.792.798,00

Fonte: SOF

Avaliação dos resultados

A dotação autorizada da ação (dotação inicial acrescida dos créditos adicionais) atingiu o total de R\$7.792.798,00, valor que foi integralmente empenhado. Foi liquidado e pago o montante de R\$7.786.231,00, o que corresponde a 99,92% do crédito empenhado, restando inscrito em Restos a Pagar o saldo de R\$6.567,00.

36 Ações/Subtítulos – OFSS (Reserva de Contingência – Financeira)

Identificação da Ação							
Código	0Z00					Tipo:	Operações Especiais
Descrição	Reserva de Contingência - Financeira						
Programa	Reserva de Contingência			Código	0999	Tipo:	Operações Especiais
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6497	266.511,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0026	0,00	0,00	0,00				

Fonte: SIAFI

Reserva de Contingência - Financeira

Finalidade

Reserva global de recursos, não vinculada especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, calculada em relação à receita corrente líquida e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nestes incluídos os créditos adicionais para atender insuficiência de dotações orçamentárias ou despesas não previstas na lei orçamentária anual.

Metodologia Aplicada

Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III).

Meta

A dotação inicial autorizada para essa ação foi de R\$266.511,00.

Alterações Orçamentárias

A ação Reserva de Contingência – Financeira recebeu alteração orçamentária no montante integral de sua dotação para a ação orçamentária Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Avaliação dos resultados

Não se aplica.

3.2.3 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

37 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões)

Identificação da Ação					
Código	0396			Tipo:	Operações Especiais
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código	0089	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
176.981,63	-	176.981,63			

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Pagamento de Aposentadorias e Pensões tem a finalidade de garantir remuneração aos servidores civis inativos e pensionistas deste Tribunal, conforme as regras do regime previdenciário próprio, incluindo o pagamento de aposentadorias (aposentadoria ou pensão mensal), gratificação natalina, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e outros.

Essa ação recebeu a solicitação para registro de despesa de pessoal no exercício de 2011, mediante o Ofício TRT-SPP n.º 593/2011, oriundo da unidade de pagamento de pessoal, no valor de R\$176.981,63. O registro da despesa faz referência ao pagamento de pensão inerente à Parcela Adicional de Equivalência. O cancelamento decorreu da prescrição da despesa.

38 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região)

Identificação da Ação					
Código	152R			Tipo:	Projeto
Título	Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.553,92	-	2.553,92	Edifício Construído	% de execução física	0%

Fonte: SIAFI

A obra de reforma e ampliação de imóvel para abrigar o Centro de Informática do TRT6 decorreu de necessidade apontada no planejamento estratégico, visando à adequação e à melhoria das condições de trabalho da unidade de tecnologia da informação, com diagnóstico para ampliação da área ocupada em metros quadrados, com reflexos na prestação dos serviços jurisdicionais, inclusive a implantação e a manutenção da fábrica de softwares deste Regional.

Durante o exercício de 2014, foi consignada dotação para o projeto de Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região, no montante de R\$1.103.978,00, sendo R\$977.850,00 originários de crédito especial reaberto mediante Ato CSJT n.º 40, de 31/01/2014, e R\$126.128,00 oriundos de crédito especial aberto, aprovado mediante a Lei n.º 13.075, de 30 de dezembro de 2014, visando à execução de 100% desse projeto.

No primeiro período para solicitação de crédito adicional do exercício de 2014, foi solicitada alteração do projeto inicial pela unidade técnica responsável deste Tribunal, ocasionando a necessidade de remanejamento entre os GND 3 e 4 da referida ação, no montante de R\$ 240.469,00, autorizado mediante a publicação da Lei n.º. 13.071, de 30 de dezembro de 2014.

No segundo período para realização de alteração orçamentária, foi solicitada a suplementação do montante do crédito reaberto, no valor de R\$ 126.128,00, com vistas ao ajuste final do projeto em comento, totalizando um crédito disponibilizado de R\$1.103.978,00.

Houve inscrição de restos a pagar no exercício de 2014, no montante de R\$339.939,80, correspondendo a 34,76% da dotação empenhada, considerando que a lei de abertura do crédito especial foi publicada em 31/12/2014.

No decurso do exercício de 2015, foram pagos R\$ 331.675,32 para a conclusão da obras, com o consequente recebimento e inauguração do Centro de Informática do TRT da 6ª Região.

No exercício de 2016, houve o recebimento integral das novas instalações inerentes ao

projeto em referência, bem como o cancelamento dos restos a pagar inscritos, no montante de R\$ 2.553,92

3.2.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

O TRT6 não possui orçamento de investimento, motivo pelo qual deixa de prestar as informações relativas ao tema.

3.2.5 Análise situacional

As análises situacionais da execução das ações orçamentárias foram realizadas nos subitens 3.2.2 e 3.2.3 deste Capítulo II, de forma individualizada, conforme facultado pelo TCU nas orientações sobre o assunto no sistema e-Contas.

3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O tópico foi tratado em conjunto com as análises do desempenho orçamentário feitas nos subitens 3.2.2 e 3.2.3 deste Capítulo II, consoante facultado pelo TCU nas orientações contidas no sistema e-Contas.

3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Os valores correspondentes ao passivo de pessoal foram informados pela área responsável pela elaboração de folha de pagamento de pessoal do TRT6, possibilitando os registros contábeis nas contas 21.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar (Curto Prazo), 21.142.98.00 – Outros Encargos Sociais – Intra e 22.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar (Longo Prazo), conforme demonstrado a seguir.

39 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Obrigações Trabalhistas a Pagar – CP)

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.111.04.00		Obrigações Trabalhistas a Pagar (Curto Prazo)			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
080006	009.090.634-94	-	-	9.381,34	9.381,34
080006	009.431.044-08	8.289,69	(8.289,69)	-	-
080006	009.837.394-39	3.026,63	(3.026,63)	-	-
080006	013.914.425-04	-	-	10.258,59	10.258,59
080006	018.707.934-04	885.478,48	-	117.578,65	1.003.057,13
080006	027.253.254-12	3.914,93	(3.914,93)	-	-
080006	029.821.464-44	7.794,67	(7.794,67)	-	-
080006	033.344.114-19	54.611,56	-	4.170,41	58.781,97
080006	033.360.054-18	3.914,93	(3.914,93)	-	-
080006	035.451.334-60	22.543,59	(22.543,59)	-	-
080006	038.686.484-53	26.512,04	(26.512,04)	-	-
080006	039.393.704-60	7.794,67	(7.794,67)	-	-
080006	039.632.104-60	4.226,26	(4.226,26)	-	-

080006	039.785.024-70	17.416,90	(17.416,90)	-	-
080006	045.179.586-55	11.854,47	(11.854,47)	-	-
080006	054.818.714-24	178,96	(178,96)	-	-
080006	064.153.694-15	98.444,90	-	13.176,63	111.621,53
080006	073.715.004-15	36.485,18	-	563,28	37.048,46
080006	074.710.334-87	46.372,55	(7.702,47)	-	38.670,08
080006	082.807.784-38	34.392,74	-	2.626,40	37.019,14
080006	082.807.794-00	34.392,75	-	2.626,39	37.019,14
080006	082.807.804-16	46.635,24	-	3.561,30	50.196,54
080006	084.295.704-97	161.394,65	-	21.135,65	182.530,30
080006	084.727.854-91	-	-	16.790,99	16.790,99
080006	113.196.234-68	1.958,82	(1.958,82)	-	-
080006	114.527.304-15	35.499,81	(35.499,81)	-	-
080006	118.300.644-60	-	-	23.252,66	23.252,66
080006	152.492.631-00	8.691,32	-	1.185,86	9.877,18
080006	172.972.904-59	16.587,45	-	2.223,88	18.811,33
080006	189.203.064-00	17.583,61	-	2.306,71	19.890,32
080006	192.235.523-20	31.220,20	(31.220,20)	-	-
080006	192.521.024-34	19.722,72	-	2.717,66	22.440,38
080006	201.229.001-97	87.017,79	(87.017,79)	-	-
080006	233.944.124-20	116.156,72	(72.657,48)	-	43.499,24
080006	235.552.544-72	11.730,88	-	-	11.730,88
080006	246.691.304-63	-	-	23.252,66	23.252,66
080006	249.773.814-91	221.596,09	-	26.363,71	247.959,80
080006	289.697.314-15	29.070,58	-	3.813,51	32.884,09
080006	306.843.074-72	785.383,61	(124.708,14)	-	660.675,47
080006	321.838.874-00	17.583,61	-	2.306,71	19.890,32
080006	326.643.624-53	-	-	10.669,66	10.669,66
080006	356.522.094-53	13.146,71	(13.146,71)	-	-
080006	381.994.594-68	10.042,19	-	301,41	10.343,60
080006	387.932.534-00	85.887,16	-	11.339,90	97.227,06
080006	405.393.344-72	12.842,92	(12.842,92)	-	-
080006	464.533.184-15	-	-	8.103,23	8.103,23
080006	491.685.684-87	102.147,41	(102.147,41)	-	-
080006	492.063.113-87	46.138,64	-	1.384,82	47.523,46
080006	572.129.347-87	9.648,67	-	4.883,28	14.531,95
080006	576.113.784-49	-	-	17.321,02	17.321,02
080006	606.279.211-91	21.046,73	(21.046,73)	-	-
080006	612.455.184-53	187.930,11	-	24.212,57	212.142,68
080006	616.534.894-72	-	-	10.969,30	10.969,30
080006	692.068.994-49	9.668,97	-	1.207,56	10.876,53
080006	709.319.924-00	500,84	(500,84)	-	-

080006	710.660.394-53	1.931,93	(1.931,93)	-	-
080006	772.093.464-49	2.720,94	(2.720,94)	-	-
080006	817.013.654-72	260.783,02	-	31.793,29	292.576,31
080006	832.299.904-63	6.957,41	(6.957,41)	-	-
080006	835.777.344-34	14.908,42	-	2.028,34	16.936,76
080006	844.872.244-20	1.878,84	(1.878,84)	-	-
080006	859.262.214-04	7.794,67	(7.794,67)	-	-
080006	892.468.104-49	-	-	65.845,86	65.845,86
080006	935.953.108-10	10.848,45	(10.848,45)	-	-
Total		3.722.303,03	(660.049,30)	479.353,23	3.541.606,97

Fonte: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Nota 1: Valores em R\$ (reais)

40 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Outros Encargos Sociais – Intra)

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.142.98.00		Outros Encargos Sociais – Intra			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
080006	170.010 - RFB	-	-	321.649,08	321.649,08

Fonte: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Nota 1: Valores em R\$ (reais)

41 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Obrigações Trabalhistas a Pagar – LP)

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
22.111.04.00		Obrigações Trabalhistas a Pagar – Longo Prazo			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
080006	00001503472	-	-	204.725,03	204.725,03
080006	00002186420	-	-	67.423,73	67.423,73
080006	00009890459	-	-	102.309,36	102.309,36
080006	00034088415	-	-	225.750,15	225.750,15
080006	00041858468	-	-	187.625,02	187.625,02
080006	00041866487	-	-	42.090,95	42.090,95
080006	00043877400	-	-	234.891,53	234.891,53
080006	00062090410	-	-	225.750,15	225.750,15
080006	00067326404	-	-	118.707,49	118.707,49
080006	00067725449	-	-	288.113,28	288.113,28
080006	00069400482	-	-	105.938,06	105.938,06
080006	00072354453	-	-	299.637,67	299.637,67
080006	00079324487	-	-	176.996,24	176.996,24
080006	00088455491	-	-	102.309,36	102.309,36

080006	00096369434	-	-	87.496,08	87.496,08
080006	00097519472	-	-	193.349,49	193.349,49
080006	00102768404	-	-	91.423,24	91.423,24
080006	00105856487	-	-	24.850,33	24.850,33
080006	00110400410	-	-	110.260,34	110.260,34
080006	00206474415	-	-	211.010,20	211.010,20
080006	00213292491	-	-	204.717,64	204.717,64
080006	00213322404	-	-	172.389,42	172.389,42
080006	00214957420	-	-	164.771,62	164.771,62
080006	00222941472	-	-	180.007,24	180.007,24
080006	00236381415	-	-	170.798,84	170.798,84
080006	00243205449	-	-	255.416,89	255.416,89
080006	00250449404	-	-	200.617,33	200.617,33
080006	00250880415	-	-	280.507,51	280.507,51
080006	00257699449	-	-	105.938,06	105.938,06
080006	00260720410	-	-	184.614,03	184.614,03
080006	00268283400	-	-	187.625,02	187.625,02
080006	00301825491	-	-	256.813,52	256.813,52
080006	00303500425	-	-	180.007,22	180.007,22
080006	00311910459	-	-	157.153,82	157.153,82
080006	00320102491	-	-	288.113,28	288.113,28
080006	00320501434	-	-	216.608,80	216.608,80
080006	00392030420	-	-	159.750,80	159.750,80
080006	00395773415	-	-	180.007,24	180.007,24
080006	00408123400	-	-	210.598,66	210.598,66
080006	00455873453	-	-	257.614,40	257.614,40
080006	00466310463	-	-	78.685,06	78.685,06
080006	00495026468	-	-	254.026,73	254.026,73
080006	00502030453	-	-	210.478,44	210.478,44
080006	00504882449	-	-	183.140,09	183.140,09
080006	00508365449	-	-	187.625,02	187.625,02
080006	00580007472	-	-	286.111,00	286.111,00
080006	00620629487	-	-	172.389,42	172.389,42
080006	00630861404	-	-	55.961,55	55.961,55
080006	00859885453	-	-	199.731,91	199.731,91
080006	00909197423	-	-	9.220,99	9.220,99
080006	01158465734	-	-	225.750,15	225.750,15
080006	01233157434	-	-	225.031,06	225.031,06
080006	01302973487	-	-	175.589,77	175.589,77
080006	01311913491	-	-	410.236,69	410.236,69
080006	01371720444	-	-	187.625,02	187.625,02
080006	01604368268	-	-	219.928,21	219.928,21

080006	01831518449	-	-	163.460,71	163.460,71
080006	01852469404	-	-	68.707,67	68.707,67
080006	01855263491	-	-	98.680,65	98.680,65
080006	01884972420	-	-	167.612,76	167.612,76
080006	01917480482	-	-	333.911,95	333.911,95
080006	01918249415	-	-	205.064,06	205.064,06
080006	02120836434	-	-	409.666,04	409.666,04
080006	02123738468	-	-	253.576,77	253.576,77
080006	02124998404	-	-	118.707,49	118.707,49
080006	02413230459	-	-	252.976,38	252.976,38
080006	02437244468	-	-	136.177,38	136.177,38
080006	02859319468	-	-	97.776,76	97.776,76
080006	03137589487	-	-	9.220,99	9.220,99
080006	03456250487	-	-	204.773,83	204.773,83
080006	03726711449	-	-	101.275,24	101.275,24
080006	03741230472	-	-	228.912,45	228.912,45
080006	03742849468	-	-	99.019,66	99.019,66
080006	03780422468	-	-	346.708,64	346.708,64
080006	03856453415	-	-	189.617,95	189.617,95
080006	03858154415	-	-	91.423,24	91.423,24
080006	03865878415	-	-	235.649,46	235.649,46
080006	03870065400	-	-	225.750,17	225.750,17
080006	03928608568	-	-	73.825,42	73.825,42
080006	04151275800	-	-	256.395,09	256.395,09
080006	04228740430	-	-	122.533,37	122.533,37
080006	04230582404	-	-	325.087,61	325.087,61
080006	05151478850	-	-	154.546,74	154.546,74
080006	05305896720	-	-	187.625,02	187.625,02
080006	05310741372	-	-	318.029,40	318.029,40
080006	05350131400	-	-	118.707,49	118.707,49
080006	05377692420	-	-	372.609,76	372.609,76
080006	05407591472	-	-	213.469,17	213.469,17
080006	05480370430	-	-	68.055,58	68.055,58
080006	05766559453	-	-	26.921,46	26.921,46
080006	06344976420	-	-	239.529,86	239.529,86
080006	06581056200	-	-	241.989,81	241.989,81
080006	06666647491	-	-	143.802,68	143.802,68
080006	06681255434	-	-	241.705,20	241.705,20
080006	06859216468	-	-	264.148,70	264.148,70
080006	07061552468	-	-	187.221,19	187.221,19
080006	07329091472	-	-	225.031,06	225.031,06
080006	08152330434	-	-	239.004,98	239.004,98

080006	08196907400	-	-	246.788,77	246.788,77
080006	08303282468	-	-	235.677,31	235.677,31
080006	08752788687	-	-	230.786,51	230.786,51
080006	09537015491	-	-	230.617,77	230.617,77
080006	10032088434	-	-	236.207,27	236.207,27
080006	10156658453	-	-	244.718,85	244.718,85
080006	10279075472	-	-	73.484,00	73.484,00
080006	10325530491	-	-	53.501,31	53.501,31
080006	10355430444	-	-	172.389,42	172.389,42
080006	10463919840	-	-	15.932,20	15.932,20
080006	12820259880	-	-	177.212,45	177.212,45
080006	14163365400	-	-	234.891,53	234.891,53
080006	16628357449	-	-	128.284,92	128.284,92
080006	16723210425	-	-	13.937,46	13.937,46
080006	17297290459	-	-	248.428,73	248.428,73
080006	17766788772	-	-	293.236,38	293.236,38
080006	19111134453	-	-	205.398,14	205.398,14
080006	19283334434	-	-	176.124,11	176.124,11
080006	19325061449	-	-	192.556,83	192.556,83
080006	19364814487	-	-	227.115,87	227.115,87
080006	19430256491	-	-	248.560,12	248.560,12
080006	20957327315	-	-	94.611,68	94.611,68
080006	21339821400	-	-	224.895,39	224.895,39
080006	22486968415	-	-	117.112,04	117.112,04
080006	22513981472	-	-	218.388,16	218.388,16
080006	22690972468	-	-	214.718,41	214.718,41
080006	23339020434	-	-	38.181,98	38.181,98
080006	23471670491	-	-	212.216,09	212.216,09
080006	24382973449	-	-	56.437,53	56.437,53
080006	24669369415	-	-	212.646,89	212.646,89
080006	24673323491	-	-	242.835,49	242.835,49
080006	25376365468	-	-	154.883,05	154.883,05
080006	27073777400	-	-	254.880,89	254.880,89
080006	28349008415	-	-	132.101,08	132.101,08
080006	28372352453	-	-	341.311,30	341.311,30
080006	28752490530	-	-	107.973,78	107.973,78
080006	29141052404	-	-	226.551,88	226.551,88
080006	29291739472	-	-	215.974,11	215.974,11
080006	30462479404	-	-	60.958,67	60.958,67
080006	30926424572	-	-	205.227,56	205.227,56
080006	31722806400	-	-	115.351,98	115.351,98
080006	32440472387	-	-	91.903,89	91.903,89

080006	32569653420	-	-	115.919,18	115.919,18
080006	33726582487	-	-	228.294,64	228.294,64
080006	34544690404	-	-	222.725,94	222.725,94
080006	34934227415	-	-	224.617,36	224.617,36
080006	34985611387	-	-	222.107,65	222.107,65
080006	35329114420	-	-	299.564,78	299.564,78
080006	35354003504	-	-	110.316,31	110.316,31
080006	36797154472	-	-	233.852,18	233.852,18
080006	37275372487	-	-	56.437,53	56.437,53
080006	37330810134	-	-	221.164,89	221.164,89
080006	38165350463	-	-	340.019,83	340.019,83
080006	38511436472	-	-	19.646,37	19.646,37
080006	38793253400	-	-	53.444,58	53.444,58
080006	38795604472	-	-	167.919,67	167.919,67
080006	38881578468	-	-	47.255,85	47.255,85
080006	39112900478	-	-	105.325,77	105.325,77
080006	39454819453	-	-	176.722,20	176.722,20
080006	39599094549	-	-	111.822,64	111.822,64
080006	39864626434	-	-	222.109,92	222.109,92
080006	39994570404	-	-	117.948,54	117.948,54
080006	40006484468	-	-	91.915,58	91.915,58
080006	40260232491	-	-	229.231,79	229.231,79
080006	40966526791	-	-	338.793,08	338.793,08
080006	41423402472	-	-	18.516,39	18.516,39
080006	44223218468	-	-	122.462,20	122.462,20
080006	44456182415	-	-	109.162,13	109.162,13
080006	44997558400	-	-	27.915,67	27.915,67
080006	45028702420	-	-	229.539,72	229.539,72
080006	45032289434	-	-	125.846,06	125.846,06
080006	45052689420	-	-	126.903,40	126.903,40
080006	45491267449	-	-	212.911,70	212.911,70
080006	45703582415	-	-	232.911,35	232.911,35
080006	46529438491	-	-	81.742,44	81.742,44
080006	47841044372	-	-	70.487,86	70.487,86
080006	47928034468	-	-	228.587,03	228.587,03
080006	48208850497	-	-	234.148,54	234.148,54
080006	50182609472	-	-	117.272,50	117.272,50
080006	50187961468	-	-	160.281,10	160.281,10
080006	51149656468	-	-	17.140,60	17.140,60
080006	53171721449	-	-	121.467,32	121.467,32
080006	53330870753	-	-	233.985,57	233.985,57
080006	54467608400	-	-	226.422,87	226.422,87

080006	56576587449	-	-	16.484,61	16.484,61
080006	58984771449	-	-	73.129,88	73.129,88
080006	60139870415	-	-	122.450,96	122.450,96
080006	62112406434	-	-	101.020,97	101.020,97
080006	62280406420	-	-	17.993,58	17.993,58
080006	63203332434	-	-	150.155,13	150.155,13
080006	63488884791	-	-	154.549,94	154.549,94
080006	64192504553	-	-	15.950,42	15.950,42
080006	66637325449	-	-	17.271,99	17.271,99
080006	66677890449	-	-	100.806,33	100.806,33
080006	67607136487	-	-	16.065,62	16.065,62
080006	68887973415	-	-	224.587,08	224.587,08
080006	69152870430	-	-	108.024,78	108.024,78
080006	69956090425	-	-	10.444,41	10.444,41
080006	71555331491	-	-	72.164,72	72.164,72
080006	72012188400	-	-	156.009,70	156.009,70
080006	72213396787	-	-	88.247,19	88.247,19
080006	77187300425	-	-	179.185,49	179.185,49
080006	77923227420	-	-	5.593,81	5.593,81
080006	78731445420	-	-	7.975,59	7.975,59
080006	80413021491	-	-	116.238,06	116.238,06
080006	83360611420	-	-	247.251,91	247.251,91
080006	84624523415	-	-	16.041,36	16.041,36
080006	84680474491	-	-	15.915,86	15.915,86
080006	85919810491	-	-	176.710,99	176.710,99
080006	87072114491	-	-	15.888,94	15.888,94
080006	87927225472	-	-	51.829,04	51.829,04
080006	89074556515	-	-	16.246,69	16.246,69
080006	90623770415	-	-	310.302,80	310.302,80
080006	95452435700	-	-	123.782,10	123.782,10
080006	96461012834	-	-	115.443,09	115.443,09
Total		-	-	35.178.805,56	35.178.805,56

Fonte: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Nota 1: Valores em R\$ (reais)

3.4.1 Análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Os registros contábeis de pessoal do quadro referente à conta 21.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar (Curto Prazo) correspondem aos seguintes passivos:

42 Passivos com pessoal

Passivos com Pessoal	Montante (R\$)
Abono de Permanência	33.110,04
Diferença de 13º Salário	3.400,48
Diferença de Adicional de Férias e Indenizações	92.655,30
Diferença de Gratificações	506.294,51
Diferença de Proventos e Pensões	2.008.413,07
Diferença de Remuneração, Vencimentos, GAJ	25.257,98
Diferença de Subsídios	116.038,39
Diferença de Substituição	15.906,61
Incorporações, Atualizações de Quintos	602.251,41
Licença Prêmio Indenizada	112.351,18
URV	14.989,61
Outros	10.938,36
Total	3.541.606,97

Fonte: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Nota 1: Valores em R\$ (reais)

Ademais, no exercício de 2016, houve a contabilização de R\$35.178.805,55, referentes aos passivos de pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos, a título de PAE, registrados na conta contábil 22.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar, por código de inscrição genérica, padronizado no âmbito da Justiça do Trabalho, consoante Mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015, visando à consolidação e à comparação dos dados, separados no quadro a seguir por pessoal ativo, inativo e pensionista.

43 Detalhamento da conta contábil 22.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar - LP

Detalhamento da conta contábil 22.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar - LP				
Magistrados/Classistas	Saldo final em 31/12/2015	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final em 31/12/2016
Aposentadorias	-	-	18.249.491,23	18.249.491,23
Pensões	-	-	2.565.399,18	2.565.399,18
Pessoal Ativo	-	-	14.363.915,14	14.363.915,14
TOTAL	-	-	35.178.805,55	35.178.805,55

Fonte: SIAFI 2016

3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

44 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2016
2015	791,92	791,92	0,00	0,00
2014	27.720,16	13.872,16	0,00	13.848,00
2013	10.346,88	10.346,88	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2016
2015	11.733.224,83	10.442.067,23	465.057,70	826.099,90
2014	3.327.856,40	1.132.055,15	1.900.462,56	295.338,69
2011	176.981,63	0,00	176.981,63	0,00

Fonte: SIAFI e Demonstrativo de Acompanhamento de Restos a Pagar

Notas:

¹ Os montantes dispostos nas colunas correspondentes a “Montante em 01/01/2016”, “Pagos”, “Cancelados” e “Saldo a pagar em 31/12/2016” correspondem à execução de RAP Processados e RAP não Processados dispostos por ano da inscrição dos respectivos empenhos;

² O total do saldo a pagar em 31/12/2016, de R\$ 1.135.286,59, corresponde ao somatório dos saldos constantes nas contas contábeis no SIAFI 63.110.00.00 – RP Não Processados a Liquidar, 63.120.00.00 – RP Não Processados a Liquidar em Liquidação e 63.210.00.00 – RP Processados a Pagar.

3.5.1 Análise crítica sobre a gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

A concentração da inscrição em RAP não processados é justificada pela própria dinâmica de execução das despesas pela administração pública. Entre a etapa de contratação (empenho) e a efetiva prestação do serviço (liquidação) é decorrido, normalmente, um tempo maior do que entre a liquidação e o pagamento. Os investimentos públicos, por exemplo, em razão da complexidade de execução, normalmente representam um percentual significativo dos RAP não processados.

O montante de reinscrição de RAP caiu R\$ 2.206.791,71 (-66,03%) de 2015/2016 para 2016/2017, ao passo que as novas inscrições caíram R\$ 4.381.217,96 (-37,34%), conforme demonstrativo a seguir.

45 Variação percentual de RAP entre períodos

Exercício	Reinscritos	Inscritos	Total
2015/2016	3.342.078,30	11.734.016,75	15.276.921,82
2016/2017	1.135.286,59	7.352.798,79	8.488.085,38
Variação	-2.206.791,71	-4.381.217,96	-6.788.836,44
Variação (%)	-66,03%	-37,34%	-44,44%

Fonte: SIAFI 2016

Esta UPC considera importante demonstrar a execução de Restos a Pagar não Processados por ação orçamentária, consoante o seguinte quadro:

46 Execução de Restos a Pagar não Processados por Ação Orçamentária

Ação Orçamentária	Restos a Pagar não Processados Inscritos	Restos a Pagar não Processados Reinscritos	Valor em 1º de janeiro de 2016	Restos a Pagar não Processados Cancelados	Restos a Pagar não Processados Liquidados	Restos a Pagar não Processados a Liquidar
Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	20.433,19	39.482,18	59.915,37	39.482,18	1.773,96	18.659,23
Aposentadorias e Pensões	362.790,86	39.700,85	402.491,71	49.218,54	219.493,96	133.779,21
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0,00	176.981,63	176.981,63	176.981,63	0,00	0,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	316.227,93	633.159,65	949.387,58	633.159,65	316.227,93	0,00
Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	0,00	3.205,65	3.205,65	67,20	3.138,45	0,00
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial	57.692,00	0,00	57.692,00	0,00	57.692,00	0,00
Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática	0,00	2.553,92	2.553,92	2.553,92	0,00	0,00
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	576.407,66	1.045.000,00	1.621.407,66	0,03	1.343.845,27	277.562,36
Assistência Médica-Odontológica aos Servidores Cíveis	2.013.426,81	67.025,13	2.080.451,94	66.180,33	1.856.855,28	157.416,33
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis	13.202,68	23.365,53	36.568,21	23.365,53	1.251,36	11.951,32
Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis	15.359,34	6.402,77	21.762,11	6.402,77	228,63	15.130,71

Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis	119.651,11	44.638,62	164.289,73	22.963,28	82.260,17	59.066,28
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	62.494,00		62.494,00		62.494,00	0,00
Pessoal Ativo da União	218.524,50	59.197,48	277.721,98	41.421,78	144.690,79	91.609,41
Comunicação e Divulgação Institucional	180.034,45	41.835,46	221.869,91	89.395,47	132.474,44	0,00
Manutenção do Sistema Nacional de tecnologia da Informação	907.778,24	196.029,70	1.103.807,94	224.465,01	879.342,93	0,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	5.495,81	1.702,92	7.198,73	1.702,92	5.495,81	0,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.860.814,81	1.124.556,54	7.985.371,35	1.165.141,65	6.463.965,96	356.263,74
	Restos a Pagar não Processados Inscritos	Restos a Pagar não Processados Reinscritos	Valor em 1º de janeiro de 2016	Restos a Pagar não Processados Cancelados	Restos a Pagar não Processados Liquidados	Restos a Pagar não Processados a Liquidar
TOTAL	11.730.333,39	3.504.838,03	15.235.171,42	2.542.501,89	11.571.230,94	1.121.438,59

Fonte: SIAFI 2016

Os empenhos passíveis de inscrição em restos a pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); o art. 36 da Lei n.º 4.320/1964; o art. 76, *caput*, do Decreto-Lei n.º 200/1967; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto n.º 93.872/1986 e os Manuais SIAFI publicados pelo Tesouro Nacional códigos 02.03.17 (Restos a Pagar) e 02.03.18 (Encerramento do Exercício).

O monitoramento das despesas a serem inscritas como Restos a Pagar não Processados é efetuado por intermédio de demonstrativos contendo os valores inscritos, cancelados e a pagar por empenho, credor, grupo da despesa, segregados por exercício financeiro.

Assim, os demonstrativos são encaminhados e analisados por cada área temática e os gestores se pronunciam sobre a necessidade de inscrição, manutenção ou cancelamento das respectivas despesas empenhadas.

Dessa forma, a solicitação para registro, manutenção ou cancelamento da despesa inerente aos restos a pagar não processados de exercícios anteriores é efetuada com base na legislação vigente, bem como na solicitação dos gestores, em vista de regularizações para o pagamento das respectivas despesas.

A redução do estoque de RAP para 2017 pode ser atribuída aos esforços empreendidos pela Secretaria de Orçamento e Finanças, visando a atuar em três frentes: priorização dos pagamentos de RAP, cancelamento de RAP inscritos e esforço para a manutenção da limitação do empenho das autorizações orçamentárias do exercício com concomitante expansão dos limites de pagamento para honrar os compromissos já contratados.

Enquanto a priorização dos pagamentos e cancelamentos de RAP já inscritos auxilia a reduzir o montante de inscrição de RAP, a redução dos limites de empenho para despesas do exercício em relação aos limites de pagamento é relevante para garantir a execução financeira dos compromissos assumidos no ano, o que reduz as novas inscrições em RAP.

Durante o exercício de 2016, encaminhou-se periodicamente comunicação às diversas unidades do TRT6 responsáveis pela execução de despesas, solicitando a verificação de todos os empenhos sob sua responsabilidade, inscritos em Restos a Pagar e o exame da viabilidade/necessidade de sua permanência/execução durante o exercício.

Como resultado dessa gestão, foram pagos R\$ 11.571.230,94 de um montante de R\$ 15.235.171,42 de RAP, o que representa 76% de execução em relação ao total inscrito.

Os cancelamentos de RAP inscritos em 2016 somaram R\$ 2.542.501,89, todos concentrados no grupo de RAP não processados. Quando comparado ao exercício anterior, há uma queda de R\$ 1.367.644,92 nos cancelamentos (34,98%).

Além da gestão citada em linhas transatas, como fator importante na avaliação dos empenhos sujeitos a cancelamento, há de levar-se em consideração também a diminuição anual do montante inscrito de RAP, o que naturalmente reduz a margem para cancelamentos.

O cancelamento e a priorização de pagamento de RAP possibilitaram a redução da inscrição feita em 2016/2017 em relação à realizada em 2015/2016, em R\$ 2.508.528,40. A redução de novas inscrições de RAP naquele valor, em comparação ao ano anterior, por sua vez, é explicada pela administração prudente dos limites para empenho de despesas do próprio exercício financeiro e dos limites de pagamento para sua execução.

47 Evolução das despesas inscritas em Restos a Pagar

Evolução das despesas inscritas em Restos a Pagar				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar ao final do exercício
2016	7.352.798,79	-	-	-
2015	11.734.016,75	10.442.859,15	465.057,70	826.099,90
2014	17.243.181,67	13.880.997,24	27.556,13	3.334.628,30
Variação entre os exercícios de 2014/2015	68,55%	75,23%	1.687,67%	24,77%

Fonte: SIAFI

Nota 1: Apenas valores inscritos.

Do quadro “Evolução das despesas inscritas em Restos a Pagar”, verifica-se que o montante da despesa inscrita em restos a pagar no exercício de 2016 foi menor que em 2015, em percentual correspondente a 68,55%. E, confirmando o histórico recente, observa-se a diminuição do valor inscrito de Restos a Pagar a ser executado no exercício 2017 na ordem de 37,34% em relação ao de 2016.

Trata-se de esforço planejado com as unidades técnicas do TRT6, visando reduzir o volume de créditos postergados para execução em exercício subsequente.

Ressalte-se que, durante os exercícios financeiros, foram encaminhadas as comunicações às diversas unidades desta UPC responsáveis pela execução de despesas, solicitando-lhes a verificação de todos os empenhos sob sua responsabilidade e que poderiam ser inscritos em restos a pagar, além do criterioso exame da necessidade de sua permanência ao final do exercício, ressalvadas as despesas inerentes aos contratos executados no mês de dezembro, além daquelas oriundas de autorizações orçamentárias promovidas no último bimestre do ano.

Do montante inscrito a ser executado no exercício de 2016, R\$ 897.543,29 referiam-se a despesas com pessoal e encargos (GND 1); R\$ 7.760.015,10, a outras despesas correntes (GND 3), e R\$ 3.076.458,36, a investimentos (GND 4).

3.6 Informações sobre a execução das despesas

3.6.1 Programação das despesas

48 Programação de despesas

Unidade Orçamentária: TRT 6ª Região			Código UO: 15.107		UGO: 080006	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			600.808.336,00		82.293.670,00	
CRÉDITOS	Suplementares		30.552.091,00		13.131.015,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos			11.890.867,00	
		Reabertos				
	Créditos Cancelados				11.712.445,00	
Outras Operações						
Dotação final 2016 (A)			631.361.427,00		95.603.107,00	
Dotação final 2015(B)			607.359.985,00		97.931.057,00	
Variação (A/B-1)*100			3,95		-2,38	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			2.251.834,00			266.511,00
CRÉDITOS	Suplementares		3.530.000,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		733.489,00			266.511,00
Outras Operações						
Dotação final 2016 (A)			5.048.345,00			-
Dotação final 2015(B)			3.622.729,00			-
Variação (A/B-1)*100			39,35			

Fonte: TESOIRO GERENCIAL 2016

3.6.1.1 Análise crítica da programação das despesas

O planejamento orçamentário do TRT6 foi elaborado em observância às informações técnicas prestadas pelas diversas unidades participantes do sistema de gestão orçamentária e à legislação aplicável à matéria, tendo como base as demandas apresentadas para o cumprimento da missão institucional, de modo a modernizar a prestação dos serviços públicos à sociedade, resultando na satisfação dos cidadãos jurisdicionados.

Dessa forma, a partir do mês de março de 2015, efetuou-se o levantamento das necessidades orçamentárias das unidades deste Regional, para compor as demandas por informações que subsidiaram a elaboração da Proposta Orçamentária Prévia para o exercício de 2016.

No mês de julho, as informações foram atualizadas para adequação da proposta orçamentária prévia aos limites referenciais estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, visando à consolidação da proposta orçamentária para o ano de 2016.

O calendário das atividades de preparação do ciclo orçamentário deste Tribunal e o estabelecimento da metodologia foram submetidos à Administração desta Corte para construção do plano de trabalho orçamentário relativo ao exercício de 2016.

Dentro dessa perspectiva, foram encaminhadas aos colaboradores das diversas áreas do Tribunal as tabelas para levantamento, em grandeza estimada de valores, as necessidades de créditos orçamentários ideais para a manutenção e o aperfeiçoamento dos serviços disponibilizados à sociedade, de forma a permitir a aderência das informações aos elementos fundamentais estabelecidos no planejamento estratégico deste Regional.

Frise-se, por oportuno, que os debates sobre a alocação dos recursos foram contextualizados dentro de cada área temática, na linha de dotação proposta pela unidade orçamentária.

Dentro dessa metodologia, a Lei Orçamentária Anual consignou dotação a este Tribunal, originada de fontes Tesouro e fontes próprias, no montante de R\$732.011.879,00, assim distribuídos: R\$631.360.427,00, em despesas com pessoal e encargos; R\$95.603.107,00, em outras despesas correntes; R\$5.048.345,00, em investimentos, conforme tabela a seguir.

49 Dotações orçamentárias

Item de Informação	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
DOTACAO INICIAL	600.808.336,00	82.293.670,00	2.251.834,00	266.511,00	685.353.840,00
DOTACAO SUPLEMENTAR	30.552.091,00	13.131.015,00	3.530.000,00	0,00	47.213.106,00
DOTACAO EXTRAORDINARIA	0,00	11890867	0,00	0,00	11.890.867,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	0,00	-11712445	-733.489,00	-266.511,00	-12.445.934,00
DOTACAO ATUALIZADA 2016	631.360.427,00	95.603.107,00	5.048.345,00	0,00	732.011.879,00

Fonte: TESOIRO GERENCIAL 2016

Durante o exercício de referência, diante das demandas apresentadas nas despesas com pessoal e encargos sociais, houve necessidade de serem promovidas alterações orçamentárias dos valores inicialmente autorizados na LOA 2016, especialmente por créditos suplementares. Para pessoal e encargos sociais, no GND-1, foram concedidos créditos suplementares nos montantes de R\$41.578.788,00, R\$6.071.007,00 e R\$22.412.637,00, para as despesas com pessoal ativo, obrigação patronal e inativo/pensionista, respectivamente, para o pagamento da folha normal e dos passivos reconhecidos pelo tribunal, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

50 Alterações Orçamentárias para despesas com Pessoal e Encargos – 2016

Ação 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União		
Ato CSJT.GP.SG Nº 287, de 13de dezembro de 2016	sem compensação	7.881.691,00
Valor total suplementado		7.881.691,00
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões		
Ato nº 254, de 10 de novembro de 2016	sem compensação	9.126.726,00
Ato CSJT.GP.SG Nº 287, de 13de dezembro de 2016	sem compensação	11.435.619,00
Valor total suplementado		20.562.345,00
Ação 09HB - PSSS		
Ato nº 254, de 10 de novembro de 2016	sem compensação	1.093.542,00
Ato CSJT.GP.SG Nº 287, de 13de dezembro de 2016	sem compensação	1.014.513,00
Valor total suplementado		2.108.055,00
TOTAL		30.552.091,00

Fonte: SIAFI 2016

No exercício de 2016, foram implantadas as duas parcelas inerentes à Lei n.º 13.317/2016, que alterou dispositivos da Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Os créditos suplementares para pessoal e encargos sociais, totalizados em R\$30.552.091,00, representaram um acréscimo de 3,95% no total dos créditos inicialmente autorizados para 2016, sendo fundamentais para a execução orçamentária do exercício de referência.

O orçamento do TRT6, no GND-3 (Outras Despesas Correntes), foi incrementado com aportes adicionais no valor total de R\$13.309.437,00, conforme o conjunto de ações relacionadas no quadro a seguir, evidenciando o decréscimo de 2,38% em relação ao montante programado no exercício de 2015.

Considerando o corte de 29,41% realizado na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, em outras despesas correntes (GND-3) do TRT6 para o exercício de 2016, conforme a LOA 2016 e o remanejamento promovido pela MP n.º 711/2016, o Regional estabeleceu uma série de metas de redução de despesas, por meio do Ato Conjunto GP/CRT TRT6 n.º 2/2016.

O TRT6 providenciou a rescisão de despesas contratadas para prestação dos serviços dos contratos de ascensorista, copeiragem e assessoria de comunicação social. Ainda promoveu a redução dos quantitativos dos postos de trabalho de garçonaria, vigilância armada, auxiliar de portaria, digitalização eletrônica de documentos, limpeza e conservação, e, por fim, suspendeu o contrato de manutenção predial das unidades judiciárias do interior do Estado de Pernambuco.

O Regional também negociou diretamente com proprietários a redução do valor dos contratos de locação de imóveis, além de haver determinado a redução do valor com manutenção de veículos e com o consumo de combustíveis.

Para reduzir as despesas com locomoção, alimentação e hospedagem, foram priorizados o aprendizado a distância e a realização de palestras e reuniões em ambiente virtual. Também foi estabelecida a alteração do horário de funcionamento das unidades administrativas e judiciárias, bem como o de atendimento ao público.

51 Autorizações de Créditos Adicionais dos GNDs 3 e 4

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica		
Ato Conjunto n.º 34, de 29 de novembro de 2016	com compensação	30.000,00
Valor total suplementado		30.000,00
Ação 2010 - Assistência Pré-escolar		
Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 6, de 08/03/2016	sem compensação	290.244,00
Ato n.º 193, de 15 de setembro de 2016	sem compensação	86.608,00
Ato Conjunto n.º 34, de 29 de novembro de 2016	sem compensação	41.910,00
Valor total suplementado		418.762,00
Ação 2012 - Auxílio-alimentação		
Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 6, de 08/03/2016	sem compensação	2.081.820,00
Valor total suplementado		2.081.820,00
Ação 2011 - Auxílio-transporte		
Ato n.º 193, de 15 de setembro de 2016	sem compensação	16.420,00
Ato Conjunto n.º 34, de 29 de novembro de 2016	sem compensação	25.200,00
Valor total suplementado		41.620,00
Ação 00M1 - Auxílio-funeral e natalidade		
Ato n.º 193, de 15 de setembro de 2016	com compensação	50.000,00
Ato Conjunto n.º 34, de 29 de novembro de 2016	com compensação	30.000,00
Valor total suplementado		80.000,00
Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		
Ato n.º 274, de 29 de novembro de 2016	sem compensação	900.000,00
Valor total suplementado		900.000,00
Ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho		
MP n.º 740, de 13 de junho de 2016 (crédito extraordinário)	compensação parcial	4.014.511,00
Ato n.º 71, de 18 de março de 2016	com compensação	733.489,00
Ato n.º 165, de 16 de agosto de 2016 (trabalho seguro)	sem compensação	8.000,00
Ato n.º 200, de 22 de setembro de 2016 (trabalho infantil)	sem compensação	8.000,00
Lei n.º 13.355, de 7 de novembro de 2016 (fte 100)	com compensação	332.180,00
Lei n.º 13.355, de 7 de novembro de 2016 (fte 150)	sem compensação	3.400.000,00
Lei n.º 13.355, de 7 de novembro de 2016 (fte 181)	sem compensação	4.710.231,00
MP n.º 750, de 1º de novembro de 2016 (fte 181) (crédito extraordinário)	sem compensação	523.004,00
Ato n.º 272, de 29 de novembro de 2016 - troca de PO de CRH	com compensação	122.800,00
Ato n.º 275, de 29 de novembro de 2016 - troca de GND	com compensação	3.407.200,00
Valor total suplementado		17.259.415,00
Ação 216H - Auxílio-moradia		
MP n.º 711, de 18 de janeiro de 2016 (crédito extraordinário)	com compensação	7.353.352,00
Ato n.º 207, de 28 de setembro de 2016	com compensação	19.093,00
Lei n.º 13.355, de 7 de novembro de 2016	com compensação	367.820,00
Valor total suplementado		7.740.265,00
TOTAL dos Grupos de Despesas 3 e 4		28.521.882,00

Fonte: SOF

Destaca-se que o grande quantitativo de perícias para auxiliar na busca pela verdade processual ocasionou o aumento da despesa na ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, repercutindo na necessidade de mais recursos para atender à crescente demanda para pagamento de honorários periciais. Assim, houve suplementação de crédito, no valor de R\$900.000,00, consoante Ato CSJT n.º 274 de 29 de novembro de 2016.

Foram realizados os reajustes nos valores praticados do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar, mediante a Portaria Conjunta do CNJ n.º 1, de 18 de fevereiro de 2016, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016.

O plano de aquisições de material permanente recebeu, entre suplementações e cancelamentos, o montante líquido de R\$3.530.000,00. O referido aporte orçamentário destinou-se à aquisição de diversos itens para melhoria das condições de funcionamento da Justiça do Trabalho, conforme se verifica no quadro das despesas mais relevantes executadas no GND-4, a seguir:

52 Despesas mais relevantes executadas no GND-4

DESPESAS RELEVANTES NO GND 4			
DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE ALTA CAPACIDADE COM NO MÍNIMO 512 GB DE RAM, INCLUINDO GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO ON SITE POR 60 MESES E INSTALAÇÃO. MARCA DELL E MODELO POWEREDGE M830	2	225.000,00	450.000,00
AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (RACK TIPO I, MARCA DELL, MODELO POWEREDGE R630)	32	16.080,00	514.560,00
AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE RACK TIPO II, MARCA DELL, MODELO POWREDGE R630	10	18.950,00	189.500,00
AQUISIÇÃO DE MULTIPLEXADOR SAN COM 24 PORTAS, MARCA DELL, MODELO BROCADE 6505	2	72.880,00	145.760,00
AQUISIÇÃO DE RÁDIO COMUNICADOR PORTÁTIL	50	1.370,00	68.500,00
AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) UNIDADES DE MULTIPLEXADOR SAN COM 24 PORTAS	2	72.880,00	145.760,00
AQUISIÇÃO DE 01 (UM) GRUPO GERADOR MOTOR DIESEL	1	468.730,00	468.730,00
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO (MARCA/MODELO: VOLKSWAGEN 8.160 DELIVERY)	1	138.950,00	138.950,00
TOTAL			2.121.760,00
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS (TIPO A)	280	901,07	252.299,60
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS (TIPO C)	24	1.991,85	47.804,40
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS (TIPO D)	350	1.707,30	597.555,00
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS (TIPO E)	25	1.640,04	41.001,00
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA PARA MEZANINO TIPO PASSARELA EM AÇO GALVANIZADO	500	464,76	232.380,00
TOTAL (AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS)			1.171.040,00
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS (TIPO A)	70	901,07	63.074,90
AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA PARA MEZANINO TIPO PASSARELA EM AÇO GALVANIZADO	125	464,76	58.095,00

TOTAL (AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MATÁLICAS MINI-PORTA PALLETS (ACRÉSCIMO))			121.169,90
AQUISIÇÃO DE FACES DE ARQUIVOS MODULARES DESLIZANTES E COMPONENTES FIXOS	84	1.686,00	141.624,00
COMPONENTE FIXO: PRATELEIRAS, SUPORTES PARA ARMAZENAR PROCESSOS	420	175,00	73.500,00
TOTAL ARQUIVOS MODULARES			215.124,00
KIT DE EXPANSÃO TIPO 3, PARA STORAGE - IMB STORWIZE V5000	2	53.647,11	107.294,22
KIT DE EXPANSÃO TIPO 4, PARA STORAGE - IMB STORWIZE 2V5000.	1	37.061,72	37.061,72
GAVETA DE EXPANSÃO - TIPO 3, PARA STORAGE - IBM STORWIZE V5000	2	89.748,93	179.497,86
TOTAL (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS STORAGE)			323.853,80
LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS VERSÃO 6 (VS6-EPL-C) OU SUPERIOR PARA UM PROCESSADOR (SOCKET) COM SUBSCRIÇÃO E COM SUPORTE	8	20.584,35	164.674,80
LICENÇAS NOMEADAS ITSM AXIOS ASSYST ENTERPRISE	5	7.110,00	35.550,00
LICENÇAS CONCORRENTES ITSM AXIOS ASSYST ENTERPRISE	7	10.190,00	71.330,00
LICENÇAS DE ATIVOS (LICENÇAS COM AGENTES) AXIOS ASSYST ITAM	272	98,00	26.656,00
TOTAL			298.210,80
TOTAL GERAL			4.251.158,50

Fonte: SOF

3.6.2 Movimentação de créditos interna e externa

53 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	80017	80006	15126.02.126.0571.151Y			421.075,11
Recebidos	80001	80006	15101.02.128.0571.20G2			23.650,00
Recebidos	80001	80006	15101.02.126.0571.2C73			1.520.381,78
Recebidos	201002	80006	71103.28.846.0901.0625	857.886,39		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	80017	80006	15126.02.122.0571.151Y	261.835,16		
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

O TRT6 recebeu provisões do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, totalizadas em R\$3.084.828,44, para execução das ações orçamentárias de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico, Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor, conforme detalhamento a seguir.

54 Ações Orçamentárias – Descentralizadas (Provisões)

Ações Orçamentárias - Descentralizadas (Provisões)	Descentralização Recebida (R\$)	Descentralização Liquidada (R\$)
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico	682.910,27	649.928,49
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.520.381,78	1.520.381,78
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	23.650,00	23.650,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	857.886,39	857.886,39
TOTAL	3.084.828,44	3.051.846,66

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Os referidos créditos foram descentralizados como parte da estratégia nacional de modernizar a estrutura de tecnologia da informação, formação de magistrados e manutenção de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho.

O recebimento desses créditos foi essencial para assegurar a execução de importantes atividades e projetos que não poderiam ser efetivados apenas com os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual.

A ação Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico visa garantir o desenvolvimento e a implantação do PJe nos órgãos da Justiça do Trabalho, com vistas à tramitação, à prática de atos processuais e à representação do processo judicial trabalhista por meio eletrônico.

A ação Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação visa assegurar à Justiça do Trabalho a implantação e o desempenho de todos os sistemas nacionais, com ênfase no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, e custeio das despesas de Tecnologia da Informação e Comunicação indispensáveis à manutenção dos Sistemas Nacionais da Justiça do Trabalho, assegurando, assim, qualidade e celeridade na prestação jurisdicional trabalhista. Objetiva, também, manter em operação o Sistema Integrado da Gestão da Informação Jurisprudencial na Justiça do Trabalho, suportando o processo virtual no qual os autos passarão a existir somente em meio digital; assegurar a continuidade na prestação jurisdicional e dos serviços de informação aos jurisdicionados da Justiça do Trabalho; consolidar algumas despesas em informática de caráter nacional da Justiça de Trabalho, otimizando investimentos e com eliminação dos respectivos custos distribuídos dos Tribunais, tais como a centralização das despesas de comunicação de dados e de renovação parcial de parte dos parques de microinformática e infraestrutura dos tribunais; evitar a obsolescência tecnológica dos recursos de informática da Justiça do Trabalho; e assegurar a capacitação permanente dos magistrados e colaboradores da Justiça do Trabalho. Esta ação confere agilidade nos procedimentos e nas decisões judiciais, bem como interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, às decisões e às informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ela materializa-se com o desenvolvimento, a implantação e a consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da

informação jurisdicional com a aplicação de TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto E-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da Justiça do Trabalho para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. Os investimentos desta atividade destinam-se ao custeio de despesas de caráter continuado, indispensáveis à operação e à manutenção do sistema, tais como serviço de comunicação de dados, manutenção e atualização de softwares adquiridos, manutenção dos sistemas desenvolvidos, renovação parcial de microcomputadores, impressoras e equipamentos de processamento de dados, além de capacitação de pessoal.

A ação Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados visa proporcionar aos juízes e desembargadores – por meio do oferecimento de cursos de formação inicial e continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o fito de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas – a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva. O TRT6 recebeu, na ação Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, descentralização para atender as despesas relativas ao pagamento de diárias e instrutoria para o programa de capacitação visando à formação de magistrados e servidores.

A ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor tem a finalidade de assegurar o pagamento de sentenças judiciais no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da CF, regulamentado pelo § 1º do art. 17 da Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

55 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Ação 2C73 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - PTRES 084847)

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SETIC.CGGOV n.º 21/2016			
Custeamento da Rede-JT			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	1.500.159,54	410	1.500.159,54
Total	1.500.159,54	-	1.500.159,54

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

A descentralização do crédito orçamentário, no valor de R\$1.500.159,54 (um milhão, quinhentos mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), que se encontra alinhada ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho, instituído mediante a Resolução CSJT n.º 158/2015, foi autorizada em três momentos distintos.

A primeira descentralização ocorreu através do Ofício Circular CSJT.SETIC.CGGOV n.º 18, no valor de R\$375.039,90 (trezentos e setenta e cinco mil, trinta e nove reais e noventa centavos), relativamente aos meses de janeiro a março de 2016, conforme deliberação do CGTIC-JT em reunião realizada em 31/3/2016.

A segunda descentralização deu-se mediante Ofício Circular CSJT.SETIC.CGGOV n.º 19, no valor de R\$375.039,90 (trezentos e setenta e cinco mil, trinta e nove reais e noventa centavos), referente aos meses de abril a junho de 2016, conforme deliberação do CGTIC-JT em 31/05/2016.

Por fim, a terceira descentralização, autorizada pelo Ofício Circular CSJT.SETIC.CGGOV n.º 29, no valor de R\$750.079,74 (setecentos e cinquenta mil, setenta e nove reais e setenta e quatro centavos), concernente aos meses complementares de 2016, conforme deliberação do CGTIC-JT em 27/06/2016.

56 Descentralização de recursos referente ao Processo Administrativo TST n.º 501.457/2016-5

NC-49 e NC-166			
Suporte e Manutenção da Solução de Gerenciamento de Risco (Risk Manager)			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	20.222,24	453	20.222,24
Total	20.222,24	-	20.222,24

Fonte: SOF

A descentralização de recursos relativa ao Processo Administrativo TST n.º 501.457/2016-5, no valor de R\$20.222,24 (vinte e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos), objetivou custear as despesas com Suporte e Manutenção da Solução de Gerenciamento do Risco (Risk Manager), conforme demonstram as notas de crédito NC-49, no valor de R\$5.833,34 (cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), referente às despesas de janeiro a março de 2016, e NC-166, no valor de R\$14.388,90 (quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), relativamente às despesas dos demais meses até dezembro de 2016.

57 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Ação 151Y - Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe na Justiça do Trabalho - PTRES 085124)

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SETIC.CGGOV n.º 21/2016			
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJe - POSTGRESQL			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	95.934,99	524	95.934,99

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Os recursos descentralizados para o Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJe - POSTGRESQL foram autorizados e liberados através do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SETIC.CGGOV n.º 21/2016, no valor de R\$95.934,99 (noventa e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos), colimando atender as despesas referentes ao Processo Administrativo TRT n.º 501.282/2016-0 – Serviço de Suporte a Banco de Dados POSTGRESQL em 2016.

58 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Serviço de Suporte ao Servidor de Aplicação JAVA JBOSS)

Ofício Circular CSJT.GP.SG.SETIC n.º 25/2016			
Serviço de Suporte ao Servidor de Aplicação JAVA JBOSS			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	309.311,26	624	309.311,26

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

A provisão recebida, no valor de R\$309.311,26 (trezentos e nove mil, trezentos e onze reais e vinte e seis centavos), atinente ao custeio dos serviços de suporte ao Servidor de Aplicação JAVA JBOSS no exercício de 2016, foi autorizada pelo Ofício Circular CSJT.GP.SG.SETIC n.º 25/2016, conforme deliberação do CGTIC-JT e descontos pactuados com o fornecedor dos serviços.

59 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Serviço de Suporte ao Sistema Operacional LINUX para o PJe-JT)

Ofício Circular CSJT.SG.SETIC n.º 24/2016			
Serviço de Suporte ao Sistema Operacional LINUX para o PJe-JT			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	15.828,86	654	15.828,86

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Quanto aos recursos descentralizados para o Serviço de Suporte ao Sistema Operacional LINUX para o PJe-JT, no valor de R\$15.828,86 (quinze mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos), foram autorizados e liberados pelo Ofício Circular CSJT.SG.SETIC n.º 24/2016, visando cobrir as despesas referentes ao Processo Administrativo TST n.º 501.626/2016-9.

60 Descentralização de recursos referente ao Processo Administrativo TST n.º 501.635/2016-0

NC-208			
Aquisição de Licenças e Suporte Técnico para Ferramentas de Monitoramento do Pje			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
4.4.90.52	250.669,16	693	250.669,16

Fonte: SOF

A descentralização de recursos relativa ao Processo Administrativo TST n.º 501.635/2016-0, no valor de R\$250.669,16 (duzentos e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), objetivou custear as despesas com a Aquisição de Licenças e Suporte Técnico para Ferramentas de Monitoramento do PJe, conforme demonstra a nota de crédito NC-208.

Tais recursos foram autorizados através do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SETIC n.º 26, de 22 de julho de 2016, após deliberação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho.

61 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por despesa autorizada (Suporte à Solução de Monitoramento de Aplicações PJe-JT)

Ofício Circular CSJT.SG.SETIC n.º 56/2016 - NC-309			
Suporte à Solução de Monitoramento de Aplicações PJe-JT			
Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
4.4.90.52	11.166,00	1701	11.166,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Assim como a nota de crédito NC-208, a descentralização dos recursos autorizada pelo Ofício Circular CSJT.SG.SETIC n.º 56/2016, diz respeito, também, ao Processo Administrativo n.º 501.635/2016-0 e teve como finalidade dar continuidade ao custeio dos contratos de Suporte à Solução de Monitoramento de Aplicações do PJe-JT. A nota de crédito NC-309, no valor de R\$11.166,00 (onze mil, cento e sessenta e seis reais), foi emitida em 25 de outubro de 2016 e, assim como as demais integrantes deste relatório de gestão, encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho, instituído mediante a Resolução CSJT n.º 158/2015.

A seguir, seguem quadros demonstrativos das ações 2C73 e 151Y referentes ao acompanhamento da execução do crédito descentralizado por natureza da despesa, detalhando as provisões recebidas, os valores empenhados e pagos.

62 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por natureza da despesa (Ação 2C73 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - PTRES 084847)

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Valor Empenho	Valor Pago
3	1.520.381,78	1.520.381,78	1.520.381,78
Total	1.520.381,78	3.040.763,56	1.520.381,78

Fonte: SIAFI 2016

63 Acompanhamento da execução do crédito descentralizado por natureza da despesa (Ação 151Y - Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe na Justiça do Trabalho - PTRES 085124)

Classificação da Despesa	Provisão Recebida	Valor Empenho	Valor Pago
3.3.90.39	421.075,11	421.075,11	388.093,33
4.4.90.39	261.835,16	261.835,16	261.835,16
Total	682.910,27	1.332.838,76	649.928,49

Fonte: SIAFI 2016

64 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	080006	533014	15107.02.122.0571.4256			69.792,10
Recebidos	201002	080006	71103.28.846.0901.0005	2.421.997,00		
Recebidos	158136	080006	26418.28.846.0901.0005	143.833,00		
Recebidos	510002	080006	40201.28.846.0901.0005	13.075,00		
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

As transferências líquidas efetuadas, no montante de R\$69.792,10, visaram ressarcir para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste as despesas efetuadas com o rateio das despesas orçamentárias comuns (água, energia elétrica, manutenção predial, limpeza, ascensoristas e outras), correspondentes a área ocupada por este Tribunal no Edifício Sudene.

Por sua vez, as descentralizações externas de crédito recebidas, no montante de R\$3.436.791,39, foram destinadas ao atendimento das sentenças transitadas em julgado de precatórios e RPVs, que foram executadas, resumidamente, da seguinte forma:

65 Descentralizações Externas de Crédito Recebidas para Cumprimento de Sentenças Judiciais

Cumprimento de Sentenças Judiciais	Descentralização Recebida (R\$)	Descentralização Executada (R\$)	Execução (%)
Precatórios	2.578.905,00	2.568.289,98	99,59
RPV	857.886,39	857.886,39	100
TOTAL	3.436.791,39	3.426.176,37	99,69

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

3.6.3 Realização da despesa

3.6.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Total

66 Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Unidade orçamentária: TRT da 6ª Região	Código UO: 15.107		UGO: 080006	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	29.160.564,38	27.982.577,39	29.147.110,07	27.981.785,47
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	29.160.564,38	27.982.577,39	29.147.110,07	27.981.785,47
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	12.309.072,30	9.093.213,69	12.309.072,30	9.093.213,69
h) Dispensa	9.908.702,86	5.491.948,78	9.908.702,86	5.491.948,78
i) Inexigibilidade	2.400.369,44	3.601.264,91	2.400.369,44	3.601.264,91
3. Regime de Execução Especial	6.724,88	5.602,30	6.724,88	5.602,30
j) Suprimento de Fundos	6.724,88	5.602,30	6.724,88	5.602,30
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	673.310.542,46	650.276.701,12	673.310.542,46	650.276.701,12
k) Pagamento em Folha	672.667.881,07	648.988.891,86	672.667.881,07	648.988.891,86
l) Diárias	642.661,39	1.287.809,26	642.661,39	1.287.809,26
5. Outros	4.823.580,34	5.139.372,52	4.823.580,34	5.139.372,52
6. Total (1+2+3+4+5)	719.610.484,36	692.497.467,02	719.597.030,05	692.496.675,10

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Durante o exercício de 2016, na modalidade “Pregão”, item d, os valores mais expressivos correspondem às despesas com aos serviços de auxiliar de portaria/vigilância armada, limpeza e conservação, manutenção predial, assistência médica e hospitalar (Unimed), manutenção de informática, e aquisição de equipamentos de processamento de dados e mobiliário.

Para os exercícios de 2015 e 2016, no item h (Dispensa), os valores mais expressivos correspondem às despesas com aluguel de imóveis e energia elétrica.

No item k (Pagamento em Folha), nos exercícios de 2015 e 2016, a execução foi relacionada às despesas liquidadas e pagas referentes a pessoal ativo, inativo e pensão, encargos patronais, benefícios (auxílio creche, alimentação, transporte e saúde, natalidade e funeral), auxílio moradia, indenização de transporte a oficiais de justiça, pagamentos a estagiários e auxílio transporte para estagiários.

O item 5 (Outros) corresponde às despesas com ressarcimento e indenização, assistência a pessoas carentes (honorários periciais), pagamento de ajuda de custo a magistrados e servidores, obrigações tributárias e contributivas.

3.6.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC

O subitem em questão não se aplica à realidade do TRT6.

3.6.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total

67 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: TRT 6ª Região					Código UO: 15.107		UGO: 080006	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	630.906.938,66	607.359.985,00	630.186.260,60	606.462.441,71	720.678,06	897.543,29	630.186.260,60	606.462.441,71
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	381.274.330,70	373.850.314,77	381.273.866,41	373.850.314,77	464,29	0	381.273.866,41	373.850.314,77
01 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	126.591.732,64	119.787.593,15	126.590.732,64	119.749.500,60	1.000,00	38.092,55	126.590.732,64	119.749.500,60
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.838.802,37	70.103.099,53	70.838.802,37	69.786.871,60	0	316.227,93	70.838.802,37	69.786.871,60
Demais elementos	52.202.072,95	43.618.977,55	51.482.859,18	43.075.754,74	719.213,77	543.222,81	51.482.859,18	43.075.754,74
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	91.189.914,64	91.653.811,92	87.430.202,95	84.600.821,86	3.759.711,69	7.052.990,06	87.416.748,64	84.600.029,94
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	40.122.225,83	37.607.137,83	37.368.368,79	32.903.199,95	2.753.857,04	4.765.937,88	37.354.914,48	32.902.408,03
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	21.581.820,00	19.413.782,00	21.574.111,93	19.381.262,53	7.708,07	32.519,47	21.574.111,93	19.381.262,53
93 - INDENIZACOES E RESTITUIÇÕES	8.206.397,06	10.385.092,04	8.119.369,06	9.605.030,59	87.028,00	780.061,45	8.119.369,06	9.605.030,59
Demais elementos	21.279.471,75	24.247.800,05	20.368.353,17	22.711.328,79	911.118,58	1.474.471,26	20.368.353,17	22.711.328,79
DESPESAS DE CAPITAL								
4 - INVESTIMENTOS	4.819.993,76	3.609.631,59	1.994.020,81	1.434.203,45	2.825.972,95	2.175.428,14	1.994.020,81	1.434.203,45
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.459.000,87	2.492.890,69	1.829.346,01	422.695,55	2.629.654,86	2.070.195,14	1.829.346,01	422.695,55
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	360.992,89	962.847,30	164.674,80	956.322,90	196.318,09	6.524,40	164.674,80	956.322,90
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0	153.893,60	0	55.185,00	0	98.708,60	0	55.185,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Considerando o exercício de 2016, foram destinadas no grupo de despesa de pessoal e encargos sociais (GND-1), a realização de despesas inerentes às ações orçamentárias de Pagamento

com Pessoal Ativo, Aposentadorias e Pensionistas, além da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Com relação ao grupo de despesas de outras despesas correntes (GND-3), destacam-se a realização das despesas referentes ao elemento de despesa (339039) outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, evidenciando-se as despesas com contratos de manutenção da máquina administrativa da justiça trabalhista, tais como: serviços de conservação e limpeza; vigilância armada; serviços de manutenção predial; assistência médica e odontológica aos servidores, manutenção e suporte a equipamentos de processamento de dados e software.

Ainda destacam-se, no GND-3, os pagamentos das despesas nos elementos de despesas (339046) auxílio-alimentação e (339093) indenizações aos oficiais de justiça avaliadores federais, bem como as despesas inerentes ao pagamento do ressarcimento ao benefício da assistência médica e odontológica, auxílio-saúde.

Por fim, no grupo de despesa de investimentos (GND-4), as despesas mais expressivas foram verificadas nos elementos de despesa (449052, 449039 e 449051), evidenciadas pela verificação das despesas com as aquisições de materiais permanentes (equipamentos de processamento de dados, mobiliário e equipamento energético-grupo gerador), outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (despesas com aquisição de software) e obras e instalações (melhoria nos imóveis que o TRT6 utiliza para desenvolver as suas atividades).

3.6.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC

O subitem em questão não se aplica à realidade do TRT6.

3.6.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

68 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Contratação (a+b+c+d+e+f+g)	2.170.310,27	3.164.403,81	2.170.310,27	3.164.403,81
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.170.310,27	3.164.403,81	2.170.310,27	3.164.403,81
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	-	143.912,52	-	143.912,52
h) Dispensa	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	-	143.912,52	-	143.912,52
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	57.609,40	-	57.609,40
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	-	57.609,40	-	57.609,40
5. Outros	3.449.826,37	3.770.794,27	3.449.826,37	3.770.794,27
6. Total (1+2+3+4+5)	5.620.136,64	7.136.720,00	5.620.136,64	7.136.720,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Para o exercício de 2016, no item d (Pregão), o valor foi descentralizado pelo TST, para atender à despesa com a manutenção e suporte de software e equipamentos de informática.

No item 5 (Outros), constaram as despesas pagas referentes a precatórios e despesas com treinamento na ação Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Nacional.

3.6.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

69 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Unidade Orçamentária: TRT 6ª Região					Código UO: 15.107		UGO: 080006	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.426.176,37	3.342.212,25	3.426.176,37	3.342.212,25	0	0	3.426.176,37	3.342.212,25
91- SENTENCAS JUDICIAIS	3.426.176,37	3.342.212,25	3.426.176,37	3.342.212,25	0	0	3.426.176,37	3.342.212,25
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos	0	0	0	0	0	0	0	0
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.965.106,89	2.687.154,03	1.932.125,11	1.983.812,35	32.981,78	703.341,68	1.932.125,11	1.983.812,35
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.941.456,89	2.152.162,61	1.908.475,11	1.497.620,93	32.981,78	654.541,68	1.908.475,11	1.497.620,93
36-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	23.650,00	41.023,04	23.650,00	37.023,04	0	4.000,00	23.650,00	37.023,04
14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0	57.609,40	0	57.609,40	0	0	0	57.609,40
Demais elementos	0	436.358,98	0	391.558,98	0	44.800,00	0	391.558,98
DESPESAS DE CAPITAL								
4 - INVESTIMENTOS	261.835,16	2.711.725,62	261.835,16	1.810.695,40	0	901.030,22	261.835,16	1.810.695,40
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	261.835,16	98.234,40	261.835,16	40.542,40	0	57.692,00	261.835,16	40.542,40
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	2.422.697,95	0	1.770.153,00	0	652.544,95	0	1.770.153,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0	190.793,27	0	0	0	190.793,27	0	0
Demais elementos	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerando o orçamento do exercício de 2016, foram realizadas despesas no grupo de despesa 1, evidenciando a destinação das dotações para pagamentos de precatórios e cumprimento de sentença de pequeno valor.

Nos grupos de despesa 3 e 4, ocorreram descentralizações orçamentárias para atender às despesas com a manutenção e o suporte de software de informática, bem como no elemento de despesa a dotação foi destinada ao aperfeiçoamento de magistrados, na ação orçamentária Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Nacional.

3.6.3.7 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação

70 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Contratação (a+b+c+d+e+f+g)	31.330.874,65	31.146.981,20	31.317.420,34	31.146.189,28
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	31.330.874,65	31.146.981,20	31.317.420,34	31.146.189,28
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	12.309.072,30	9.237.126,21	12.309.072,30	9.237.126,21
h) Dispensa	9.908.702,86	5.491.948,78	9.908.702,86	5.491.948,78
i) Inexigibilidade	2.400.369,44	3.745.177,43	2.400.369,44	3.745.177,43
3. Regime de Execução Especial	6.724,88	5.602,30	6.724,88	5.602,30
j) Suprimento de Fundos	6.724,88	5.602,30	6.724,88	5.602,30
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	673.310.542,46	650.334.310,52	673.310.542,46	650.334.310,52
k) Pagamento em Folha	672.667.881,07	648.988.891,86	672.667.881,07	648.988.891,86
l) Diárias	642.661,39	1.345.418,66	642.661,39	1.345.418,66
5. Outros	8.273.406,71	8.910.166,79	8.273.406,71	8.910.166,79
6. Total (1+2+3+4+5)	725.230.621,00	699.634.187,02	725.217.166,69	699.633.395,10

Fonte: SIAFI Gerencial

Esse quadro demonstra a execução dos créditos originários e os recebidos mediante provisões e destaques em correspondência com a modalidade de licitação utilizada para a realização da despesa pública, visando à obtenção da prestação jurisdicional trabalhista para a sociedade.

No item “d” (Pregão), o montante indicado foi descentralizado pelo TST para atender à despesa com a manutenção e o suporte de software e equipamentos de informática. Destaque-se que, no item 5 (Outros), constaram as despesas liquidadas e pagas referentes a precatórios e as despesas com treinamento na ação 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Nacional.

3.6.3.8 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas Correntes

71 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários de Movimentação – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	634.333.115,03	610.702.197,25	633.612.436,97	609.804.653,96	720.678,06	897.543,29	633.612.436,97	609.804.653,96
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	381.274.330,70	373.850.314,77	381.273.866,41	373.850.314,77	464,29	-	381.273.866,41	373.850.314,77
01 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	126.591.732,64	119.787.593,15	126.590.732,64	119.749.500,60	1.000,00	38.092,55	126.590.732,64	119.749.500,60
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.838.802,37	70.103.099,53	70.838.802,37	69.786.871,60	-	316.227,93	70.838.802,37	69.786.871,60
91- SENTENCAS JUDICIAIS	3.426.176,37	3.342.212,25	3.426.176,37	3.342.212,25	-	-	3.426.176,37	3.342.212,25
Demais elementos	52.202.072,95	43.618.977,55	51.482.859,18	43.075.754,74	719.213,77	543.222,81	51.482.859,18	43.075.754,74
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.155.021,53	94.340.965,95	89.362.328,06	86.584.634,21	3.792.693,47	7.756.331,74	89.348.873,75	86.583.842,29
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	42.063.682,72	39.759.300,44	39.276.843,90	34.400.820,88	2.786.838,82	5.420.479,56	39.263.389,59	34.400.028,96
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	21.581.820,00	19.413.782,00	21.574.111,93	19.381.262,53	7.708,07	32.519,47	21.574.111,93	19.381.262,53
93 - INDENIZACOES E RESTITUIÇÕES	8.206.397,06	10.385.092,04	8.119.369,06	9.605.030,59	87.028,00	780.061,45	8.119.369,06	9.605.030,59
Demais elementos	21.303.121,75	24.782.791,47	20.392.003,17	23.197.520,21	911.118,58	1.523.271,26	20.392.003,17	23.197.520,21
DESPESAS DE CAPITAL								
4 - INVESTIMENTOS	5.081.828,92	6.321.357,21	2.255.855,97	3.244.898,85	2.825.972,95	3.076.458,36	2.255.855,97	3.244.898,85
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.459.000,87	4.915.588,64	1.829.346,01	2.192.848,55	2.629.654,86	2.722.740,09	1.829.346,01	2.192.848,55
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	622.828,05	1.061.081,70	426.509,96	996.865,30	196.318,09	64.216,40	426.509,96	996.865,30
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	-	344.686,87	-	55.185,00	-	289.501,87	-	55.185,00

Fonte: SIAFI Gerencial

3.6.3.9 Análise crítica da realização da despesa

As despesas do TRT6, apresentadas por modalidade de contratação e indicadas no subitem 3.6.3.1 deste capítulo II, referem-se à realização das despesas que foram executadas em quatro grupos: modalidade de licitação, contratações diretas, pagamento de pessoal e outros.

As despesas com licitações e contratações diretas, ocorreram sob a égide da Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/1993) e da Lei n.º 10.520/2002.

O exame do quadro relativo às despesas por modalidade de contratação – créditos originários – despesas liquidadas (exceto RAP) e pagas nos exercícios de 2015 e 2016 evidencia que foram utilizadas as modalidades pregão e concorrência nas licitações, em atendimento ao disposto no Decreto n.º 5.504/2005 e na Lei n.º 8.666/1993.

Nessa modalidade de pregão, destacam-se, em razão do valor, as despesas com contratação de prestadora de serviços de limpeza e conservação, serviços de auxiliar de portaria, serviços de manutenção predial, e ainda, plano de cobertura de assistência médica.

Na contratação direta por dispensa da licitação, destacam-se a execução das despesas com os serviços de fornecimento de energia elétrica, plano de cobertura de saúde Unimed (inciso V da Lei de Licitações), locações de imóveis, serviços de digitalização de processos efetuados por pessoas portadoras de necessidades especiais, contratação de empresa para realização de concurso público.

Nas contratações por inexigibilidade em 2015 e 2016, destacam-se a execução das despesas com a contratação de serviços postais pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contratação de serviço de água e esgoto prestado pela Companhia Pernambucana de Água e Esgoto, publicações no DOU, entre outros.

As despesas com suprimento de fundos foram realizadas, em sua totalidade, mediante CPGF, nas modalidades saque e fatura.

Os dados da coluna “Pagamento em Folha” incluíram as despesas liquidadas com: pessoal ativo, inativos e pensões; obrigações patronais; benefícios (auxílio-creche; auxílio-alimentação; auxílio-transporte; auxílio-saúde), indenização de transporte a oficiais de justiça; auxílios natalidade e funeral; despesas com estagiários; instrutoria interna ministrada por servidor e bolsa de pós-graduação.

As despesas computadas na coluna “Outros” incluíram as despesas liquidadas/pagas com ressarcimento e indenização, assistência jurídica a pessoas carentes (honorários periciais), ajuda de custo e obrigações tributárias e contributivas.

As despesas mais significativas extraídas do quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total” foram aquelas relativas, principalmente, a pessoal ativo, aposentadorias e obrigações patronais, referentes ao GND-1 – Pessoal e Encargos Sociais. Em sentenças judiciais, observaram-se as despesas com pagamentos de precatórios e cumprimento de sentenças de pequeno valor.

As despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” constituem gastos com a manutenção da gestão administrativa, em que a maior parcela foi utilizada com serviços de terceiros – pessoa jurídica, seguidos de despesas com Auxílio-Alimentação e de despesas com indenizações e restituições para o pagamento de indenização de transporte aos oficiais de justiça.

O item “Demais Elementos do Grupo” é composto das despesas com Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Saúde, Auxílio-Transporte, material de consumo, passagens aéreas, serviços de terceiros – pessoa física, diárias e obrigações tributárias e contributivas.

As despesas mais significativas com serviços de terceiros – pessoa jurídica (elemento de despesa 33.90.39) foram relativas aos serviços de auxiliar de portaria, vigilância, limpeza, manutenção predial, manutenção de máquinas e equipamentos, serviços médicos e hospitalares, serviços de reformas em edifícios, locações, serviços de energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, serviços postais e comunicação de dados.

Quanto às despesas de capital, somente foram realizadas despesas com investimentos – GND-4, nas quais se destacaram pelo montante empenhado, as despesas com equipamentos e material permanente (449052), outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (44.90.39 - softwares), obras e instalações (449051).

Nessa modalidade, foram aplicadas as provisões recebidas do CSJT, tendo utilização mais expressiva na execução das despesas com aquisição de equipamentos de informática, tais como servidores, impressoras, licenças de software.

As despesas mais significativas extraídas do quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação” decorreram de descentralização para o pagamento de precatórios e sentenças de pequeno valor – sentenças judiciais.

3.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Neste tópico, são apresentadas informações relativas a suprimento de fundos e cartões de pagamento do governo federal, emitidos em nome do TRT6 e utilizados pelos supridos, referentes aos exercícios de 2015 e 2016, devidamente homologados pela Ordenadoria da Despesa – OD, cumprindo esclarecer que este órgão não utiliza suprimento de fundos via contas bancária tipo B.

Ressalte-se que os dados apresentados foram extraídos de 14 (catorze) Ordens de Serviço emitidas pela OD sob os números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 06-A, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 de 2016, do terminal de autoatendimento de setor público do Banco do Brasil e dos processos de concessão e comprovação das despesas realizadas, protocolizados sob os seguintes números: 00303, 01653, 02392, 13879, 04081, 03904, 04114, 03878, 04819, 05042, 05315, 05748, 05843 e 05865, concernentes ao exercício de 2016.

3.7.1 Concessão de suprimento de fundos

72 Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	080006	TRT6	-	-	14	8.495,00	2.500,00
2015	080006	TRT6	-	-	10	6.525,00	1.425,00 ³

Fonte: Ordenadoria da Despesa

Nota 1: Valores em R\$ 1,00;

Nota 2: O TRT6 não utiliza suprimento de fundos via Conta tipo "B";

Nota 3: Valor do maior limite individual concedido no exercício de 2015.

3.7.2 Utilização de suprimento de fundos

73 Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	080006	TRT6	-	-	01	370,00	6.354,88	6.724,88
2015	080006	TRT6	-	-	-	-	5.602,30	5.602,30

Fonte: Ordenadoria da Despesa

Nota 1: Valores em R\$ 1,00;

Nota 2: O TRT6 não utiliza suprimento de fundos via Conta tipo "B".

3.7.3 Classificação dos gastos com suprimento de fundos

74 Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	3.334,00
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.09 MATERIAL FARMACOLÓGICO	394,18
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.10 MATERIAL ODONTOLÓGICO	970,14
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE	369,00
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.24 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/ INSTALAÇÕES	62,80
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.25 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	65,00
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.28 MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	33,20
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.36 MATERIAL HOSPITALAR	371,00
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.41 MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	746,00
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.42 FERRAMENTAS	244,36
080006	TRT6	3390.39 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	3390.39.17 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	135,20

Fonte: Ordenadoria da Despesa

Nota: Valor em R\$ 1,00.

3.7.4 Análise crítica sobre a gestão dos recursos

A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos neste Regional, unicamente sob a utilização de cartões de pagamento do governo federal, durante o exercício em referência, obedeceu à regulamentação disciplinada pelos artigos 68, da Lei nº 4.320/1964, 45 a 46, do Decreto nº 93.872/1986 c/c os Decretos nº 5.355/2005, nº 5.635/2005 e nº 6.370/2008, e, ainda, pela Resolução nº 49 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Ato

TRT-GP nº 164/2009, havendo a opção pelo uso da medida excepcional “saque” somente após a análise e a verificação das solicitações de despesas para aquisições e serviços que, *in casu*, não poderiam subordinar-se ao processo normal de execução.

As análises documentais dos pagamentos efetuados foram devidamente efetuadas pela Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria de Orçamento e Finanças – CC/SOF e acatadas pela Ordenadoria da Despesa do TRT6, resultando, quando necessário, na realização de diligências junto aos responsáveis sem que houvesse a ocorrência de impugnações, bem assim na homologação de todas as prestações de contas apresentadas pelos supridos, excetuando-se uma concessão de suprimento de fundos em que houve a sua revogação por conta de pedido de cancelamento.

Com o intuito de aperfeiçoar os controles internos para assegurar a utilização dos recursos em conformidade com a legislação vigente, a Ordenadoria da Despesa, a partir do relatório final de auditoria de conformidade do OCI, em face das concessões e utilizações de suprimento de fundos no exercício de 2014, instituiu mecanismos para garantir a observância dos dispositivos relativos à utilização dos recursos de suprimento de fundos conforme estabelecido no Ato TRT-GP n.º 164/2009, a exemplo da elaboração de *check list* contendo os principais requisitos para a concessão de suprimento de fundos, a fim de assegurar um efetivo controle quanto ao cumprimento dos dispositivos contidos no referido ato e na legislação correlata, bem como da inserção, nas respectivas ordens de serviço, de informação sobre a impossibilidade de utilização de suprimento de fundos durante o período de férias do suprido.

4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região estabeleceu, em seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, 12 (doze) indicadores considerados estratégicos, com o objetivo de monitorar o desempenho de sua gestão, alinhados com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

O TRT6 monitora mensalmente os indicadores definidos em seu Plano Estratégico, como também os indicadores nacionais. Esses indicadores são alimentados no SIGEST, disponibilizado e acompanhado pelo CSJT.

No Planejamento Estratégico do TRT6, destacam-se os indicadores Índice de Processos Julgados – IPJ e Índice de Execução – IE, relacionados com a prestação jurisdicional.

A seguir, apresentam-se os resultados dos indicadores IPJ – relacionado ao tema estratégico Eficiência Operacional, que tem como objetivo “*Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional*” –, como também do IE – relacionado ao tema estratégico Acesso à Justiça e Efetividade, que tem como objetivo “*Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho*” –, ambos alinhados às diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com a finalidade de garantir uma prestação jurisdicional eficaz.

75 Índice de Processos Julgados – IPJ no 1º Grau

Tema Estratégico	Eficiência Operacional		
Objetivo Estratégico	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional		
INDICADOR	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS		
Tipo de Indicador	Eficácia		
O que mede	A razão entre o número de processos julgados e o número de processos de conhecimento distribuídos no primeiro grau de jurisdição		
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa		
Quando medir	Mensalmente		
Onde medir	Varas do Trabalho		
Por que medir	Para garantir uma prestação jurisdicional eficaz		
Como medir	(Número de processos de conhecimento julgados/Número de processos de conhecimento distribuídos)*100		
Situação atual	Em 2016, foi alcançado o índice de 103,72% de processos julgados sobre o número de processos distribuídos, na fase de conhecimento do 1º Grau		
Fórmula		Número	Resultado (%)
N.º de processos de conhecimento julgados N.º de processos de conhecimento distribuídos		<u>111.822</u> <u>107.813</u>	103,72

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE

Utilidade

O IPJ no 1º Grau representa, em termos percentuais, a relação entre o número de processos de conhecimento julgados e o número de casos novos ajuizados no mesmo período. Visa demonstrar o percentual de atendimento das novas demandas ajuizadas na fase de conhecimento no 1º grau de jurisdição, indicando quanto se deve avançar no número de soluções para atender a 100% das novas demandas.

Pela análise dos dados registrados, foi verificada, em 2016, uma taxa de atendimento da demanda da ordem de 103,72%, superando em 3,72% o número de casos novos distribuídos no ano. Este índice alcançado merece um destaque especial, pois, desde a sua implantação em 2010, é a primeira vez que o 1º grau de jurisdição supera a marca dos 100% de resolução do número das novas demandas.

O destacado índice de processos julgados, nesse último ano, foi resultado de um incremento de 12,32% sobre o número de soluções registradas em 2015 (99.556), relativamente a um pequeno recuo na demanda, de (-0,68%), passando de 108.554 processos ajuizados em 2015, para 107.813, neste último período.

A taxa de 103,72% alcançada em 2016 indica um grau de atendimento, significativamente, superior ao índice registrado em 2015 (91,71%), representando o alcance da meta estabelecida, que é “*julgar quantidade maior ou igual de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano*”.

Esse indicador representa a produtividade registrada na instância, porquanto relaciona o número de soluções proferidas sobre o número de casos novos recebidos/distribuídos, no mesmo período.

Mensurabilidade

A mensurabilidade desse indicador dá-se de forma simplificada, construindo-se a relação percentual entre o número total de soluções registradas, no ano de referência, e o número de casos novos ajuizados, no mesmo período.

76 Índice de Processos Julgados – IPJ no 2º Grau

Tema Estratégico	Eficiência Operacional		
Objetivo Estratégico	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional		
INDICADOR	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS – 2º GRAU		
Tipo de Indicador	Eficácia		
O que mede	A razão entre o número de processos julgados e o número de processos distribuídos no segundo grau de jurisdição (Ações Originárias e Recursais)		
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa		
Quando medir	Mensalmente		
Onde medir	TRT6		
Por que medir	Para garantir uma prestação jurisdicional eficaz		
Como medir	(Número de recursos julgados/Número de recursos distribuídos)*100		
Situação atual	Em 2016, foi alcançado o índice de 97,43% de processos julgados sobre o número de processos distribuídos no 2º Grau de jurisdição		
Fórmula		Número	Resultado (%)
N.º de processos de conhecimento julgados N.º de processos de conhecimento distribuídos		23.284 23.897	97,43%

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE

Utilidade

O IPJ no 2º Grau representa, em termos percentuais, a medida entre o número de ações recursais e originárias julgadas, no segundo grau de jurisdição, dividido pelo número de casos novos distribuídos no mesmo período.

O índice registrado demonstra o percentual de atendimento das novas demandas, indicando a parcela, em termos relativos, que foi atendida. No caso específico, o número de soluções foi inferior ao número de casos novos distribuídos, significando que o número de julgamentos não chegou a atender a quantidade de casos novos ajuizados no período.

Em 2016, o 2º Grau apresentou um IPJ inferior a 100%, correspondendo à solução de 97,43% da demanda ajuizada no ano. Apesar de ter solucionado 23.284 ações, número este 12% superior ao registrado em 2015 (20.791), tal esforço não foi suficiente para alcançar a demanda de 23.897 novas ações.

O IPJ no ano em referência foi resultado de um incremento significativo de 18,79% sobre a demanda anterior, passando de 20.117 ações ajuizadas em 2015, para 23.897, em 2016, superando o crescimento observado no número de soluções proferidas (12,00%), o que representa, nesse contexto, um índice inferior a 100%.

Pela análise dos dados registrados em 2016, tem-se que a taxa de atendimento de 97,43% ficou abaixo da meta estabelecida, que seria: *“julgar quantidade maior ou igual de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”*.

Esse indicador representa a produtividade registrada na instância, pois relaciona o número de soluções obtidas sobre os casos novos recebidos, no mesmo período.

Mensurabilidade

A mensurabilidade desse indicador dá-se de forma simplificada, construindo-se a relação percentual entre o número total de soluções registradas, no ano de referência, e o número de casos novos ajuizados, no mesmo período.

77 Índice de Execução – IE

Tema Estratégico	Acesso à Justiça e Efetividade		
Objetivo Estratégico	Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho		
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO		
Tipo de Indicador	Efetividade		
O que mede	Mede a relação entre o número total de execuções baixadas por execuções iniciadas no período		
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa		
Quando medir	Mensalmente		
Onde medir	Varas do Trabalho		
Por que medir	Aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional		
Como medir	$IE = (Execuções\ baixadas / Execuções\ iniciadas) * 100$		
Situação atual	Em 2016, foi alcançado o índice de 103,96% de execuções baixadas sobre o número de novos casos iniciados no 1º Grau de jurisdição		
Fórmula		Número	Resultado (%)
$\frac{Execuções\ baixadas}{Execuções\ iniciadas}$		$\frac{37.629}{36.196}$	103,96

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE

Utilidade

O índice de execução representa, em termos percentuais, a medida entre o número de processos baixados (encerrados), no ano de referência, dividido pelo número de novas execuções iniciadas no mesmo período. O indicador objetiva demonstrar o percentual de execuções extintas, indicando quanto se deve avançar para atender a 100% das novas execuções iniciadas.

Nos termos da Resolução CNJ n.º 76/2009, consideram-se baixados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais, quando: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; e c) arquivados definitivamente.

Pela análise dos dados registrados em 2016, tem-se que a taxa de baixa das execuções alcançou 103,96%, superando em 3,96% o número de execuções iniciadas no período de referência.

Com isso, houve cumprimento da meta estabelecida: “baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”.

Mensurabilidade

A mensurabilidade desse indicador dá-se pela formulação construída entre a divisão do número de execuções baixadas e o número de novos casos de execução iniciados, no mesmo período.

CAPÍTULO III

GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

1 Descrição das estruturas de governança

1.1 Unidade de auditoria interna ou de controle interno

A unidade de controle interno do TRT6, denominada de Secretaria de Auditoria e Controle Interno – SACI, vincula-se à Presidência deste órgão e está regulamentada mediante o Ato TRT-GP n.º 193/2014.

Entre as atribuições da SACI, podem ser destacadas:

acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os programas de gestão;
verificar a observância e a comprovação da legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência e à eficácia das ações administrativas relativas à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal;
elaborar e submeter previamente à Presidência do TRT6 o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, o Plano Anual de Auditoria – PAA, o Plano Anual de Fiscalização e a Proposta de Inspeção Administrativa, nos termos da Resolução CNJ n.º 171, de 1º de março de 2013;
preparar o relatório de auditoria de gestão relativo ao processo de contas ordinárias;
expedir o certificado de auditoria e o parecer do órgão de controle interno com base no relatório de auditoria de gestão;
emitir parecer acerca da exatidão e da legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo TRT6;
realizar avaliações de sistemas de controles internos.

Após reestruturação, a SACI passou a ser composta pela Seção de Controle de Licitações e Contratos; Seção de Controle Contábil, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; Seção de Controle de Despesa com Pessoal e Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão.

A atuação da SACI tem por base o PALP, que norteia a elaboração dos planos anuais de auditoria por um período de quatro anos, além de outras atividades permanentes especificadas em normativos diversos.

Convém destacar que o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria tem sido pautado nos ditames da Resolução CNJ n.º 171/2013, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, a inspeção administrativa e a fiscalização das unidades jurisdicionais vinculadas àquele Conselho. As constatações e eventuais recomendações resultantes desses trabalhos são encaminhadas por meio de relatórios às unidades auditadas e à Presidência deste Tribunal.

As providências para atendimento de tais recomendações são monitoradas e/ou acompanhadas pela Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão, ao passo que os respectivos relatórios de acompanhamento são remetidos à Presidência.

1.2 Comitês de apoio à governança (gestão de tecnologia da informação)

No âmbito do CSJT – a quem compete a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho –, a estrutura de governança para as atividades de tecnologia da informação é regulamentada pelo Ato CSJT n.º 133, de 18 de agosto de 2009, que define o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia das Informações e das Comunicações da Justiça do Trabalho.

O modelo estabelecido pela norma em referência conta com os seguintes elementos:

- Coordenação Estratégica: exercida pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho – CGTIC-JT;
- Coordenação Executiva: exercida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT;
- Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação: formado pelos Diretores de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho;
- Comitês Técnicos Temáticos: vinculados à Coordenação Executiva e integrados por servidores da Justiça do Trabalho;
- Comitês Gestores de Sistemas ou Serviços: integrados por representantes dos usuários internos e externos dos sistemas ou serviços nacionais de TI. Entre os comitês de sistemas, destaca-se o Comitê Gestor Nacional do PJe-JT, principal sistema finalístico da Justiça do Trabalho;
- Grupos de Trabalho: de caráter temporário e constituídos para atender a demanda específica. Eles são vinculados à Coordenação Executiva do modelo;
- Gerentes de Projeto;
- Equipes de Projeto;
- Projetos Nacionais.

A estrutura de governança de TIC no TRT6 é formada internamente pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, pelo Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico, pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação e pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação.

1.2.1 Base normativa, atribuições e forma de atuação dos comitês relacionados às atividades de governança de TI no TRT6

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Base normativa

Criado inicialmente por meio do Ato TRT-GP n.º 169/2013, com o nome de Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, foi reformulado pelo Ato TRT-GP n.º 121/2016, em atendimento às diretrizes da Resolução CNJ n.º 211/2015.

Atribuições

propor diretrizes e normas para aprimoramento da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação deste Tribunal;
orientar as iniciativas e os investimentos tecnológicos no âmbito institucional;
coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e de suas revisões, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do TRT6 e o Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho;
aprovar os planos táticos, operacionais e de nivelamento que serão elaborados pelo Comitê de Gestão de TIC;
emitir parecer acerca da aprovação e da priorização de novas demandas de soluções de TIC, de natureza corporativa, encaminhadas pelo Comitê de Gestão de TIC;
acompanhar a execução e o alcance dos resultados do PETI e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI;
propor, sempre que julgar necessário, alterações no PETI e no PDTI;
emitir parecer acerca da alocação dos recursos orçamentários destinados aos investimentos tecnológicos no âmbito institucional;
assessorar a Presidência do TRT6 em matérias correlatas à governança de TIC.

Forma de atuação

realização de reuniões uma vez a cada dois meses, no mínimo;
consignação, em ata, de suas deliberações e encaminhamento à Presidência do TRT6 para apreciação;
composição: o desembargador designado para compor o Comitê Gestor Regional do PJeJT, membro responsável pela coordenação do CGovTIC; os juízes designados para exercerem as funções de juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria Regional; o diretor da Escola Judicial do TRT6 ou magistrado por ele indicado; o juiz coordenador do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento de 1º Grau; o titular da Diretoria-Geral; o titular da Secretaria-Geral da Presidência; o titular da Secretaria de Tecnologia da Informação; e o titular da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

Em 2016, o CGovTIC reuniu-se 06 (seis) vezes, tendo tomado as seguintes principais decisões:

aprovação do Planejamento Estratégico de TI;
aprovação do Plano Diretor de TI;
aprovação do modelo de priorização de novas demandas de TI;
aprovação do modelo de gestão de portfólio e projetos de TI;
definição do catálogo de serviços essenciais de TI;
definição dos critérios para classificação de projetos estratégicos de TI;
aprovações acerca do Plano Anual de Contratação de Soluções de TIC;
aprovação do Plano Anual de Capacitação de TIC;
aprovação do Plano de Trabalho para cumprimento da Resolução n.º 211/2015 – CNJ (ENTIC-JUD);
aprovação da Política de Atendimento de TI;

aprovação e priorização de demandas de TI;
acompanhamento da Gestão Orçamentária de TI;

Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico

Base Normativa

Resolução n.º CSJT nº 136, de 25 de abril de 2014, a qual estabeleceu, por meio do artigo 39, que a administração do PJe-JT compete ao Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho e aos Comitês Gestores Regionais;
Ato TRT-GP n.º 119/2015, que atualizou as atribuições, a competência e a forma de atuação do Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, no âmbito do TRT6, face às alterações promovidas pela Resolução CSJT n.º 136/2014;
Ato TRT6-GP n.º 46/2017, que alterou a composição do comitê;
Portaria TRT6-GP n. 30/2017, que designou novos membros para o CGRPJe.

Atribuições

administrar a estrutura, a implementação e o funcionamento do sistema, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho;
avaliar as necessidades de manutenção corretiva e evolutiva do sistema e encaminhá-las ao Comitê Gestor Nacional;
organizar a estrutura de atendimento às demandas de seus usuários internos e externos;
determinar a realização de auditorias no sistema, especialmente no que diz respeito à integridade das suas informações e segurança;
garantir a integridade do sistema, no que diz respeito a sua taxonomia e classes processuais;
propor ao Comitê Gestor Nacional alterações visando ao aprimoramento do sistema;
observar as normas expedidas pelos Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho;
divulgar as ações de atualização do PJe-JT no sítio do respectivo Tribunal Regional do Trabalho;
propor medidas com vistas a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia do sistema, aprimorando a execução e corrigindo eventuais falhas; e
avaliar demandas dos usuários e, se for o caso, encaminhá-las ao Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho.

Forma de Atuação

realização de reuniões com os seus membros.

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Base normativa

Resolução n.º 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu, em seu artigo 8º, a criação do comitê pelos órgãos do Poder Judiciário, bem como as suas principais atribuições;
Ato TRT-GP n.º 122/2016, que instituiu o comitê e estabeleceu diretrizes gerais para o seu funcionamento;
Ato TRT-GP n.º 488/2016, que alterou a composição do comitê.

Atribuições

realizar o planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de gestão de TIC, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo CGovTIC, visando ao alcance dos objetivos estratégicos institucionais;
coordenar a elaboração do PDTI e dos planos de ações operacionais para a implementação e o aperfeiçoamento da estratégia de TIC;
participar da elaboração do PETI e de suas revisões, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do TRT6;
apresentar as novas demandas de soluções de TIC ao CGovTIC, apoiando a análise dessas solicitações por meio de critérios técnicos previamente estabelecidos;
acompanhar a execução do PETI, PDTI e dos planos de ações operacionais;
estabelecer indicadores operacionais para avaliação do desempenho dos processos, projetos e serviços de TIC;
propor, sempre que julgar necessário, alterações no PDTI e nos planos de ações operacionais;
participar das reuniões gerais de acompanhamento da execução do portfólio de programas e projetos de TIC;
analisar as requisições de mudanças de TIC de maior relevância, emitindo parecer acerca da viabilidade, da priorização e dos riscos.

Forma de atuação

realização de reuniões, no mínimo, a cada dois meses;
composição: o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação; o Coordenador de Sistemas; o Chefe da Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação; o Chefe da Divisão de Gestão e Governança de Tecnologia da Informação; o Chefe do Núcleo de Relacionamento; e o Chefe da Seção de Gestão de Segurança da Informação.

Comitê Gestor de Segurança da Informação

Base Normativa

Resolução n.º 90/2009 do CNJ, a qual estabeleceu que cada tribunal deve elaborar e aplicar a política de segurança da informação por meio de um comitê gestor;

Ato TRT-GP n.º 314/2013, que regulamentou a composição e o funcionamento do comitê no âmbito do TRT6.

Atribuições

elaborar propostas de normas e políticas de uso dos recursos de informação;
rever periodicamente a política de segurança e normas a ela relacionadas, sugerindo possíveis alterações;
estabelecer diretrizes e definições estratégicas para a elaboração do Plano Diretor de Segurança da Informação;
dirimir dúvidas acerca da aplicação das normas de segurança da informação deste Tribunal, submetendo à deliberação da Presidência as situações não contempladas pela política e estrutura normativa vigentes;
propor e acompanhar planos de ação para aplicação desta política, assim como campanhas de conscientização dos usuários;
receber as comunicações de descumprimento das normas referentes à Política de Segurança da Informação deste Tribunal, instruindo-as com os elementos necessários à sua análise e apresentando parecer à autoridade competente;
solicitar, sempre que necessário, a realização de auditorias à área de segurança da informação, referentes ao uso dos recursos de tecnologia da informação no âmbito do Tribunal;
avaliar relatórios e resultados de auditorias apresentados pela área de Segurança da Informação;
apresentar à Administração os resultados da Política de Segurança da Informação;
estabelecer o Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio – SGCN do Tribunal: i) elaborar e manter o Programa de Gestão da Continuidade de Negócio; ii) garantir a aderência do escopo do SGCN às diretrizes estratégicas do Tribunal e a requisitos externos, promovendo, quando necessário, as devidas adequações; e iii) aprovar as estratégias de continuidade e os planos de continuidade do negócio propostos pela área de Segurança da Informação; e
patrocinar ações de comunicação promoção da cultura de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal.

Forma de Atuação

realização de reuniões ordinariamente duas vezes por ano, no mínimo, e de forma extraordinária, quando se fizer necessário;
consignação, em ata, de suas deliberações e encaminhamento à Presidência do TRT6 para apreciação;
faculdade de convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de outras unidades, órgãos, entidades públicas ou organizações da sociedade civil, a fim de colaborar na execução dos trabalhos a serem realizados;
coordenação: Juiz Auxiliar da Presidência, que poderá ser substituído pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional;
composição: titulares da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Presidência, da Coordenadoria de Gestão Estratégica, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Segurança Institucional – atual denominação da Divisão de Segurança, Transporte e Telefonia –, da Seção

de Segurança da Informação e os juízes designados como auxiliares da Presidência e da Corregedoria Regional.

1.3 Comitês de apoio à governança (gestão política e orçamentária)

Em atendimento às Resoluções n.º 194/2014 e n.º 195/2014 do CNJ, este Tribunal publicou o Ato TRT-GP n.º 279/2014, que instituiu o Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau no âmbito deste órgão, bem como o Ato TRT-GP n.º 124/2015, que criou o Comitê Orçamentário de Segundo Grau.

Os referenciados comitês têm como finalidade promover, no TRT6, a implementação e a gestão da política de priorização do primeiro grau (Resolução CNJ n.º 194/2014) e de auxiliar na distribuição de orçamento nos graus de jurisdição (Resolução CNJ n.º 195/2014), a contar do orçamento para o exercício de 2015, com atribuições conferidas pelos respectivos normativos do Conselho Nacional de Justiça.

Outrossim, para auxiliar no processo de acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos tribunais trabalhistas, foram constituídas pelo CSJT ações para obtenção de solução de tecnologia da informação, decidindo-se, no âmbito de todos os regionais, pela utilização do SIGEO – Sistema de Gestão Orçamentária, desenvolvido pelo TRT da 20ª Região.

Essa ferramenta tecnológica tem por finalidade subsidiar esta UPC no processo de atendimento das demandas necessárias ao adequado cumprimento das atribuições regulamentadas pelas indigitadas resoluções.

1.4 Sistema de correição

A Corregedoria Regional trata-se de um órgão do TRT6 composto pelo Desembargador Corregedor Regional, por 01 (um) Juiz Auxiliar – consoante autorização Plenária com suporte na Resolução n.º 72/2009 do CNJ – e pela Secretaria.

As seguintes divisões integram a Corregedoria Regional: Assessoria Jurídica, Movimentação de Juízes, Produtividade de Juízes e Vitaliciamento de Juízes.

O seu quadro funcional é formado por servidores da própria Secretaria da Corregedoria Regional e daqueles oriundos do Gabinete do Desembargador eleito para ocupar o cargo de Corregedor Regional por um período de dois anos.

Nos termos regimentais, compete ao Corregedor Regional:

- realizar correições ordinárias, extraordinárias ou inspeções, nas unidades vinculadas à Corregedoria Regional;
- apreciar reclamações contra atos atentatórios da boa ordem processual, quando inexistir recurso específico, seja por meio de correições parciais ou de pedidos de providências;
- expedir provimentos e demais medidas de caráter normativo, a fim de contribuir para a eficiência e o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho;
- levar ao conhecimento do TRT6 as faltas cometidas pelos magistrados de primeira instância, ou as que lhes forem atribuídas, e representar ao Presidente do Tribunal contra os servidores sob sua jurisdição que descumprirem

provimento, ato, decisão, recomendação ou despacho correicional, para instauração de processo disciplinar;
deliberar sobre os requerimentos de férias, licenças médicas e abonos de faltas formulados por Juízes do Trabalho de 1º grau e opinar sobre os demais requerimentos de afastamento voluntário desses magistrados;
acompanhar o desempenho dos magistrados de 1º grau, publicando, mensalmente, a produtividade dos Juízes Titulares e Substitutos, no Diário Oficial do Estado/Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
deliberar quanto às designações dos Juízes Substitutos para funcionarem nas diversas Varas do Trabalho da Região, observando as normas que regem a movimentação de magistrados;
acompanhar o estágio probatório dos Juízes Substitutos, submetendo ao Tribunal Pleno parecer final sobre o seu vitaliciamento;
comparecer, quando houver convocação, às reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores Regionais.

Ao Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional incumbe, por delegação do Corregedor Regional, dentre outras atribuições, auxiliar nas atividades de pesquisa, emissão de pareceres e revisão de expedientes e normas da competência da Corregedoria Regional. Além disso, pode atuar na condição de coordenador em comissões – para examinar e atualizar provimentos e recomendações, por exemplo –, acompanhar o trabalho dos Juízes Substitutos, orientando-os na solução de problemas, atender, por determinação do Corregedor Regional, autoridades, advogados, partes, servidores etc.

A principal base normativa que rege as atividades do sistema de correição exercidas pela Corregedoria Regional repousa na CLT (Decreto-lei n.º 5.452/1943), com suas diversas modificações, e correspondente jurisprudência.

Ademais, em um patamar menos elevado, a Corregedoria Regional do TRT6 norteia-se levando em consideração as normas oriundas do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho.

No âmbito normativo local, observam-se o Regimento Interno do TRT6 e as diversas normas expedidas pelo Plenário (Resoluções Administrativas), pela Presidência (Atos) e pela própria Corregedoria Regional (Provimentos, Recomendações e Ofícios Circulares).

Oportuno registrar que, especificamente em relação às correições ordinárias realizadas nas unidades judiciárias, servem como principais bases normativas a Consolidação de Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – disponível na página eletrônica do TST – e a Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (Provimento TRT-CRT n.º 2/2013 – disponível na página eletrônica desta Corte). Por fim, no tocante aos processos que tramitam de forma eletrônica, observam-se, igualmente, os preceitos constantes da Resolução n.º 94/2012, com as alterações posteriores, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

1.5 Comissão Permanente de Sindicância

O TRT6 mantém uma Comissão Permanente de Sindicância, que é acionada pela Presidência deste órgão, na hipótese de denúncias acerca de supostas irregularidades no serviço público, em observância ao disposto no art. 143 da Lei n.º 8.112/1990.

Convém realçar, outrossim, que a forma de atuação da CPS limita-se aos casos em que

couberem, em tese, as penalidades de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias. No âmbito deste Regional, em face de circunstâncias em que o suposto ilícito administrativo motive a aplicação de sanção mais gravosa, o procedimento de apuração é conduzido por uma comissão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, especialmente designada para cada caso.

2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Secretaria de Auditoria e Controle Interno está vinculada à Presidência do TRT6, a quem compete a livre nomeação e exoneração do seu titular. No plano institucional, encontra-se no mesmo patamar das unidades auditadas.

Atualmente, as atribuições da SACI estão regulamentadas no Ato TRT-GP n.º 193/2014 (<http://www.trt6.jus.br/portal/institucional/normas-internas>), cujo teor também dispõe sobre as seções que a compõem, a saber: Seção de Controle de Licitações e Contratos; Seção de Controle Contábil, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; Seção de Controle de Despesa com Pessoal; e Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão.

A propósito, como já informado no subitem 1.1 deste Capítulo III, à unidade de auditoria interna desta UPC compete:

acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os programas de gestão;
verificar a observância e a comprovação da legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência e à eficácia das ações administrativas relativas à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal;
elaborar e submeter previamente à Presidência do TRT6 o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, o Plano Anual de Auditoria – PAA, o Plano Anual de Fiscalização e a Proposta de Inspeção Administrativa, nos termos da Resolução CNJ n.º 171, de 1º de março de 2013;
preparar o relatório de auditoria de gestão relativo ao processo de contas ordinárias;
expedir o certificado de auditoria e o parecer do órgão de controle interno com base no relatório de auditoria de gestão;
emitir parecer acerca da exatidão e da legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo TRT6;
realizar avaliações de sistemas de controles internos.

Na mencionada norma interna, além da descrição das atribuições e da composição da SACI, tem-se expressa vedação a sua participação em atividades que possam caracterizar como próprias e típicas de gestão, a fim de evitar prejuízo à independência dos trabalhos de auditoria, fiscalização e inspeção administrativa. A não participação em tais ações também encontra amparo no Parecer SCI/Presi/CNJ nº 2/2013.

Cumprir registrar que o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria tem sido pautado nos ditames da Resolução CNJ n.º 171/2013, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, a inspeção administrativa e a fiscalização das unidades jurisdicionais vinculadas àquele Conselho. As constatações e as eventuais recomendações resultantes desses trabalhos são encaminhadas por meio de relatórios às unidades auditadas e à Presidência deste Tribunal.

As providências para atendimento de tais recomendações são monitoradas e/ou acompanhadas pela Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão, enquanto que os respectivos relatórios de acompanhamento são encaminhados à Presidência do TRT6.

Frise-se, por oportuno, que não houve registro de unidades auditadas que não tenham adotado as providências necessárias às implementações das recomendações da unidade de auditoria interna.

3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

3.1 Atividades de correição executadas no âmbito do TRT6

A Corregedoria Regional busca pautar seu trabalho elegendo como objetivo fundamental propiciar aos magistrados de primeiro grau e aos servidores lotados nas Varas do Trabalho, Termos Judiciários (Postos Avançados da Justiça do Trabalho – PAJTs), Distribuições dos Feitos e de Mandados e Seção de Hasta Pública do Recife a orientação e o auxílio necessários à entrega de prestação jurisdicional mais célere e justa. Objetiva, de igual maneira, o contínuo aperfeiçoamento e a padronização dos serviços afetos às unidades sob seu controle, fundamentais ao regular funcionamento da jurisdição trabalhista.

No decorrer de 2016, a Corregedoria Regional manteve o foco no seu primordial objetivo: solucionar eventuais entraves à fluidez da atividade jurisdicional que lhe é afeta, buscando, tanto pela via da orientação e normatização interna quanto pela disponibilização do aparato material e técnico necessário, a melhoria da prestação jurisdicional e a satisfação dos interesses tutelados.

As Correições Ordinárias anuais – que aconteceram entre 15 de fevereiro e 2 de dezembro de 2016, envolvendo todas as unidades sob a fiscalização da Corregedoria Regional – transcorreram dentro da normalidade e urbanidade esperadas, sem registro de qualquer incidente relevante. Tornou-se desnecessária a realização de Correições Extraordinárias. Os magistrados e os demais servidores mostraram-se receptivos, atendendo *incontinenti* às sugestões propostas.

Em cumprimento ao inciso XI do artigo 682 da CLT, foram correicionadas todas as 70 (setenta) Varas do Trabalho no Estado de Pernambuco, os 02 (dois) Postos Avançados da Justiça do Trabalho – PAJT (Termos Judiciários) instalados em Floresta e Sertânia, afora as seguintes unidades administrativas vinculadas à Corregedoria Regional: o Núcleo de Distribuição de Mandados Judiciais do Recife e as Distribuições dos Feitos do Recife, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Jaboatão dos Guararapes e Barreiros – as Distribuições dos Feitos de Ipojuca, Olinda, Petrolina e Caruaru foram extintas antes de serem correicionadas em 2016 –, totalizando 78 (setenta e oito) locais vistoriados. Em todas essas ocasiões, o Corregedor Regional esteve presente, acompanhando os trabalhos, inclusive recebendo em audiências advogados, partes e servidores.

3.2 Principais eventos apurados pela Corregedoria Regional

No decurso do ano em referência, fato que merece destaque foi a reabertura, em 29 de fevereiro de 2016, do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, que congrega as Varas do Trabalho do Recife e os serviços auxiliares – consoante o Ato Conjunto GP/CRT TRT n.º 03/2016 –, alguns meses após a desativação do aludido Fórum, em 5 de agosto de 2015, então instalado nas dependências do Edifício Sudene, que apresentou problemas estruturais, entre outros.

Cumprе esclarecer que, inicialmente, as 23 (vinte e três) Varas e as unidades de apoio da primeira instância da capital voltaram a funcionar em 1º de setembro de 2015, dentro da

normalidade possível, compartilhando o espaço com o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes. Registre-se que o Núcleo de Distribuição de Mandados Judiciais do Recife e a Distribuição/Protocolo dos Feitos do Recife também foram provisoriamente instalados em Jaboatão dos Guararapes.

Por ocasião das correições ordinárias realizadas em 2016, foram examinados os procedimentos adotados pelas unidades judiciárias de primeiro grau, relativamente ao cumprimento das determinações dos magistrados, além da correta observância dos prazos e dos demais aspectos alusivos à prestação jurisdicional, tudo em obediência às regras e às orientações constantes da Consolidação das Leis do Trabalho; das normas internas deste Regional (como o Provimento CRT n.º 02/2013, que consolida e institui normas de serviço para as Secretarias das VTs e PAJTs, Distribuição dos Feitos, Protocolos e Núcleo de Distribuição de Mandados Judiciais do Recife); da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; e de outras recomendações e outros preceitos legais à época vigentes.

Com relação aos principais eventos capazes de impactar no desempenho das unidades correicionadas, destacam-se:

- atraso na prolação de sentenças de mérito e de incidentes processuais;
- alongamento das pautas de audiências em processos sumaríssimos, iniciais do rito ordinário e de instrução;
- sentenças nem sempre prolatadas de forma líquida, inclusive em processos do rito sumaríssimo;
- descumprimento do prazo de 10 (dias) para liquidação das sentenças previsto no Provimento CRT-TRT n.º 02/2013 da Corregedoria Regional;
- prazos alongados para realização de consultas/bloqueios aos convênios eletrônicos;
- não observância da liberação *ex officio* de valores depositados que se mostrem indubitavelmente inferiores àqueles encontrados após liquidação de julgado;
- quantidade reduzida, ou inexistente, de processos de execução na pauta de audiências para tentativa de conciliação.

3.3 Providências adotadas pela Corregedoria Regional

Considerando a precariedade das instalações e objetivando equacionar as atividades desenvolvidas nas unidades atingidas pela mudança da sede, houve a criação de uma Central de Execuções do Recife, para onde foram encaminhados os processos judiciais das Varas da capital (em meio físico) com execuções pendentes; um Núcleo de Conciliação, responsável pela celebração de acordos em processos judiciais eletrônicos durante o período de fechamento das VTs do Recife; e uma Central de Audiências, na qual seriam realizadas as audiências adiadas em face da interrupção da prestação jurisdicional no período de 28 de julho a 31 de agosto de 2015. Ressalta-se que o gerenciamento desses novos setores, a designação e a coordenação dos magistrados, no particular, ficaram a cargo da Corregedoria Regional, conforme os Atos Conjuntos GP/CRT TRT n.º 5/2015 e GP/CRT TRT n.º 7/2015.

Às unidades jurisdicionadas nas quais, porventura, foram observados quaisquer dos eventos elencados no subitem imediatamente anterior, a Corregedoria Regional dirigiu as recomendações pertinentes, constantes das atas de correição entregues ao final dos trabalhos correicionais, quais sejam:

- proferir, prioritariamente e no menor espaço de tempo possível, as sentenças em atraso, devendo sempre atentar ao prescrito na Recomendação n.º 1/CGJT, de 9

de julho de 2013, haja vista o rígido controle exercido pela Corregedoria Regional a evitar que decisões ultrapassem a tolerância admitida pela citada norma;

reduzir o prazo para realização das audiências sob o rito sumaríssimo, inaugurais sob o rito ordinário e de instrução, estabelecendo como meta o patamar de 15 (quinze) dias, conforme determina o inciso III do art. 852-B da CLT, e, no tocante aos processos de rito ordinário na fase de conhecimento, “o prazo médio de duração do processo – fase de conhecimento – de até 200 (duzentos) dias, atentando-se ao limite legal para publicação de sentença” – Resolução Administrativa TRT n.º 03/2015;

prolatar sentenças líquidas, principalmente as relativas aos processos que tramitam sob o rito sumaríssimo;

observar o prazo de 10 (dias) para liquidação das sentenças, previsto no Provimento CRT-TRT n.º 02/2013 da Corregedoria Regional, e, na hipótese desse tempo ser insuficiente, proceder conforme estabelecido na mencionada norma interna;

promover a imediata liberação do depósito recursal, nos casos em que, após a liquidação da sentença, seja apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do referido depósito (vide parte final do §1º do art. 899 da CLT e Consolidação de Provimentos da CGJT, artigos 18, V, alínea ‘e’ e 77, I);

incluir mais processos de execução na pauta de audiências para tentativa de conciliação, consoante disposto no art. 66, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho: “promover a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição”;

acompanhar com maior rigor os processos submetidos a prazos processuais mais curtos (decisões, recursos e citações por edital), a fim de que sejam certificados com prioridade;

instar a Secretaria da Vara a realizar revisões periódicas, tanto nas gavetas de guarda dos autos físicos (legado), quanto nas caixas de alocação dos feitos digitais (PJe), sempre buscando o aprimoramento e a eficácia da atividade;

utilizar exclusivamente os sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud para transmissão de ordens judiciais ao Banco Central do Brasil, Departamento Nacional de Trânsito e Receita Federal do Brasil, respectivamente, conforme Recomendação n.º 51, de 23 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

Importa ressaltar que o ingresso de 10 (dez) novos magistrados, nomeados ao final do ano de 2015, trouxe à Corregedoria Regional melhor condição de coordenar as movimentações/designações necessárias a atender as demandas e as intercorrências que surgiam no cotidiano do setor, uma vez que o quadro se apresentou, praticamente, completo.

Registre-se que a Corregedoria Regional, sempre que possível, valeu-se de seus próprios servidores para auxiliar diretamente as unidades judiciárias de 1ª instância. Assim, as secretarias de VTs que careciam de maior atenção foram auxiliadas por integrantes da CR no decorrer de 2016, a exemplo da 3ª Vara do Trabalho de Petrolina, da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros e da 1ª Vara do Trabalho do Recife, para as quais servidor especializado em cálculos da equipe de correição disponibilizou-se a elaborar, ao lado de seus afazeres ordinários na Secretaria da Corregedoria Regional, diversas contas de liquidação de julgados, em benefício dos jurisdicionados da região. De igual maneira, foram encaminhados servidores da CR para colaborar com as Secretarias das Varas do

Trabalho de Ipojuca no preparo de certidões e de minutas de despacho, bem como nos lançamentos respectivos nos sistemas.

Do mesmo modo que em anos anteriores, o egrégio Plenário desta Corte estabeleceu, por meio da Resolução Administrativa TRT n.º 002/2016, de 1º/03/2016, período único (9 a 13 de janeiro de 2017) para todas as unidades judiciais que integram o Regional (além do Núcleo de Mandados Judiciais, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - Núcleo de Conciliação e Núcleo de Investigação Patrimonial) efetuarem a inspeção anual dos serviços. Ademais, essa mesma resolução determinou a suspensão, no âmbito do TRT6, os prazos processuais no período de 20 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017.

3.4 Disseminação de boas práticas pela Corregedoria Regional

Seguindo diretriz do Desembargador Corregedor Regional, por ocasião da realização das correições ordinárias no ano de 2016, foram colhidas junto aos diretores de secretaria das Varas do Trabalho, as boas práticas locais, com o objetivo de propagá-las entre as demais unidades judiciárias de 1º grau deste Tribunal.

O resultado mostrou-se positivo, obtendo-se um retorno favorável de vários gestores, o que, certamente, reflete o desempenho da instituição. Tal coletânea, aliás, serviu de material de instrução para a Escola Judicial do TRT6, que a acolheu para utilizar em módulos de aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

3.5 Sistemática de apuração de ilícitos administrativos e providências adotadas pela CPS

Nada obstante a omissão normativa quanto ao rito a ser adotado nos processos de sindicância, a Comissão Permanente de Sindicância procura observar o disciplinamento contido no regime jurídico dos servidores públicos civis da União acerca do Processo Administrativo Disciplinar (artigos 143 a 166).

Uma vez determinada a apuração dos fatos pela autoridade máxima do TRT6, a CPS providencia a publicação da portaria instauradora da sindicância; notifica o acusado/sindicado, franqueando-lhe vista dos autos na repartição, bem como a participação nas audiências; colaciona aos autos provas documentais que reputar necessárias ao esclarecimento dos fatos; colhe prova testemunhal, comunicando a convocação das testemunhas às respectivas chefias; e promove o interrogatório do sindicado.

Em sendo apurada a inocência do servidor sindicado, a CPS elabora relatório com parecer nesse sentido.

De outra banda, caso existam elementos que indiquem a prática de ilícito administrativo, a Comissão lavra Termo de Indiciamento e intima o servidor para apresentar defesa em 10 (dez) dias (§ 1º do art. 161 da Lei n.º 8.112/1990). Acaso o servidor não apresente defesa, o Colegiado declara a revelia por termo e solicita à Presidência a nomeação de defensor dativo.

Após a apresentação da defesa pelo sindicado ou pelo defensor dativo, a instrução pode ser reaberta, para esclarecimento de aspectos aventados na peça.

Na sequência, é elaborado relatório com as conclusões da Comissão, no qual são considerados, inclusive, os antecedentes funcionais do acusado.

Em seu relatório, a CPS pode sugerir o arquivamento do processo, a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, ou a instauração de PAD.

Finalmente, em conformidade com a norma inserta no art. 166 da Lei n.º 8.112/1990, a CPS encerra os trabalhos de apuração, encaminhando o processo de sindicância à Presidência desta Corte, para julgamento.

No que diz respeito à condução de PADs, como já reportado no subitem 1.5 deste Capítulo III, os feitos dessa natureza são processados perante comissões pontualmente designadas para cada ocorrência.

4 Gestão de riscos e controles internos

A alta administração do TRT6 considera importante o desenvolvimento de um ambiente institucional voltado para: i) criar mecanismos gerais de controle interno visando ao alcance das metas e dos objetivos formalizados no planejamento estratégico institucional; ii) garantir, com segurança, a confiabilidade das informações produzidas; e iii) evitar retrabalhos, fraudes, perdas e mau uso dos recursos humanos, materiais e financeiros.

Nessa esteira, esta UPC planejou, para o exercício de 2016, a realização de capacitação de pessoal para implantar metodologia de gerenciamento de riscos para atividades de controle (Projeto Estratégico n.º 12).

Acrescente-se que, ao longo deste relatório de gestão, são prestadas informações acerca da gestão de riscos relacionados ao pessoal, bens imóveis sob a responsabilidade do TRT6, sistemas de informações, pagamento de precatórios etc.

Ainda cumpre mencionar que o projeto estratégico n.º 13 (Promover Política de Gestão de Pessoas) contribuiu para melhoria do índice de governança deste Tribunal, em consonância com o disposto no Acórdão n.º 3023/2013–Plenário do Tribunal de Contas da União. Tal projeto previu, entre as entregas, a elaboração do código de ética, que foi instituído no ano de 2016, consoante Resolução Administrativa TRT n.º 14/2016, de 2 de agosto de 2016.

Nada obstante a inexistência de documentos formais acerca da padronização de procedimentos e instruções operacionais, impende esclarecer que o mapeamento de processos de trabalho está em andamento, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Gestão Estratégica, com vistas à racionalização de tarefas.

Reconhece-se que o TRT6 ainda necessita de melhorias nos seus procedimentos internos, a fim de impedir a ocorrência de fraudes e desvios. Todavia, caso identificada a existência de fraudes e desvios, a administração desta Corte costuma determinar a instauração de sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.

Por fim, importa citar a existência de norma interna regulamentando as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade desta UPC, circunstância que minimiza os riscos de fraudes e perdas.

CAPÍTULO IV

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

1 Gestão de pessoas

As informações sobre a gestão de pessoas do TRT6 contemplam as seguintes perspectivas:

- composição da força de trabalho;
- distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas;
- relação entre servidores efetivos e temporários;
- conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da UPC, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;
- qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria e idade, aspectos reputados relevantes por esta UPC;
- política de capacitação e treinamento de pessoal;
- indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas;
- despesas associadas à manutenção de pessoal;
- ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;
- principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los;
- contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

1.1 Estrutura de pessoal do TRT6

Este tópico objetiva informar sobre a estrutura de pessoal deste órgão, quantificando-a e qualificando-a, para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional, e abrange a composição e a distribuição da força de trabalho; informações sobre servidores efetivos e temporários; as conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito deste órgão; a qualificação da força de trabalho; a política de capacitação e treinamento de pessoal; e os indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

1.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição do TRT6

As informações constantes dos quadros a seguir retratam a posição de 31/12/2016.

78 Força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2196	2053	93	85
1.1. Membros de poder e agentes políticos	159	158	6	3
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2037	1895	87	82
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1754	1612	57	27
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	104	104	24	43
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	179	179	06	12
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	2200	2057	94	86

Fonte: Seção de Atendimento a Magistrados e Núcleo de Gerenciamento do Cadastro e Movimentação de Pessoal/CAP

79 Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	519	1376
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	519	1376
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	470	1142
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	24	80
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	25	154
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	520	1379

Fonte: Núcleo de Gerenciamento do Cadastro e Movimentação de Pessoal/CAP

80 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	163	163	30	6
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	163	163	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	163	155	29	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	4	-	1
1.2.4. Sem vínculo	-	3	1	1
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções gratificadas	1134	1134	285	303
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1134	910	255	248
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	224	30	55
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	1297	1297	315	309

Fonte: Núcleo de Gerenciamento do Cadastro e Movimentação de Pessoal/Coordenadoria de Administração de Pessoal

1.1.2 Relação entre servidores efetivos e temporários

Considerando que o TRT6 não possui, em seu quadro de pessoal ativo, servidores com contratos temporários – assim entendidos aqueles em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei n.º 8.745/1993, com as modificações da Lei n.º 9.849/1999 e da Lei n.º 10.667/1990 –, de acordo com o informado nos quadros “Força de trabalho” e “Distribuição da lotação efetiva”, apresentados no subitem 1.1.1 deste Capítulo IV, resta prejudicada a análise comparativa entre o quantitativo de servidores efetivos e temporários.

1.1.3 Análise crítica sobre a situação da força de trabalho do TRT6

Da análise do quadro que trata da força de trabalho do TRT6, observa-se que, ao final do exercício de 2016, ocorreu uma alta rotatividade de servidores no Regional com 83 desligamentos decorrentes de aposentadorias, vacância por posse em outro cargo não acumulável, exonerações e falecimentos (turnover de 4,3%) e com 88 ingressos.

Com relação ao quadro de distribuição da lotação efetiva, verifica-se que 72,6% dos servidores em atividade no Tribunal estavam atuando na área fim, enquanto que 27,4%, na área meio, o que demonstra a priorização que tem sido dada pelos dirigentes do Regional à área fim.

No que diz respeito ao detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, conclui-se que, em 31/12/2016, 80,2% das funções comissionadas estavam sendo exercidas por servidores de carreira vinculados ao Tribunal, ao passo que 19,8%, por servidores de outros órgãos e esferas. Situação semelhante ocorreu quanto aos cargos em comissão, em que 95% eram ocupados por servidores das carreiras judiciárias, enquanto que 5%, por aposentados ou servidores sem vínculo com a Administração Pública, demonstrando que o TRT6 adota a postura de privilegiar servidores do seu quadro de pessoal.

No que pertine ao quantitativo de servidores requisitados de outros órgãos e esferas nos últimos quatro anos, é possível constatar que ele teve pequena variação, sendo 178 em 2013, 183 em 2014, 184 em 2015 e 179, ao final de 2016, representando menos de 10% (dez por cento) da força de trabalho.

1.1.4 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

A Secretaria de Gestão de Pessoas mantém atualizada a análise sobre a distribuição da força de trabalho do Tribunal, tendo como base os dados apresentados pelo Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE sobre a movimentação processual das unidades judiciárias integrantes da jurisdição referentes aos três últimos anos, permitindo, com isso, que seja reavaliada periodicamente a lotação dos Gabinetes de Desembargadores e das Secretarias das Varas do Trabalho, nos termos da Resolução CSJT n.º 63/2010, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

A estrutura administrativa dos Gabinetes de Desembargadores e das Secretarias das Varas do Trabalho, relativamente à lotação de servidores, fica estabelecida conforme o disposto nos Anexos I, II, III e IV da mencionada resolução, tomando por base a movimentação processual de cada unidade judiciária.

1.1.5 Qualificação da força de trabalho do TRT6 por nível de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria e idade

81 Quantidade de servidores do TRT6 por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	9	13	172	940	671	55	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	103	37	14	4
1.2. Servidores de Carreira	-	-	9	13	172	837	634	41	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	7	64	74	13	1	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	2	1	1	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	7	64	72	12	-	1
3. Totais (1+2)	-	-	9	20	236	1014	684	56	10

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

Da análise do quadro denominado “Quantidade de servidores do TRT6 por nível de escolaridade”, verifica-se que 1675 pessoas possuem nível superior ou mais, correspondendo a aproximadamente 87% da força de trabalho à disposição deste órgão, circunstância que demonstra o alto grau de escolaridade da maioria de seus servidores.

Ademais, importa destacar a ampliação do quadro de pessoal favorece, em regra, pessoas mais novas e recém formadas. Doutra parte, 168 servidores já preenchem os requisitos para aposentadoria.

Tais dados impactam na necessidade de investimento em desenvolvimento dos servidores mais novos e em medidas de saúde que, embora sejam para todo o quadro de pessoal, o contingente de pessoas acima de 60 anos pode apresentar necessidade de maior atenção, bem como política de preparação para aposentadoria.

1.1.6 Política de capacitação e treinamento de pessoal

A capacitação no TRT6 dá-se de forma presencial e a distância, ocorrendo anualmente com base no Plano de Capacitação Anual, elaborado previamente com ênfase nas necessidades levantadas, nas lacunas de competências obtidas através das avaliações de competências, bem como nas demandas provenientes dos projetos contemplados no planejamento estratégico institucional.

O Plano de Capacitação do exercício de 2016 foi elaborado pela Seção de Aperfeiçoamento Funcional/NDP/SGEP com base no Levantamento de Necessidades de Treinamento, nas lacunas de competências (gaps) obtidas das avaliações de competência, bem como nas demandas provenientes dos projetos contemplados no planejamento estratégico. Importante ressaltar que surgiram novas demandas que foram anexadas ao plano durante o exercício.

A SAF também é responsável pelo gerenciamento e pela execução do Programa de Excelência das Atividades no âmbito do TRT6, atende a várias necessidades institucionais e responde as exigências internas (Planejamento Estratégico do TRT6) e externas (iGovPessoas do TCU).

O Projeto Estratégico n.º 1 (Implantação do Programa de Excelência das Atividades) contém três subprojetos, quais sejam o Programa de Governança, o Programa de Excelência no Atendimento ao Público e o Programa de Desenvolvimento Gerencial.

Dentro de cada subprojeto, algumas ações de capacitação de relevância para os servidores deste Regional foram executadas em 2016.

O projeto estratégico foi dividido entre as duas áreas de capacitação, ficando as atividades destinadas à área fim (jurídicas) sob responsabilidade da Escola Judicial e as atividades de apoio (administrativas) à SAF. Com relação às atividades desenvolvidas na área fim deste Tribunal, a SAF atua como parceira da EJ nas capacitações referentes ao Programa de Desenvolvimento e Formação dos Servidores da Primeira Instância e no aperfeiçoamento de servidores no atendimento ao público (Varas do Trabalho e Gabinetes de Desembargador), bem como no Curso de Formação dos Novos Servidores.

A seguir, cumpre destacar as seguintes capacitações estratégicas no ano de 2016:

Formação de Novos Servidores: teve por objetivo capacitar os servidores das áreas administrativas e judiciárias, recém nomeados, em conhecimentos técnicos relevantes para o dia a dia de trabalho, bem como em temas comportamentais. Foram abordadas nos cursos, as seguintes disciplinas: Ética no Serviço Público, Excelência no Atendimento, Processo Judicial Eletrônico Básico em EaD e Direito Processual do Trabalho. Período de realização: 2º semestre de 2016;

Oficina de Gestão de Riscos: teve por finalidade identificar, avaliar e gerenciar os riscos que podem impactar na consecução dos objetivos estabelecidos por este Tribunal, bem como trabalhar a revisão dos controles internos institucionais existentes. Atendeu às necessidades dos Projetos Estratégicos n.º 12 (Implantar a Gestão de Riscos) e n.º 02 (Promover a Governança Colaborativa:), bem como dos projetos que estão alinhados a ambos. Período de realização: maio de 2016. Público-alvo: 34 servidores das seguintes áreas: Secretaria Geral da Presidência, DG, CGE, NDP, SGE, STI, SA, Núcleo de Saúde, Núcleo de Comunicação Social, CSI, SACI e Varas do Trabalho. Carga Horária: 24 horas;

Oficinas de Gestão de Processos – Racionalização dos Processos: objetivou mapear os processos que envolvem a aquisição de bens e a contratação de serviços, bem como a fiscalização de contratos, para a padronização dos procedimentos, contribuindo para a melhoria da governança institucional e da governança de aquisições. Período de realização: agosto de 2016. Público-alvo: gestores de processos de aquisição e fiscais de contratos. Carga Horária: 8/16 horas;

Curso de Modelagem de Processos usando notação BPMN (Bizagi): teve por objetivo mapear os processos que envolvem a aquisição de bens e a contratação de serviços, bem como a fiscalização de contratos, para a padronização dos procedimentos utilizando a ferramenta BPMN/Bizagi, contribuindo para a melhoria da governança institucional e da governança de aquisições. Período de realização: agosto a setembro de 2016. Público-alvo: gestores de processos de aquisição e fiscais de Contratos. Carga Horária: 35 horas;

Curso de Gestão de Conflitos em EAD: teve por objetivo desenvolver nos líderes a competência de gerir as pessoas dentro de uma equipe, de forma plena e prezando pelo ambiente equilibrado; estimular e desenvolver a liderança, consciente de seu papel estratégico para instituição e para o desenvolvimento das pessoas lideradas. Período de realização: maio e junho/2016 (turma 1) e novembro e dezembro/2016 (turma 2). Público-alvo: servidores das áreas administrativa e judiciária. Carga Horária: 30 horas;

Cursos da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes no Plano de Capacitação de TIC: teve por objetivo desenvolver as competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, da gestão e do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação. O plano anual de capacitação (PCTIC) deverá promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências técnicas e gerenciais do quadro de pessoal de TIC às melhores práticas de governança, bem como sua atualização tecnológica. Cursos realizados: Ferramentas de relatório e business intelligence BIRT; Treinamento sobre Extrator do PJe-JT para o Sistema e-Gestão; Curso de SOA na Prática: Integração com Web Services e Mensageria; Modelagem de Processos usando notação BPMN; Temas Atuais e Aplicados da Terceirização de Serviços na Administração Pública - Melhores Práticas e Entendimentos do TCU; Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação; Curso de PostgreSQL – Modulo DBA; e-MAG Desenvolvedor; Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação; e-Mag Conteudista; Introdução à Interoperabilidade; Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – Intermediário; Gestão de Projetos e Portfólio; 11º Congresso de Inovação no Poder Judiciário – CONIP Judiciário 2016; SGRH – Treinamento para TI; I Encontro de Infraestrutura Tecnológica do Sistema PJe; Treinamento Pentaho Data Integration – Kettle; SCM - Support Center Manager; Web Rica com JSF2, Primefaces, JPA2 e CDI. Período de realização: janeiro a dezembro de 2016. Público-alvo: servidores da área de TIC;

Treinamentos em PROAD (Presenciais e em EAD): teve por objetivo capacitar os servidores no sistema PROAD (Sistema Administrativo), para a implantação no TRT6. Período de realização: janeiro a novembro de 2016. Público-alvo: servidores das áreas administrativas e judiciárias;

Curso de Libras Instrumental: teve por objetivo a capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como princípio de acessibilidade para a comunicação bilíngue e atendimento diferenciado aos usuários e colaboradores surdos, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos Atuação Institucional, Eficiência Operacional, Responsabilidade Socioambiental e Gestão de Pessoas, com alinhamento ao Projeto Estratégico nº 1 (Programa de Excelência das Atividades). O curso revelou-se importante por atender, ainda, aos pressupostos e as diretrizes da Legislação de Acessibilidade em vigor, em especial do Estatuto dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), do Decreto n.º 5.626/2005 e da Resolução n.º 230/2016 do CNJ. Período de realização: outubro a novembro de 2016. Público-alvo: servidores das áreas administrativas e judiciárias;

Projeto Café & Linguagem em EaD: ação em educação a distância que teve por objetivo instruir os servidores, os magistrados e o público externo, de maneira informal, sobre o uso prático do português escrito e falado. Atendeu, ainda, ao Projeto Estratégico nº 1 (Programa de Excelência das Atividades), buscando desenvolver habilidades dos servidores deste Tribunal com textos sucintos e objetivos referentes ao uso previsível e eficiente da língua, no

exercício de suas funções, de modo que se comuniquem por escrito e verbalmente com observância à norma culta do português brasileiro. Foi realizado no período de junho a dezembro de 2016, por meio de publicação de 27 módulos, alcançando 54.744 pessoas.

82 Dados das ações de capacitação em 2016

Indicadores	Quantitativo
Projetos de capacitação realizados (contratação por inexigibilidade)	38
Cursos realizados por instrutoria interna (gratificação por encargo de curso)	14
Cursos realizados por instrutoria externa (gratificação por encargo de curso)	6
Total de servidores capacitados (servidores capacitados sem repetição)	761
Total de servidores capacitados (servidores capacitados com repetição)	1846
Carga horária total das ações de capacitação	28618
Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação	86,41%
Índice Geral de Capacitação	40,21%
Índice de Vagas Preenchidas em Cursos (alcance geral de treinamentos)	97,31%
Índice Geral de Capacitação Gerencial	15,77%
IEPAC – Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação em TIC	46,51%
IGT – Índice de Capacitação Gerencial em TIC	32,00%
ICT – Índice de Capacitação Técnica em TIC	13,42%

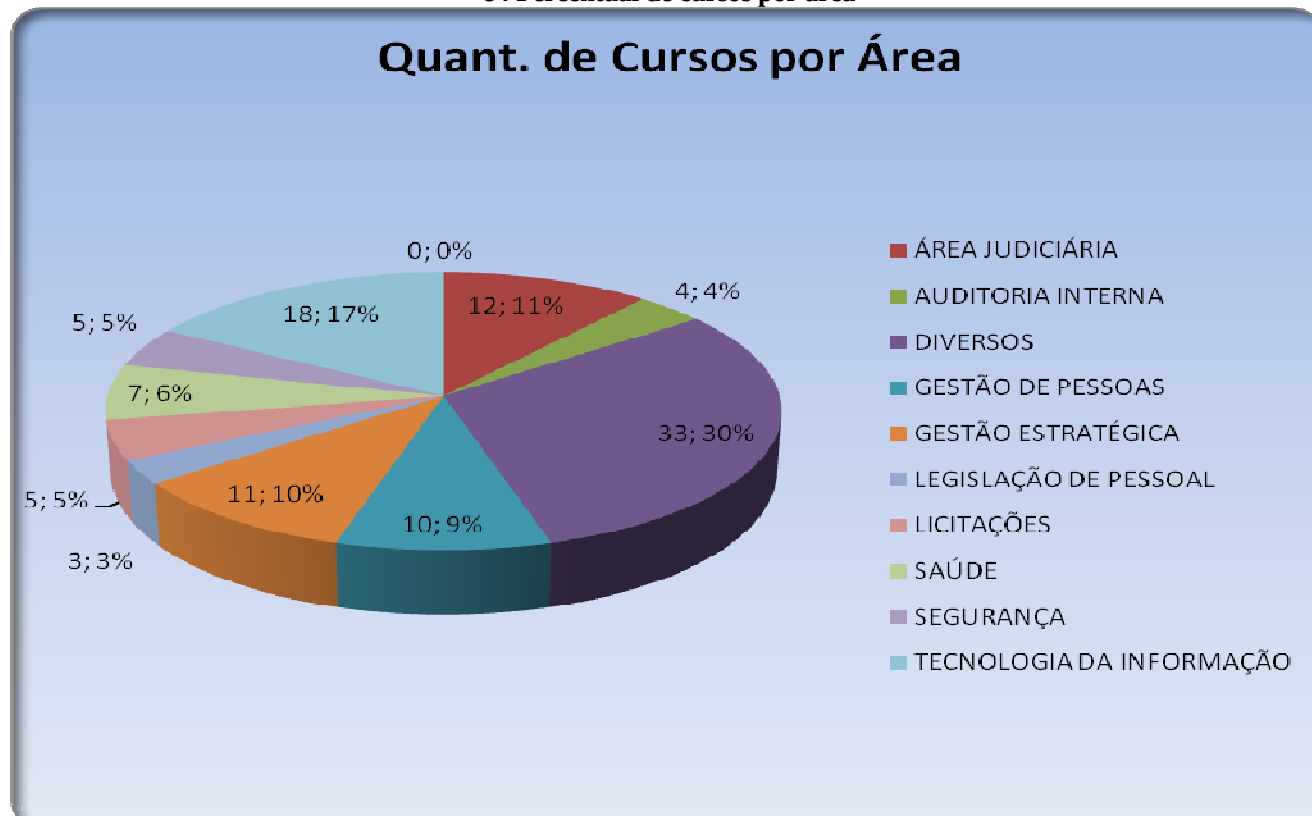
Fonte: SAF/NDP/SGEP

83 Quantitativo de cursos por área

Área	Quantitativo de cursos por área
Judiciária	12
Auditoria Interna	4
Diversos	33
Gestão de Pessoas	10
Gestão Estratégica	11
Legislação de Pessoal	3
Licitações	5
Saúde	7
Segurança	5
Tecnologia da Informação	18

Fonte: SAF/NDP/SGEP

84 Percentual de cursos por área



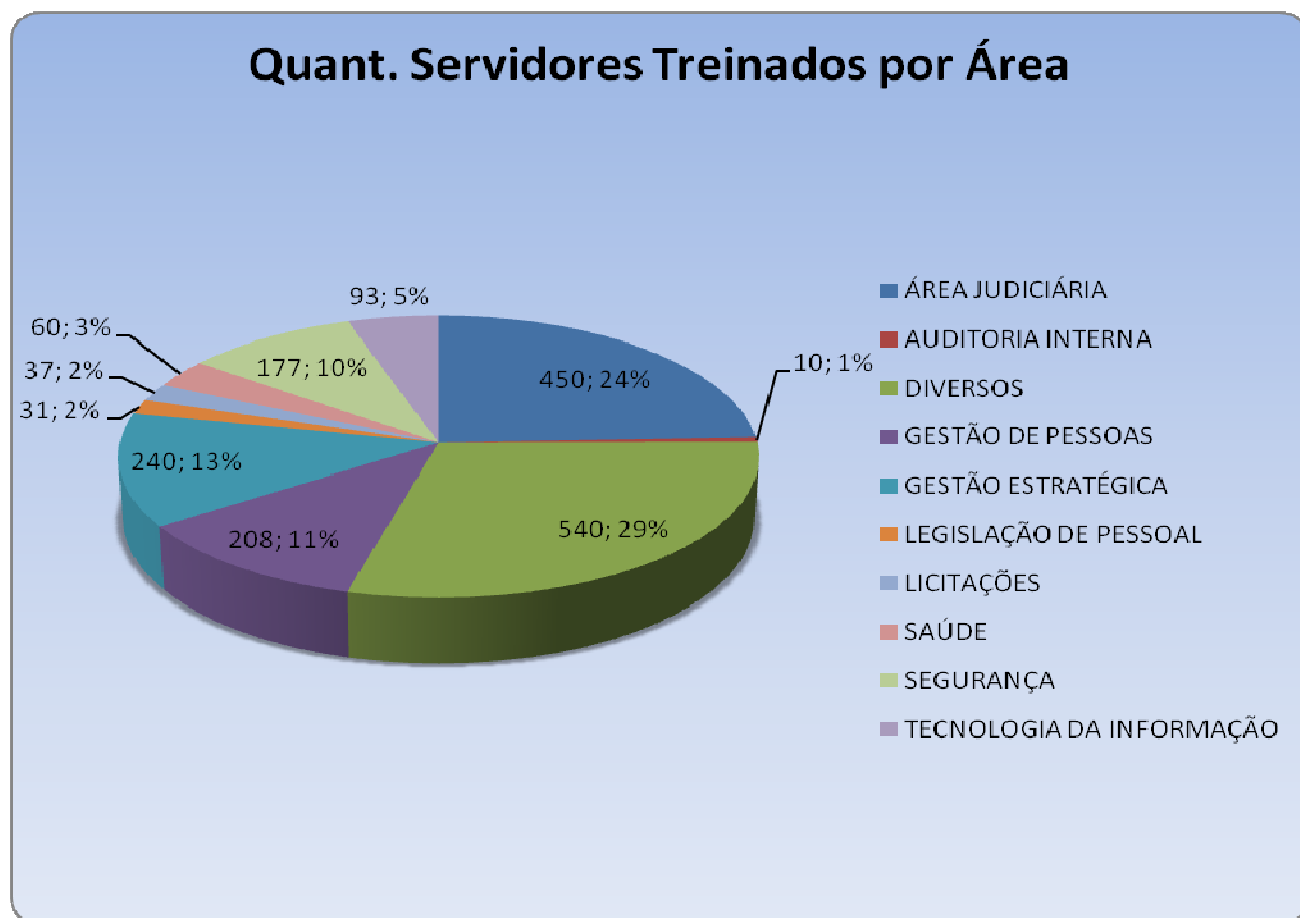
Fonte: SAF/NDP/SGEP

85 Quantitativo de servidores capacitados por área

Área	Quantitativo de servidores capacitados por área
Judiciária	450
Auditoria Interna	10
Diversos	540
Gestão de Pessoas	208
Gestão Estratégica	240
Legislação de Pessoal	31
Licitações	37
Saúde	60
Segurança	177
Tecnologia da Informação	93

Fonte: SAF/NDP/SGEP

86 Percentual de servidores capacitados por área



Fonte: SAF/NDP/SGEP

1.1.7 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O TRT6, com o objetivo de gerir as políticas, os métodos e as práticas adotadas no gerenciamento de pessoas, bem como potencializar o capital humano e a adequada distribuição da força de trabalho, verificou a necessidade de adoção de uma ferramenta administrativa de gestão por resultados. Por meio da Resolução Administrativa nº. 25/2014, de 16 de dezembro de 2014, o Tribunal Pleno aprovou, no planejamento estratégico institucional para o período 2015-2020, o iGovPessoas, indicador criado pelo TCU, que possibilita às organizações avaliar sua capacidade de governar as pessoas.

87 Indicador IGovPessoas

Objetivo Estratégico	Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida					
INDICADOR	IGovPessoas					
Tipo de Indicador	Gestão de Pessoas					
O que mede	A maturidade institucional na gestão de pessoas, segundo modelo de avaliação do TCU					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	TRT6					
Por que medir	Aperfeiçoar a gestão de pessoas					
Como medir	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do IGovPessoas					
Situação atual	Inicial (Fonte: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas – TCU 2013)					
META 10	Atingir a faixa de aprimorado até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Fonte: CGE

Nota 1: Indicador n.º 10 do Planejamento Estratégico do TRT6 2015-2010;

Nota 2: Indicador apurado pelo TCU;

Nota 3: O TCU ainda não divulgou os dados.

A seguir, constam informações acerca do alcance das ações de treinamento de servidores, esclarecendo que outros sete indicadores já foram apresentados no quadro intitulado “Dados das Ações de Capacitação em 2016”, visto no subitem 1.1.6 deste Capítulo IV.

88 Indicador Alcance das Ações de Treinamento em Governança na Administração Pública

Meta Estabelecida no Planejamento Estratégico para 2016	Meta Alcançada em 2016
20%	30%

Fonte: SAF/NDP/SGEP

89 Indicador Alcance das Ações de Treinamento em Excelência no Atendimento

Meta Estabelecida no Planejamento Estratégico para 2016	Meta Alcançada em 2016
12%	2%

Fonte: SAF/NDP/SGEP

90 Indicador Alcance das Ações de Treinamento em Programa de Desenvolvimento Gerencial

Meta Estabelecida no Planejamento Estratégico para 2016	Meta Alcançada em 2016
90%	16%

Fonte: SAF/NDP/SGEP

Oportuno esclarecer que a restrição orçamentária, prejudicou o alcance dessas metas.

Merece destaque a utilização de instrutores internos para ministrar os cursos, mediante pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso, instituída pela Lei n.º 8.112/1990 e regulamentada pelo Decreto n.º 6.114/2007, possibilitando uma economia nos custos das ações de capacitação.

Quanto ao processo de monitoramento, cumpre informar que foram realizadas, ainda, durante o exercício de 2016, reuniões periódicas, na Secretaria de Gestão de Pessoas, com o fito de parametrizar as ações de treinamento às necessidades do TRT6, adequando o conteúdo programático, carga horária, público-alvo, bem como o resultado esperado.

Após as capacitações, foram realizadas Avaliações de Reação (obrigatória) e Avaliações de Aprendizado (eletivas).

1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

91 Despesas com pessoal nos exercícios de 2014 e 2015

Tipologia/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	78.471.571,29	-	6.695.169,58	4.504.523,89	2.004.582,76	3.210.494,81	1.110.479,97	3.988.212,45	8.968.534,19	108.953.568,94
	2015	76.048.866,12	-	6.365.378,61	2.732.832,58	2.102.810,16	3.064.804,43	282.471,08	3.037.572,44	8.655.342,22	102.290.077,64
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	298.417.933,71	47.189.703,18	31.435.683,69	8.068.038,73	21.490.317,52	14.468.455,44	2.272.319,26	1.013.779,13	4.100.640,01	428.456.870,67
	2015	309.127.818,05	26.067.156,48	30.857.101,33	7.432.784,09	19.967.370,55	14.721.058,07	2.825.028,66	675.449,47	16.099.000,74	427.772.767,44
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	215.122,01	5.075.702,68	669.018,56	237.449,06	2.444.155,93	885.033,13	29.992,53	90.509,48	2.189.043,80	11.836.027,18
	2015	70.301,63	3.858.176,60	459.436,95	135.869,55	2.066.525,54	744.369,45	6.000,00	19.819,89	814.725,82	8.175.225,43
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	232.943,01	1.137.441,16	127.268,48	6.099,46	46.899,90	58.351,82	-	26.002,28	6.885,48	1.641.891,59
	2015	210.162,29	1.177.246,01	121.807,04	15.649,76	63.531,25	58.238,17	31.270,54	-	58.283,36	1.736.188,42
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	18.043.385,71	1.347.973,36	1.589.895,11	444.262,86	1.444.861,25	402.828,30	27.300,00	127.357,98	163.598,16	23.591.462,73
	2015	13.665.384,18	1.600.601,06	1.413.845,03	454.643,65	1.453.917,80	457.852,41	26.700,00	37.936,58	614.593,49	19.725.474,20
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Nota 1: Valores de DEA pagos a beneficiários sem vínculo com o TRT6, que não possuem campo específico no quadro acima: R\$1.700.441,31;

Nota 2: Valores pagos a pensionistas que não constam do quadro acima, por não se enquadrarem como servidores: R\$34.805.598,66;

Nota3: Valores pagos a título de contribuição patronal, que não possuem campo específico no quadro acima: R\$70.767.606,01.

1.2.1 Análise crítica sobre as despesas com pessoal

O quadro demonstrativo comparativo das despesas com pessoal revela, entre os anos de 2015 e 2016, um aumento de cerca de 7% do custo total em 2016 com membros de poder e agentes políticos, especialmente com adicionais e demais despesas variáveis, enquanto que os custos com os servidores de carreira vinculados ao TRT6 tiveram uma majoração em torno de 0,16%, decorrentes de retribuições e despesas de exercícios anteriores, principalmente.

O comparativo do custo de despesas com pessoal referente aos servidores de carreira sem vínculo com esta UPC demonstra um aumento significativo de gastos no ano de 2016, em torno de 44,77%, em comparação com 2015. Essa elevação decorre da decisão da Administração do Tribunal no sentido de pagar aos servidores requisitados a remuneração devida pelos órgãos cedentes diretamente na folha, responsabilizando-se, ainda, pelos encargos sociais, nos moldes do que prevê o § 1º, do art. 2º, da Resolução CSJT n.º 143/2014.

No tocante ao custo de pessoal referente aos servidores sem vínculo com a administração pública, o quadro demonstra que ocorreu uma diminuição nos gastos de 2016 na ordem de 5,7%, ao passo que, com relação aos servidores cedidos com ônus, houve aumento das despesas na ordem de 19,5%, especialmente no tocante aos vencimentos e às vantagens fixas e despesas de exercícios anteriores, ressaltando de houve redução dos gastos nas demais tipologias.

1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

1.3.1 Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades na acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e na terceirização de cargos

O TRT6, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, adota como mecanismo de controle – com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos – a exigência, por ocasião da posse ou da aposentadoria, de documento do servidor declarando se acumula ou não cargo, emprego ou função pública, com fundamento no artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º e 7º, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.027, de 12/04/1990, artigos 118 a 120, da Lei n.º 8.112/1990, bem como na decisão plenária do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 163204-6 (DJU de 31/03/1995) e na Súmula TCU n.º 246/2002. Tal sistemática de controle subsiste, considerando que as alternativas propostas ainda não foram implantadas.

Quanto às providências tomadas pelo TRT6 para identificar eventual terceirização irregular de cargos, cumpre informar a inexistência de contratação de servidores para ocupar cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos deste órgão.

1.3.2 Medidas adotadas para tratar as irregularidades identificadas

Como já informado no Relatório de Gestão do TRT6 referente ao exercício de 2015, em face das conclusões do Acórdão n.º 1.338/2011-TCU-Plenário, a Secretaria de Auditoria e Controle Interno, de ordem, encaminhou à Secretaria de Gestão de Pessoas a relação de pessoal ativo e inativo, com ingresso neste Regional até o exercício de 2010 e outro(s) vínculo(s), conforme resultado da consulta realizada na Relação Anual de Informações Sociais, ano base 2011, buscando diligenciar junto aos relacionados, para que se renunciassessem acerca dos vínculos encontrados, inclusive quanto à compatibilidade de horários prevista nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Carta Magna.

Ao final da análise dos casos relatados, em consonância com as propostas da Secretaria de Gestão de Pessoas, a Presidência do TRT6 determinou a adoção das seguintes providências, tanto para os casos investigados, quanto para os fins de controle da acumulação de cargos no âmbito deste Regional:

a) constituição de comissão específica necessária à conclusão dos trabalhos preliminares já realizados, objetivando a apuração do ocorrido em relação aos servidores envolvidos, composta na forma do art. 133 da Lei n.º 8.112/1990;

b) instituição de mecanismos de controle na acumulação de cargos, na forma proposta pela SGEP, onde foram apresentadas várias formas (alternativas) de atuação nesse sentido.

Nessa esteira, mediante o Ato TRT n.º 315/2015, o TRT6 instituiu o Sistema de Controle de Acumulação de Cargos, Funções e Aposentadorias composto por duas comissões, quais sejam a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Funções e Aposentadorias – CPAC, responsável pelo exame dos casos concretos, e a Comissão Permanente de Sistematização – CPSI, a quem compete o estabelecimento de mecanismos para prevenir, coibir e identificar acumulações ilícitas.

Após diversas reuniões, a CPSI, como primeira providência, deliberou sobre a elaboração de formulários para recadastramento bienal de servidores ativos e inativos, cujos modelos foram aprovados pela Presidência do TRT6, com vistas à obtenção de informações sobre eventuais casos de acumulação de cargos, para o controle da regularidade dessas situações.

O primeiro recadastramento ocorreu em outubro de 2015 e teve como público-alvo os servidores ativos, ao passo que o segundo, dirigido aos servidores inativos, foi designado para o mês de março do ano de 2016.

À CPAC foram encaminhados os expedientes em tramitação relativos a possíveis irregularidades, isto é, acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

1.3.3 Riscos identificados na gestão de pessoas e as providências adotadas para mitigá-los

A alta rotatividade do quadro de pessoal do TRT6 – principalmente dos servidores de nível médio –, decorrente de vacância de cargos proveniente de aposentadorias, posse em outro cargo não acumulável, exonerações e falecimentos, bem como as movimentações de servidores entre tribunais ou no âmbito interno, em especial entre as unidades localizadas no interior do Estado de Pernambuco – tem impactado na prestação jurisdicional, considerando que demandam dedicação e tempo da equipe responsável pelos treinamentos de novos servidores, sem falar dos custos na operacionalização de novos concursos públicos, bem como na capacitação e na adaptação dessas pessoas a instituição.

Como uma das providências adotadas por este Regional para diminuir a alta rotatividade de pessoal, cumpre mencionar a elaboração do projeto de gestão por competências, que possibilitará avaliar as competências individuais, fazendo com que as pessoas percebam que a sua relação com a organização agrega-lhes valor. Todavia, não se pode olvidar que outras variáveis, a exemplo de remuneração e benefícios, impactam na rotatividade de pessoal no setor público.

Cumprido esclarecer que, nos subitens 1.3.1 e 1.3.2 deste Capítulo IV, constam as principais medidas utilizadas por este órgão para mitigar outros riscos identificados na gestão de pessoas.

1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Este tópico tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo (subitem 1.4.1) e também acerca da política de contratação de estagiários (subitem 1.4.2).

1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

O quadro a seguir contém informações sobre a terceirização regular de mão de obra, que diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim do TRT6, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.

92 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do TRT6
Unidade Contratante
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

UG/Gestão: 110245/00001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2010	Auxiliar de portaria	09.863.853/0001-21	29/12/2010	28/12/2016	Fundamental	E
2016	Auxiliar de portaria	09.863.853/0001-21	29/12/2016	28/12/2017	Fundamental	A
2010	Ascensorista	00.323.090/0001-51	17/12/2010	12/02/2016	Fundamental	E
2011	Garçom	70.244.082/0001-03	29/09/2011	28/09/2016	Fundamental	E
2011	Estocagem e distribuição de materiais	70.244.082/0001-03	10/10/2011	14/03/2016	Fundamental	E
2016	Estocagem e distribuição de materiais	70.244.082/0001-03	15/03/2016	14/03/2017	Fundamental	A
2011	Copeiragem	70.244.082/0001-03	08/11/2011	01/02/2016	Fundamental	E
2012	Limpeza e conservação	00.323.090/0001-51	23/11/2012	26/06/2016	Fundamental	E
2016	Limpeza, conservação e garçom	00.323.090/0001-51	27/06/2016	26/06/2017	Fundamental	A
2012	Manutenção predial (áreas 5, 6 e 7)	11.949.783/0001-70	24/09/2012	01/02/2016	Fundamental, Médio e Superior	E
2013	Manutenção predial (área 1)	11.949.783/0001-70	30/12/2013	29/12/2017	Fundamental, Médio e Superior	P
2014	Manutenção predial (área 2)	09.181.545/0001-16	25/03/2014	24/03/2016	Fundamental, Médio e Superior	E
2014	Manutenção predial (área 3)	09.181.545/0001-16	07/03/2014	24/03/2016	Fundamental, Médio e Superior	E
2015	Vigilância armada	42.035.097/0002-07	06/11/2015	05/11/2017	Médio	P
2013	Digitalização eletrônica de documentos	11.254.166/0001-50	19/08/2013	18/08/2017	Médio	P
2015	Digitalização eletrônica de documentos	11.254.166/0001-50	23/10/2015	01/03/2016	Médio	E
2013	Motorista	08.584.379/0001-38	18/11/2013	17/11/2017	Fundamental	P
2014	Assessoria em comunicação social	05.407.537/0001-94	14/05/2014	01/02/2016	Superior	E
2014	Telefonista	08.584.379/0001-38	27/07/2014	26/07/2017	Médio	P
2015	Mensageiro	00.323.090/0001-51	22/05/2015	21/05/2017	Fundamental	P
2015	Atendimento aos usuários de TI	19.877.300/0001-81	25/05/2015	24/11/2017	Médio e Superior	P

Fonte: SEFIS/CLC

Nota 1: Situação do contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado;

Nota 2: Quantitativo total de colaboradores: 744 (1ª INSTÂNCIA: 560; 2ª INSTÂNCIA: 145; e ÁREA ADMINISTRATIVA: 39).

1.4.2 Contratação de estagiários

O programa de estágio remunerado para estudantes de nível superior no âmbito do TRT6 é regulamentado pelo Ato TRT-GP n.º 73, de 16 de fevereiro de 2012, o qual estabelece que a contratação de estagiários está condicionada à aprovação prévia em concurso de provas de conhecimento específico, exceto no caso das Varas do Trabalho do interior do Estado de Pernambuco, em que conta apenas com uma unidade de ensino, a escolha ocorre mediante a análise de histórico escolar.

No tocante aos estudantes da área meio, verifica-se que eles encontram-se desenvolvendo, de forma integral, atividades relacionadas à sua área de formação. Quanto aos estudantes do curso de Direito, que atuam nas Varas do Trabalho, embora sejam destinados à área fim, também desenvolvem atividades de cunho administrativo, constatadas por meio das avaliações realizadas pelos estudantes ao término do estágio.

Considerando a publicação do Ato Conjunto TRT-GP/CRT n.º 002/2016, que determinou a redução do contingente de estagiários para adequação aos novos limites orçamentários, foi necessário um estudo para ajuste do quantitativo de vagas de forma gradativa, a fim de que os contratos em vigor não fossem rescindidos.

Mesmo assim, no primeiro semestre, foram rescindidos contratos de 16 (dezesseis) estagiários e não prorrogados os contratos de outros 10 (dez) estudantes. Os demais ajustes ocorreram em decorrência de desligamentos solicitados pelos próprios estagiários.

Importante esclarecer que a prioridade para o ajuste do número de vagas foi manter os estagiários nas Varas do Trabalho e em unidades estratégicas da área administrativa que, pela natureza de suas atividades, continuaram sendo contempladas no aludido programa.

As áreas contempladas passaram a ser Direito, Contabilidade, Fisioterapia, Informática e Psicologia.

Embora tenha havido redução do quantitativo de estagiários, houve inclusão, no programa de estágio, das Varas do Trabalho localizadas nas cidades de Limoeiro, Timbaúba, Nazaré da Mata, Goiana e Salgueiro.

A partir dos números constantes do quadro a seguir, conclui-se que 91,7% dos gastos com estagiários no ano de 2016 foram dedicados à área fim, demonstrando a prioridade que é dada pela Administração do Tribunal nesse aspecto.

93 Composição do quadro de estagiários – Exercício de 2016

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valores em R\$
1. Nível superior	155	103	109	123	1.170.576,99
1.1 Área Fim	133	96	103	116	1.073.236,78
1.2 Área Meio	22	7	6	7	97.340,21
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	155	103	109	123	1.170.576,99

Fonte: Seção de Extensão e Qualificação de Pessoal/Núcleo Desenvolvimento de Pessoal/SGEP

Quanto à evolução da quantidade e das despesas com as contratações de estagiários nos últimos três anos, o TRT6 apresenta o quadro a seguir.

94 Evolução do quantitativo e das despesas totais com a contratação de estagiários nos últimos três anos

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		
	2014	2015	2016
1. Nível superior			
1.1 Área Fim	147	157	116
1.2 Área Meio	50	40	7
2. Total de despesas no exercício (em R\$ 1,00)	1.868.976,09	1.863.949,97	1.170.576,99

Fonte: Seção de Extensão e Qualificação de Pessoal/Núcleo Desenvolvimento de Pessoal/SGEP

Verifica-se, pois, que os valores gastos com estagiários nos anos de 2014 e 2015 ficaram muito próximos, enquanto que o quantitativo total de estudantes manteve-se igual (197), havendo, tão somente, o deslocamento de 10 (dez) vagas da área meio para a área fim. Contudo, ao final de 2016, devido ao corte orçamentário mencionado alhures, a quantidade total de estagiários e a despesa, comparativamente ao exercício de 2015, reduziram de forma significativa, de 197 para 123 (37,5%), a primeira, e de R\$1.863.949,97 para R\$1.170.576,99 (37,2%), a segunda.

2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

2.1 Gestão da frota de veículos

Inicialmente, importa esclarecer que o TRT6 não utiliza veículos automotores locados junto a terceiros, uma vez que possui frota própria, a qual, no momento, atende as suas necessidades.

2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A frota de veículos automotores do TRT6 tem a sua regulamentação regida pela Resolução Administrativa TRT n.º 2/2012, em conformidade com a Resolução n.º 83/2009 do CNJ, e pela Resolução n.º 68/2010 do CSJT.

Os veículos oficiais pertencentes à frota deste Regional são classificados, para fins de utilização, em:

veículos de representação;
veículos de transporte institucional;

veículos de serviços.

Os veículos de representação compreendem automóveis de cor preferencialmente escura, placas de cor preta, contendo o brasão da República Federativa do Brasil, a legenda e a designação do cargo, conforme modelo contido na Resolução CONTRAN n.º 32/1998.

Os veículos de transporte institucional compreendem automóveis de cor preferencialmente escura, placas de cor preta, contendo o brasão da República Federativa do Brasil, a legenda e o número de ordem, conforme modelo contido na Resolução CONTRAN n.º 32/1998, de uso exclusivo ou compartilhado pelos desembargadores deste Regional, no cumprimento de suas atividades funcionais.

Os veículos de serviços compreendem automóveis dos tipos: passeio, utilitário, de carga, de emergência e motocicletas, de placas brancas, com número de ordem definido pelo DETRAN, destinados ao apoio de atividades externas, no interesse da Administração.

2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRT6

A maior parte das empresas necessita do transporte veicular no apoio as suas atividades cotidianas, assim como os órgãos públicos, que não fogem à regra.

Constata-se que muitas das atividades desenvolvidas no TRT6 dependem dos serviços das seções de Transportes e de Manutenção de Veículos, que prestam apoio às diversas unidades do órgão e desempenham, entre outras atividades, a:

- condução de magistrados;
- entrega de materiais de expediente nas Varas do Trabalho localizadas no Recife e no interior do Estado de Pernambuco;
- distribuição de documentos por meio de malotes nas unidades localizadas na Região Metropolitana do Recife;
- distribuição de mobiliário nas Varas do Trabalho da capital e do interior;
- condução de servidores e terceirizados para realização de manutenção física e/ou manutenção nas áreas de informática, elétrica, hidráulica, entre outras, nas Varas do Trabalho do Recife e do interior do estado;
- condução dos demais servidores para soluções de problemas administrativos de interesse do Tribunal.

Dessa forma, evidencia-se a importância da frota do Tribunal no contexto da funcionalidade de diversos setores desta Justiça Especializada em Pernambuco.

2.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do TRT6, discriminados por grupos, segundo a sua classificação, e a totalização por grupo e geral

Em 31 de dezembro de 2016, o quantitativo de veículos do TRT6 totalizava 88 (oitenta e oito) unidades, consoante demonstrado no quadro a seguir.

95 Quantidade de veículos próprios

Classificação dos Veículos	Quantidade
Veículos de representação	03
Veículos de transporte institucional	16
Veículos de serviços ¹	69
Total	88

Fonte: Planilhas de Controle da Seção de Gerenciamento de Frota/CSI

Nota 1: Incluídas as motocicletas no cômputo no quantitativo de veículos de serviços;

Nota 2: A planilha com o quantitativo de veículos oficiais encontra-se à disposição do público no *link* Transparência da página eletrônica deste órgão na rede mundial de computadores.

2.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a sua classificação

96 Média anual de quilometragem dos veículos próprios

Classificação dos Veículos	Média Anual (em km)
Veículos de representação	30.434
Veículos de transporte institucional	121.406
Veículos de serviços ¹	291.545

Fonte: Planilhas da FITCARD/Seção de Manutenção de Veículos/Seção de Transportes/CSI

Nota 1: As motocicletas são consideradas veículos de serviços;

Nota: No cálculo da média, foram considerados apenas os veículos que tiveram efetivo deslocamento durante o exercício de 2016.

2.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos

O quadro a seguir demonstra a idade média da frota em 31/12/2016, destacando que, comparativamente aos exercícios anteriores a 2013, houve grande redução da idade média da frota de veículos devido ao processo de renovação, que foi concluído no ano de 2014.

97 Idade média da frota de veículos próprios

Classificação dos Veículos	Idade média (em anos)
Veículos de representação	2,6
Veículos de transporte institucional	2,6
Veículos de serviços ¹	6,12

Fonte: Planilhas de Controle da Seção de Manutenção de Veículos/CSI

Nota: As motocicletas são consideradas veículos de serviços.

2.1.6 Despesas associadas à manutenção da frota de veículos próprios

Despesas associadas à manutenção da frota de veículos próprios

Classificação dos Veículos	Combustíveis	Manutenção	Seguro	Licenciamento e seguro obrigatório	Total
Veículos de representação	14.384,61	8.555,52	1.080,00	625,86	24.645,99
Veículos de transporte institucional	88.949,98	49.626,20	5.760,00	3.337,92	147.674,10
Veículos de serviços ¹	130.283,38	333.014,84	24.137,00	18.551,49	505.986,71
Total	233.617,97	391.196,56	30.977,00	22.515,27	678.306,80

Fonte: Planilhas de Controle e Manutenção de Frota da Seção de Manutenção de Veículos/CSI e FITCARD

Nota 1: As motocicletas são consideradas veículos de serviços;

Nota 2: Valores em R\$ (reais).

2.1.7 Plano de substituição da frota de veículos próprios

Em média, o TRT6 realiza a renovação de frota para veículos de representação e de transporte institucional a cada período de 5 (cinco) anos, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.

Quanto aos veículos de serviços, a frota é renovada paulatinamente, à medida que os veículos começam a apresentar manutenção onerosa ou antieconômica, o que ocorre por volta de 10 (dez) anos de uso.

Importa salientar que não houve necessidade de substituir a frota no exercício de 2016, haja vista que, em 2013, ocorreu uma renovação significativa dos veículos, conforme se verifica no subitem 2.1.5 deste Capítulo IV, que trata da idade média dos veículos utilizados por este Regional.

Contudo, impende frisar que o gestor, em observância ao princípio da economicidade da frota, sempre acompanha os custos de manutenção das viaturas, com o fito de identificar algum veículo com manutenção onerosa, que enseje a sua substituição.

2.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

O TRT6 realizou pesquisa de preços perante algumas empresas especializadas em locação de veículos na RMR. Entretanto, foi utilizada como referência a empresa Movida Rent a Car, a fim de estimar o montante da despesa em um período de cinco anos.

Houve, então, a estimativa de um quantitativo de veículos, distribuído em cinco modelos distintos, considerando dois cenários, que serviram de parâmetro comparativo para um período de cinco anos.

No primeiro cenário, relativo à aquisição de veículos, foram considerados os gastos com compra, manutenções periódicas, seguro e licenciamento, ao passo que, no segundo, alusivo à locação de veículos, entraram na conta apenas as despesas mensais referentes à contratação dos serviços, com acréscimo, a partir do 2º semestre de 2015, de um percentual de ajuste de 6% (seis por cento), conforme cotação da locadora.

98 Cenário 1: Aquisição de veículos

Modelo	Volkswagen Gol 1.6	Volkswagen Spacefox	Toyota Corolla	Fiat Strada	Nissan Frontier	Total
Preço unitário (aquisição de veículo)	39.600,00	47.900,00	65.000,00	43.200,00	91.900,00	287.600,00
Quantidade	4	4	5	3	4	20
Total (compra de veículos)	158.400,00	191.600,00	325.000,00	129.600,00	367.600,00	1.172.200,00
Licenciamento (5 anos)	19.800,00	23.950,00	40.625,00	16.200,00	45.950,00	146.525,00
Seguro (5 anos)	8.456,00	10.192,00	13.090,00	8.022,00	30.576,00	70.336,00
Manutenção (5 anos)	24.000,00	24.000,00	35.000,00	17.700,00	46.400,00	147.100,00
Total de Gastos	210.656,00	249.742,00	413.715,00	171.522,00	490.526,00	1.536.161,00

Fonte: Planilha da Seção de Manutenção de Veículos/CSI/ Pesquisa de preços de locações de veículos

Nota 1: Foram considerados os preços dos veículos ofertados pelos concessionários no ano de 2015;

Nota 2: Os preços dos seguros tiveram como base os valores contratados atualmente pelo TRT6, com índice de ajuste de 10% (dez por cento) a partir do exercício de 2015;

Nota 3: No valor do licenciamento, levou-se em conta o percentual anual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) incidente sobre os preços dos veículos, que era o utilizado no Estado de Pernambuco até o exercício de 2015;

Nota 4: Na apuração dos gastos com manutenção dos modelos Gol e Spacefox, foram considerados os preços das revisões apresentados na página oficial da montadora Volkswagen na internet e também na concessionária;

Nota 5: Para o modelo Corolla, houve consulta dos preços das revisões junto ao revendedor autorizado Toyota em Recife com base na rodagem anual de até 20.000 km;

Nota 6: Para o modelo Strada, no que diz respeito ao item manutenção, foram considerados os preços das revisões apresentados no site oficial da montadora Fiat;

Nota 7: No tocante às despesas com a manutenção do modelo Frontier, houve realização de pesquisa no site oficial do fabricante Nissan do Brasil, sendo acrescido ao valor proposto pela montadora um percentual de 30%, para compor o preço concernente a 1 (uma) hora de mão de obra, e de 45%, para compor o preço referente a 2 (duas) horas de serviço;

Nota 8: No valor acumulado da manutenção, no período de 2014 a 2018, foi aplicado um percentual de 30% para corrigir algum fator, componente dos custos, que, porventura, não tenha sido computado nos cálculos;

Nota 9: Valores em R\$ (reais).

99 Cenário 2: Locação de veículos

Modelo	Volkswagen Gol 1.6	Volkswagen Spacefox	Toyota Corolla	Fiat Strada	Nissan Frontier	Total
Quantidade	4	4	5	3	4	20
2014	144.000,00	172.800,00	270.000,00	172.800,00	378.000,00	1.139.614,00
2015	152.640,00	183.168,00	286.200,00	183.168,00	400.680,00	1.207.871,00
2016	161.798,40	194.158,08	303.372,00	194.158,08	424.720,80	1.280.223,36
2017	171.506,30	205.807,56	321.574,32	205.807,56	450.204,05	1.356.916,80
2018	181.796,68	218.156,02	340.868,78	218.156,02	477.216,29	1.438.211,79
Total	811.741,39	974.089,66	1.522.015,10	974.089,66	2.130.821,14	6.412.756,95

Fonte: Planilha da Seção de Manutenção de Veículos/CSI

Nota 1: A partir do 2º semestre do exercício de 2015, foi considerado um ajuste percentual de 6% (seis por cento) para os valores das locações;

Nota 2: Valores em R\$ (reais);

Nota 3: Considerado um período de cinco anos, de 2014 a 2018.

100 Aquisição versus Locação

Exercício	Aquisição	Locação
2014	1.172.200,00	1.139.614,00
2015	72.792,20	1.207.871,00
2016	77.159,73	1.280.223,36
2017	81.789,32	1.356.916,80
2018	86.696,67	1.438.211,79
Total	1.490.637,92	6.412.756,95

Fonte: Planilha da Seção de Manutenção de Veículos /CSI

Nota: Valores em R\$ (reais);

Nesse panorama, conclui-se que não há vantagem na locação de veículos, haja vista que o gasto é bem superior ao de aquisição.

Ainda que sejam levados em consideração os gastos com a manutenção da frota, licenciamento e seguro, resta evidenciado o benefício econômico da compra de veículos.

Ademais, ao final do período considerado (2014-2018), os veículos adquiridos ainda terão valor residual, circunstância que possibilitará ao TRT6 negociá-los na hipótese de optar pela realização de novas aquisições, ao contrário dos veículos locados, que não poderão ser integrados a sua frota.

2.1.9 Estrutura de controles de que o TRT6 dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Com o fim do contrato celebrado em 2011 com a ECOFROTAS, o TRT6 contratou a empresa FITCARD para prestar os serviços de gerenciamento da frota, a partir de novembro de 2015, mediante a utilização de cartões individuais para veículos e condutores, possibilitando o controle, via

web, de todas as transações realizadas, tanto de abastecimento como de manutenção veicular, por meio do sistema de controle de frota, que, entre outras facilidades destacadas a seguir, otimiza a operacionalização para os usuários.

2.1.9.1 Sistema de abastecimento

Consiste em um sistema para controlar, via *web*, em tempo real, o abastecimento da frota, o desempenho dos veículos e os seus condutores, por meio de cartão da empresa contratada para gerenciar a frota, aceito nos principais postos de combustíveis de todo o território nacional, tendo como principais vantagens:

- Praticidade – a maior rede credenciada de postos de combustíveis do Brasil;
- Transparência – a padronização e o detalhamento das informações possibilitam maior transparência ao processo financeiro e operacional;
- Eficiência – todos os abastecimentos e serviços utilizados na rede de postos são pagos para apenas um fornecedor;
- Controle – todas as tentativas de compra protegidas pelos parâmetros estabelecidos são registradas no sistema, informando quem, quando e onde se tentou efetuar a compra, além do motivo pelo qual a transação foi protegida.

2.1.9.2 Sistema de manutenção

Consiste em um sistema para controlar, via *web*, em tempo real, a manutenção da frota, mediante pagamento eletrônico, aceito por uma grande quantidade de oficinas credenciadas, concessionários e distribuidores de peças do Brasil (FITCARD), tendo como principais vantagens:

- Transparência – o cadastro padronizado de grupo de peças, peças e mão de obra possibilita o comparativo entre orçamentos de todo o Brasil, em R\$/hora e número de horas, via sistema, facilitando a auditoria eletrônica do processo em segundos;
- Controle – o sistema avisa quando uma peça ou mão de obra ainda estiver em garantia, evitando custos desnecessários (definição do valor máximo por ordem de serviço a ser aprovado e número de aprovadores por cada nível hierárquico dos gestores);
- Praticidade – elimina o retrabalho de digitação de dados, integrando os sistemas SAP, Microsiga, Datasul, Sistemas Próprios etc.;
- Eficiência – melhor aproveitamento da frota por meio da redução do tempo de manutenção.

2.1.9.3 Relatórios inteligentes

Trata-se de relatórios gerenciais que possibilitam ao gestor da frota de veículos compilar, em tempo hábil, as informações necessárias para tomada de decisões, com respaldo nos registros constantes da base de dados, contendo toda a movimentação, tanto de abastecimentos como de manutenções realizadas (histórico do veículo).

Com isso, a Seção de Manutenção de Veículos controla online, em tempo real, as despesas com abastecimento e manutenção, bem como o desempenho de veículos e condutores da frota do TRT6, por intermédio de um sistema que permite o monitoramento de tudo que ocorre com a frota.

As informações geradas pelo sistema ficam disponíveis para consulta online e *download* de relatórios que evidenciam o desempenho, o comportamento e o custo operacional da frota.

Diariamente, é realizada uma correção estatística da quilometragem percorrida e da quantidade de combustível utilizada, garantindo aos indicadores alta precisão e confiabilidade.

O uso desse sistema de manutenção e abastecimento possibilitou o controle total das despesas dos veículos.

Desse modo, o gestor possui:

- controle maior sobre a frota;
- acompanhamento detalhado de todo o processo;
- maior disponibilidade da frota;
- base de dados para comparar preços de mercado, gerando, assim, mais economia nas manutenções de veículos e no consumo de combustível.

2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No exercício de 2016, o TRT6 também não realizou processo de doação de veículos. Entretanto, cumpre registrar que a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso adotada por este Regional rege-se pelo Decreto n.º 99.658/1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Por fim, impende esclarecer que, caso algum veículo seja considerado inservível, a política adotada pelo TRT6 consiste em doá-lo a outros órgãos públicos federais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis da União sob responsabilidade do TRT6 são administrados e geridos por este órgão em parceria com as diretorias das unidades administrativas e judiciárias instaladas em cada imóvel.

A Coordenadoria de Engenharia de Manutenção – CEMA, em cuja estrutura encontra-se a Seção de Administração Predial, centraliza as atividades de controle e gestão de todos os imóveis, pertencentes ou não a este Regional, promovendo a manutenção contínua do patrimônio imobiliário confiado a esta Corte.

A Coordenadoria de Planejamento Físico – CPLAN coparticipa dos atos de gestão desse patrimônio, nos casos de construção de novos imóveis, reformas e ampliações.

Desde logo, impende esclarecer que o TRT6 não tem, sob a sua responsabilidade, imóveis funcionais de propriedade da União.

O quadro a seguir, denominado “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade deste Regional no final do

exercício de 2016, contemplando a localização geográfica desses bens no Estado de Pernambuco, Brasil.

101 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DO TRT6
		EXERCÍCIO 2016
BRASIL	PERNAMBUCO	37
	ARARIPINA	1
	BARREIROS	1
	BELO JARDIM	1
	CABO DE SANTO AGOSTINHO	1
	CARPINA	1
	CARUARU	1
	CATENDE	1
	ESCADA	1
	FLORESTA	1
	GARANHUNS	1
	GOIANA	1
	IGARASSU	1
	IPOJUCA	1
	JABOATÃO DOS GUARARAPES	1
	LIMOEIRO	1
	NAZARÉ DA MATA	1
	OLINDA	1
	PALMARES	1
	PAULISTA	1
	PESQUEIRA	1
	PETROLINA	2
	RECIFE	7
	RIBEIRÃO	1
	SALGUEIRO	1
	SÃO LOURENÇO DA MATA	1
	SERRA TALHADA	1
	SERTÂNIA	1
	TIMBAÚBA	1
	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	2

Fonte: CEMA e SA

Nota: O TRT6 não utiliza imóveis de propriedade da União no exterior.

De acordo com informações prestadas pela CEMA e pela CPLAN, foram aplicados, em 2016, R\$1.772.310,65 (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, trezentos e dez reais e sessenta e cinco centavos) com a manutenção de todos os imóveis sob responsabilidade do TRT6, enquanto que foram investidos R\$1.476.980,90 (um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e noventa centavos).

Quanto às informações relevantes detalhadas sobre os imóveis de responsabilidade do TRT6, importa esclarecer que elas estarão disponíveis no sítio deste órgão na internet, no exercício de 2017.

Por fim, cumpre frisar que o TRT6 mantém alguns controles para mitigar os riscos relacionados à gestão dos imóveis de propriedade da União sob a sua responsabilidade, a exemplo de realização de vistorias nas edificações e entornos; execução de manutenções regulares e reformas; contratação de agentes de portaria e de vigilância armada para proteção e guarda do patrimônio imobiliário; e manutenção de sistema de proteção de incêndio.

2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Os seguintes quadros, intitulados “Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas”, visam à caracterização da cessão de espaço físico a terceiros em imóveis da União que estejam na responsabilidade do TRT6.

102 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	– 1
	Endereço	Estrada da Batalha, 1200, Jardim Jordão, Jaboatão dos Guararapes (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	OAB – SUBSECCIONAL JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 10242/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de sala de apoio para advogados
	Prazo da Cessão	09/11/2019
	Caracterização do espaço cedido	64,44 m² no Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes (ampliação de área a partir de 14/12/2016, mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

Nota 1: Imóvel locado.

103 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2531.00479.500-0
	Endereço	Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	OAB – SECCIONAL PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 7182/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de sala de apoio para advogados
	Prazo da Cessão	08/07/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 32,06 m² no Edifício Sede do TRT6
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

104 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2491 00047.500-9
	Endereço	Rodovia PE-15, km 4,8, s/n.º , Cidade Tabajara, Olinda
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.971.484/0001-09
	Nome ou Razão Social	OAB – SECCIONAL PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 9707/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de sala de apoio para advogados
	Prazo da Cessão	03/10/2020
	Caracterização do espaço cedido	38,92 m² no Fórum Trabalhista de Olinda (modificação da área originalmente cedida de 16,42 m² para 38,92 m², em 07/07/2016, mediante a formalização do Primeiro Termo Aditivo)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

105 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	457.00024.500-3
	Endereço	Rua Arão Lins de Andrade, 182, Piedade, Jaboatão dos Guararapes (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.431.327/0001-34
	Nome ou Razão Social	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Órgão do Poder Judiciário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 18495/2010, que vigeu até 09/12/2015, sendo substituído pelo Termo de Cessão Protocolo n.º 11428/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes (PE)
	Prazo da Cessão	13/12/2020
	Caracterização do espaço cedido	300 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

106 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização dos Imóveis Objeto de Cessão	RIPs	2531.00479.500-0
	Endereços	Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.566.224/0001-90
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 17822/2005
	Finalidade do Uso dos Espaços Cedidos	Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	30/08/2017
	Caracterização dos espaços cedidos	124,79 m² no Edifício Sede do TRT6 ¹
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso ²
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados aos Imóveis	O registro das despesas corre independente das do prédio

Fonte: SA

Nota 1: O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão suprimiu as áreas de 336 m², no 8º andar, e 20 m², no 10º andar, no Edifício Sudene, a partir de 1º de dezembro de 2015, de modo que restou apenas a área ocupada no Edifício Sede do TRT6;

Nota 2: R\$50.847,20. Houve dedução do valor de R\$19.579,13 relativo à emissão de certificados digitais do tipo A3 para uso dos magistrados e servidores do TRT6 nas contraprestações de setembro a dezembro de 2016, ressaltando que, em dezembro, o valor foi proporcional.

107 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização dos Imóveis Objeto de Cessão	RIPs	2531.00479.500-0
	Endereços	Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 4050/2006
	Finalidade do Uso dos Espaços Cedidos	Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	29/08/2017
	Caracterização dos espaços cedidos	75 m², no Edifício Sede do TRT6 ¹
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso ²
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados aos Imóveis	O registro das despesas corre independente das do prédio

Fonte: SA

Nota 1: Houve a celebração de termo de rescisão da cessão de uso da área do Edifício Sudene (253,44 m²), com efeitos a partir de 05/08/2015 (publicação no DOU em 19/11/2015);

Nota 2: R\$30.449,07. Os valores referentes ao período de outubro a dezembro de 2016 foram cobrados em 2017.

108 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização dos Imóveis Objeto de Cessão	RIPs	2531.00479.500-0
	Endereços	Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	BANCO BRADESCO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 3667/2013
	Finalidade do Uso dos Espaços Cedidos	Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	09/11/2019
	Caracterização dos espaços cedidos	211,36 m² no Edifício Sede do TRT6 (acréscimo de área cedida de 27,16 m², a partir de 23/09/2016) ¹
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso ²
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados aos Imóveis	O registro das despesas corre independente das do prédio

Fonte: SA

Nota 1: O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão suprimiu a área de 141,88 m² no Edifício Sudene, a partir de 21/08/2015, de modo que restou apenas a área ocupada no Edifício Sede do TRT6;

Nota 2: R\$96.071,30. O valor referente ao mês de dezembro de 2016 foi cobrado em 2017.

109 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2531.00884.500-2
	Endereço	Cais do Apolo, 739, 3º andar, bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	06.091.295/0001-35
	Nome ou Razão Social	M. A. SOUZA ROCHA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso oriundo do Processo Administrativo n.º 81/2013 (Pregão Eletrônico n.º 58/2013)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Refeições, tipo <i>self-service</i> , por quilograma, lanchonete e tele-entrega
	Prazo da Cessão	17/12/2018
	Caracterização do espaço cedido	Duas áreas aproximadas de 136,58 m² e 57,08 m², localizadas no prédio anexo ao Edifício Sede do TRT6
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso ¹
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária tem suas despesas próprias cobradas diretamente, com exceção do consumo de água, em que a empresa efetua um ressarcimento mensal ao TRT6

Fonte: SA

Nota 1: R\$37.815,93. O valor referente ao mês de dezembro de 2016 foi cobrado em 2017.

110 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	– 1
	Endereço	Avenida Mascarenhas de Moraes, n.º 4.361, Imbiribeira, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0001-09
	Nome ou Razão Social	OAB – SECCIONAL PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 2729/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de sala de apoio para advogados
	Prazo da Cessão	14/02/2021
	Caracterização do espaço cedido	Área de 29,31 m² no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

Nota 1: Imóvel locado.

2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O quadro a seguir, denominado “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros”, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pelo TRT6 no final do exercício de 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Estado de Pernambuco, Brasil.

111 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pelo TRT6
		Exercício 2016
BRASIL	UF: PERNAMBUCO	13
	Município: Recife	2
	Município: Caruaru	1
	Município: Jaboatão dos Guararapes	1
	Município: Ipojuca	2
	Município: Igarassu	1
	Município: Palmares	1
	Município: Petrolina	1
	Município: Ribeirão	1
	Município: Vitória de Santo Antão	2
	Município: Goiana	1
Total		13

Fonte: CEMA e SA

Na sequência, consta tabela com os valores gastos com cada imóvel locado ao longo do exercício em referência.

112 Despesas com a locação de imóveis no ano de 2015

PROCESSO DE LOCAÇÃO	DESTINAÇÃO	VALOR GASTO (R\$)
52/2008 ¹	3ª Vara do Trabalho de Caruaru	81.159,19
88/2005 ¹	2ª Vara do Trabalho de Ipojuca	55.498,51
249/2015	3ª Vara do Trabalho de Ipojuca	126.000,00
120/2013	Arquivo-Geral – Vitória de Santo Antão	71.573,52
111/2015	Arquivo-Geral – Vitória de Santo Antão	192.000,00
56/2012 ¹	2ª Vara do Trabalho de Ribeirão	39.008,33
104/2012 ¹	3ª Vara do Trabalho de Petrolina	118.368,41
49/2014 ¹	2ª e 3ª Varas do Trabalho Goiana	85.235,98
52/2010	Setor de Transporte – Recife	118.608,00
1/2012 ¹	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Igarassu	224.624,40
95/2012 ¹	2ª Vara do Trabalho de Palmares	68.888,36
145/2013	Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes	1.397.152,44
93/2015 ²	Fórum Trabalhista do Recife	3.929.655,17
TOTAL		6.507.772,31

Fonte: SA

Nota 1: De comum acordo entre as partes, foram concedidos descontos sobre os valores mensais dos aluguéis dos imóveis onde funcionam as seguintes unidades judiciárias: 3ª Vara do Trabalho de Caruaru, 2ª Vara do Trabalho de Ipojuca, 2ª Vara do Trabalho de Ribeirão, 3ª Vara do Trabalho de Petrolina, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Goiana, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Igarassu e 2ª Vara do Trabalho de Palmares, a partir de 1º de fevereiro de 2016. Todavia, é importante enfatizar que, posteriormente, foram concedidos os reajustes contratuais dos aluguéis dos imóveis onde funcionam a 3ª Vara do Trabalho de Petrolina e as 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Igarassu, ressaltando que os valores dos aluguéis dos demais imóveis não foram reajustados no exercício de 2016;

Nota 2: O contrato de aluguel concernente ao Processo n.º 93/2015, apesar de ter sido assinado em 04/08/2015, não gerou pagamentos no exercício de 2015, porquanto a entrega das chaves ocorreu apenas em 23/02/2016.

Cumpra esclarecer que a manutenção de todos os imóveis locados está a cargo deste Tribunal. Da mesma forma, quaisquer benfeitorias, a exemplo de transformações e reformas, são executadas por este Regional, com a anuência dos locadores e sem dedução nos valores do aluguel.

Ainda é importante ponderar que a locação de imóveis afigura-se uma opção mais rápida para permitir a instalação de unidades deste Tribunal, especialmente no interior do Estado de

Pernambuco, dentro do projeto de interiorização da Justiça do Trabalho. Algumas vezes, o tipo do imóvel alugado e a sua localização tornam-se fatores primordiais na sua escolha.

Acrescente-se que, com o fito de reduzir a quantidade de contratos de locação, o TRT6 vem, aos poucos, construindo novas unidades, como aconteceu com a ampliação do Fórum Trabalhista de Nazaré da Mata para instalação da 2ª Vara, que funcionava em casa alugada. Contudo, a disponibilidade orçamentária tem sido sempre insuficiente para levar a cabo novos projetos.

3. Gestão da tecnologia da informação

3.1 Principais sistemas de informações

Este tópico contempla os 07 (sete) sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais, isto é, que estão relacionados ao macroprocesso finalístico do TRT6 abordado no item 3 do Capítulo I deste relatório de gestão.

113 Processo Judicial Eletrônico - PJe/JT

Sistema	Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT
Objetivo	Suportar a tramitação, a prática de atos processuais e a representação do processo judicial trabalhista por meio eletrônico.
Principais Funcionalidades	O sistema possui funcionalidades para ajuizamento, distribuição, processamento, produção, registro e publicidade dos atos processuais necessários para o julgamento de ações trabalhistas de forma eletrônica no primeiro e segundo graus. Utiliza tecnologia de certificação digital para acesso e assinatura de documentos e conta com recursos de interoperabilidade para integração com sistemas de outros órgãos, tais como o Ministério Público do Trabalho, a Receita Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como de sistemas auxiliares para consultas processuais, cálculo trabalhista, gestão de informações etc.
Responsáveis	Comitê Gestor Regional do PJe/JT, que conta com representantes da área de negócio e da STI.
Criticidade	Muito Alta
Manutenção	A sustentação do sistema é coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com analistas e técnicos de TI da própria Justiça do Trabalho.

Fonte: STI

Nota: O sistema PJe é objeto de abordagem específica no subitem 3.3 deste Capítulo IV.

114 Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau – SIAJ

Sistema	Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau - SIAJ
Objetivo	Automatizar rotinas para melhor controle e eficiência dos atos processuais necessários para o julgamento dos processos físicos de primeiro grau.
Principais Funcionalidades	O sistema possui funcionalidades diversas para registro, controle e automação de atos processuais para maior eficiência no julgamento de processos físicos de primeiro grau. Possui módulos de consulta processual, relatórios gerenciais e audiência.
Responsáveis	Corregedoria Regional e Coordenadoria de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação, a qual é responsável pela sustentação e pela infraestrutura de produção do sistema.
Criticidade	Alta
Manutenção	Não são mais realizadas manutenções no SIAJ, visto que os processos físicos estão sendo solucionados ou cadastrados no sistema PJe/JT.

Fonte: STI

115 Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau – SIAJ2

Sistema	Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau – SIAJ2
Objetivo	Automatizar rotinas para melhor controle e eficiência dos atos processuais necessários para o julgamento dos processos físicos de segundo grau.
Principais Funcionalidades	O sistema possui funcionalidades diversas para registro, controle e automação de atos processuais para maior eficiência no julgamento de processos físicos de segundo grau. Possui módulos de consulta, relatórios gerenciais e julgamento nas sessões das Turmas e do Tribunal Pleno.
Responsáveis	Presidência e Coordenadoria de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação, a qual é responsável pela sustentação e pela infraestrutura de produção do sistema.
Criticidade	Alta
Manutenção	Somente são realizadas manutenções emergenciais, para atendimento a requisitos legais, visto que os processos físicos estão sendo solucionados ou cadastrados no sistema PJe/JT.

Fonte: STI

116 Sistemas de Consulta Processual e de Acórdãos

Sistema	Sistemas de Consulta Processual e de Acórdãos
Objetivo	Possibilitar aos usuários consulta à movimentação processual e à jurisprudência do Tribunal, entre outros serviços “on line”.
Principais Funcionalidades	Consultas de movimentos processuais, acórdãos, incidentes de uniformização de jurisprudência, súmulas e pautas; emissão de certidões negativas de débitos trabalhistas e de ações trabalhistas etc.
Responsáveis	Secretaria Geral da Presidência e Corregedoria Regional. A Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável pela sustentação e pela infraestrutura de produção do sistema.
Criticidade	Alta
Manutenção	A sustentação é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Fonte: STI

117 Sistema de Registro no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Sistema	Sistema de Registro no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas
Objetivo	Registrar e manter as informações no banco nacional da Justiça do Trabalho para fomentar a execução dos processos trabalhistas, impedindo que devedores possam participar de licitações públicas.
Principais Funcionalidades	Registro e manutenção do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas
Responsáveis	Presidência. A Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável pela sustentação e pela infraestrutura de produção do sistema.
Criticidade	Alta
Manutenção	A sustentação é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Fonte: STI

118 Sistema Extrator de Dados para o e-Gestão

Sistema	Sistema Extrator de Dados para o e-Gestão
Objetivo	Exportar dados das diversas bases para o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão).
Principais Funcionalidades	Automatiza a alimentação do sistema e-Gestão, para obtenção de informações estatísticas e gerenciais das diversas unidades do Tribunal.
Responsáveis	Presidência. A Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável pela sustentação e pela infraestrutura de produção do sistema.
Criticidade	Média
Manutenção	A sustentação é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Fonte: STI

119 PROAD - Processo Administrativo Eletrônico

Sistema	PROAD – Processo Administrativo Eletrônico
Objetivo	Automatizar a tramitação por meio digital dos processos administrativos, de forma a fortalecer o processo de governança administrativa, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional.
Principais Funcionalidades	Registro, tramitação e consulta dos processos, juntada de petições e documentos, requerimentos administrativos eletrônicos, instrução, decisão, intimação e arquivamento.
Responsáveis	A Comissão de Aprimoramento do PROAD é responsável por apresentar, receber, analisar e decidir sobre sugestões de melhorias no sistema, ao passo que a Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável pela infraestrutura de homologação e produção do sistema.
Criticidade	Alta
Manutenção	A sustentação e a evolução do sistema compete ao TRT da 12ª Região.

Fonte: STI

3.1.1 Avaliação de riscos relacionados à continuidade e à disponibilidade dos principais sistemas de informações e as medidas adotadas para mitigar eventuais riscos

As seguintes ações foram tomadas para diminuir o risco de indisponibilidade dos principais sistemas:

- manutenção de contratos de suporte a banco de dados;
- manutenção de contratos de suporte de servidores de aplicação e sistema operacional utilizados pelo PJe;
- automação do processo de gestão de riscos de segurança da informação em ferramenta de software, tendo sido elaborados os planos de tratamento de riscos para os serviços PJe e Portal Institucional;
- monitoramento de serviços de TI;
- aquisição de equipamentos e softwares de infraestrutura de tecnologia da informação para manutenção e atualização tecnológica;
- manutenção de links redundantes de acesso à internet.

Foram iniciadas as ações com vistas à elaboração do Plano de Continuidade nos aspectos relacionados à Tecnologia da Informação, tendo como escopo o evento: “Paralisação Total do Datacenter em relação ao funcionamento do PJe”.

3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.2.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI deste Regional para o período 2015-2020 foi formalizado por meio do Ato TRT n.º 531/2015. Cumpre esclarecer que, posteriormente, em março de 2016, mediante o Ato TRT-GP n.º 120/2016, ele foi revisado com o intuito de promover o seu alinhamento com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD, instituída pela Resolução CNJ n.º 211/2015. Nessa ocasião, o PETI passou a ser denominado Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC.

O PETIC do TRT6 é constituído por 12 (doze) seções:

- Introdução;
- Metodologia;

Elaboração do PETIC;
Mapa Estratégico de TIC;
Identidade Organizacional;
Análise do Ambiente da STI do TRT6;
Objetivos, Indicadores e Metas;
Alinhamento aos Objetivos Estratégicos do TRT6;
Alinhamento aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho;
Alinhamento aos Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD;
Plano de Riscos;
Histórico de Versões.

A elaboração do PETIC 2015-2020 teve início com a formação da Equipe de Elaboração do PETIC-PDTIC e foi realizada por meio de um processo participativo.

Em consonância com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o TRT6 elegeu o BSC como metodologia para construção do PETIC. Foram identificados 09 (nove) objetivos estratégicos de TIC, os quais foram agrupados em três perspectivas: Resultado, Processos Internos e Recursos.

O processo de criação do PETIC foi norteado pelas diretrizes da Presidência do TRT6 e o alinhamento com a ENTIC-JUD (Resolução CNJ n.º 211//2015), PETIC-JT para o período de 2015 a 2020 (Resolução CSJT n.º 158/ 2015), o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT n.º 145/2014), o Plano Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT n.º 146/2014) e o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o período de 2015–2020 (Resolução TRT n.º 25/2014). Além desses planos, foram considerados o Modelo de Gestão do Portfólio de TIC da Justiça do Trabalho (Ato n.º 133/2009) e a Política de Padronização e Atualização da Infraestrutura Tecnológica, que suporta o Sistema PJe-JT (Ato CSJT.GP.SG n.º 342/2014).

A construção da missão, visão, atributos de valor e a análise do ambiente da STI contaram com a participação de todos os servidores da unidade, o que foi viabilizado por meio de palestras, reuniões e o preenchimento de questionários eletrônicos, resultando numa proposta de identidade organizacional e matriz de SWOT *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

A minuta do plano foi apreciada pelo CGTIC e pelo CGovTIC em reuniões, nas quais o documento inicial recebeu aprimoramentos, sendo, por fim, submetido à aprovação da Presidência deste Regional.

A identidade visual do documento buscou manter similaridade com o PEI do TRT6, tanto no esquema de cores associadas às perspectivas como na forma de descrição dos indicadores.

Para cada objetivo estratégico existe, pelo menos, um indicador de desempenho, totalizando 25 indicadores, conforme apresentado a seguir:

120 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Resultado, Objetivo e Indicadores de Desempenho

Perspectiva: RESULTADO	
Objetivo 1	Primar pela satisfação do usuário de TI
Promover ações que visem à melhoria da qualidade e da percepção dos usuários internos e externos em relação aos serviços, sistemas e equipamentos fornecidos pela área de TI.	
Indicadores:	
Índice de Satisfação de Usuários Externos – ISUE	
Índice de Satisfação de Usuários Internos – ISUI	
Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI – ISUISTI	
Índice de Satisfação com os Projetos de Software – ISPS	
Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas – ISUSS	

Fonte: STI

121 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Atuação Institucional, Objetivo e Indicador de Desempenho

Perspectiva: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	
Objetivo 2	Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
Divulgar as informações acerca de diretrizes, políticas, processos, ações, serviços, projetos e programas aprovados pela Presidência do TRT6, em canal próprio de comunicação da área de TI, respeitados critérios de sigilo da informação.	
Indicador:	
Índice de Divulgação das Deliberações de TI – IDDTI	

Fonte: STI

122 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Processos Internos, Objetivos e Indicadores de Desempenho

Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo 3	Aprimorar a gestão e governança de TI
Fazer uso de um conjunto de práticas e processos estruturados com o propósito de garantir melhor controle, minimizar os riscos, ampliar o desempenho e alinhar as ações de TI com os interesses institucionais do Tribunal e da sociedade, em consonância com as determinações dos órgãos de controle interno (CNJ e CSJT) e o órgão de controle externo (TCU). Busca garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais do TRT6.	
Indicador:	
Índice de Governança de TI – iGovTI	
Objetivo 4	Fortalecer a segurança da informação
Promover ações de comunicação e capacitação em segurança da informação visando reduzir os incidentes com magistrados e servidores relacionados à segurança da informação de TI. Mapear os riscos associados aos serviços essenciais de TI de maneira a garantir maior efetividade da prestação jurisdicional e buscar a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal à sociedade.	
Indicadores:	
Índice de Divulgação em Segurança da Informação – IDSI	
Índice de Capacidade em Gestão de Riscos – ICGR	
Índice de Serviços Essenciais de TI com Riscos Mapeados – ISETIRM	
Objetivo 5	Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade
Desenvolver, manter e implantar sistemas de informação que atendam às necessidades dos usuários do TRT6, identificando oportunidades de aprimoramento dos processos de desenvolvimento e sustentação de software. Promover, sempre que possível, a integração, interoperabilidade, acessibilidade e usabilidade nos sistemas judiciais e administrativos em uso na instituição.	
Indicador:	
Índice de Adequação aos Padrões de Desenvolvimento e de Sustentação de Sistemas de Informação – IAPDSSI	
Objetivo 6	Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI
Incentivar e fortalecer as ações voltadas para a gestão dos serviços de TI e para o gerenciamento dos projetos e portfólio de iniciativas de TI. Identificar o nível de precisão com que as ações do PDTIC estão sendo planejadas ao longo do período 2015–2020, visando evitar a descontinuidade de atividades e eventual desperdício de recursos. Monitorar a prestação dos serviços de TI com foco prioritário nos atendimentos relacionados com o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho.	
Indicadores:	
Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTI – IPPP	
Índice de Execução do PDTI – IEPDTI	
Índice de Solução dos Incidentes do PJe – ISI	

Fonte: STI

123 PETIC 2015-2020 – Perspectiva Recursos, Objetivos e Indicadores de Desempenho

Perspectiva: RECURSOS	
Objetivo 7	Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Manter as estruturas funcionais da STI consonantes com os normativos emanados pelos órgãos de controle e realizar ações de capacitação. Essas ações que englobam conteúdos técnico e gerencial visam contribuir para a motivação dos servidores e potencializar as competências do capital humano da STI do TRT6.	
Indicadores:	
Índice de Capacitação Técnica – ICT	
Índice de Capacitação Gerencial – ICG	
Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação – IEPAC	
Índice de Conformidade à Estrutura Mínima de TIC – ICEM	
Objetivo 8	Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Garantir a infraestrutura de TI adequada para atender aos requisitos de disponibilidade e segurança necessários ao pleno funcionamento dos sistemas administrativos e judiciais em uso no TRT6.	
Indicadores:	
Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT – IIPPJE	
Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe-JT – IINPPJE	
Índice de Conformidade à Infraestrutura Mínima de TI – ICIM	
Objetivo 9	Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI
Buscar a excelência na gestão de recursos orçamentários, utilizando-os de forma sustentável.	
Indicadores:	
Índice de Liquidação Orçamentária – ILO	
Índice de Empenho Orçamentário – IEO	
Índice de Eficiência na Execução Orçamentária – IEEO	
Índice de Ações Orçamentárias Efetivadas – IAOE	

Fonte: STI

Convém esclarecer que o Mapa Estratégico de TIC, o Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos do TRT6, o Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho e o Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD constam dos Anexos III, IV, V e VI deste relatório de gestão, respectivamente.

3.2.1.1 Monitoramento das metas e dos indicadores do PETIC

Periodicamente, é realizada a coleta dos valores que irão compor o resultado de cada indicador, a partir de levantamento realizado com as áreas envolvidas. Com as informações levantadas, o painel de indicadores é atualizado com a informação da meta e o resultado de cada indicador, conforme figura a seguir:

124 Painel de indicadores do PETIC

Indicadores		Apurado em 2016	Meta Anual	Farol
Resultado	1. Índice de Satisfação de Usuários Externos – ISUE	NA*	60%	
	2. Índice de Satisfação de Usuários Internos – ISUI	NA*	60%	
	3. Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI – ISUISTI	89,84%	73%	
	4. Índice de Satisfação com os Projetos de Software - ISPS	75%	75%	
	5. Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas – ISUSS	90,36%	60%	

* NA – Indicador não aferido no período de janeiro a novembro/2016

Fonte: STI

Os resultados alcançados são apresentados para a alta gestão do TRT6 na RAE, conjuntamente com o monitoramento dos indicadores do Planejamento Estratégico Institucional.

Os resultados também são apresentados ao CGovTIC, que acompanha o alcance das metas e indicadores do PETIC.

3.2.1.2 Apuração dos indicadores do PETIC relativos ao ano de 2016

125 Apuração dos indicadores do PETIC relativos a 2016/Perspectiva Resultado

Indicadores		Apurado em 2016	Meta Anual	Farol
Resultado	Índice de Satisfação de Usuários Externos – ISUE	NA*	60%	
	Índice de Satisfação de Usuários Internos – ISUI	NA*	60%	
	Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI – ISUISTI	90%	73%	
	Índice de Satisfação com os Projetos de Software - ISPS	75%	75%	
	Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas – ISUSS	90%	60%	

Fonte: STI

126 Apuração dos indicadores do PETIC relativos a 2016/Perspectiva Processos Internos

Indicadores		Apurado em 2016	Meta Anual	Farol
Processos Internos	Índice de Divulgação das Deliberações de TI – IDDTI	100%	100%	
	Índice de Governança de TI – iGovTI	NA *	Intermediário*	
	Índice de Divulgação em Segurança da Informação – IDSI	100%	65%	
	Índice de Capacidade em Gestão de Riscos – ICGR	Ato TRT – GP 198/2016	Política formalizada	
	Índice de Serviços Essenciais de TI com Riscos Mapeados – ISETIRM *	25%	50%	
	Índice de Adequação aos Padrões de Desenvolvimento e de Sustentação de Sistemas de Informação – IAPDSSI	56%	60%	
	Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTI – IPPP	74%	55%	
	Índice de Execução do PDTI – IEPDTI	72%	70%	
	Índice de Solução dos Incidentes do PJe – ISI	95%	72%	

Fonte: STI

127 Apuração dos indicadores do PETIC relativos a 2016/Perspectiva Recursos

Indicadores		Apurado em 2016	Meta Anual	Farol
Recursos	Técnica – ICT * Índice de Capacitação	13%	40%	
	Gerencial – ICG * Índice de Capacitação	32%	55%	
	Anual de Capacitação – IEPAC * Índice de Execução do Plano	47%	70%	
	Estrutura Mínima de TIC – ICEM Índice de Conformidade à	61%	60%	
	Programada do PJe-JT – IIPPJE Índice de Indisponibilidade	4,19%	3%	
	Não Programada do PJe-JT – IINPPJE Índice de Indisponibilidade	1,03%	2%	
	Infraestrutura Mínima de TI – ICIM Índice de Conformidade à	85%	60%	
	Orçamentária – ILO Índice de Liquidação	84%	55%	
	Orçamentário – IEO Índice de Empenho	100%	90%	
	Execução Orçamentária - IEEO Índice de Eficiência na	84%	61%	
	Orçamentárias Efetivadas – IAOE Índice de Ações	77%	80%	

Fonte: STI

* NA – Indicador não aferido no período de janeiro a dezembro de 2016.

3.2.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

O PDTIC do TRT6 para o biênio 2015-2016, formalizado por meio do Ato TRT n.º 532/2015 – disponível para consulta no portal do TRT6 na internet, no link “Normas Internas” (<http://www.trt6.jus.br/portal/institucional/normas-internas>) –, é constituído por 10 (dez) seções e 06 (seis) anexos:

Introdução;
Documentos de Referência;
Mapa Estratégico de TI;
Objetivos Estratégicos de TI;

Plano de Iniciativas de TI;
Fatores Críticos de Sucesso;
Plano de Riscos;
Orçamento;
Estrutura Organizacional da STI;
Levantamento de Necessidades de Capacitação;
Anexo I – Lista de Siglas;
Anexo II – Sistemas de Informações em Uso no TRT6;
Anexo III – Equipamentos Servidores de Rede;
Anexo IV – Parque de Microinformática;
Anexo V – Atendimentos aos Chamados Técnicos;
Anexo VI – Contratações.

O PDTIC foi construído com base nas diretrizes do Planejamento Estratégico do TRT6 2015-2020, do PETIC 2015-2020, das decisões da Presidência desta Corte, analisadas previamente pelo CGovTIC, acerca das solicitações de sistemas e soluções de TI, bem como pela identificação de necessidades estruturantes que têm o propósito de assegurar o funcionamento adequado da STI.

Os fatores críticos para o sucesso das iniciativas de TI abordam a importância da boa comunicação interna, consolidação de boas práticas de governança de tecnologia da informação, apoio da alta gestão da instituição e disponibilidade de recursos humanos, orçamentários e financeiros.

O plano de riscos contém a relação de possíveis eventos que podem impactar o alcance dos objetivos estratégicos e metas de TI, os quais serão alcançados por meio da realização das iniciativas previstas no PDTIC. Para cada risco, tem-se a descrição do impacto, da estratégia de tratamento do risco, das ações preventivas e/ou de contingência e do responsável pelo tratamento do risco.

A seção que trata sobre o orçamento apresenta as despesas de TI por ação orçamentária.

Na descrição da estrutura organizacional, o PDTIC apresenta o organograma da STI, gráficos que mostram o vínculo dos servidores da STI com o TRT6, a formação acadêmica dos servidores e a ocupação das funções comissionadas.

Na última seção, tem-se o levantamento das necessidades de capacitação, no qual estão relacionadas ações previstas em plano anterior e não executadas, assim como aquelas que são fruto de novas necessidades da instituição.

Para cada objetivo estratégico de TI, foram elencadas as iniciativas que visam ao seu alcance, totalizando 104 iniciativas. Desse total, 43 iniciativas foram analisadas pela Administração do TRT6 no momento da aprovação do PDTIC, 19 foram analisadas e priorizadas ao longo da execução do PDTIC e 42 foram concluídas ao longo da vigência do PDTIC, conforme detalhamento contido no Anexo VII deste relatório de gestão.

3.2.2.1 Tratamento de novas demandas de tecnologia da informação e comunicação

A gestão do portfólio de demandas de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do TRT6 constitui uma iniciativa no sentido de padronizar os respectivos processos e tem como objetivo principal orientar e apoiar a alta administração na condução e na priorização dessas demandas diante das suas reais necessidades e da capacidade de atendimento da área de TIC.

Esse processo possibilita um acompanhamento sistemático do desempenho das demandas, contribuindo para aumentar a probabilidade de sucesso e alcance dos objetivos estratégicos deste órgão.

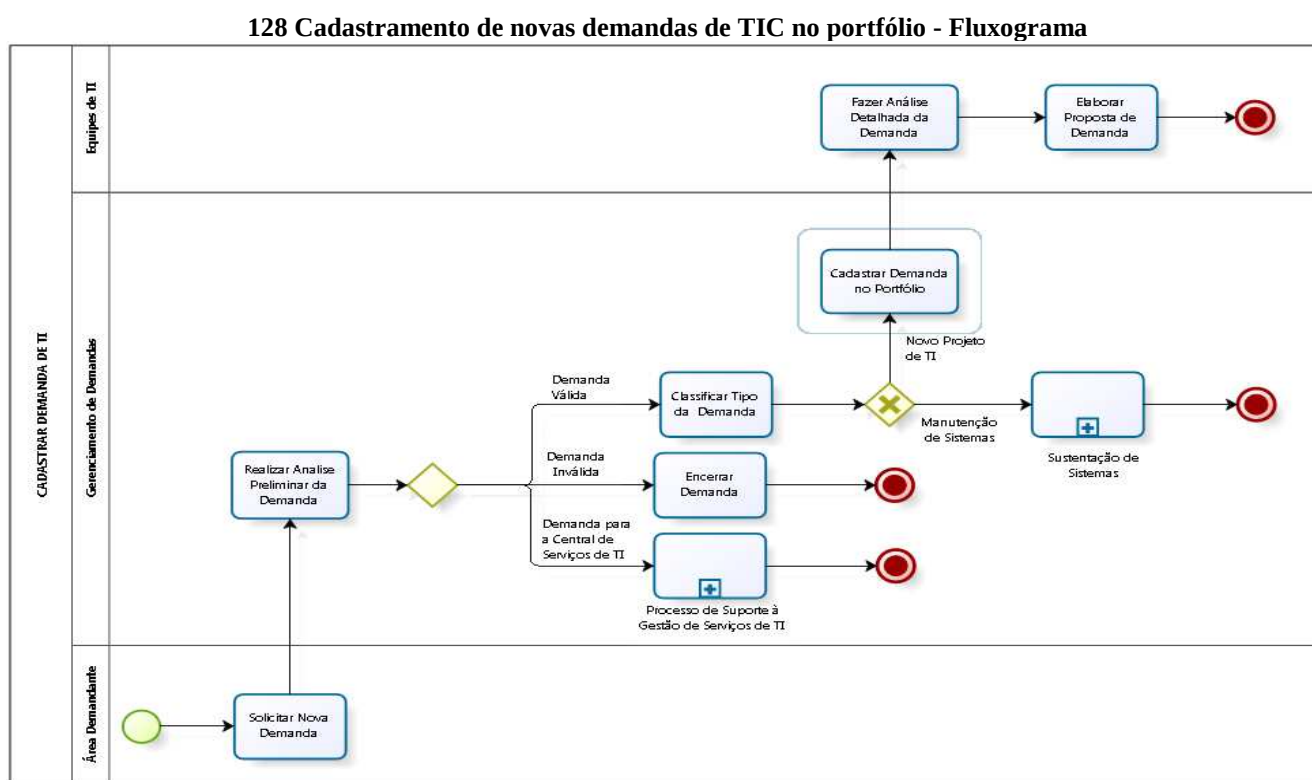
O processo de avaliação e priorização de novas demandas de TIC ocorre em duas etapas, a saber:

3.2.2.1.1 Cadastramento das novas demandas no portfólio

Os usuários de tecnologia da informação e comunicação registram as novas demandas por meio de formulário eletrônico específico, detalhando as informações necessárias para o entendimento inicial da solicitação.

Dessa forma, a partir das informações repassadas pelos usuários, a STI classifica a demanda, com atribuição de pontuação por meio de critérios pré-definidos.

Após a classificação da demanda, passa-se ao seu cadastramento no portfólio para futura apreciação, conforme demonstrado no seguinte fluxograma.



Fonte: STI

3.2.2.1.2 Apreciação do portfólio de demandas

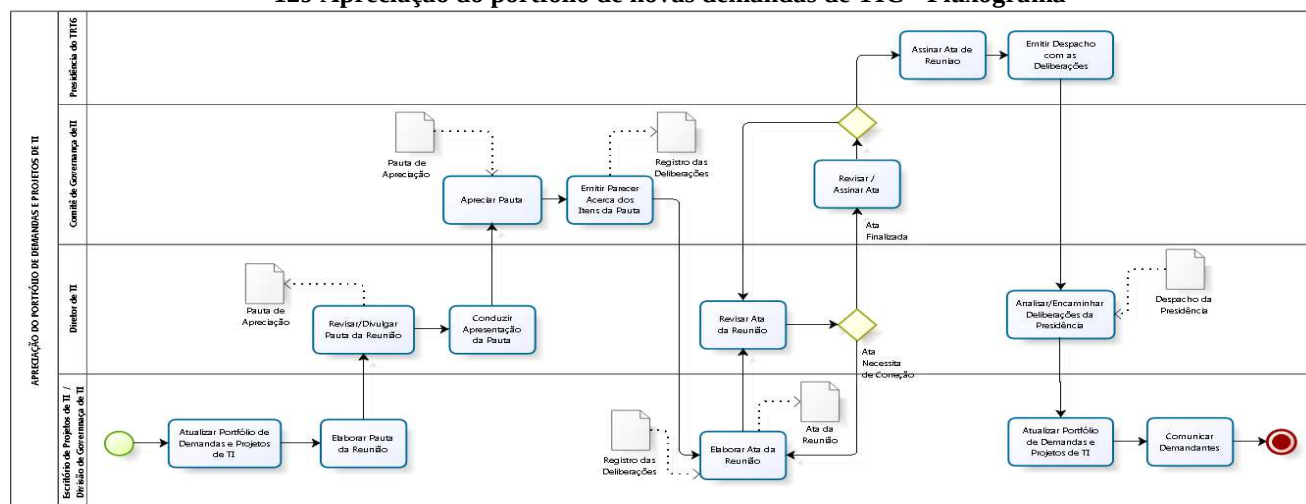
Essa etapa corresponde à apreciação das novas demandas de TIC pelo CGovTIC, o qual delibera sobre a aprovação ou não dos pleitos, e, ao final, indica a ordem de prioridade para realização das demandas aprovadas.

Considerando tratar-se de um comitê consultivo, o parecer do CGovTIC é encaminhado à Presidência do TRT6 que autoriza, prioriza ou veta a realização das demandas.

Desse modo, as demandas que forem ratificadas pela autoridade máxima deste órgão passam a fazer parte do PDTIC.

Na sequência, consta o fluxograma referente à apreciação do portfólio de novas demandas de tecnologia da informação e comunicação.

129 Apreciação do portfólio de novas demandas de TIC - Fluxograma



Fonte: STI

3.2.2.2 Critérios de classificação de demandas de tecnologia da informação e comunicação

O quadro a seguir apresenta os aspectos considerados para a priorização de demandas de tecnologia da informação e comunicação.

130 Critérios de classificação de demandas de TIC

Aspecto	Descrição	Peso
Origem da demanda	Corresponde à origem da demanda, podendo ser uma determinação legal ou uma solicitação da Presidência, Diretoria-Geral, VT ou outro setor do TRT6	5
Importância estratégica	Corresponde à relação da demanda com os objetivos estratégicos do TRT6	5
Urgência da demanda	Representa a necessidade temporal da demanda em relação à existência de prazos legais para sua realização	5
Benefícios da demanda	Representa o alcance e a abrangência dos resultados a serem obtidos com a realização da demanda	3
Impacto da demanda	Representa a necessidade temporal em relação aos benefícios da demanda e o risco de não execução do ponto de vista do negócio	3
Risco técnico da demanda	Corresponde aos riscos da execução da demanda, em termos técnicos e tecnológicos	4
Tamanho estimado	Analisa a abrangência do escopo do projeto e o esforço alocado para a sua implementação	3

Fonte: STI

3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Em complemento às informações apresentadas nos subitens 3.1 e 3.1.1 deste Capítulo IV, impende mencionar que a implantação do Processo Judicial Eletrônico foi concluída no TRT6 em

05 de junho de 2014, com a habilitação da Vara do Trabalho de Serra Talhada no sistema, ressaltando que, após essa data, foram inauguradas, no final de 2014 e no início de 2015, outras três Varas, já totalmente eletrônicas, consoante demonstrativo a seguir.

131 Datas de Implantação do PJe

Unidade	Data de Implantação do PJe	Tipo de Ação
Tribunal Pleno	01 de janeiro de 2013	Todos os processos originários do 2º grau
Tribunal Pleno	18 de setembro de 2012	Mandados de Segurança
Quarta Turma	18 de setembro de 2012	Recursos de Processos Eletrônicos (turma piloto)
1ª, 2ª e 3ª Turmas	16 de novembro de 2012	Recursos de Processos Eletrônicos
Varas de Igarassu	18 de setembro de 2012	Todas
Varas de Jaboatão dos Guararapes	19 de novembro de 2012	Todas
Varas de Ribeirão	30 de novembro de 2012	Todas
Varas de Paulista	10 de dezembro de 2012	Todas
Varas de Ipojuca	17 de dezembro de 2012	Todas
Varas de Petrolina	14 de janeiro de 2013	Todas
Varas de Palmares	21 de janeiro de 2013	Todas
Varas do Cabo de Santo Agostinho	30 de janeiro de 2013	Todas
Vara de Vitória de Santo Antão	03 de abril de 2013	Todas
1ª Vara de Nazaré da Mata	15 de abril de 2013	Todas
Vara de São Lourenço da Mata	29 de abril de 2013	Todas
Varas de Olinda	16 de maio de 2013	Todas
Varas de Caruaru	29 de maio de 2013	Todas
Varas de Barreiros	04 de julho de 2013	Todas
Vara de Escada	30 de setembro de 2013	Todas
1ª a 11ª Varas de Recife	07 de outubro de 2013	Todas
12ª a 23ª Varas de Recife	30 de outubro de 2013	Todas
Vara de Catende	05 de maio de 2014	Todas
Vara de Garanhuns	07 de maio de 2014	Todas
Vara de Pesqueira	08 de maio de 2014	Todas
Vara de Belo Jardim	08 de maio de 2014	Todas
1ª Vara de Goiana	12 de maio de 2014	Todas
Vara de Timbaúba	19 de maio de 2014	Todas
Vara de Carpina	26 de maio de 2014	Todas
Vara de Limoeiro	26 de maio de 2014	Todas
Vara de Araripina	03 de junho de 2014	Todas
Varas de Salgueiro	04 de junho de 2014	Todas
Varas de Serra Talhada	05 de junho de 2014	Todas
2ª Vara de Goiana	12 de dezembro de 2014	Todas
2ª Vara de Nazaré da Mata	23 de janeiro de 2015	Todas
3ª Vara de Goiana	28 de janeiro de 2015	Todas

Fonte: STI

O PJe funciona em todas as 70 (setenta) VTs da 6ª Região, incluindo os dois Termos Judiciários, assim como no Tribunal Pleno e nas quatro Turmas existentes, sendo obrigatório o seu uso

para todos os processos ajuizados a partir da data de implantação do sistema na respectiva unidade judiciária.

Atualmente, mais de 167.000 processos pendentes de baixa tramitam no sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho de Pernambuco. Os processos físicos ainda existentes estão em fase de conclusão ou de digitalização. Somente em 2016, foram solucionados mais de 128.000 processos eletrônicos, o que corresponde a aproximadamente 95% do total de processos resolvidos.

No âmbito desta Corte, atividades relacionadas à governança e à gestão do sistema são exercidas pelo Comitê Gestor Regional do PJe, composto por um desembargador, responsável pela coordenação, um juiz de primeiro grau, representantes da OAB/PE, da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região e de servidores do primeiro e do segundo grau de jurisdição, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da área de comunicação social. O Comitê atua na avaliação de questões relativas à gestão negocial do sistema, entre as quais a análise de propostas de melhorias para possível encaminhamento ao comitê gestor nacional do sistema no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a autorização de atualização de versões e de outras manutenções programadas, entre outros assuntos relacionados à gestão do sistema.

Quanto ao atendimento ao público externo, o TRT6 disponibiliza estações de autoatendimento para uso por advogados e outros usuários em todos os fóruns trabalhistas. Dispõe, também, de central de serviços para recebimento e tratamento de dúvidas e incidentes. A central de atendimento é composta por equipe gerida pela Secretaria de Tecnologia da Informação para solução de chamados de natureza técnica do PJe, bem como de equipe subordinada diretamente à Secretaria Geral da Presidência para responder sobre questões de natureza negocial.

O TRT6 também participa da evolução do sistema PJe na análise, correção de *bugs* e desenvolvimento de melhorias, em processo gerenciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

3.4 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

A descrição das atividades do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI deste órgão – atualmente denominado Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) –, bem como a sua composição, a quantidade de reuniões ocorridas no exercício de 2016 e as principais decisões tomadas são apresentadas no subitem 1.2.1 do Capítulo III deste relatório de gestão.

3.5 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

O Plano Anual de Capacitação dos Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação tem como objetivo principal a qualificação e a capacitação das equipes de TI em consonância com o objetivo estratégico do PETIC 2015-2020, qual seja, “Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia”, e com as responsabilidades e as atribuições de cada área, fornecendo as diretrizes que norteiam o processo de desenvolvimento profissional dos servidores dentro de suas áreas de atuação.

O PAC-STI para 2016 elencou 33 ações que foram consideradas de maior prioridade dentre todas que constam do Levantamento de Necessidades de Capacitação do PDTIC 2015-2016.

Cumpra esclarecer que, além das ações do PAC-STI 2016, os servidores da STI participaram de outras ações direcionadas para todos os servidores do TRT6.

132 Resumo das capacitações em TI no ano de 2016

RESUMO DAS CAPACITAÇÕES EM TI – ANO 2016	
Total de todas as ações de capacitação realizadas em 2016	28
Total de cursos do PAC-STI realizados em 2016	12
Custo dos treinamentos do PAC-STI 2016 realizados	23.799,04 ¹

Fonte: NDP e STI

Nota 1: Valor em R\$.

A tabela a seguir contém a relação de todas as capacitações que os servidores da STI participaram, incluindo tanto aquelas que fizeram parte do PAC-STI 2016 como outras ações promovidas para os demais servidores do TRT6 e, ainda, as que foram realizadas pelo CSJT.

133 Ações de capacitação do pessoal de TI realizadas em 2016

Ações de Capacitação	Carga Horária	Participantes
11º Congresso de Inovação no Poder Judiciário – CONIP Judiciário 2016	16	1
Curso sobre o sistema PROAD	8	8
e-Mag Conteudista	20	1
e-MAG Desenvolvedor	30	9
Excelência no Atendimento	16	2
Extrator do PJe para o Sistema E-GESTÃO	13	2
Ferramentas de Relatório e Busines Intelligence BIRT	14	8
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	30	15
Gestão de Projetos e Portfólio	18	15
Gestão de Riscos e Controles Internos em Organizações Públicas	24	5
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	40	1
I Encontro de Infraestrutura Tecnológica do Sistema PJe	6	2
Introdução à Interoperabilidade	20	3
Modelagem de Processos usando notação BPMN	16	12
Noções Básicas do PROAD	14	3
Oficina 1 de Racionalização e Otimização de Processos de Trabalho	7	2
Oficina 2 de Racionalização e Otimização de Processos de Trabalho	7	2
Oficina de Gestão e Avaliação por Competências no Sistema PROGECOM	14	22

Ações de Capacitação	Carga Horária	Participantes
Palestra sobre o sistema PROAD	2	1
Pentaho Data Integration - Kettle	16	4
PostgreSQL – Modulo DBA	40	1
PROAD - Unidades Judiciárias	10	10
SCM - Support Center Manager	24	2
Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação	30	6
SGRH – Treinamento para TI	15	1
SOA na Prática: Integração com Web Services e Mensageria	40	2
Temas Atuais e Aplicados da Terceirização de Serviços na Administração Pública - Melhores Práticas e Entendimentos do TCU	16	3
Web Rica com JSF2, Primefaces, JPA2 e CDI	30	7

Fonte: NDP e STI

3.6 Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

O quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de tecnologia da informação desta UPC é formado por 96 servidores, 23 terceirizados e um estagiário, conforme detalhado a seguir:

servidores efetivos da carreira de TI do TRT6: 63;
servidores efetivos de outras carreiras do TRT6: 15;
servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos: 10;
servidores requisitados: 04;
terceirizados: 23 (central de serviços e suporte técnico ao usuário);
estagiários: 01.

3.7 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI

Em 2016, não houve novas implementações de processos de gestão de serviços de TI, todas ocorrendo em anos anteriores.

Ressalta-se que os processos de Gestão de Serviços de TI, em 2016, foram executados a partir da implementação realizada em solução instalada em máquinas virtuais e banco de dados do datacenter do TRT6, dos quais, destacam-se os seguintes processos:

Gestão de Incidentes;
Cumprimento de Requisições;
Gestão do Catálogo de Serviços;
Gestão de Nível de Serviços;
Gestão de Mudanças e Liberação;
Gestão de Problemas;
Gestão de Configuração e Ativos de TI;
Gestão do Conhecimento.

3.8 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no exercício de 2016

134 Projeto: Sistema de Gestão de Magistrados

Projeto:	Sistema de Gestão de Magistrados (SGFM) - Módulo de designações
Objetivo:	O módulo de designação do SGFM tem como objetivo auxiliar a corregedoria no processo de designação de juizes substitutos alocando-os nas Varas do Trabalho devido aos diversos tipos de impedimentos dos juizes titulares e zoneados (férias, licenças médicas, treinamentos etc.) e nas ocasiões onde há a necessidade de aumentar o número de juizes para atender a pauta de audiências das Varas do Trabalho.
Categoria:	Sistemas Administrativos
Origem:	Corregedoria Regional
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Abril/2016. Conclusão: Setembro/2016.
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

135 Projeto: Sistema para Registro de Atividades Docentes dos Magistrados

Projeto:	Sistema para Registro de Atividades Docentes dos Magistrados
Objetivo:	Sistema para atender a Resolução n.º 226/2016 do CNJ, que regulamenta as atividades docentes dos magistrados
Categoria:	Sistemas Administrativos
Origem:	Presidência
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Outubro/2016. Conclusão: Outubro/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

136 Projeto: Certidão de Feitos Trabalhistas

Projeto:	Certidão de Feitos Trabalhistas
Objetivo:	Implementação do serviço de impressão da certidão de feitos trabalhistas pelo site do Tribunal
Categoria:	Sistemas Judiciais
Origem:	Presidência
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Abril/2016. Conclusão: Abril/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

137 Projeto: Pannel de Audiências

Projeto:	Painel de Audiências
Objetivo:	Sistema para disponibilizar informações das salas de audiências, apresentando a pauta do dia na tela de monitor, com destaque para as audiências em andamento.
Categoria:	Sistemas Judiciais
Origem:	Presidência
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Junho/2016. Conclusão: Agosto/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

138 Projeto: SIGECOM

Projeto:	SIGECOM
Objetivo:	Sistema de Gestão de Competências nacionalizado, que tomou como base o sistema já existente no TRT6, qual seja o PROGECOM. Com a nacionalização, foram implementadas melhorias e alterações na sistemática de mapeamento das matrizes, por solicitação do Comitê Gestor de Gestão de Pessoas por Competências.
Categoria:	Sistemas Administrativos
Origem:	Diretoria-Geral
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Setembro/2016. Conclusão (1ª fase): Agosto/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

139 Projeto: Integração do SOC ao sistema de RH

Projeto:	Integração do SOC ao sistema de RH
Objetivo:	Sistema para gerenciar as informações da saúde ocupacional de magistrados/servidores e seus dependentes, utilizando como base os dados do sistema de administração de pessoal.
Categoria:	Sistemas Administrativos
Origem:	Secretaria de Gestão de Pessoas
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Agosto/2016. Conclusão: Agosto/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

140 Projeto: Sistema de Geração de Identificador de Pagamento de Alvará (SIGIDENT)

Projeto:	Sistema de Geração de Identificador de Pagamento de Alvará (SIGIDENT)
Objetivo:	Sistema responsável por gerar e controlar identificadores para pagamentos relacionados com os alvarás emitidos.
Categoria:	Sistemas Judiciais
Origem:	Corregedoria Regional
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Outubro/2016. Conclusão: Outubro/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

141 Projeto: Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos

Projeto:	Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos
Objetivo:	Sistema para atender a Resolução n.º 233/2016 do CNJ, que institui que os tribunais deverão manter um cadastro único de peritos para que as Varas do Trabalho possam ter uma lista completa dos peritos homologados no Tribunal e dar transparência para as designações dos processos.
Categoria:	Sistemas Judiciais
Origem:	Presidência
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Setembro/2016. Conclusão: Outubro/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

142 Projeto: Sistema de Execuções Reunidas

Projeto:	Sistema de Execuções Reunidas
Objetivo:	Sistema desenvolvido para gerenciar as execuções que tramitam reunidas sobre determinados aspectos, em órgãos judiciais específicos. O sistema permite o cadastro de ações, o gerenciamento de conciliações e quitações, bem como a geração de alvarás e relatórios diversos.
Categoria:	Sistemas Judiciais
Origem:	Corregedoria Regional
Custos:	Desenvolvimento interno. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: Dezembro/2016. Conclusão: Janeiro/2017
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

143 Projeto: Processo Administrativo Eletrônico (PROAD)

Projeto:	Processo Administrativo Eletrônico (PROAD)
Objetivo:	Implantação do sistema de Processo Administrativo Eletrônico no âmbito dos procedimentos da Secretaria de Gestão de Pessoas.
Categoria:	Sistemas Administrativos
Origem:	Presidência
Custos:	Implantação de sistema nacional. Não houve contratações.
Prazos:	Previsão: março/2016. Conclusão: março/2016
Alinhamento:	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.

Fonte: STI

144 Projeto: Aquisição de Certificados Digitais A1 para Servidor Web

Projeto:	Aquisição de Certificados Digitais A1 para Servidor Web
Objetivo:	Aquisição de certificado A1 SSL/TLS ICP-BRASIL com criptografia mínima de 256 bits e chave RSA de 2048 bits para o subdomínio pje.trt6.jus.br, com cadeia autenticada pela ICP-Brasil, compatibilidade com todos os navegadores, independente do sistema operacional, além de celulares e dispositivos móveis e validade de 12 meses. Aquisição de validação presencial no domicílio para o certificado ICP-Brasil. Aquisição de certificado A1 Wildcard SSL/TLS com criptografia mínima de 256 bits e chave RSA de 2048 bits, para o domínio *.trt6.jus.br, com cadeia autenticada por AC Internacional, compatibilidade com todos os navegadores, independente do sistema operacional, além de celulares e dispositivos móveis e com validade de 36 meses.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Comitê de Governança de TI
Custos:	R\$ 2.780,00
Prazos:	Previsão: 01/06/2016. Conclusão: 16/05/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

145 Projeto: Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do FAJBA no bairro da Imbiribeira

Projeto:	Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo no bairro da Imbiribeira
Objetivo:	Ativação do datacenter, salas técnicas, sistema de videomonitoramento e rede wi-fi do novo Fórum Trabalhista do Recife.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Presidência
Custos:	Sem custos diretos.
Prazos:	Previsão: 03/08/2015. Conclusão: 11/01/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

146 Projeto: Solução de Firewall

Projeto:	Solução de Firewall
Objetivo:	Garantir o funcionamento da solução de firewall do Regional.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Infraestrutura
Custos:	R\$ 202.679,60. Previstos na proposta orçamentária prévia: R\$ 450.000,00.
Prazos:	Previsão: 30/12/2016. Conclusão: 21/12/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

147 Projeto: Contratação de equipamentos servidores e multiplexadores

Projeto:	Contratação de equipamentos servidores e multiplexadores
Objetivo:	Substituir equipamentos obsoletos ou fora do prazo de garantia.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Infraestrutura
Custos:	R\$ 1.129.960,00. Previstos: R\$ 1.520.000,00.
Prazos:	Previsão: 30/06/2016. Conclusão: 30/12/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

148 Projeto: Expansão da capacidade de equipamentos de armazenamento

Projeto:	Expansão da capacidade de equipamentos de armazenamento
Objetivo:	Suportar a crescente demanda por armazenamento da base de dados do PJe e demais sistemas.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Infraestrutura
Custos:	R\$ 323.853,80.
Prazos:	Previsão: 30/12/2016. Conclusão: 30/12/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

149 Projeto: Contratação de equipamentos e softwares para aprimoramento da infraestrutura do sistema PJe

Projeto:	Contratação de equipamentos e softwares para aprimoramento da infraestrutura do sistema PJe
Objetivo:	Manter a infraestrutura do sistema PJe em condições de atender a demanda crescente.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Infraestrutura
Custos:	R\$ 614.674,80.
Prazos:	Previsão: 30/12/2016. Conclusão: 30/11/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

150 Projeto: Contratação de suporte especializado ao banco de dados Oracle

Projeto:	Contratação de suporte especializado ao banco de dados Oracle
Objetivo:	Manter suporte ao sistema gerenciador de banco de dados utilizados por diversos serviços de TI.
Categoria:	Infraestrutura
Origem:	Infraestrutura
Custos:	R\$ 25.424,50 por mês.
Prazos:	Previsão: 30/12/2016. Conclusão: 01/12/2016.
Alinhamento:	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.

Fonte: STI

3.9 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o TRT6

Como medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI, o TRT6 promoveu algumas capacitações, a exemplo do Curso de PostgreSQL – Modulo DBA e do treinamento para Elaboração de Relatórios e Business Intelligence – BIRT.

Nada obstante a operação da central de atendimento e suporte técnico de informática ser realizada por empresa contratada, a plataforma de *software* utilizada pertence a esta UPC, assim como a gestão da solução, o catálogo de serviços de TI e todas as definições e implementações dos processos de atendimento.

4. Gestão ambiental e sustentabilidade

A política de sustentabilidade ambiental está em processo de elaboração no âmbito do TRT6, que ainda não participa da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Todavia, esta UPC já vem adotando algumas práticas previstas na Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRST (Ato Conjunto CSJT.TST.GP n.º 24/2014), uma vez que possui uma Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (Ato TRT-GP n.º 39/2008) e um Setor de Gestão Socioambiental (Ato TRT-GP n.º 272/2015), bem como

busca atender os critérios e as práticas de sustentabilidade quando da construção, reforma, e manutenção de suas edificações; da aquisição de bens; e da contratação de serviços (utilização do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).

A partir de 2009, o TRT6 adotou a coleta seletiva solidária no Edifício Sede, atendendo aos critérios do Decreto n.º 5.940/2006, mas, devido aos problemas de infraestrutura para o armazenamento dos resíduos recicláveis descartados, tal prática foi suspensa em 2012.

No ano de 2014, houve processo licitatório para aquisição de lixeiras (200 litros) para acondicionamento de papel e, em 2015, foi providenciado pedido de aquisição de contêineres de 1000 litros e de lixeiras para a separação do lixo orgânico, bem como aberto edital para seleção e credenciamento de associações e/ou cooperativas de catadores de material reciclável, mas não houve interessados.

Contudo, em virtude da falência da empresa signatária da ata de registro de preços, esses produtos não foram entregues. Ademais, houve redução de 29,41% no orçamento de custeio do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o exercício de 2016, promovido por meio da Lei Orçamentária Anual 2016, bem como do remanejamento de recursos estabelecido na Medida Provisória n.º 711, de 18/01/2016, este órgão deparou-se com a necessidade de adotar providências urgentes com vistas à diminuição de despesas ordinárias, prejudicando sobremaneira a retomada da coleta seletiva neste órgão, até então prevista para abril de 2017.

Apesar disso, o TRT6 conseguiu realizar campanhas junto ao público interno e externo, com enfoque à destinação adequada de resíduos sólidos, graças à parceria com a OSCIP Moradia e Cidadania, organização que já desenvolve um exitoso trabalho com o TRF5 e o TJPE, órgãos parceiros do Ecos de Pernambuco, convênio formado pelo TRT6, TRE-PE, TCE, TJPE, TRF5 e URFPE.

Durante a Semana do Meio Ambiente, promoveu uma Coleta de Equipamentos Eletrônicos, na qual foram recolhidos cerca de 270 kg de equipamentos (CPUs, monitores, teclados, TVs, microondas, celulares, mídias digitais etc.) trazidos pelo público interno e externo, e dada destinação correta. A campanha tornou-se permanente e encontra-se no Edifício Sede do TRT6, no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo e no Centro de Informática.

Em outubro de 2016, foi realizada uma campanha para a Coleta de Medicamentos Vencidos, na qual foram recolhidos 2,5 kg de comprimidos/drágeas e 6 kg de remédios nas formas líquida, pastosa e outros (xaropes, colírios, pomadas etc.) para incineração, ao passo que as embalagens (caixas e bulas) totalizaram 3,6 kg e foram recolhidas pela OSCIP em referência para reciclagem.

Na tentativa de viabilizar a coleta seletiva do papel utilizado pelo TRT6, foi firmado Acordo de Colaboração entre o TRT6 e a Moradia e Cidadania para a coleta seletiva de resíduos sólidos do órgão. Dessa forma, foi possível implantar, de forma permanente, a Coleta Seletiva de Papel na Sede, no Centro de Informática, e, mais recentemente, no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, onde funcionam as 23 Varas do Trabalho do Recife e unidade de apoio.

Até meados de dezembro de 2016, foram recolhidos 366 kg de papel (utilizado pelo próprio TRT6) e de livros desatualizados doados pelos servidores, para reciclagem. Alguns livros didáticos serão destinados às bibliotecas itinerantes da OSCIP, já outros, de literatura em geral, serão direcionados a um espaço de troca de livros ou algo do gênero, que será implantado, inicialmente, na Sede do Tribunal. Em janeiro de 2017, já foram reciclados 680 kg de papel.

Parte dos recursos auferidos pela Moradia e Cidadania com a venda dos resíduos das coletas seletivas é revertida para seus projetos sociais, enquanto que a outra parte, conferida ao TRT6, após dedução dos custos operacionais (caixas de papelão, sacos, arte-educador etc), será destinada a algum projeto social, que será escolhido por meio de enquete.

Ainda, com o objetivo de expandir e promover a coleta seletiva às unidades da RMR, ao final do ano de 2016, foi feita nova tentativa de aquisição de contêineres, com capacidade de 500 e 1000 litros, e coletores, de 50 a 60 litros. Porém, mais uma vez, não se teve êxito, pois as empresas fornecedoras beneficiárias da atas de registro de preços não tiveram interesse ou condições de atender a demanda do TRT6.

Quanto à observância, nas contratações realizadas por este Regional, dos parâmetros estabelecidos no Decreto n.º 7.746/2012 ou norma equivalente, as informações são apresentadas no subitem 4.1 deste Capítulo IV.

Com relação ao Plano de Logística Sustentável – PLS do TRT6 – documento elaborado pelo Setor de Gestão Socioambiental e pela Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental, compreendendo o período de 2016 a 2018 –, foi entregue para apreciação da Presidente deste órgão no final de dezembro de 2015, e teve a sua aprovação formalizada por meio do Ato TRT-GP n.º 50, de 18 de fevereiro de 2016, o qual dispõe que as atividades de monitoramento, avaliação e revisão do PLS ficam sob a responsabilidade conjunta do Setor de Gestão Socioambiental e da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental, registrando que esta exerce o papel de comissão gestora do PLS (art. 4º, parágrafo único).

O PLS do TRT6 foi confeccionado nos moldes da Resolução n.º 201/2015 do CNJ, que dispõe sobre a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do respectivo PLS. A referida resolução considera, entre outras normas, o Decreto n.º 7.746/2012 e adota, por conseguinte, a IN n.º 10/2012 da SLTI/MPOG.

O PLS visa despertar toda a força de trabalho deste Tribunal (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) para a importância de adoção de práticas sustentáveis, possuindo um plano de ações que serão instituídas no período de 2016 a 2018.

No tocante à divulgação do plano, cumpre informar que o PLS 2016-2018 encontra-se disponível no portal do TRT6 na internet (<http://www.trt6.jus.br/portal/socioambiental>) e na intranet (<http://novaintranet.trt6.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental>). Além disso, ele está disponibilizado na página eletrônica do Setor de Gestão Socioambiental (<http://novaintranet.trt6.jus.br/estatistica/gestao-sustentavel-trt6>), na qual, inclusive, constam vários documentos relacionados às ações/atividades desenvolvidas pela unidade, entre os quais, o Relatório de Gestão Socioambiental do TRT6, o Relatório de Auditoria da Avaliação da Implantação da Gestão Sustentável, os resultados dos indicadores do PLS. Todos esses documentos estão disponibilizados no endereço <http://www.trt6.jus.br/portal/socioambiental>.

Elaborado antes do corte orçamentário sofrido pelo Poder Judiciário, o PLS teve, por conseguinte, várias de suas ações prejudicadas em sua execução, algumas suspensas ou até mesmo canceladas. Em vista disso, o plano deverá ter uma nova versão até julho de 2017.

Nada obstante, a restrição orçamentária acabou por contribuir para adoção de medidas de redução de despesas, com a reavaliação de hábitos e costumes.

Dentre as medidas adotadas, convém destacar a mudança do horário de funcionamento do TRT6; a redução do tempo de uso dos equipamentos condicionadores de ar e a recomendação de regulá-los para temperaturas entre 22 e 24 graus; o envio das correspondências por carta registrada sem utilização de AR; e o estabelecimento de cotas para combustível e materiais de consumo.

Nesse contexto, o TRT6 conseguiu atingir bons resultados, quer em economia de recursos quer em produtividade.

De forma sucinta, importa apresentar a seguir alguns resultados relacionados ao consumo e/ou gasto dos recursos e insumos utilizados pelo TRT6, considerando o ano de 2016, comparando-o com o de 2015, cujos demonstrativos foram elaborados pelo Setor de Gestão Socioambiental e divulgados nos endereços eletrônicos deste órgão na intranet (<http://novaintranet.trt6.jus.br/estatistica/gestao-sustentavel-trt6>) e na internet (<http://www.trt6.jus.br/portal/socioambiental>). No cômputo geral, o TRT6 obteve uma economia de R\$1.473.642,68.

ENERGIA ELÉTRICA: Redução de 1.121.598 kWh (18,9%) no consumo, com economia de R\$619.614,87 (18,3%). O consumo e o valor gasto em 2016 representam, respectivamente, 81,1% e 81,7% do total registrado em 2015;

ÁGUA E ESGOTO: Redução de 10.774 m³ (27,0%) no consumo de água potável, com uma economia de R\$111.326,68 (26,7%). O consumo e o valor gasto em 2016 representam, respectivamente, 73,0% e 73,3% do total registrado em 2015;

TELEFONIA: Redução de R\$90.102,90 (20,7%) na despesa com telefonia fixa (ligações locais e de longa distância) e telefonia móvel. O valor gasto em 2016 representa 79,3% do total registrado em 2015;

SERVIÇOS POSTAIS: Redução de R\$546.200,73 (30,8%) na despesa com correios. O valor gasto em 2016 representa 69,2% do total registrado em 2015;

COMBUSTÍVEL: Redução de 18.893 litros (21,8%) no consumo de gasolina, álcool e óleo diesel, com economia de R\$39.096,19 (14,3%). O consumo e o valor gasto em 2016 representam, respectivamente, 78,2% e 85,7% do total registrado em 2015;

PAPEL BRANCO E RECICLADO: Redução de 5.970 resmas (35,5%) desse item, com uma economia de R\$54.022,92 (31,5%). O consumo e o valor gasto em 2016 representam, respectivamente, 64,5% e 68,5% do total registrado em 2015;

COPOS DESCARTÁVEIS: Redução de 212 centos (35,9%) de copos de água, com economia de R\$526,10 (35,2%); e de 45 centos (22,6%) de copinhos de café, com economia de R\$39,65 (19,6%). O consumo e os valores gastos em 2016 representam, respectivamente, 64,1% e 64,8% (copos de água); e de 77,4% e 80,4% (copinhos de café) dos totais registrados em 2015;

GARRAFO DE ÁGUA MINERAL (20 LITROS): Redução de 801 (5,1%) garrações desse item, com uma economia de R\$12.712,64 (21,0%). O consumo e o valor gasto em 2016 representam, respectivamente, 94,9% e 79% do total registrado em 2015.

Ao fazer uma análise crítica da gestão ambiental e sustentabilidade no âmbito deste Tribunal, verifica-se que, diante da restrição orçamentária, a Administração do órgão voltou-se especialmente a uma das vertentes do tema, qual seja a redução na utilização dos recursos naturais e financeiros. A exposição de relatório e dos resultados alcançados à Administração lançou um novo olhar à existência de um Plano de Logística Sustentável. Além disso, adquiriu-se maior compreensão e

maturidade com relação à elaboração da ferramenta, o que se tem verificado durante o atual processo de revisão do PLS 2016-2018.

4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho foi aprovado pela Resolução CSJT n.º 103/2012, que está fundamentada, entre outros dispositivos legais, no Decreto n.º 7.746/2012, o qual, por sua vez, regulamenta o art. 3º da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e instituir a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

Na elaboração de projetos básicos ou termos de referência com vistas à aquisição de bens e à contratação de serviços, as unidades requisitantes do TRT6 utilizam esse guia, que estabelece critérios de sustentabilidade nas compras de bens e nas contratações de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, consoante o disposto no art. 39 do Ato TRT-GP n.º 532/2016, que regulamenta o processo de aquisição de bens e a contratação de serviços neste órgão. Entretanto, o processo de inserção de critérios de sustentabilidade tem sido gradativo e parte das contratações ainda não os utiliza.

O TRT6, por meio do Ato TRT-GP n.º 272, de 5 de junho de 2015, criou o Setor de Gestão Socioambiental e instituiu o Plano de Logística Sustentável do Tribunal, que foi aprovado por meio do Ato TRT-GP n.º 50, de 18/02/2016, com o objetivo de criar uma cultura institucional voltada para a sustentabilidade, a fim de promover uma gestão eficiente dos recursos sociais, ambientais e econômicos, em consonância com a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho e a Resolução n.º 201 do Conselho Nacional de Justiça.

O Plano de Logística Sustentável do TRT6 tem o intuito de despertar toda força de trabalho deste Tribunal, magistrados, servidores, terceirizados e estagiários para a importância de serem adotadas práticas sustentáveis, ao estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade visando atingir a eficiência do gasto público.

Acerca da responsabilidade socioambiental, repise-se que o TRT6 celebrou Acordo de Colaboração com a OSCIP Moradia e Cidadania para a coleta seletiva de resíduos sólidos do órgão. Com isso, foi possível implantar a Coleta Seletiva de Papel no Edifício Sede, no Centro de Informática e, recentemente, no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, que abriga as 23 Varas do Trabalho do Recife.

Por fim, cumpre mencionar que, nos Anexos VIII e IX deste RG, constam os “Índices de Adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho” e as “Metas de Acessibilidade Atingidas pelo TRT6”.

CAPÍTULO V

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

1 Canais de acesso do cidadão

No âmbito do TRT6, a Ouvidoria Judiciária funciona como canal de acesso do cidadão à instituição para apresentar críticas, denúncias, sugestões e elogios acerca qualidade dos serviços colocados à sua disposição, visando ao aprimoramento das atividades jurisdicionais.

Criada por meio da RA n.º 6/2001 – alterada pela RA n.º 1/2003 e pela RA n.º 8/2003 – e regulamentada mediante o Ato TRT-GP n.º 217/2005, a Ouvidoria também é responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão, relativamente aos pedidos de acesso à informação, de que trata o inciso I do artigo 9º da Lei n.º 12.527/2011 (Ato TRT-GP n.º 260/2012), cabendo à autoridade máxima deste órgão a apreciação do recurso previsto no artigo 15 da referida lei.

Entre outras atribuições, compete à Ouvidoria:

receber consultas, diligenciar e prestar esclarecimentos aos cidadãos sobre ato praticado ou de responsabilidade de órgão integrante do TRT6, excepcionados os casos em que a lei expressamente assegurar o dever de sigilo;
receber reclamações ou denúncias que lhe forem dirigidas, encaminhando-as, quando a ocorrência extrapolar a sua competência, à Presidência ou à Corregedoria deste Regional, conforme o caso;
sugerir medidas de aperfeiçoamento da prestação dos serviços jurisdicionais;
garantir aos manifestantes a ciência das providências adotadas e dos resultados obtidos a partir da sua intervenção, observando o caráter de discrição e de fidedignidade;
organizar e manter atualizado o arquivo de documentação das denúncias, queixas, reclamações, sugestões e elogios;
acompanhar, nas diversas unidades do TRT6, os expedientes encaminhados a partir das manifestações recebidas;
prestar o Serviço de Atendimento ao Cidadão, em observância ao disposto no inciso I do artigo 9º da Lei n.º 12.527/2011, nos termos do Ato TRT-GP- n.º 260/2012.

O cidadão interessado poderá contatar a Ouvidoria mediante os seguintes meios:

Pessoalmente: Na sobreloja do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, situado no Cais do Apolo, 739, no bairro do Recife, Recife (PE), no horário de expediente;

Teleouvidoria: por meio do telefone 0800-722-4477 (serviço gratuito) e das linhas fixas (81) 3225-3210, (81) 3225-3211, (81) 3225-3212, no horário de expediente;

Internet: por meio de **formulário eletrônico**, disponível no endereço eletrônico http://www1.trt6.gov.br/ouvidoria/dsp_exibe_cadastro_www.php, bem como do **correio eletrônico** ouvidoria@trt6.jus.br.

No tocante às manifestações recebidas durante o ano de 2016, a Ouvidoria registrou 2357 (dois mil, trezentos e cinquenta e sete) formulários de atendimento, consoante demonstrado a seguir.

151 Canais de acesso à Ouvidoria

MEIOS DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Rede mundial de computadores	2218
Pessoal	95
Telefone	44
TOTAL	2357

Fonte: Sistema Eletrônico da Ouvidoria do TRT6 – Relatórios e Estatísticas

Nota: Dados registrados até 31/12/2016.

De acordo com a Ouvidoria, aproximadamente 94% (noventa e quatro por cento) dos registros foram efetuados pela internet, circunstância que revela a preferência do cidadão por tal meio de atendimento, para fins de apresentação de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Na sequência, consta o registro de dados gerenciais e estatísticos sobre os tipos e o quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria do TRT6, bem como acerca do atendimento e encaminhamento das demandas apresentadas em 2016, analisando os resultados observados, inclusive frente às informações contabilizadas em exercícios anteriores (2011-2015).

152 Tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Atraso na prolação de sentenças	468
Críticas	11
Demora no andamento de processos judiciais ¹	115
Elogios/Agradecimentos ²	47
Informações diversas	55
Informações sobre processos judiciais ¹	1169
Problemas de informática	33
Reclamações sobre atendimento	12
Sugestões	8
Outros	439
TOTAL	2357 ³

Fonte: Sistema Eletrônico da Ouvidoria do TRT6 – Relatórios e Estatísticas

Nota 1: Às manifestações relativas a processos judiciais são anexadas as correspondentes consultas processuais;

Nota 2: Os elogios recebidos por intermédio da Ouvidoria são encaminhados às respectivas unidades destinatárias e dirigidos aos magistrados, diretores, coordenadores ou chefes a quem estão subordinadas;

Nota 3: De modo geral, os expedientes são respondidos satisfatória e tempestivamente.

153 Comparativo de dados registrados em exercícios anteriores

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Atraso na prolação de sentenças	82	77	108	92	182
Críticas	11	16	13	23	9
Demora no andamento de processos judiciais	407	424	490	478	215
Elogios/Agradecimentos	20	11	16	9	12
Informações diversas	147	170	153	150	70
Informações sobre processos judiciais	467	473	517	496	965
Problemas de informática	78	30	56	40	63
Reclamações sobre atendimento	12	8	11	10	10
Sugestões	10	0	5	4	2
Outros	385	406	456	369	402
TOTAL	1619	1615	1825	1671	1930

Fonte: Sistema eletrônico da Ouvidoria do TRT6 – Relatórios e Estatísticas.

Importa esclarecer que, além das manifestações relacionadas nos quadros acima, aquelas apresentadas de forma presencial são atendidas e solucionadas de imediato, desde que não dependam de ulteriores providências.

Por fim, ressalta-se que, com o objetivo de otimizar o atendimento ao cidadão, está sendo criado aplicativo para que as manifestações sejam acompanhadas de forma eletrônica pelos usuários.

2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do TRT6 foi elaborada e instituída por meio do Ato TRT-GP n.º 408/2015, de 18 de setembro de 2015, e o seu conteúdo disponibilizado em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores (<http://www.trt6.jus.br/portal/carta-de-servicos-ao-cidadao>).

A CSC tem por finalidade facilitar o acesso do cidadão à Justiça do Trabalho em Pernambuco, possibilitando-lhe conhecer melhor a identidade organizacional, os serviços prestados e os requisitos necessários para ingressar com ações trabalhistas neste Regional.

Trata-se de um documento apresentado de forma simples, oferecendo ao cidadão um canal de comunicação eficiente, transparente e de qualidade.

3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O TRT 6 realizou, no interregno de 28 de novembro a 19 de dezembro de 2016, pesquisa para medir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários com relação aos serviços prestados.

Durante esse período, o público-alvo foi convidado a responder um questionário para avaliar os serviços prestados por este órgão.

O formulário foi disponibilizado no portal do TRT6, mediante formulário eletrônico, com ampla campanha de divulgação por meio de notícias, cartazes afixados nas unidades do Tribunal, encaminhamento de ofícios para divulgação aos Diretores de Secretaria das Varas, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pernambuco (OAB-PE), Associação dos Advogados Trabalhistas (AATP).

Nessa consulta, buscou-se mensurar o nível de satisfação quanto ao atendimento, às instalações físicas, à prestação jurisdicional das 1ª e 2ª instâncias, à comunicação e aos serviços online oferecidos (PJe e portal do TRT6).

Os resultados obtidos serão objeto de consolidação no ano de 2017 e servirão para identificar as necessidades e as expectativas dos usuários, possibilitando utilizá-los na busca do aprimoramento da Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco, considerando as avaliações e as sugestões que foram apresentadas.

Com isso, o TRT6 espera obter subsídios para a priorização das ações a serem desenvolvidas, buscando garantir um melhor atendimento a esses usuários, aumentando, por conseguinte, o grau de satisfação com este órgão.

Não há histórico que permita um comparativo dos resultados atuais da pesquisa com outros. Sendo assim, ter-se-á o resultado dessa consulta como linha de base para mensuração das melhorias a serem implantadas e seus respectivos resultados.

Cumprido destacar que a elaboração da pesquisa como instrumento de avaliação no TRT6 busca consolidar a sua visão institucional: *“Ser um Tribunal de referência na qualidade, agilidade, efetividade na prestação dos serviços e valorizado por seu quadro funcional”*.

4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do TRT6

Este item objetiva informar o caminho de acesso, no portal da UPC na internet, às informações referentes à sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão.

No endereço eletrônico <http://www.trt6.jus.br/portal/>, no *link* transparência, este órgão já publica as seguintes informações: **Agenda de Compromissos Públicos da Presidência; Atos de Provimento e Vacância; Auditoria e Controle Interno; Relatório de Atividades; Carros Oficiais** – em consonância com a Resolução n.º 83/2009 do CNJ e a Resolução n.º 85/2011 do CSJT; **Contas Públicas; Gestão Orçamentária e Financeira, Quadros de Pessoal e respectivas Estruturas Remuneratórias** – em observância ao disposto na Resolução n.º 102/2009 do CNJ; **Proposta Orçamentária da Lei Orçamentária Anual, com seus correspondentes Quadros de Detalhamento da Despesa, por Graus de Jurisdição** – em conformidade com a Resolução n.º 195/2014 do CNJ; **Relatórios de Gestão; Atividades Docentes de Magistrados; Servidores em Teletrabalho; e Tecnologia da Informação e Comunicação** (Avaliação da Governança e Gestão de TIC, Catálogo de Sistemas Informatizados, Contratos de TIC, Monitoramento dos Indicadores do PETI, Monitoramento das Iniciativas do PDTI, Orçamento de TIC, Planejamento Estratégico de TIC e Política de Segurança da Informação do TRT6).

Convém salientar que, em atendimento à exigência contida no artigo 22 da Decisão Normativa TCU n.º 154/2016 – que se reporta ao disposto no art. 8º da Lei n.º 12.527/2011 (Lei do Acesso a Informações) –, o TRT6 disponibilizará, no *link* transparência do seu portal, em até 30 (trinta) dias, contados da publicação pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado de Pernambuco, o relatório de gestão e todos os documentos e informações de interesse coletivo ou geral relacionados às contas do exercício de 2016, incluindo as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Conforme informações da Coordenadoria de Planejamento Físico – CPLAN do TRT6, todos os projetos arquitetônicos, tanto para novas construções como para reformas e/ou ampliações, em imóveis próprios ou locados por este órgão, inclusive para suas instalações provisórias, observam os preceitos de desenho universal, bem como os dispositivos da Lei n.º 10.098/2000, o Decreto n.º 5.296/2004 e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR-9050:2004, que trata da acessibilidade.

Todas essas ações visam à promoção do amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às dependências das unidades deste Regional, especialmente no tocante a: construção de rampas; sanitários acessíveis para público e servidores, separados por gênero, com instalações adaptadas para pessoas com deficiência física; instalações de elevadores; reserva de vagas em estacionamento; instalação de piso tátil direcional e de alerta, como também circulações e

portas em todas as dependências, com dimensões adequadas à utilização por pessoas em cadeiras de rodas.

Outrossim, a CPLAN observa, para todas as unidades deste Regional, a utilização de mobiliário ergonômico, traçando um leiaute para os ambientes que permita a livre circulação e a sua utilização por pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, sejam servidores ou o público em geral.

Dessa forma, a referida coordenadoria apresenta um panorama completo com as metas de acessibilidade atingidas por este Tribunal até o momento.

Trata-se de dois mapas, constantes dos Anexos VIII e IX deste relatório de gestão. O primeiro apresenta os índices de adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, do qual se destaca aqui o subitem 5.3.6 (Nos Projetos de Acessibilidade), ao passo que o segundo mostra o percentual de alcance das metas de acessibilidade individualmente em cada unidade deste Regional e por item de verificação, a exemplo de instalações sanitárias, sinalização sonora/visual, vagas de estacionamento reservadas etc.

CAPÍTULO VI

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O TRT6 observa os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial na NBC T 16.9 (depreciação, amortização e exaustão) e NBC T 16.10 (avaliação e mensuração de ativos e passivos).

A metodologia utilizada para realizar a mensuração de ativos e passivos no âmbito desta UPC é aquela definida pela NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137, de 21 de novembro de 2008, mormente no que se refere aos seguintes critérios e procedimentos.

1.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

São computados nesse item os saldos na conta de limite de saque com vinculação de pagamento e os depósitos e cauções vinculados a garantias contratuais.

1.2 Créditos e dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

Nesse sentido, esta UPC tem efetuado registros de créditos a receber por adiantamento de salário por ocasião das férias, adiantamento de 13º salário, cessão de pessoal –, de assinaturas e anuidades a apropriar, prêmio de seguros a apropriar (VPD pagas antecipadamente), bem como adiantamento de contribuições futuras (correção monetária incidente sobre o aporte ao FUNPRESP JUD – LP).

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o processo de convergência às normas internacionais trouxe mudanças significativas na definição de provisões. Assim, provisões deixam de referir-se aos ajustes dos valores contábeis dos ativos e passam a aludir apenas aos passivos de prazo ou valor incertos. Entre as provisões do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP constituídas no âmbito desta UPC, cumpre mencionar as efetuadas para riscos trabalhistas, referentes às retenções contratuais das provisões dos encargos trabalhistas, dispostas na Resolução CNJ n.º 98/2009 e alterações.

1.3 Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Nos casos de verificação de obsolescência, deterioração física parcial, bem como outros fatores similares, utiliza-se o valor de mercado.

1.4 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os elementos do ativo imobilizado com vida útil econômica limitada ficam sujeitos à depreciação durante esse período, com a consequente dedução do valor nos itens patrimoniais relacionados.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

As transferências de bens foram realizadas pelo seu valor líquido contábil.

Para o cumprimento dos procedimentos relativos à avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, foi instituída, no âmbito do TRT6, a Comissão de Avaliação de Bens Permanentes, com vistas à adoção dos procedimentos de reavaliação e/ou redução a valor recuperável, bem como de depreciação e amortização dos bens adquiridos, incorporados ou colocados em utilização, consoante o disposto na Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável do Manual SIAFI.

O TRT6 tem observado os métodos de mensuração de bens móveis, com o fito de atualizar os valores antes do desfazimento de bens, como nos casos de doação.

A referida comissão promoveu, no exercício de 2016, relativamente aos bens móveis anteriores ao exercício de 2010, ajustes da base monetária (redução ao valor recuperável), totalizados em R\$5.742.983,89, com registro na conta contábil 12.391.01.00 – Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado – Móveis.

Em conformidade com o estabelecido na NBC T 16.9 (depreciação, amortização e exaustão), esta UPC vem promovendo o registro da depreciação desde o exercício de 2010, de acordo com o disposto na Macrofunção SIAFI 02.03.30. O cálculo da depreciação de bens móveis é efetuado pelo sistema informatizado de controle patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística deste Tribunal, fazendo uso do método das quotas constantes ou método linear. As tabelas de vida útil e valor residual utilizadas foram às definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional na indigitada Macrofunção, aplicadas sobre os bens distribuídos a partir de 2010, das seguintes contas contábeis:

154 Contas contábeis

CONTAS CONTÁBEIS	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (em anos)	VALOR RESIDUAL
12.311.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
12.311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
12.311.01.03	EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	15	20%
12.311.01.05	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
12.311.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12.311.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
12.311.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
12.311.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
12.311.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
12.311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
12.311.01.25	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12.311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12.311.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
12.311.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
12.311.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
12.311.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
12.311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
12.311.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
12.311.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
12.311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12.311.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística/SA

Dessa forma, a unidade de patrimônio gerou as informações da depreciação mensal por meio informatizado, as quais foram encaminhadas mensalmente à área contábil, por conta patrimonial, para o respectivo registro no SIAFI.

Do exercício de 2010 até o final de 2016, o registro da depreciação acumulada de bens móveis totalizou R\$19.189.877,98, deduzidos os valores de reversões pelo desfazimento de bens permanentes, contabilizados na conta contábil 12.381.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis.

Quanto à depreciação de bens imóveis, houve registro de depreciação acumulada, efetuado pela CCONT/STN com base nos valores dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, totalizando, até 2016, R\$697.197,67, registrado na conta contábil 12.381.02.00 – Depreciação Acumulada – Bens Imóveis.

1.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

No que se refere ao registro da amortização de licença dos *softwares*, o procedimento ainda não foi iniciado no âmbito deste Regional.

2 Sistemática de apuração de custos no âmbito do TRT6

O Ato CSJT.GP.SG n.º 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRTs, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O ato de criação do GT Custos estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, que foi prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo dos anos de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do TRT6 e de outros órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho – SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020>, está inserido o objetivo estratégico Aperfeiçoar a Gestão de Custos – que se refere à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Busca-se o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST, e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, entre outras:

- foco no custo do processo julgado;
- segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, TRTs e VTs);
- departamentalização (centros de custos específicos, agrupando as unidades administrativas das áreas meio e fim);
- método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, em que os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que, por sua vez, foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio

Administrativo e Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoхарifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se, em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamento, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoхарifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

Folha de Pagamento => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência;

Sistema de Patrimônio => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência;

Sistema de Almoхарifado => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados dar-se-á a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento, não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática, porquanto provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estar pendente de autorização por parte da Administração do TST.

Até o momento, não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho.

Desse modo, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo analisados, gerenciados ou divulgados. Por conseguinte, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação desta UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos – a exemplo de participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios – estão inseridos no processo administrativo n.º TST.502091/2013-4.

3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/1964 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, aplicadas a esta UPC, as quais são:

Balanço Financeiro – BF;
Balanço Patrimonial – BP;
Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
Balanço Orçamentário – BO;
Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

Convém mencionar que, no Anexo X deste relatório de gestão, constam as referenciadas demonstrações contábeis, que retratam a situação financeira, patrimonial e orçamentária do TRT6.

Salienta-se que as informações contidas nas notas explicativas procuram ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes das demonstrações contábeis.

No sequência, são apresentadas as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI relativas a esta UPC, com as devidas notas explicativas dos principais itens das demonstrações.

3.1 Composição dos principais itens das demonstrações

3.1.1 Balanço Financeiro

O BF demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, consoante disposto no art. 103 da Lei n.º 4.320/1964.

Sob a ótica da NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, alterada pela Resolução CFC n.º 1.268/2009, o Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A principal mudança para este exercício é que os ingressos e os dispêndios passam a ser demonstrados por destinação de recursos.

As receitas e as despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na parte específica deste relatório de gestão e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.

INGRESSOS

Nota 1 – Transferências Financeiras Recebidas

Destacam-se, neste item, o sub-repasse recebido do CSJT, no valor de R\$712.870.131,03, e as transferências recebidas para pagamento de RAP, no valor de R\$659.085,35.

Nota 2 – Recebimentos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos restos a pagar inscritos no exercício e as receitas extraorçamentárias recebidas. Entre os saldos dos ingressos extraorçamentários, destacam-se os seguintes:

Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados, na condição de *A Liquidar* (conta contábil 53.171.01.00), no valor de R\$10.896.338,90, e, na condição de *Em Liquidação* (conta contábil 53.171.02.00), no valor de R\$833.994,49, totalizados em R\$11.730.333,39, equivalendo a 17,73% do total do item. São os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, mas registrados como RAP/Recebimentos Extraorçamentários, nos termos dos artigos 36 e 103 da Lei n.º 4.320/1964, e, ainda, conforme o artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000. A variação negativa verificada entre os saldos 2016/2015 relativos a restos a pagar não processados decorre, sobretudo, da redução da dotação orçamentária para 2016, em relação ao exercício de 2015, como consequência dos cortes orçamentários promovidos para o exercício de 2016;

O total da receita líquida arrecadada pelo Regional (fonte própria e fonte Tesouro), registrado na conta contábil 89.991.08.02, perfaz o montante de R\$34.037.367,51, contemplando, em termos percentuais, 82,21% do total dos Recebimentos Extraorçamentários. A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados no exercício de 2016, detalhados por tipo de recolhimento:

155 Arrecadação por tipo de receita	
ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA	
TIPO DE RECEITA	VALOR
STN-CUSTAS JUDIC.(CAIXA)	1.324.995,91
STN-CUSTAS JUD.2ªINSTANC.	37.125,18
STN-REMESSA/RETORNO AUTOS	972,93
STN-CUSTAS JUD.(CAIXA/BB)	16.405.913,10
STN-CUSTAS JUD.2ªINST.	86.588,03
REMESSA/RETORNO AUTOS	1.664,79
STN-EMOLUMENTOS(CAIXA/BB)	91.987,60
STN-REC.REV.GARANT.UNIÃO	5,53
MULTA CÓDIGO PROCE. CIVIL	31.465,46
STN-REC.DESP.EXE.ANT-F100	249.937,06
STN DEV PREC EXERC ANTER	504.976,62
STN OUTRAS INDENIZ(FOLHA)	117.894,73
STN OUTRAS RECEITAS	113.652,23
STN SERVI PROC DADOS	99.072,00
STN INDEN DANOS PATR PUBL	2.109,39
STN MULT/JUROS PREV CONTR	10.839,76
RESSARC. LIG. TELEFÔNICAS	3.740,91
RESSARC.DESP. C/COPIAS	298,6
STN OUTROS RESSARCIMENTOS	5.938,97

RESSARCIM.HONOR.PERICIAIS	1.518,43
TAXA DE USO DE IMOVEIS	236.930,01
TRANSF.UNIAO E ENTIDADES	12.733.235,00
OUTROS RESSARCIMENTOS	36.505,27
REC.CESSAO DIR.OPERAC.FOP	1.940.000,00
TOTAL	34.037.367,51

Fonte: SIAFI 2016

Nota: Valores em R\$ (reais).

A arrecadação derivada dos recolhimentos ao Tesouro Nacional, a título de taxas cobradas pela prestação dos serviços jurisdicionais pelo TRT6, por intermédio de GRU, contabilizou R\$17.980.718,53, de acordo como os tipos de receita a seguir detalhados:

156 Arrecadação das Varas do Trabalho	
ARRECADAÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO - GRU	
TIPO DE RECEITA	VALOR
STN-CUSTAS JUDIC.(CAIXA)	1.324.995,91
STN-CUSTAS JUD.2ªINSTANC.	37.125,18
STN-REMESSA/RETORNO AUTOS	972,93
STN-CUSTAS JUD.(CAIXA/BB)	16.405.913,10
STN-CUSTAS JUD.2ªINST.	86.588,03
REMESSA/RETORNO AUTOS	1.664,79
STN-EMOLUMENTOS(CAIXA/BB)	91.987,60
STN-REC.REV.GARANT.UNIÃO	5,53
MULTA CÓDIGO PROCE. CIVIL	31.465,46
TOTAL	17.980.718,53

Fonte: SIAFI 2016

Nota 1: Valores em R\$ (reais);

Nota 2: Conta contábil 72.421.01.00 – Arrecadação Líquida por Código de Recolhimento

O saldo do exercício anterior transportado para o ano de 2016, registrado na conta contábil 11.112.20.01 – Limite de Saque com Vinculação e Pagamento foi de R\$17.286.040,33.

DISPÊNDIOS

Nota 3 – Despesas Orçamentárias

Os dispêndios relativos às Despesas Orçamentárias, decorrentes dos valores empenhados no exercício, somaram R\$732.569.965,48, assim aplicados: R\$634.333.115,03 em despesas de pessoal e encargos sociais (GND 1); R\$93.155.021,53 em Outras Despesas Correntes (GND 3); e R\$5.081.828,92 em investimentos (GND 4).

Nota 4 – Transferências Financeiras Concedidas

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária foram contabilizados R\$19.296.231,95, provenientes das receitas arrecadadas e recolhidas ao Tesouro Nacional; e R\$361.701,38, decorrentes de devolução de recursos referentes ao cancelamento de restos a pagar.

Nota 5 – Despesas Extraorçamentárias

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, os saldos das obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no ano corrente. Entre as obrigações de maior relevância, destacam-se o Pagamento dos Restos a Pagar Processados e os Não Processados, totalizados em R\$11.596.241,90, perfazendo, em termos percentuais, 99,69% do total desse item. O detalhamento dos restos a pagar pagos em 2016 encontra-se disposto na Nota 3 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário.

Nota 6 – Saldo do Exercício Anterior e Saldo Para o Exercício Seguinte

Compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de sub-repasses financeiros no exercício seguinte, bem como o saldo de depósitos na Caixa Econômica Federal referente a cauções contratuais, totalizados em R\$8.493.610,17.

3.1.2 Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial em 31 de dezembro de 2016. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos, segregados em circulante e não circulante, no final do período, com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais.

ATIVO CIRCULANTE

Nota 1 – Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa contemplam o somatório dos valores em caixa e bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrições para uso imediato. Na tabela a seguir, pode-se visualizar a sua composição.

157 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil do Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil		Caixa Econômica Federal	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento
11.111.19.00	= bancos conta movimento	90.084,76	-
11.112.00.00	= caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional-intra	-	8.403.525,41

Fonte: SIAFI – Exercício 2016 – Saldo em 31/12/2016

Computados nesse grupo os saldos em 31/12/2016 dos depósitos e das cauções, vinculados às garantias contratuais, no valor de R\$90.084,76, e da conta de limite de saque com

vinculação de pagamento, no montante de R\$8.403.525,41, constituído das seguintes fontes de recursos: fonte 50 – Recursos Próprios, na quantia de R\$427.798,86; fonte 169 – Contribuição Patronal para o PSSS, na monta de R\$334.258,02; fonte 181 – Recursos de Convênios, no valor de R\$4.564.070,91; fonte 350 – Créditos Extraordinários, no valor R\$279.097,61; e fonte 381 – Créditos Extraordinários, no importe de R\$455.694,19.

Nota 2 – Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A totalidade deste item corresponde aos adiantamentos de salários concedidos a pessoal por ocasião das férias, no valor de R\$14.308,85, e créditos a receber por cessão de pessoal, totalizados, ao final de 2016, em R\$77.154,35, e, ainda, pendentes de ressarcimento pelos órgãos cessionários.

Nota 3 – Ativo Circulante – Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou produção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Este grupo foi representado em sua totalidade pelo saldo em 31/12/2016 da conta 11.561.01.00 – Materiais de Consumo, no valor de R\$1.128.289,86, apresentando um decréscimo de 19% em relação ao saldo apurado em 31/12/2015. O encaminhamento dos saldos dos bens de consumo em estoque no almoxarifado (RMA) foi realizado pela unidade de patrimônio deste Tribunal e está consonante com os saldos contábeis contidos no SIAFI.

A tabela a seguir evidencia a composição dos estoques de material de consumo em 31/12/2015 e 31/12/2016.

158 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil dos Estoques em 31/12/2015 e 31/12/2016

Detalhamento por conta contábil dos Estoques em 31/12/2015 e 31/12/2016						
Conta Contábil	Conta Corrente	Descrição do Subelemento	Saldo em 2016	Saldo em 2015	Variação % 2016/2015	
11.561.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	07	Gêneros de alimentação	12.775,57	8.227,53	55%
		10	Material odontológico	231,96	-	100%
		16	Material de expediente	420.976,76	357.832,91	18%
		17	Material de processamento de dados	560.754,43	860.767,85	-35%
		19	Material de acondicionamento e embalagem	13.198,28	14.319,87	-8%
		21	Material de copa e cozinha	31.106,44	27.761,24	12%
		22	Material de limpeza e prod. de higienização	77.088,92	65.971,07	17%
		26	Material elétrico e eletrônico	1.465,21	1.193,28	23%
		41	Material p/ utilização em gráfica	6.361,89	8.856,50	-28%
		44	Material de sinalização visual e outros	3.008,67	42.358,39	-93%
		50	Bandeiras, flâmulas e insígnias	1.321,73	3.432,03	-61%
	Saldo em 31/12		1.128.289,86	1.390.720,67	-19%	

Fonte: SIAFI – Exercícios 2015 e 2016

Nota 4 – Ativo Circulante – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Esse grupo de contas apresentou saldo total de R\$104.563,93, sendo assim composto: a) R\$25.211,83, relativos a prêmio de seguros, cujas parcelas de despesa antecipada terão suas respectivas baixas patrimoniais contabilizadas no decorrer do exercício de 2017; b) R\$79.352,10, relativos a assinatura e anuidades de periódicos e revistas, cujas parcelas de despesa antecipada terão suas respectivas baixas patrimoniais contabilizadas no decorrer de 2017.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$92.978.884,41 em ativos contabilizados para este órgão.

Nota 5 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 2015, o TRT6 iniciou o registro, no valor de R\$674.199,33, referente aporte efetivado pelo TST, em 2013, no valor total de R\$12.745.750,00, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD.

O valor transferido pelo TST foi atualizado pelo índice IPCA e distribuído aos tribunais utilizando-se como critério os percentuais previstos na LRF para despesa de pessoal de cada órgão, nos mesmos termos fixados no protocolo de compromisso firmado entre o STF e a FUNPRESP-JUD para repartição entre os órgãos do Poder Judiciário Federal, conforme conteúdo disponibilizado por intermédio da Mensagem CFIN/CSJT n.º 40/2015.

Considerando a natureza do adiantamento efetuado, há a necessidade de registro do valor na contabilidade, como créditos a receber, e este somente será baixado na medida em que ocorrer o alcance do ponto de equilíbrio pela FUNPRESP-JUD, fato que será consubstanciado quando o montante inicial das receitas administrativas superar o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário, o qual será informado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No exercício de 2016, o TRT6 deu continuidade ao registro da correção monetária incidente sobre o aporte ao FUNPRESP-JUD efetivado pelo TST, totalizado em R\$721.308,74, contabilizado nos moldes da Mensagem CFIN/CSJT n.º 40/2015.

Nota 6 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que lhe transfiram os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O grupo de contas do imobilizado, totalizado em R\$87.801.418,90, é composto pelo somatório dos bens móveis, no valor de R\$33.338.877,74, e bens imóveis, no valor de R\$54.462.541,16, deduzidos desses valores, a depreciação acumulada de R\$-19.887.075,65, referentes a bens móveis e imóveis, bem como a redução a valor recuperável de bens móveis, no valor de R\$-5.742.983,89.

É o grupo de contas com maior representatividade em relação ao Ativo, apresentando, no exercício de 2016, o percentual de 85,41% em relação às demais contas.

159 Ativo Não Circulante – Comparativo do Imobilizado

Descrição	2015	AV%	2016	AV%	AH%
IMOBILIZADO	87.011.152,88	100,00%	87.801.418,90	100,00%	0,91%
Bens Móveis	39.004.811,46	44,83%	33.338.877,74	37,97%	-14,53%
Bens Móveis	54.064.527,19	138,61%	58.271.739,61	174,79%	7,78%
(-) Depreciação acumulada Bens Móveis	-13.860.974,46	-35,54%	-19.189.877,98	-32,93%	38,45%
(-) Redução ao Valor Recuperável Bens Móveis	-1.198.741,27	-3,07%	-5.742.983,89	29,93%	379,08%
Bens Imóveis	48.006.341,42	55,17%	54.462.541,16	-948,33%	13,45%
Bens Imóveis	48.067.823,48	100,13%	55.159.738,83	101,28%	14,75%
(-) Depreciação acumulada Bens Imóveis	-61.482,06	-0,13%	-697.197,67	-1,26%	1033,99%

Fonte: Balanço Patrimonial de 2016

Nota: AV – Análise Vertical e AH – Análise Horizontal (2016/2015)

Durante o exercício de 2016, foram efetuadas por servidor deste Regional as seguintes alterações, no que se refere à reavaliação e à desvalorização de bens imóveis, consoante tabela a seguir.

160 Ativo Não Circulante – Alterações em Bens Imóveis - Reavaliação e Desvalorização

Alteração	RIP Utilização	RIP do imóvel no SPIUnet	Descrição	Conta Contábil	Descrição	Valor	Doc.
Reavaliação	2333.00143.500-7	2333.00142.500-1	VT de Belo Jardim	12.321.01.02	edifícios	54.775,93	NL8000 06
				12.321.01.02	edifícios	101.095,48	NL8000 14
Total						155.871,41	
Reavaliação	2381.00049.500-6	2381.00048.500-0	VT de Caruaru	12.321.01.02	edifícios	478.263,62	NL8000 12
				12.321.01.02	edifícios	932.767,64	NL8000 13
Total						1.411.031,26	
Reavaliação	2383.00002.500-6	2383.00003.500-1	VTde Catende	12.321.01.02	edifícios	1.059.218,81	NL8000 15
Total						1.059.218,81	
Mudança Classificação e Reavaliação	2413.00036.500-7	2413.00035.500-1	VT de Floresta	12.321.01.02	edifícios	978.864,64	NL8000 17
Total						978.864,64	
Reavaliação	2419.00039.500-2	2419.00038.500-7	VT de Garanhuns	12.321.01.02	edifícios	716.562,75	NL8000 09
Total						716.562,75	
Reavaliação	2423.00007.500-6	2423.00009.500-7	VT de Goiana	12.321.01.02	edifícios	563.357,44	NL8000 10
Total						563.357,44	
Reavaliação	2489.00002.500-1	2489.00003.500-7	VT de Nazaré da Mata	12.321.01.02	edifícios	1.318.235,60	NL8000 16
Total						1.318.235,60	
Reavaliação	2491.00048.500-4	2491.00047.500-9	Fórum Trabalhista de Olinda	12.321.01.02	edifícios	3.144.501,65	NL8000 08
Total						3.144.501,65	
Reavaliação	2521.00035.500-9	2521.00035.500-9	Vara Trabalho de Petrolina	12.321.01.03	terrenos	1.810.739,80	NL8000 18
Total						1.810.739,80	
Reavaliação	2521.00139.500-4	2521.00138.500-9	Vara Trabalho de Petrolina	12.321.01.02	edifícios	415.050,00	NL8000 23
Total						415.050,00	
Reavaliação	2531.00370.500-8	2531.00524.500-4	Armazém	12.321.01.04	armazéns/ galpões	4.716.739,74	NL8000 22
Total						4.716.739,74	
Reavaliação	2577.00207.500-9	2577.00216.500-8	VT de Serra Talhada	12.321.01.02	edifícios	346.055,81	NL8000 11
Total						346.055,81	
TOTAL REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS						16.636.228,91	

Desvalorização	2543.00045.500-4	2543.00044.500-9	VT de Salgueiro	12.321.01.02	edifícios	96.541,07	NL8000 07
----------------	------------------	------------------	-----------------	--------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: SIAFI 2016

Nota 7 – Ativo Não Circulante – Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Em 2016, o valor bruto dos bens móveis do TRT6 totalizou R\$58.271.739,61, consoante detalhamento nas duas próximas tabelas, equivalentes a 38% do total do Ativo Imobilizado deste Tribunal. No confronto com o exercício de 2015, verifica-se um acréscimo equivalente a 7,78%.

161 Ativo Não Circulante – Saldo dos Bens Móveis em 31/12/2015 e 31/12/2016 por Conta Contábil

Conta Contábil de Bens Móveis	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	AH %
123110101 aparelhos de medição e orientação	41.524,30	41.471,30	-0,13
123110102 aparelhos e equipamentos de comunicação	214.239,20	257.781,69	20,32
123110103 equipamentos/utensílios médicos,odontológicos, laboratoriais e hospitalares	193.404,01	180.421,73	-6,71
123110105 equipamentos de proteção, segurança e socorro	569.430,85	681.046,95	19,60
123110106 máquinas e equipamentos industriais	870,56	870,56	0,00
123110107 máquinas e equipamentos energéticos	2.106.137,95	2.290.577,18	8,76
123110108 máquinas e equipamentos gráficos	224.533,87	221.912,87	-1,17
123110109 máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	35.030,26	24.576,03	-29,84
123110112 equipamentos, peças e acessórios para automóveis	16.009,06	8.450,06	-47,22
123110121 equipamentos hidráulicos e elétricos	80.743,92	100.576,44	24,56
123110125 máquinas, utensílios e equipamentos diversos	210.980,55	224.084,27	6,21
123110201 equipamentos de processamento de dados	21.326.346,09	23.132.843,00	8,47
123110301 aparelhos e utensílios domésticos	3.764.238,15	3.669.354,24	-2,52
123110302 máquinas e utensílios de escritório	55.808,95	55.483,48	-0,58
123110303 mobiliário em geral	17.715.881,66	19.561.714,48	10,42
123110402 coleções e materiais bibliográficos	58.338,67	82.533,16	41,47
123110405 equipamentos para áudio, vídeo e foto	1.320.120,69	1.334.017,95	1,05
123110406 obras de arte e peças para exposição	8.239,90	8.233,10	-0,08
123110501 veículos em geral	41.421,48	40.085,98	-3,22
123110503 veículos de tração mecânica	3.628.321,93	3.740.670,95	3,10
123110801 estoque interno	0,00	0,00	-
123110900 armamentos	28.992,00	0,00	-100,00
123110905 bens móveis em trânsito	0,00	31.447,56	100,00
123110907 bens não localizados	0,00	311.138,91	100,00
123119909 peças não incorporáveis a imóveis	2.176.002,36	2.024.536,94	-6,96
123119910 material de uso duradouro	234.837,77	234.837,77	0,00
123119999 outros bens móveis	13.073,01	13.073,01	0,00
TOTAL	54.064.527,19	58.271.739,61	7,78%

Fonte: SIAFI 2015 e 2016

Notas: AH – Análise Horizontal (2016/2015)

Por oportuno, vale ressaltar que o saldo constante na conta 12.311.99.05 (Bens Móveis em Trânsito), no valor de R\$31.447,56, foi objeto de doação de bens móveis efetuada por esta UPC a outros órgãos da Administração Pública Federal, e não recebida pelos beneficiários no SIAFIweb até o encerramento do exercício.

O saldo registrado em 2016 na conta de bens não localizados, totalizado em R\$311.138,91, foi originado de solicitação da Coordenadoria de Material e Logística desta UPC e objeto de inventário de bens.

O saldo existente na conta 12.311.09.00 (Armamentos), no valor de R\$28.992,00, foi transferido para a conta 12.311.01.05 (Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro), por intermédio do documento 2016NL000003, em atendimento à Mensagem SIAFI 2016.0433292, visando à padronização no âmbito da Justiça do Trabalho.

Houve, também, o registro da baixa de bens por doação, totalizados em R\$106.225,27, registrados nas contas contábeis 35.901.01.00 (Doações/Transferências), 35.904.01.00 (Doações/Transferências Concedidas – Interestadual, 35.905.01.00 (Doações/Transferências Concedidas – Intermunicipal).

162 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2016 por Conta Contábil

Conta Contábil Bens Móveis Depreciação Acumulada – 12.381.01.00		Depreciação Acumulada até dezembro de 2016
123110101	aparelhos de medição e orientação	6.702,20
123110102	aparelhos e equipamentos de comunicação	49.677,14
123110103	equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	16.194,49
123110105	equipamentos de proteção, segurança e socorro	99.424,00
123110106	máquinas e equipamentos industriais	242,97
123110107	máquinas e equipamentos energéticos	450.441,45
123110108	máquinas e equipamentos gráficos	3.199,55
123110109	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10.294,96
123110112	equipamentos, peças e acessórios para automóveis	1.516,25
123110121	equipamentos hidráulicos e elétricos	20.058,61
123110125	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	21.828,10
123110201	equipamentos de processamento de dados	12.410.238,74
123110301	aparelhos e utensílios domésticos	789.546,92
123110302	máquinas e utensílios de escritório	4.713,41
123110303	mobiliário em geral	3.772.523,22
123110402	coleções e materiais bibliográficos	15.946,43
123110405	equipamentos para áudio, vídeo e foto	273.382,76
123110501	veículos em geral	9.339,24
123110503	veículos de tração mecânica	862.030,18
123110900	armamentos	372.577,36
123119909	peças não incorporáveis a imóveis	789.546,92
TOTAL		19.189.877,98

Fonte: SIAFI – Balancete – Exercício de 2016

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a STN emitiu a Macrofunção “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam um valor inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador deveria passar a aplicar a depreciação aos bens adquiridos em outros exercícios, após realizar o ajuste dos valores.

Dessa forma, em 2010, foram iniciados os processos de reavaliação, redução a valor recuperável e depreciação, dos bens adquiridos após 2010, de acordo com os prazos e respectivos grupos de bens constantes na indigitada Macrofunção.

Do exercício de 2010 até o final de 2016, o registro da depreciação acumulada de bens móveis totalizou R\$19.189.877,98, deduzidos os valores de reversões pelo desfazimento de bens permanentes. O registro da Redução ao Valor Recuperável de bens doados adquiridos antes de 2010 totalizou R\$5.742.983,89. Sendo assim, se considerarmos os valores da depreciação acumulada e da redução a valor recuperável, o montante líquido de bens móveis totaliza R\$33.338.877,74.

Em 2016, o valor da depreciação mensal dos bens móveis somou R\$5.464.084,21.

Os critérios adotados para a depreciação e redução a valor recuperável foram:

O cálculo da depreciação dos bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 6ª Região;

Adoção do procedimento de depreciação mensal sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010;

O valor da redução a valor recuperável refere-se a bens ativos distribuídos até dezembro de 2009.

Houve também o registro do ajuste da base monetária (Redução ao valor Recuperável) de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto negativo no Patrimônio Líquido, no montante de R\$5.742.983,89, consoante detalhado na tabela a seguir.

163 Ativo Não Circulante – Saldo da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado em 31/12/2016 por Conta Contábil

Conta Contábil Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Móveis 12.391.01.00		Saldo em 31/12/2016
123110101	aparelhos de medição e orientação	2.339,50
123110103	equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	36.681,61
123110105	equipamentos de proteção, segurança e socorro	4.692,69
123110107	máquinas e equipamentos energéticos	68.643,27
123110108	máquinas e equipamentos gráficos	175,50
123110109	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	6.360,68
123110121	equipamentos hidráulicos e elétricos	6.137,73
123110125	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	23.437,20
123110201	equipamentos de processamento de dados	1.358,79
123110301	aparelhos e utensílios domésticos	778.916,25
123110302	máquinas e utensílios de escritório	5.641,13
123110303	mobiliário em geral	4.743.611,85
123110405	equipamentos para áudio, vídeo e foto	10.611,63
123110406	obras de arte e peças para exposição	183,60
123110501	veículos em geral	3.243,60
123119909	peças não incorporáveis a imóveis	43.822,58
123910100	ajuste de documentos de exercícios anteriores	7.126,28
TOTAL		5.742.983,89

Fonte: SIAFI – Balancete – Exercício de 2016

O encaminhamento dos saldos dos bens móveis (RMB) foi realizado pela unidade de patrimônio deste Tribunal e está em consonância com os saldos contábeis contidos no SIAFI.

Nota 8 – Ativo Não Circulante – Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet, sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MPOG. Esse sistema está integrado com o SIAFI. Assim, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet, o sistema gera automaticamente um documento no SIAFI, o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

Este item compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente. A composição dos bens imóveis do TRT6 encontra-se disposta na tabela a seguir.

164 Ativo Não Circulante – Comparativo dos Bens Imóveis

Conta Contábil		Saldo em 2015	Saldo em 2016	AH%
123210101	IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	1.736.582,56	1.736.582,56	-
123210102	EDIFÍCIOS	16.622.716,02	27.658.605,57	66,39
123210103	TERRENOS/GLEBAS	122.212,00	17.148,00	-85,97
123210104	ARMAZÉNS/GALPÕES	669.395,74	5.386.135,48	704,63
123210114	MUSEUS/PALÁCIOS	1.337.950,27	1.337.950,27	-
123210122	ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	1.299.029,91	1.299.029,91	-
123210124	SALAS	9.750.326,70	0,00	-100%
123210202	EDIFÍCIOS (bens não registrados no SPIUnet)	16.474.425,28	16.768.312,15	1,78
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	55.185,00	98.137,25	77,83
123210700	INSTALAÇÕES	0,00	857.837,64	100,00%
TOTAL		48.067.823,48	55.159.738,83	14,75

Fonte: Fonte: SIAFI – Exercícios 2015 e 2016

Nota: AH – Análise Horizontal (2016/2015)

Os bens imóveis contribuíram com 62% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício de 2015, verifica-se um acréscimo de 14,75%, decorrente principalmente da variação positiva da reavaliação da conta contábil 12.321.01.04 (Armazéns/Galpões), no valor de R\$ 4.716.739,74.

Quanto à depreciação de bens imóveis, houve registro de depreciação acumulada, efetuado pela CCONT/STN com base nos valores dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, totalizado até 2016 em R\$697.197,67, conforme detalhamento da tabela a seguir.

165 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2016 por Conta Contábil

Conta Contábil Bens Imóveis Depreciação Acumulada – 12.381.02.00		Depreciação Acumulada até dezembro de 2016
123210101	IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	4.396,44
123210102	EDIFÍCIOS	98.683,58
123210104	ARMAZÉNS/GALPÕES	585.840,71
123210114	MUSEUS/PALÁCIOS	6.620,41
123210122	ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	0,02
123210124	SALAS	1.656,51
TOTAL		697.197,67

Fonte: SIAFI – Balancete – Exercício de 2016

O registro da depreciação acumulada de bens imóveis totalizou R\$697.197,67 e foi efetuado pela Coordenação Geral de Contabilidade da União, com relação aos bens cadastrados no SPIUnet. Em 2016, o valor da depreciação mensal dos bens imóveis registrado foi de R\$635.715,61, conforme tabela a seguir.

166 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação em 31/12/2016 por Conta Contábil

Conta Contábil Bens Imóveis Depreciação Acumulada – 12.381.02.00		Conta Corrente	Depreciação Dezembro de 2016
123210101	= IMOVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	12.321.01.01	(4.222,78)
123210102	= EDIFÍCIOS	12.321.01.02	(52.225,24)
123210104	= ARMAZÉNS/GALPÕES	12.321.01.04	(573.147,76)
123210114	= MUSEUS/PALÁCIOS	12.321.01.14	(5.209,95)
123210122	= ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	12.321.01.22	(0,02)
123210124	= SALAS	12.321.01.24	(909,86)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO BENS IMOVEIS			(635.715,61)

Fonte: SIAFI – Exercício de 2016

Nota 9 – Ativo Não Circulante – Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Na linha de apresentação no Balanço Patrimonial, o intangível é composto 100% pelo item *Softwares*, totalizado, em 2016, em R\$ 4.456.156,77. Houve um acréscimo de 12,38% desse item em relação às aquisições efetuadas no exercício de 2015. Ainda não foi iniciado, no âmbito desta UPC, o cálculo de amortização do referido item.

PASSIVO CIRCULANTE

Nota 10 – Passivo Circulante

A contabilização dos passivos no âmbito deste Regional obedece ao contido na Macrofunção 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos, bem como, no que se refere aos passivos de pessoal, à Resolução CSJT n.º 137/2014.

Esse item compreende as obrigações a curto prazo, totalizadas, no ano de 2016, em R\$ 5.068.317,96, apresentando um decréscimo de 40% em relação ao ano anterior, ocasionado, sobretudo, pela inscrição de Precatórios a Pagar em 2016, comparado ao passivo registrado em 2015. Este grupo é formado pelos seguintes subtítulos: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar no valor de R\$4.964.885,95; fornecedores e contas a pagar de curto prazo, no valor de R\$338,71; e demais obrigações a curto prazo, no valor de R\$103.093,30.

Nota 11 – Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Compreendem as obrigações a salários e remunerações, bem como benefícios os quais o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive o registro de precatórios a pagar.

Esse grupo de contas apresentou um decréscimo de 28,48%, variando de R\$ 6.941.965,08, em 2015, para R\$4.964.885,95, no exercício de 2016. A redução significativa ocorreu com a execução de R\$559.366,69, registrados em 2015 na conta 21.111.01.01 (Salários, Remunerações e Benefícios), restando saldo de passivo inscrito em 2016, no valor de R\$8.869,34. Outro impacto a menor nesse grupo ocorreu na conta 21.111.03.00 (Precatório de Pessoal), cujo

registro dos beneficiários dos precatórios trabalhistas em 2016 somou R\$398.419,33, enquanto que o passivo inscrito de precatórios em 2015 totalizou R\$2.338.646,28. Destacam-se, também, os registros efetuados na conta contábil 21.111.04.00 (Obrigações Trabalhistas a Pagar), cujo saldo no final de 2016 importou em R\$4.235.947,60, referentes aos passivos de pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos.

Os valores dos passivos de pessoal a pagar dos servidores deste Tribunal por insuficiência de créditos/recursos foram registrados na conta contábil 21.111.04.00 (Obrigações Trabalhistas a Pagar), detalhados por código de inscrição genérica, observada a padronização no âmbito da Justiça do Trabalho, consoante Mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015, visando à consolidação e à comparação dos dados.

São demonstrados a seguir os itens que compõem o saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.

167 Passivo Circulante – Saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31/12/2016

Descrição	Saldo Atual (R\$)	%
PESSOAL A PAGAR	8.869,34	0,18%
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	398.419,93	8,00%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	4.235.947,60	85,09%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	321.649,08	6,73%
TOTAL	4.964.885,95	100,00%

Fonte: SIAFI – Balancete – Exercício de 2016

Nota 12 – Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo.

O saldo total dessa conta, em 31/12/2016, foi de R\$338,71 e refere-se à inscrição de empenhos 2016 em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme disposições constantes da Macrofunção 02.03.18 do Manual SIAFIweb.

Nota 13 – Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um decréscimo de aproximadamente 92% em relação ao exercício anterior, variando de R\$1.338.851,73, em 2015, para R\$103.093,30, em 2016, sendo formado pelos itens detalhados na tabela a seguir.

168 Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo – Saldo das Demais Obrigações em 31/12/2016

Descrição	Saldo Atual (R\$)
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	27.302,31
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES	75.790,99
TOTAL	103.093,30

Fonte: SIAFI 2016

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Nota 14 – Passivo Não Circulante

A contabilização dos passivos no âmbito deste Regional obedece ao contido na Macrofunção 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos, bem como, no que se refere aos passivos de pessoal, à Resolução CSJT n.º 137/2014.

Esse grupo compreende as obrigações de longo prazo totalizadas, no ano de 2016, em R\$35.268.890,32, compostas das seguintes contas: a) 22.111.04.00 (Obrigações Trabalhistas a Pagar), no valor de R\$35.178.805,56; e b) 22.881.04.02 (Depósitos e Cauções Recebidos em Garantias Contratuais), no valor de R\$90.084,76.

Nota 15 – Passivo Não Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Pagar de Longo Prazo

No exercício de 2016, houve a contabilização de R\$35.178.805,56, referentes aos passivos de pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos, registrados na conta contábil 22.111.04.00 (Obrigações Trabalhistas a Pagar), detalhados por código de inscrição genérica, padronizado no âmbito da Justiça do Trabalho, consoante Mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015, visando à consolidação e à comparação dos dados.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 16 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o Ativo (Circulante e Não Circulante) e o Passivo (Circulante e Não Circulante). A tabela a seguir apresenta a estrutura atual do Patrimônio Líquido.

169 Patrimônio Líquido – Comparativo da Composição do Patrimônio Líquido em 31/12/2015 e 31/12/2016

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2015	
	31/12/2016 (a)	31/12/2015 (b)	(a) - (b)	(a) / (b) %
Resultado do Exercício	(14.510.062,96)	(13.628.931,34)	(881.131,62)	-4,52%
Resultados de Exercícios Anteriores	81.953.955,07	96.107.927,38	(14.153.972,31)	-22,87%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(4.984.288,82)	(525.040,97)	(4.459.247,85)	72,61%
TOTAL	62.459.603,29	81.953.955,07	-19.494.351,78	100%

Fonte: Balanço Patrimonial 2016

O saldo do Patrimônio Líquido totalizado em 2016, no montante de R\$62.459.603,29, decorreu do somatório das seguintes contas: a) 23.711.01.00 (Superávits ou Déficits do Exercício), no valor de R\$-14.510.062,96, correspondendo ao Resultado do Exercício apurado na DVP pelo confronto das VPAs x VPDs; b) 23.711.02.00 (Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores), no valor de R\$81.953.955,07; e c) 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), no valor de R\$4.984.288,82.

O item Resultado do Exercício representa o resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas apurado na Demonstração das

Variações Patrimoniais. No processo de encerramento, o resultado apurado no período é transferido para o item Resultado do Exercício do Patrimônio Líquido. O Resultado do Exercício totalizou, em 2016, o montante de R\$(14.510.062,96).

O impacto negativo no PL decorrente de ajustes de exercícios anteriores, totalizados em R\$-4.984.288,82, foi originado dos seguintes registros:

1. baixa de bens por doação, totalizados, em 2016, em R\$- 1.119.456,94;
2. ajuste nos registros realizados em exercícios anteriores referentes aos bens doados, por solicitação da unidade de patrimônio deste Tribunal, no montante de R\$- 3.429.578,69;
3. dívidas de exercícios anteriores relativas à obrigação patronal, no valor de R\$- 247.549,59;
4. multas indedutíveis, no valor de R\$574,62;
5. registro de passivo referente a fornecedores, no valor de R\$- 675,62;
6. ajuste de passivo anterior, no valor de R\$-186.453,36.

3.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O Resultado Patrimonial de 2016 foi de R\$(14.510.062,96), evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Os valores registrados nas VPAs e VPDs são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de Patrimônio Líquido (Resultado do Exercício) do Balanço Patrimonial.

A seguir, são elencadas as principais alterações patrimoniais que impactaram o resultado.

Nota 1 – Impactos Positivos no Patrimônio

Entre as variações patrimoniais que aumentaram o patrimônio, no montante de R\$766.739.111,80, destacam-se:

arrecadação de taxas (custas e emolumentos), registrada na conta contábil 41.221.01.00, decorrente da prestação de serviços judiciais, no valor de R\$17.939.284,70;

arrecadação de receitas na conta 43.311.01.00 (VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO BENS, DIREITOS E SERVIÇOS), decorrente da cessão de direito real de uso de área pública e da cessão do direito da operacionalização de folha de pagamento, no valor de R\$2.276.002,01;

arrecadação na conta 44.291.01.00 (OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA), decorrente da atividade judicante, no valor de R\$9.316,91;

registro da correção monetária, no valor de R\$47.109,41, incidente sobre o aporte ao FUNPRESP-JUD efetivado pelo TST;

sub-repasse recebido na conta contábil 45.112.03.00, no valor de R\$712.870.131,03;

transferências financeiras recebidas na conta contábil 45.122.01.00, no montante de R\$659.085,35, para o pagamento de restos a pagar;

recebimentos de recursos, registrado na conta 45.122.02.00, visando à restituição de receitas, no valor de R\$97.535,47;

registro de classificação de restituição de GRU, registrado na conta 45.122.03.00, no montante de R\$107.999,25;
receitas de convênios com instituições financeiras decorrentes da remuneração de depósitos judiciais, conta 45.231.01.00 (TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS), no valor de R\$12.733.235,00;
transferência de bens imóveis de uso especial, inscrição 2357.00311.500-7, realizada pela SPU, conta 45.902.01.00 (DOAÇÕES/TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS), no valor de R\$1.061.322,08;
registro de recebimento de doação de bens, registrado na conta 45.901.01.00, no valor de R\$5.280,00;
reavaliação de bens móveis no SPIUnet, conta 46.111.02.00 (REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS), no valor de R\$16.636.228,91;
baixa do sub-repasse diferido, conta 46.402.03.03 (SUB-REPASSE DIFERIDO – BAIXA), no valor de R\$1.239.828,10;
recolhimento de multas administrativas contratuais, conta 49.951.01.00 (MULTAS ADMINISTRATIVAS), no valor de R\$40.536,86;
indenizações e restituições, conta 49.961.00.00, no valor de R\$898.544,89; e
recolhimentos ao Tesouro Nacional, código de recolhimento 18822-0 (STN OUTRAS RECEITAS), no valor de R\$117.671,83, contabilizados na conta 49.991.01.00 (VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS).

Nota 2 – Impactos Negativos no Patrimônio

Entre as variações patrimoniais que diminuíram o patrimônio, no montante de R\$ 781.249.174,76, destacam-se:

despesas de funcionamento do Tribunal, tais como: a) Pessoal e Encargos (R\$ 511.110.340,56); Benefícios Previdenciários e Assistenciais (R\$ 153.298.209,83); despesas com serviços de terceiros e material de consumo (R\$ 59.629.590,46), incluso neste montante o valor da depreciação anual de R\$ 6.099.799,82;
despesas com juros e encargos de mora, totalizado na conta 34.200.00.00, no valor de R\$ 2.318,04;
transferências para o Tesouro (UG 170.500), conta 35.122.03.00 - MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS, no valor de R\$ 19.296.231,95, por intermédio da rotina NSSALDO, das Receitas Arrecadadas por GRU FONTE Tesouro;
devolução de recursos financeiros relativos ao cancelamento de RAP (fontes 127, 169, 329), no valor de R\$ 361.701,38, contabilizados na conta 35.122.01.00 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP;
repasse concedido à Sudene, visando ao ressarcimento de despesas orçamentárias comuns, referentes à área anteriormente ocupada pelas Varas do Trabalho do Recife, no valor de R\$ 69.792,10, contabilizados na conta 35.112.02.00 - REPASSE CONCEDIDO;
registro na conta 35.122.05.00 relativo à transferência de provisão para pagamento de RPV, no valor de R\$ 857.886,39;
transferência de bens imóveis para a SPU/PE (NLs 1,2,3,4,5,20, 21), no valor de R\$ 11.703.771,33 e doações de bens permanentes a órgãos da Administração Federal, classificados como inservíveis/antieconômicos, no valor de R\$ 43.379,73, contabilizados na conta 35.902.01.00 - DOAÇÕES/TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS-INTRA OFFS;

bens permanentes doados a entidades sem fins lucrativos, no valor de R\$ 74.292,26, e a órgãos de outros entes públicos, no valor de R\$ 31.933,01;
registro da reavaliação do imobilizado, efetuados por esta UPC, no valor de R\$ 103.667,35, contabilizado na conta 36.111.02.00 - REAVALIACAO DE BENS IMÓVEIS, no valor de R\$ 96.541,07, bem como na conta 36.111.01.00 - REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, no valor de R\$ 7.126,28, conforme laudo das áreas técnicas;
baixa de bem do ativo imobilizado por furto, no valor de R\$ 658,95, contabilizado na conta 36.311.01.00 - PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MÓVEIS;
reconhecimento de passivo sem suporte orçamentário de pessoal e de precatórios a pagar em 2017, totalizados em R\$ 23.279.956,17, registrados na conta 36.401.01.00 - INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS;
reconhecimento de DEA para pagamento de obrigações patronais (PSSS), no valor de R\$ 33.118,81, registrados na conta 36.402.01.00 - INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS;
registro de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores de pessoal requisitado de estados (R\$ 124.792,96) e municípios (R\$ 81.003,27), contabilizados, respectivamente nas contas 36.404.01.00 - INCORPORACAO DE PASSIVOS e 36.405.01.00 INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS;
registro da baixa de bens por abandono, consoante Termo de Justificativa, no valor de R\$ 86.436,28, registrado na conta 36.501.01.00 - DESINCORPORACAO DE ATIVOS;
pagamento de despesas tributárias, no valor de R\$ 856.589,55, contabilizado na conta 37.000.00.00 - TRIBUTARIAS;
pagamento de despesas com indenizações e restituições, no valor de R\$ 203.504,38.

Nota 3 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do Período – obtido pelo confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 766.739.111,80, com as Variações Patrimoniais Diminutivas, no importe de (R\$ 781.249.174,76) – equivale à diferença de (R\$ 14.510.062,96).

3.1.4 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme disposto no art. 102 da Lei n.º 4.320/1964. Pelo contido na NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, alterada pela Resolução CFC n.º 1.268/2009, o BO evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, com demonstração do resultado orçamentário. Por conseguinte, o BO é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, no modelo válido a partir do exercício de 2015, são incluídos dois anexos demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

O quadro principal demonstra as receitas orçamentárias detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 1 – Receitas Orçamentárias

Os campos da coluna “Previsão Inicial” (Subtotal de Receitas + Subtotal com Refinanciamento) são demonstrados com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo, uma vez que não há previsão de receitas na Lei Orçamentária Anual de 2016 para a UG 080006 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Cabe destacar que, do total da Dotação Inicial aprovada de R\$ 685.620.351,00, R\$ 10.563.050,00 tiveram como fonte de custeio receita originada de arrecadação própria, sendo R\$ 7.500.000,00, na fonte 181 - receita de convênios e, R\$ 3.063.050,00, na fonte 150 - receita própria (aluguéis, cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento e inscrição em concursos).

A coluna "Previsão Atualizada", totalizada no montante de R\$ 12.381.235, equivalente à linha "Detalhamento dos Ajustes na Previsão Atualizada", reflete a parcela da re-estimativa da receita utilizada para a abertura de créditos adicionais de 2016, sendo: a) R\$ 3.748.000,00 decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, contabilizado na conta 52.213.01.00, arrecadado nas fontes 150 (R\$ 1.411.000,00) e 181 (R\$ 2.337.000,00); e b) R\$ 8.633.235,00 originados de créditos adicionais abertos por excesso de arrecadação, sendo R\$ 3.400.000,00 da fonte 150 - fonte própria e R\$ 5.233.235,00 da fonte 181 - receitas de convênios.

A coluna "Receitas Realizadas", totalizada no montante de R\$ 12.381.235,00, reflete as receitas arrecadadas no exercício de 2016 que custearam a abertura de créditos adicionais. As receitas realizadas arrecadadas diretamente pelo TRT6, e constantes do Relatório Analítico, somaram R\$ 14.946.670,28 e foram originadas da arrecadação das seguintes receitas: aluguéis (R\$ 236.930,01), cessão de uso de folha de pagamento (R\$ 1.940.000,00), receita de convênios (R\$ 12.733.235,00) e outras restituições (R\$ 36.505,27).

A coluna "Saldo", totalizada no montante de R\$ 732.569.965,48 é representada pela diferença entre a coluna "Receitas Realizadas" (R\$ 732.569.965,48) e a coluna "Previsão Atualizada" (-).

A coluna "Déficit", no montante de R\$ 732.569.965,48, é apresentada pela diferença a menor entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, a qual é adicionada à coluna das receitas realizadas para igualar a execução da Receita Orçamentária com a execução da Despesa Orçamentária. O déficit apontado no comparativo das receitas e despesas executadas é justificado pela ausência de apresentação das receitas no Balanço Orçamentário (não consolidado) dos órgãos não titulares da arrecadação de receitas do Tesouro, "os quais executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro".

Nota 2 – Despesas Orçamentárias

A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no item que trata da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS no corpo deste relatório de gestão. Não obstante, são detalhados a seguir os itens que compõem a Despesa Orçamentária no Balanço Orçamentário, a qual passou a ser demonstrada, a partir do exercício de 2015, por empenho, liquidação e pagamento.

A coluna "Dotação Inicial", totalizada em R\$ 685.620.351,00, identifica o valor dos créditos iniciais previstos na Lei Orçamentária Anual n.º 13.255/2016 para o TRT6, correspondentes às despesas correntes, GND 1 e GND 3, no total de R\$ 683.102.006,00, e de despesas de capital, GND 4, no valor de R\$ 2.251.834,00, bem como da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 266.511,00. Acrescente-se que foram cancelados R\$ 266.511,00 de Reserva de Contingência, para alocação em créditos adicionais. Do total das despesas correntes, R\$ 600.808.336,00 referem-se a despesas de Pessoal e Encargos Sociais (88%) e R\$ 82.293.670,00 a despesas com Outras Despesas Correntes (12%).

A coluna "Dotação Atualizada", totalizada em R\$ 732.011.789,00, representa o valor da "Dotação Inicial" de R\$ 685.620.351,00, acrescida dos créditos adicionais de R\$ 46.391.528,00 (acréscimos de R\$ 59.103.973,00 deduzidos dos cancelamentos de R\$ 12.712.445,00), sendo R\$ 30.552.091,00 destinados para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 13.309.437,00 para Outras Despesas Correntes e R\$ 2.796.511,00, para Investimentos, o que representa um acréscimo de 6,76% do valor inicialmente autorizado na LOA.

Na coluna "Despesas Empenhadas", totalizadas em R\$ 732.569.965,48, referentes aos valores empenhados no exercício de 2016, no total de R\$ 725.217.166,69, estão inclusos os montantes líquidos oriundos de provisões (R\$ 3.084.828,44) e destaques (R\$ 2.509.112,90).

A coluna "Despesas Liquidadas", totalizada em R\$ 725.230.621,00, refere-se aos valores empenhados e liquidados no exercício de 2016, sendo R\$ 633.612.436,97 relativos às despesas de Pessoal e Encargos Sociais (87,37%); R\$ 89.362.328,06 de Outras Despesas Correntes (12,32%); e R\$ 2.255.855,97 de Investimentos (0,31%). Dessa forma, foram liquidados 98,99% do montante empenhado.

A coluna "Despesas Pagas", totalizada em R\$ 725.217.166,69, refere-se aos valores empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2016, sendo R\$ 633.612.436,97 relativos às despesas de Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 89.348.873,75 de Outras Despesas Correntes e R\$ 2.255.855,97 de Investimentos. A diferença do total da coluna "Despesas Pagas" e "Despesas Liquidadas" corresponde aos créditos inscritos em Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 13.454,31.

A coluna "Saldo da Dotação", totalizada em R\$ -558.086,48, corresponde à diferença entre a Dotação Atualizada, no montante de R\$ 732.011.879,00 e as Despesas Empenhadas em 2016, no valor de R\$ 732.569.965,48.

Nota 3 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

No quadro denominado “Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados” (Anexo 1 do Balanço Orçamentário), constante do Anexo X deste relatório de gestão, a coluna "Inscritos em Exercícios Anteriores" contempla os valores dos Restos a Pagar Não Processados reinscritos, totalizados em R\$ 3.504.838,03. A coluna "Inscritos em 31 de dezembro do Exercício

Anterior", totalizada em R\$ 11.730.333,39, registrou a inscrição de RAP no final do exercício de 2015. Desse total inscrito, foi pago, no exercício de 2016, o montante de R\$ 11.571.230,94, o que equivale a uma execução de 98,64% dos Restos a Pagar Não Processados inscritos em 2015.

Nota 4 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

No quadro intitulado “Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados” (Anexo 2 do Balanço Orçamentário), constante do Anexo X deste relatório de gestão, são informados os restos a pagar inscritos processados e os na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercícios anteriores. O montante inscrito em 31/12/2015, no valor de R\$ 24.637,06, foi pago em sua totalidade. Foram pagos também R\$ 373,90, referentes ao montante inscrito em 2014, restando um saldo a pagar de R\$ 13.848,00 equivalente a 35,64% dos valores inscritos.

3.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tem por finalidade apresentar as informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o “caixa” em um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades. Permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto, de modo a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

das operações;
dos investimentos; e
dos financiamentos.

Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações

Compreende os ingressos, que somaram R\$ 747.784.269,94, e os desembolsos, no valor de R\$ -750.290.095,45, relacionados com a ação pública. Este item apresenta o confronto entre os ingressos e os desembolsos, totalizado em R\$ -2.505.825,51.

No item “Ingressos”, destacam-se o Sub-repasse recebido, no valor de R\$ 712.870.131,03, da UG Setorial para fazer face às despesas deste Tribunal; as transferências recebidas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 864.620,07, bem como o total da arrecadação das receitas fonte própria e de receitas fonte tesouro, no valor total de R\$ 34.037.367,51.

Os “Desembolsos” das operações, totalizados em R\$ 750.290.095,45, compreendem as transferências concedidas (R\$-72.239.765,97) e as despesas orçamentárias pagas (R\$ -658.287.037,97), relativas aos créditos autorizados no exercício e os restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente da Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O montante de R\$ -19.763.291,51 corresponde predominantemente às transferências financeiras concedidas em virtude de recolhimentos à União de valores arrecadados, tais como custas, emolumentos e outros.

Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Os desembolsos de investimento correspondem à despesa orçamentária paga com investimentos, no montante de R\$ -6.286.604,65, inclusos o pagamento de restos a pagar, os recursos relacionados à aquisição de ativo não-circulante (R\$5.795.878,29) e outros desembolsos de investimentos (R\$490.726,36).

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor deste item (R\$ 8.792.430,16) corresponde à diferença entre os saldos final, no valor de R\$ 8.793.610,17, e inicial, no valor de R\$ 17.286.040,33, de Caixa e Equivalentes de Caixa. Os saldos inicial e final de Caixa e Equivalentes de Caixa são iguais aos saldos do Balanço Patrimonial.

CAPÍTULO VII

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016, o TRT6 recebeu 05 (cinco) deliberações do Tribunal de Contas da União, do tipo determinação (DE), relacionadas à área de gestão de pessoas, sendo todas elas atendidas plenamente.

Convém mencionar que a parte da determinação contida no Acórdão n.º 1704/2015-Primeira Câmara (TC-027.095/2010-0) – que havia permanecido pendente de cumprimento ao final do exercício de 2015 com relação aos servidores inativos Antônio Marcelino Filho, Célia Ramos da Nóbrega e Iracema Barbosa Aragão (vide item 1 do Capítulo VII do Relatório de Gestão 2015 do TRT6) – foi devidamente atendida no ano de 2016 por este órgão, com o envio ao TCU, para apreciação e registro, das alterações dos percentuais de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço nas concessões de aposentadoria desses interessados.

Ademais, impende esclarecer que esta UPC não recebeu, durante o exercício de 2016, deliberações do TCU, do tipo recomendação (RE).

No tocante as formas que o TRT6 dispõe para o efetivo acompanhamento das deliberações oriundas da Egrégia Corte de Contas, importa destacar que, assim que toma ciência formal da determinação ou recomendação por meio de ofício ou aviso, a unidade receptora, em geral a Presidência ou a Diretoria-Geral, encaminha a comunicação para a unidade responsável pelo cumprimento da deliberação e acompanha a observância do prazo fixado pelo TCU.

2. Tratamento de recomendações do OCI

Neste item, o TRT6 apresenta uma visão gerencial de como tratou as recomendações da unidade de auditoria e controle interno expedidas em relatórios de auditoria no exercício de 2016, apresentando os principais números e resultados relacionados.

Quanto às formas que o TRT6 dispõe para o efetivo monitoramento das recomendações provenientes da SACI, convém ressaltar que a própria unidade de auditoria e controle interno desta UPC acompanha a observância das deliberações por parte dos gestores das unidades auditadas, assim como dos prazos assinados.

2.1 Auditoria de avaliação da implantação da gestão sustentável

A auditoria teve por objetivo verificar a implantação de práticas de gestão sustentável consoante normativos vigentes.

A atividade resultou no Relatório de Auditoria RA-SACI-SCLC-SMAAAG n.º 007/2016 e em plano de ação apresentado, em 19/12/2016, pelo Setor de Gestão Socioambiental da Coordenadoria de Gestão Estratégica, unidade auditada.

Não houve quaisquer pendências relativas ao exercício de 2016, porquanto, em razão do recesso forense, os prazos para a execução das 04 (quatro) recomendações contidas no mencionado RA foram assinados para o ano de 2017.

2.2 Auditoria de conformidade na composição da planilha de custos e formação de preços

A auditoria objetivou a verificação da composição dos itens da planilha de custos e formação de preços das licitações destinadas à contratação de serviços com mão de obra residente.

A atividade resultou no Relatório de Auditoria RA-SACI-SCLC n.º 006/2016.

Não houve quaisquer pendências relativas ao exercício de 2016, porquanto os prazos para a execução das 03 (três) recomendações contidas no mencionado RA foram assinados para o ano de 2017.

2.3 Auditoria nos processos de doação de bens

A auditoria teve por objeto avaliar se as doações de bens realizadas pelo TRT6 atendem às normas legais vigentes, em especial quanto à conveniência, oportunidade e interesse social.

A atividade resultou no Relatório de Auditoria RA-SACI-SCCOFP n.º 003/2016.

Não houve quaisquer pendências relativas ao exercício de 2016, porquanto os prazos para a execução das 09 (nove) recomendações contidas no relatório de auditoria em referência foram assinados para o ano de 2017.

2.4 Auditoria nos processos de contratação direta

A auditoria versou sobre os procedimentos adotados nas contratações diretas por inexigibilidade e dispensa de licitação, realizadas durante o exercício de 2015, tendo como objetivo analisar a regularidade do enquadramento com o ordenamento legal e a adequação das justificativas apresentadas nessas contratações, e, também, o planejamento e o agrupamento pela natureza do objeto das compras e das contratações, no intuito de verificar se foi evitado o indevido parcelamento da totalidade do objeto, o fracionamento da despesa e a fuga da modalidade ou do procedimento de licitação.

A atividade resultou no Relatório de Auditoria RA-SACI-SCLC n.º 001/2016.

A SACI realizou o acompanhamento das providências adotadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratos para atendimento da única recomendação contida no mencionado relatório de auditoria, concluindo que as ações foram efetivamente implementadas pela unidade auditada, com o cumprimento integral da deliberação de forma satisfatória.

2.5 Auditoria nos procedimentos licitatórios

A auditoria visou analisar as aquisições de bens realizadas na modalidade pregão eletrônico, no que se refere à justificativa para contratação, às especificações do objeto e aos critérios de habilitação e julgamento das propostas, tudo com fundamento nos dispositivos da Lei n.º 8.666/1993, que define compra como toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou em parcelas.

A atividade resultou no Relatório de Auditoria RA-SACI-SCLC n.º 002/2016.

A SACI realizou o acompanhamento das providências adotadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratos para atendimento das 02 (duas) recomendações contidas no referido relatório de auditoria, concluindo que as ações foram efetivamente implementadas pela unidade auditada, com o cumprimento de 100% (cem por cento) das deliberações de forma satisfatória.

3 Medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício de 2016, não houve caso de dano ao Erário. Nada obstante, em atendimento à exigência do TCU contida no item 3 das orientações sobre o tema no sistema e-Contas, quanto à estrutura e aos controles de que esta UPC dispõe para a apuração a minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, convém informar que, no Capítulo III deste relatório de gestão, constam as estruturas de governança e os controles internos de que o TRT6 possui para apurar e diminuir a ocorrência de ilícitos administrativos, bem assim para exigir eventuais ressarcimentos ao Erário.

4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993

O cronograma de pagamentos de obrigações contraídas em decorrência do fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços estabelecido nos instrumentos contratuais é rigorosamente observado pelo TRT6 no cumprimento do pagamento dos fornecedores, desde que os documentos fiscais sejam encaminhados à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças dentro do prazo estabelecido.

5 Gestão de precatórios

Neste item 5, constam informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de precatórios encaminhados à fazenda pública federal por este Órgão, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e ao próprio TRT6 a análise da sistemática prevista no artigo 100 da Constituição Federal de 1988.

5.1 Requisições e precatórios da Administração Direta e Indireta

O quadro intitulado “Requisições e Precatórios – Administração Direta” visa demonstrar a quantidade e os valores requisitados pelos juízes à desembargadora presidente do TRT6, bem como a quantidade e os valores dos precatórios expedidos pela referida presidente à Fazenda Pública Federal, que tem como devedor órgão da Administração Pública Direta, ao passo que o denominado “Requisições e Precatórios – Administração Indireta” contém a mesma estrutura do primeiro, sendo, porém, aplicado à Administração Pública Indireta. Os dois quadros são apresentados na próxima página.

170 Requisições e precatórios – Administração Direta

Pecatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Pecatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	03	2.024.251,12	03	2.212.247,40
Comum	00	0,00	00	0,00
Total	03	2.024.251,12	03	2.212.247,40
Pecatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldo a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	2.329.056,00	2.329.056,00	0,00	83.454,16
Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.329.056,00	2.329.056,00	0,00	83.454,16

Fonte: Núcleo de Precatórios do TRT6

Nota: A dotação orçamentária recebida foi insuficiente para liquidação total do precatório.

171 Requisições e precatórios – Administração Indireta

Pecatórios – Requisição				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Pecatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	02	113.043,80	02	126.398,88
Comum	00	0,00	00	0,00
Total	02	113.043,80	02	126.398,88
Pecatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldo a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	133.073,00	133.073,00	0,00	4.865,45
Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	133.073,00	133.073,00	0,00	4.865,45

Fonte: Núcleo de Precatórios do TRT6

Nota: A dotação orçamentária recebida foi insuficiente para liquidação total do precatório.

5.2 Análise crítica sobre a gestão de precatórios sob responsabilidade do TRT6

Inicialmente, convém esclarecer que, para a montagem dos dois quadros contidos no subitem 5.1 deste Capítulo VII, foram utilizados dados extraídos de relatórios constantes do Sistema de Precatórios deste Regional, bem como das informações enviadas anualmente à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para inclusão dos precatórios na proposta orçamentária.

Ressalte-se que a quantidade de requisições solicitadas e o encerramento das execuções no âmbito federal são regulares, porquanto os créditos são integralmente disponibilizados para pagamento dos precatórios, assegurando uma conformidade dos procedimentos com a legislação pertinente. Isso demonstra um controle racional e uma organização por parte dos responsáveis pelos precatórios.

Convém registrar que, no exercício de 2016, ficaram dois precatórios com saldos remanescentes. Isso decorreu do fato de o orçamento disponibilizado ter sido insuficiente para as efetivas liquidações dos precatórios.

Importante mencionar também que as dificuldades encontradas no programa de precatórios para dar cumprimento ao que determina a Constituição Federal, na esfera federal, são consideradas mínimas, uma vez que não existe algo relevante que prejudique o andamento das requisições de precatórios neste Regional.

Ademais, observa-se que os riscos são ínfimos, pelo fato de o banco de dados ser interligado desde a expedição do precatório até o seu pagamento. Quando identificado algum risco, este é mensurado e classificado de modo a ser tratado como prioritário.

Por fim, impende registrar que a unidade de controle interno deste órgão fiscaliza, monitora e controla os trabalhos de gestão associados a precatórios, atuando na avaliação da qualidade, da eficácia e da eficiência, com proposição de melhorias nos procedimentos e nas rotinas, a fim de corrigir situações de riscos.

6 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No exercício de 2014, o TRT6 promoveu levantamento dos contratos celebrados no âmbito da Sexta Região envolvendo serviços de Tecnologia da Informação – TI e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, passíveis de revisão, em face das determinações constantes do art. 7º da Lei n.º 12546/2011, do art. 2º do Decreto n.º 7828/2012 e do Acórdão TCU n.º 2859/2013–Plenário, que versa sobre empresas beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento.

Após terem sido notificadas para pronunciamento acerca da determinação do Tribunal de Contas da União inserta no Acórdão n.º 2859/2013–Plenário, as empresas discordaram com a redução dos valores contratados, sob o argumento de que as principais atividades desenvolvidas não estavam incluídas no benefício da desoneração, ou, ainda, que haviam apresentado propostas que já contemplavam tal benefício, mesmo que em relação à parcela não relevante da contratação.

Nada obstante, a Administração deste Regional decidiu realizar estudo mais detalhado acerca de tais contratações, a fim de subsidiar parecer conclusivo sobre a viabilidade econômica de proceder à revisão determinada pela Egrégia Corte de Contas.

Nesse meio tempo, o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Ofício Circular n.º 191/SG/2015, de 1º/06/2015, noticiou que o TCU conheceu do pedido de reexame, com efeito suspensivo, em relação aos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão n.º 2859/2013–Plenário, nos termos do despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro, exarado nos autos do Processo TC 013.515/2013-6, razão por que o TRT6 continua aguardando o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

7 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As informações relativas às ações de publicidade e propaganda são apresentadas com base no quadro a seguir, intitulado “Despesas com publicidade”.

172 Despesas com publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	0571/2549	74.460,00	74.460,00
Legal	0571/4256	74.285,20	61.427,35
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: SIAFI 2016 e Tesouro Gerencial

Em complemento a esses dados, importa mencionar que a ação orçamentária denominada Comunicação e Divulgação Institucional tem a característica de viabilizar a realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, informando a sociedade sobre as atividades desenvolvidas por este órgão público.

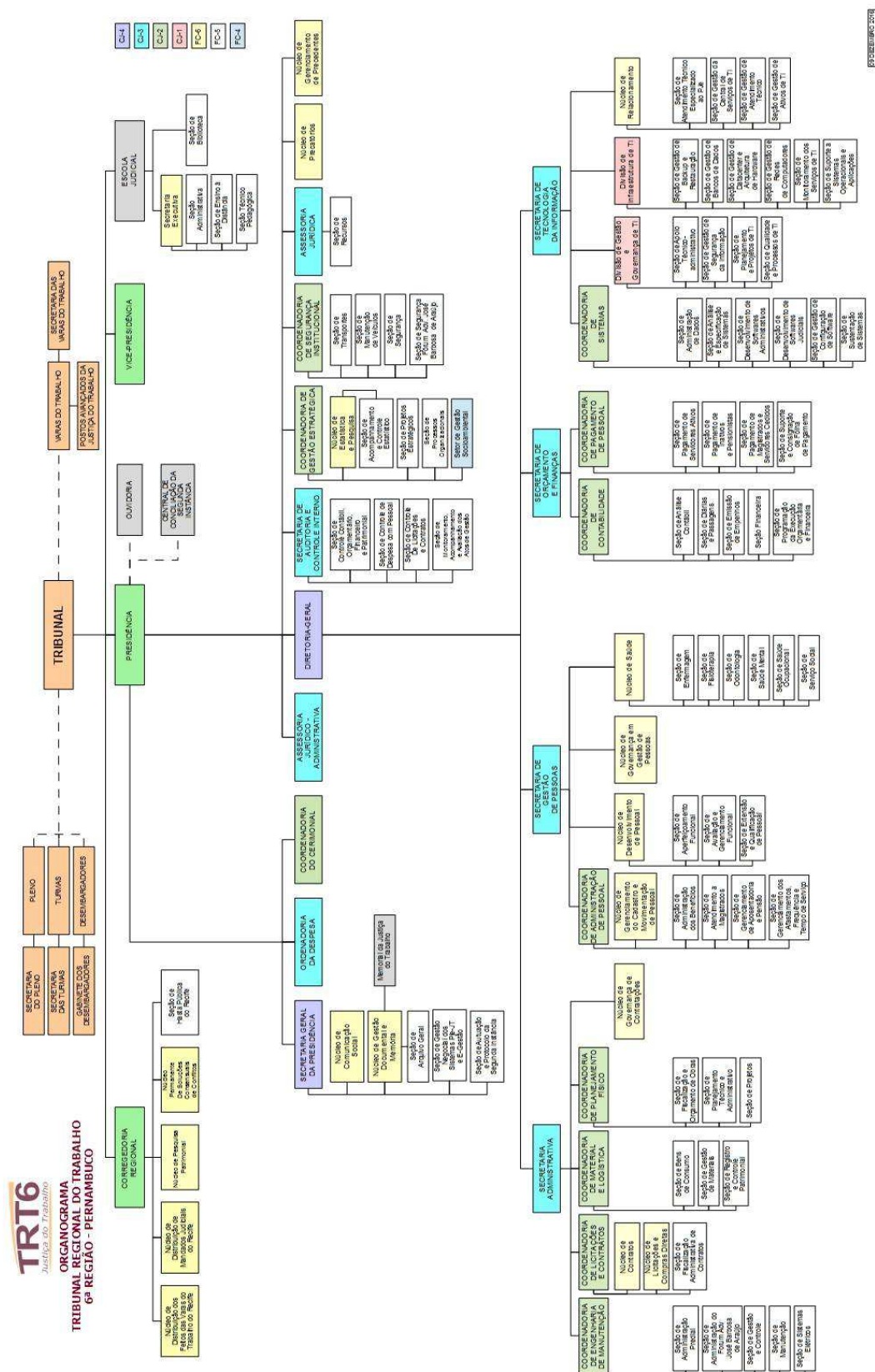
Em 2016, a execução orçamentária viabilizou a produção de material de divulgação para campanhas/eventos voltados ao público externo e interno, contemplando folders, panfletos, cartazes, adesivos, marcador de livro, pastas, convites, bloco de notas, banners e outros para as campanhas/eventos da Semana de Conciliação Trabalhista, Semana dos Museus, Primavera dos Museus, Semana de Conciliação, Semana de Execução, Combate ao Trabalho Infantil, Metas do CNJ, Sinalização das Varas do Recife, Núcleo de Conciliação, Ergonomia, Tem Arte no TRT, Código de Ética e Posse dos Novos Dirigentes, elaboração/produção do Calendário TRT 2017, promoção do workshop “Por Dentro da Justiça do Trabalho” – evento que contou com a participação de profissionais e estudantes de jornalismo –, pagamento pela prestação dos serviços de assessoria de jornalistas, fotógrafo e designer da empresa Signo Comunicação (contrato encerrado em fevereiro de 2016) e veiculação no Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco de um resumo das atividades desenvolvidas ao longo do ano pelo TRT6.

Contudo, impende registrar que, considerando as dificuldades enfrentadas por esta Egrégia Corte Trabalhista no exercício de referência, causadas, em grande medida, pelo significativo corte orçamentário promovido pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a ação orçamentária Comunicação e Divulgação Institucional teve redução de 50% de sua dotação, passando, portanto, de R\$1.759.100,00 para R\$879.550,00, circunstância que impossibilitou a concretização das iniciativas do planejamento estratégico, visando dar continuidade ao trabalho de divulgação nas várias mídias.

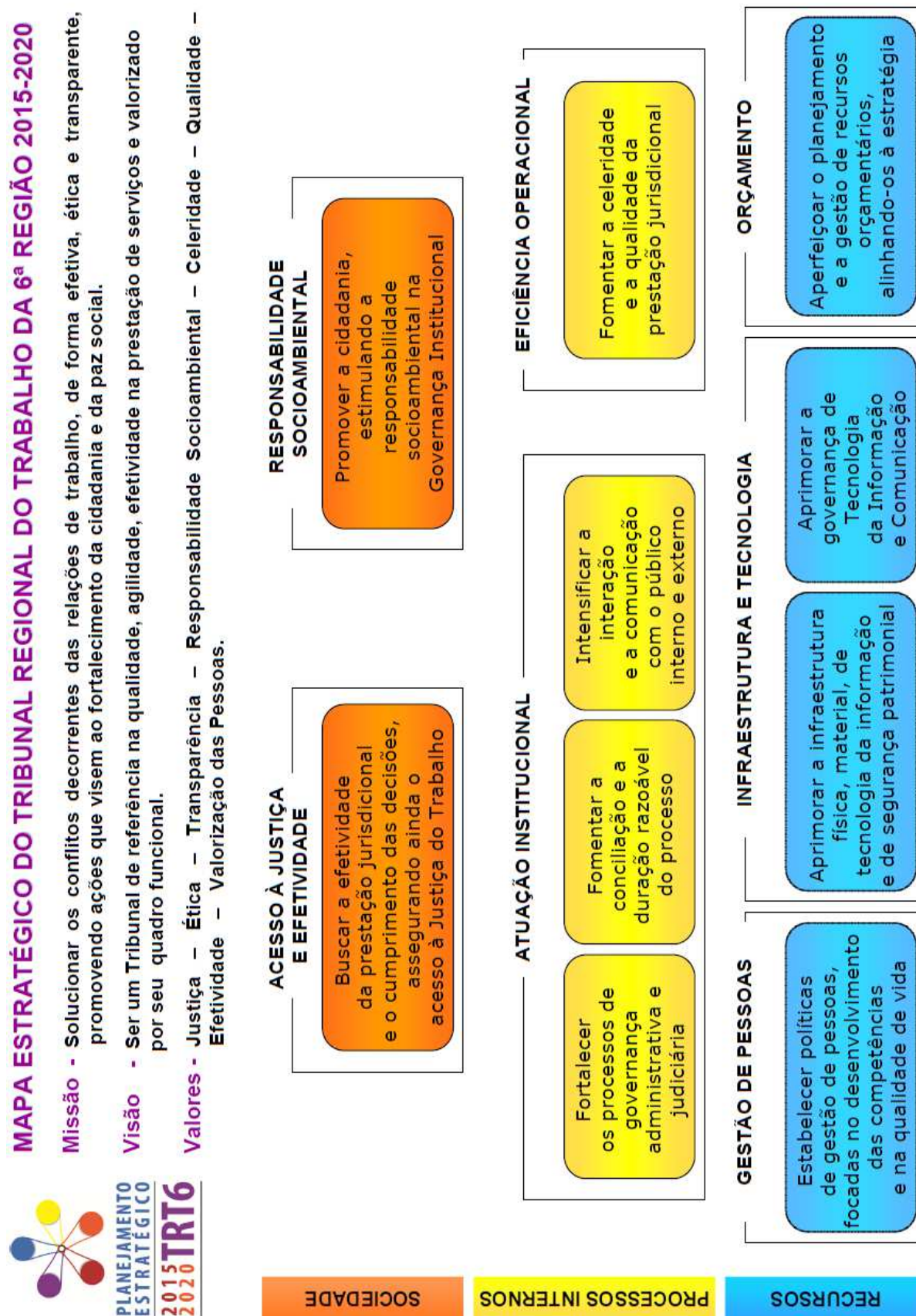
Inicialmente, a meta para essa ação correspondeu à quantidade estimada de matérias veiculadas referentes à divulgação das atividades institucionais desempenhadas por este Regional. A meta física prevista no PLOA, de 190 matérias veiculadas, foi reprogramada no decurso do exercício de referência, obtendo-se, ao final do ano, a meta de 24 matérias veiculadas.

Por fim, cumpre esclarecer que outras informações acerca da ação orçamentária Comunicação e Divulgação Institucional foram apresentadas no subitem 3.2.2 (Ações/Subtítulos – OFSS) do capítulo II deste relatório de gestão.

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – EXERCÍCIO DE 2016



Anexo II - Mapa Estratégico do TRT6 2015-2020



Anexo III - Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6 2015-2020



Anexo IV - Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos do TRT6

Objetivos Estratégicos do PEI 2015-2020	Objetivos Estratégicos do PETI 2015-2020
Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional	OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI
Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	OE2 – Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
	OE3 - Aprimorar a gestão e governança de TI
	OE4 - Fortalecer a segurança da informação
	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade
	OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI
Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida	OE7 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial	OE8 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia	OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI

Fonte: STI

Anexo V - Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho

Objetivos Estratégicos do PETIC- JT 2015-2020	Objetivos Estratégicos do PETIC 2015-2020
Primar pela satisfação do usuário de TIC	OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI
Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade	
Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	OE2 - Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
	OE3 - Aprimorar a gestão e governança de TI
	OE4 - Fortalecer a segurança da informação
	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade
	OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI
Aprimorar a gestão de riscos de TIC	OE4 - Fortalecer a segurança da informação
Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	OE7 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia	
Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	OE8 – Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Garantir a infraestrutura de TIC que suporte o negócio	
Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI

Fonte: STI

Anexo VI - Alinhamento do PETIC aos Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD

Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD	Objetivos Estratégicos do PETIC 2015-2020
Aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais de pessoal	OE7 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Prover a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas	OE8 – Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI
Aperfeiçoar a governança e a gestão	OE2 - Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
	OE3 - Aprimorar a gestão e governança de TI
	OE4 - Fortalecer a segurança da informação
	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade
	OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI
Aprimorar as contratações	OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI
Promover a adoção de padrões tecnológicos	OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade
Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação	
Aprimorar a segurança da informação	OE4 - Fortalecer a segurança da informação
Primar pela satisfação do usuário de TIC	OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI

Fonte: STI

Anexo VII - Detalhamento das Iniciativas do PDTIC 2015-2016

Iniciativas de TIC analisadas pela Administração no momento da aprovação do PDTIC
OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI
OE1- I01 Consolidar a operação da Central de Serviços de TI.
OE1 - I03 Implantar o processo de monitoramento do nível de satisfação dos usuários.
OE1 - I02 Implantar a gestão de nível de serviço de TI.
OE2 - Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI.
OE2 - I01 Aprimorar o portal da STI.
OE2 - I02 Elaborar o plano de comunicação da STI destinado aos públicos interno e externo.
OE3 - Aprimorar a gestão e governança de TI.
OE3 - I01 Definir e implantar o processo de monitoramento do PETIC e do PDTI.
OE3 - I02 Elaborar e formalizar o processo de construção do PETIC e do PDTI.
OE3 - I03 Elaborar a minuta da política de Governança de TI.
OE3 - I04 Coordenar e realizar as ações planejadas para o alcance das metas do iGovTI.
OE3 - I05 Elaborar a minuta do PDTIC, vigência 2017 – 2018.
OE4 - Fortalecer a segurança da informação.
OE4 - I03 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Riscos de TI.
OE4 – I04 Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC
OE4 - I02 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Segurança da Informação.
OE4 - I01 Elaborar e executar o projeto de Sensibilização e Conscientização em Segurança da Informação.
OE5 - Prover sistemas de informação aderentes aos padrões metodológicos e de interoperabilidade.
OE5 - I01 Implantar o Sistema PROAD - Processo Administrativo Eletrônico.
OE5 - I02 Implantar o Sistema SGRH/SIGEP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.
OE5 - I03 Revisar as fórmulas de extração de dados do sistema SIAJ1 (1º grau) para o sistema e-Gestão.
OE5 - I04 Desenvolver o SGFM - Sistema de Gestão Funcional de Magistrados.
OE5 - I05 Desenvolver Sistema para Controle das Execuções Reunidas.
OE5 - I06 Desenvolver Sistema para emissão de Certidão de Ação Trabalhista.
OE5 - I07 Aprimorar o processo de desenvolvimento e sustentação de software.
OE5 – I08 Adequar a arquitetura padrão de desenvolvimento de software do TRT6 às recomendações e requisitos da ENTIC-JUD.
OE5 – I09 Implantar o sistema nacional SICOND - Sistema de Consulta de Dados Operacionais que contemplará as demandas relativas pelo Sistema de Correição Virtual.
OE5 – I10 Modernizar o Portal de Internet do Tribunal Regional da 6ª Região, contemplando os requisitos das Resoluções CNJ 211/2015 e 215/2015 e demais normas pertinentes.
OE5 – I11 Adaptar ou desenvolver sistema de painel de pautas de audiência para contemplar informações dos processos físicos e eletrônicos.
OE5 – I12 Evoluir o sistema PROGECOM e adaptá-lo para funcionamento com o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEP.
OE6 - Fomentar a gestão de serviços e projetos de TI.
OE6 - I01 Definir e implantar o modelo de gestão de portfólio e priorização de demandas de TI.
OE6 - I02 Aprimorar o funcionamento do Escritório de Gestão de Projetos de TI.
OE6 - I03 Definir e implantar o modelo de gestão da qualidade e capacidade dos processos de TI.
OE6 - I04 Consolidar a gestão de serviços de TI, por meio do aprimoramento dos processos e ferramenta integrada de gestão

Iniciativas de TIC analisadas pela Administração no momento da aprovação do PDTIC
de TI.
OE7 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
OE7 - I01Elaborar, executar e monitorar o Plano de Capacitação da STI.
OE8 – Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais.
OE8 - I01Implantar solução de telefonia fixa.
OE8 - I02 Implantar solução de contingência da rede de comunicação de dados.
OE8 - I03 Implantar solução de monitoramento da infraestrutura e serviços de TIC.
OE8 - I04 Atualizar e manter a solução de processamento de dados.
OE8 - I05 Atualizar e manter os ativos da rede corporativa de dados.
OE8 - I06 Atualizar os softwares aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio.
OE8 - I07 Apoiar a SGEF para implantação de solução automatizada de controle de frequência.
OE8 - I08 Atualizar e manter os ativos dos Data Centers.
OE8 - I09 Atualizar o parque de microinformática.
OE8 - I10 Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do Fórum José Barbosa de Araújo no bairro da Imbiribeira.
OE8 - I11Transferir a infraestrutura do PJe-JT para o novo Data Center.
OE9 - Aperfeiçoar a gestão de contratações, orçamento e finanças de TI.
OE9 - I01Aprimorar o processo de gestão orçamentária de TI.

Fonte: STI

Iniciativas de TIC analisadas e priorizadas ao longo da execução do PDTIC
Desenvolver mecanismos para interoperabilidade entre o sistema de RH e sistema de gestão de segurança e saúde ocupacionais.
Adquirir ou desenvolver sistema para mapeamento e diagnóstico do clima organizacional e ações de melhoria.
Desenvolver sistema para gerenciamento do programa de produtividade e desempenho, estabelecimento de metas e mensuração de desempenho operacional.
Desenvolver novo portal para o Núcleo de Saúde assegurando a uniformidade na identidade visual com os portais da intranet e o novo portal da internet da instituição.
Desenvolver novo portal para a Escola Judicial assegurando a uniformidade na identidade visual com os portais da intranet e o novo portal da internet da instituição.
Desenvolver solução para o Núcleo de Pesquisa Patrimonial em cumprimento ao Artigo 3º da Resolução TRT 02/2015.
Prover solução para gestão e avaliação dos indicadores dos processos de trabalho otimizados.
Desenvolver ou implantar sistema de gestão estratégica abrangendo dados judiciais, administrativos, socioambientais e de pessoal.
Identificar solução para o desenvolvimento de conteúdos educacionais.
Identificar solução para gerenciamento dos documentos visando a garantir a preservação da memória processual trabalhista.
Prover solução para a Semana de Conciliação.
Prover solução para disponibilizar ao público as informações relativas às ordens bancárias, GRU, DARF, DARF e GPS expedidos pela SOF.
Implantar o sistema e-Jus2 de apoio às sessões de julgamento de processos eletrônicos do PJe-JT.
Implantar o MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade no Sistema PJe-JT.
Implantar o PJeCalc - Módulo de cálculo destinado a auxiliar juízes e partes a elaborarem cálculos para proferir decisões judiciais líquidas.
Adquirir e implantar solução integrada de gestão de portfólio e projetos.
Atualizar o sistema operacional dos servidores controladores de domínio.
Atualizar o sistema operacional dos servidores que suportam o serviço WSUS (Windows Server Update Services).

Iniciativas de TIC analisadas e priorizadas ao longo da execução do PDTIC

Aprimorar as ferramentas de suporte ao teletrabalho.

Fonte: STI

Iniciativas concluídas ao longo da vigência do PDTIC

OE1 - I01 Consolidar a operação da Central de Serviços de TI.

OE1 - I02 Implantar a gestão de nível de serviço de TI.

OE2 - I01 Aprimorar o portal da STI.

OE3 - I01 Definir e implantar o processo de monitoramento do PETIC e do PDTI.

OE3 - I02 Elaborar e formalizar o processo de construção do PETIC e do PDTI.

OE3 - I04 Coordenar e realizar as ações planejadas para o alcance das metas do iGovTI.

OE3 - I05 Elaborar a minuta do PDTIC, vigência 2017 – 2018.

OE4 - I01 Elaborar e executar o projeto de Sensibilização e Conscientização em Segurança da Informação.

OE4 - I02 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Segurança da Informação.

OE4 - I03 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Riscos de TI.

OE4 – I04 Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC

OE5 - I01 Implantar o Sistema PROAD - Processo Administrativo Eletrônico.

OE5 - I03 Revisar as fórmulas de extração de dados do sistema SIAJ1 (1º grau) para o sistema e-Gestão.

OE5 - I05 Desenvolver Sistema para Controle das Execuções Reunidas.

OE5 - I06 Desenvolver Sistema para emissão de Certidão de Ação Trabalhista.

OE5 - I07 Aprimorar o processo de desenvolvimento e sustentação de software.

OE5 – I11 Adaptar ou desenvolver sistema de painel de pautas de audiência para contemplar informações dos processos físicos e eletrônicos.

OE5 – I12 Evoluir o sistema PROGECOM e adaptá-lo para funcionamento com o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEP.

OE5- I04 Desenvolver o SGFM - Sistema de Gestão Funcional de Magistrados.

OE6 - I01 Definir e implantar o modelo de gestão de portfólio e priorização de demandas de TI.

OE6 - I02 Aprimorar o funcionamento do Escritório de Gestão de Projetos de TI.

OE6 - I04 Consolidar a gestão de serviços de TI, por meio do aprimoramento dos processos e ferramenta integrada de gestão de TI.

OE7 - I01Elaborar, executar e monitorar o Plano de Capacitação da STI.

OE8 - I01Implantar solução de telefonia fixa.

OE8 - I04 Atualizar e manter a solução de processamento de dados.

OE8 - I05 Atualizar e manter os ativos da rede corporativa de dados.

OE8 - I06 Atualizar os softwares aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio.

OE8 - I08 Atualizar e manter os ativos dos Data Centers.

OE8 - I10 Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do Fórum José Barbosa de Araújo no bairro da Imbiribeira.

OE8 - I11Transferir a infraestrutura do PJe-JT para o novo Data Center.

Desenvolver mecanismos para interoperabilidade entre o sistema de RH e sistema de gestão de segurança e saúde ocupacionais.

Implantar o MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade no Sistema PJe-JT.

Adquirir e implantar solução integrada de gestão de portfólio e projetos.

Atualizar o sistema operacional dos servidores que suportam o serviço WSUS (Windows Server Update Services).

Desenvolver Sistema de Geração de Identificador de Pagamento de Alvará.

Desenvolver Sistema para Registro de Atividades Docentes dos Magistrados.

Contratar empresa para fornecimento de acesso às bases de CPF e CNPJ.

Contratar software para gerenciamento e monitoramento do PJe.

Contratar serviço especializado para suporte ao Sistema Operacional do PJe.

Adquirir certificados digitais A1.

Adquirir subscrições de serviços de suporte técnico e atualização para servidores de aplicação do PJe.
Contratar Serviço de Suporte ao Banco de Dados do PJe.

Fonte: STI

Anexo VIII - Índices de Adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho

Item	5.3.6. NOS PROJETOS DE ACESSIBILIDADE	% ADOTADO	JUSTIFICATIVA
Conformidade com os requisitos da NBR 9050:2004:		92,86%	
a	Construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres e plataforma de transporte vertical para passageiros com dificuldades de locomoção.	100,00%	
b	Adequação dos sanitários.	100,00%	
c	Reserva de vagas em estacionamento.	100,00%	
d	Reserva de espaços para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida nas salas de espera, nos auditórios, nas salas de audiência e de sessões.	100,00%	
e	Instalação de piso tátil direcional e de alerta.	100,00%	
f	Instalação de sinalização sonora e visual para pessoas com deficiência.	50,00%	EM FASE DE IMPLANTAÇÃO EM TODAS AS OBRAS
g	Adaptação de mobiliário, portas e corredores em todas as dependências e acessos.	100,00%	
ÍNDICE DE ADEÇÃO DO GRUPO		92,86%	

Fonte: CPLAN/SA

Anexo IX - Metas de Acessibilidade Atingidas pelo TRT6

METAS DE ACESSIBILIDADE ATINGIDAS - TRT 6ª REGIÃO - 1ª INSTÂNCIA - 2016									DATA 03/03/2017
UNIDADES JURISDICIONAIS 1ª INSTÂNCIA	DESNÍVEIS (%)	GUARDA-CORPO/ CORRIMÃO (%)	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (%)	SINALIZAÇÃO TÁTIL (%)	SINALIZAÇÃO SONORA/VISUAL (%)	MOBILIÁRIO-BALCÕES-GUICHÊS (%)	VAGAS ESTACION (%)	TRANSPORTE VERTICAL (%)	META ATINGIDA (%)
1A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
2A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
3A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
4A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
5A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
6A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
7A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
8A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
9A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
10A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
11A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
12A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
13A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
14A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
15A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
16A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
17A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
18A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
19A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
20A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
21A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
22A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
23A VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
VT Araripina	100	90	93	0	0	80	0	N/A	51,86
1A VT Barreiros	67	80	87	20	0	90	90	0	54,25
2A VT Barreiros	67	80	87	20	0	90	90	0	54,25
VT Belo Jardim	50	80	93	N/A	0	80	0	0	43,29
1A VT Cabo	100	100	0	100	0	100	80	50	88,33
2A VT Cabo	27	N/A	0	N/A	0	80	80	0	31,17
VT Carpina	100	90	93	80	0	70	100	N/A	76,14
1A VT Caruaru	100	90	100	90	0	90	100	100	83,75
2A VT Caruaru	100	90	100	90	0	90	100	100	83,75
3A VT Caruaru	60	90	93	80	0	80	70	0	59,13
VT Catende	67	80	100	90	0	100	100	0	67,13
VT Escada	60	80	93	90	0	60	0	0	47,88
Termo Floresta (Antiga VT)	100	N/A	93	N/A	0	80	0	N/A	54,60
VT Garanhuns	100	90	93	100	0	80	100	N/A	80,43
VT Goiana	100	90	100	100	0	80	100	N/A	81,43
1A VT Igarassu	100	N/A	87	90	0	100	100	N/A	79,50
2A VT Igarassu	100	N/A	87	90	0	100	100	N/A	79,50
1A VT Ipojuca	100	N/A	93	100	0	80	100	N/A	78,83
2A VT Ipojuca	100	90	87	100	0	80	N/A	N/A	76,17
3A VT Ipojuca	100	N/A	93	N/A	0	60	N/A	N/A	63,25
1A VT Jaboatão	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
2A VT Jaboatão	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
3A VT Jaboatão	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
4A VT Jaboatão	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
5A VT Jaboatão	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
VT Limoeiro	60	90	87	90	0	70	N/A	0	56,71
VT Nazaré da Mata	53	100	100	40	0	80	0	0	46,63
1A VT Olinda	100	80	93	100	0	80	100	100	81,63
2A VT Olinda	100	80	93	100	0	80	100	100	81,63
3A VT Olinda	100	80	93	100	0	80	100	100	81,63
1A VT Palmares	100	90	100	100	0	70	100	N/A	80,00
2A VT Palmares	100	N/A	100	N/A	0	80	N/A	N/A	70,00
1A VT Paulista	67	90	100	100	0	60	100	100	88,14
2A VT Paulista	67	90	100	100	0	60	100	100	88,14
VT Pesqueira	90	100	87	0	0	80	100	N/A	65,29
1A VT Petrolina	100	90	87	100	0	80	N/A	N/A	76,17
2A VT Petrolina	100	90	87	100	0	80	N/A	N/A	76,17
3A VT Petrolina	100	90	87	100	0	100	100	N/A	82,43
1A VT Ribeirão	100	40	87	0	0	80	N/A	N/A	51,17
2A VT Ribeirão	47	90	73	0	0	90	70	0	46,25
VT Salgueiro	100	90	87	90	0	70	N/A	N/A	72,83
VT São Lourenço da Mata	100	100	100	90	0	100	0	N/A	70,00
VT Serra Talhada	67	90	87	100	0	80	N/A	N/A	70,67
Termo Sertânia (Antiga VT)	100	90	93	100	0	70	N/A	N/A	75,50
Termo Surubim (Antiga VT)	100	90	93	100	0	80	0	N/A	66,14
VT Timbaúba	100	90	93	0	0	70	100	N/A	64,71
VT Vitória Santo Antão	100	90	87	0	0	80	0	N/A	51,00

METAS DE ACESSIBILIDADE ATINGIDAS - TRT 6ª REGIÃO - 2ª INSTÂNCIA - 2016									
UNIDADES DA 2ª INSTÂNCIA	DESNÍVEIS (%)	GUARDA-CORPO/CORRIMÃO (%)	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (%)	SINALIZAÇÃO TÁTIL (%)	SINALIZAÇÃO SONORA/VISUAL (%)	MOBILIÁRIO - BALCÕES-GUICHÊS (%)	VAGAS ESTACIONAMENTO (%)	TRANSPORTE VERTICAL (%)	META ATINGIDA (%)
Edif. Sede + anexos	40	40	50	0	0	60	100	80	46,25
Memorial da JT	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Escola Judicial	100	100	80	60	0	100	100	0	67,50
Secretaria de Informática Afogados	100	100	100	100	70	100	100	100	96,25
Coordenadoria de Material	60	0	0	0	0	0	0	100	20,00
Galpão de Transporte	80	N/A	0	0	0	0	0	N/A	13,33

Fonte: CPLAN/SA

Anexo X - Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

EMIÇÃO
07/03/2017

PÁGINA
1

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	732.569.965,48	711.364.520,41
Ordinárias	-	-	Ordinárias	570.221.436,15	547.989.475,54
Vinculadas	-	-	Vinculadas	162.348.529,33	163.375.044,87
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceção RGPS)	138.299.492,95	132.224.079,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	24.049.036,38	31.150.965,87
Transferências Financeiras Recebidas	713.734.751,10	705.376.963,37	Transferências Financeiras Concedidas	19.727.725,43	19.405.385,14
Resultantes da Execução Orçamentária	712.870.131,03	704.681.149,78	Resultantes da Execução Orçamentária	69.792,10	2.527.155,12
Sub-repasso Recebido	712.870.131,03	704.681.149,78	Repasso Concedido	69.792,10	2.527.155,12
Independentes da Execução Orçamentária	864.620,07	695.813,59	Independentes da Execução Orçamentária	19.657.933,33	16.878.230,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	659.085,35	522.964,31	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	361.701,38	144.961,11
Demais Transferências Recebidas	97.535,47	85.251,43	Movimento de Saldos Patrimoniais	19.296.231,95	16.733.268,91
Movimentação de Saldos Patrimoniais	107.999,25	87.597,85	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	41.402.317,63	37.023.275,10	Despesas Extraorçamentárias	11.631.807,98	15.162.260,16
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	13.454,31	791,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	25.010,96	68.330,50
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.339.344,48	11.730.333,39	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.571.230,94	15.056.030,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.151,33	-49.627,34	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.566,08	37.699,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	34.037.367,51	25.341.777,13	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	34.037.367,51	25.228.277,62			
Demais Recebimentos	-	113.499,51			
Saldo do Exercício Anterior	17.286.040,33	20.817.967,57	Saldo para o Exercício Seguinte	8.493.610,17	17.286.040,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.286.040,33	20.817.967,57	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.493.610,17	17.286.040,33
TOTAL	772.423.109,06	763.218.206,04	TOTAL	772.423.109,06	763.218.206,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	102.796.811,57	110.384.374,33	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.796.811,57	110.384.374,33

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	8.493.610,17	17.286.040,33	PASSIVO FINANCEIRO	8.578.170,14	16.627.357,99
ATIVO PERMANENTE	94.303.201,40	93.098.334,60	PASSIVO PERMANENTE	39.440.481,54	26.204.238,80
			SALDO PATRIMONIAL	54.778.159,89	67.552.778,14

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.895.713,61	1.777.483,97	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.698.972,04	11.392.573,04
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.895.713,61	1.777.483,97	Execução dos Atos Potenciais Passivos	8.698.972,04	11.392.573,04
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.895.713,61	1.777.483,97	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	8.698.972,04	11.392.573,04
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.895.713,61	1.777.483,97	TOTAL	8.698.972,04	11.392.573,04

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-295.888,37
Recursos Vinculados	211.328,40
Seguridade Social (Exceto RGPS)	11,35
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	211.317,05
TOTAL	-84.559,97



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	766.739.111,80	743.166.919,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.939.284,70	16.175.087,42
Impostos	-	-
Taxas	17.939.284,70	16.175.087,42
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.276.002,01	2.487.962,92
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.276.002,01	2.487.962,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	56.426,32	66.787,92
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9.316,91	7.615,34
Variações Monetárias e Cambiais	47.109,41	59.172,58
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	727.534.588,18	713.113.545,93
Transferências Intragovernamentais	713.734.751,10	705.376.963,37
Transferências Intergovernamentais	12.733.235,00	6.000.000,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.066.602,08	1.736.582,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.876.057,01	10.598.629,21
Reavaliação de Ativos	16.636.228,91	7.131.147,93
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.057.603,21
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.239.828,10	2.409.878,07
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.056.753,58	724.905,83
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	167.293,89
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.056.753,58	557.611,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	781.249.174,76	756.795.850,57
Pessoal e Encargos	511.110.340,56	489.216.599,47
Remuneração a Pessoal	394.927.988,74	377.530.121,05
Encargos Patronais	71.803.410,93	70.003.289,65
Benefícios a Pessoal	41.186.267,19	39.134.027,31
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.192.673,70	2.549.161,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	153.298.209,83	155.191.953,48
Aposentadorias e Reformas	118.770.099,41	120.063.178,98
Pensões	34.246.200,72	34.926.793,69
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	281.909,70	201.980,81
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	59.629.590,46	53.888.791,08
Uso de Material de Consumo	1.939.826,58	2.204.968,45
Serviços	51.589.964,06	46.672.838,01
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.099.799,82	5.010.984,62
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.318,04	68,11
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.318,04	68,11
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	32.438.988,15	21.257.164,25
Transferências Intragovernamentais	20.585.611,82	19.405.385,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.853.376,33	1.851.779,11
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23.709.633,79	36.316.658,13
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	103.667,35	1.108.952,39
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	658,95	1.155,33
Incorporação de Passivos	23.518.871,21	35.139.285,49
Desincorporação de Ativos	86.436,28	67.264,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	856.589,55	795.177,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.926,98	50.940,96
Contribuições	795.662,57	744.236,14
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	203.504,38	129.438,95
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	203.504,38	129.438,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-14.510.062,96	-13.628.931,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

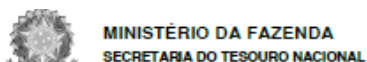


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	732.569.965,48	732.569.965,48
TOTAL	-	-	732.569.965,48	732.569.965,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	12.381.235,00	12.381.235,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	3.748.000,00	3.748.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	8.633.235,00	8.633.235,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	683.102.006,00	726.963.534,00	727.488.136,56	722.974.765,03	722.961.310,72	-524.602,56
Pessoal e Encargos Sociais	600.808.336,00	631.360.427,00	634.333.115,03	633.612.436,97	633.612.436,97	-2.972.688,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	82.293.670,00	95.603.107,00	93.155.021,53	89.362.328,06	89.348.873,75	2.448.085,47
DESPESAS DE CAPITAL	2.251.834,00	5.048.345,00	5.081.828,92	2.255.855,97	2.255.855,97	-33.483,92
Investimentos	2.251.834,00	5.048.345,00	5.081.828,92	2.255.855,97	2.255.855,97	-33.483,92
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	266.511,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	685.620.351,00	732.011.879,00	732.569.965,48	725.230.621,00	725.217.166,69	-558.086,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 07/03/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	685.620.351,00	732.011.879,00	732.569.965,48	725.230.621,00	725.217.166,69	-58.086,48
TOTAL	685.620.351,00	732.011.879,00	732.569.965,48	725.230.621,00	725.217.166,69	-58.086,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.210.019,13	8.653.875,03	7.555.951,16	7.555.951,16	2.489.654,75	818.288,25
Pessoal e Encargos Sociais	909.039,61	897.543,29	680.412,68	680.412,68	900.781,60	225.388,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.300.979,52	7.756.331,74	6.875.538,48	6.875.538,48	1.588.873,15	592.899,63
DESPESAS DE CAPITAL	1.294.818,90	3.076.458,36	4.015.279,78	4.015.279,78	52.847,14	303.150,34
Investimentos	1.294.818,90	3.076.458,36	4.015.279,78	4.015.279,78	52.847,14	303.150,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.504.838,03	11.730.333,39	11.571.230,94	11.571.230,94	2.542.501,89	1.121.438,59

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	9.542,06	9.542,06	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	9.542,06	9.542,06	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	14.221,90	15.095,00	15.468,90	-	13.848,00
Investimentos	14.221,90	15.095,00	15.468,90	-	13.848,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	14.221,90	24.637,06	25.010,96	-	13.848,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 07/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-2.505.825,51	7.395.970,07
INGRESSOS	747.784.269,34	730.669.113,16
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	747.784.269,34	730.669.113,16
Ingressos Extraorçamentários	12.151,33	-49.627,34
Transferências Financeiras Recebidas	713.734.751,10	705.376.963,37
Arrecadação de Outra Unidade	34.037.367,51	25.228.277,62
Demais Recebimentos	-	113.499,51
DESEMBOLSOS	-750.290.095,45	-723.273.143,09
Pessoal e Demais Despesas	-658.287.037,97	-633.176.474,12
Legislativo	-	-
Judiciário	-488.361.989,79	-473.642.900,98
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-166.498.871,81	-155.599.801,91
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-3.426.176,37	-3.733.771,23
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-72.239.765,97	-70.653.384,69
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-72.239.765,97	-70.653.384,69
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-19.763.291,51	-19.443.284,28
Despêndios Extraorçamentários	-35.566,08	-37.899,14
Transferências Financeiras Concedidas	-19.727.725,43	-19.405.385,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.286.604,65	-10.927.897,31
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-6.286.604,65	-10.927.897,31
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.795.878,29	-9.295.978,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-490.726,36	-1.631.918,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 07/03/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-8.792.430,16	-3.531.927,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	17.286.040,33	20.817.967,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.493.610,17	17.286.040,33